

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DÉBORA DIANA DA ROSA

**VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS - IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA  
BARRAGEM DA SAMARCO/VALE E BHP BILLITON SOBRE A VIDA DAS  
MULHERES ATINGIDAS EM MARIANA/MG**

Belo Horizonte  
2019

DÉBORA DIANA DA ROSA

**VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS - IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA  
BARRAGEM DA SAMARCO/VALE E BHP BILLITON SOBRE A VIDA DAS  
MULHERES ATINGIDAS EM MARIANA/MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social. Linha de pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Mayorga

Belo Horizonte

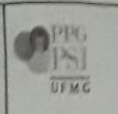
2019

150 R788v 2019	<p>Rosa, Débora Diana da.</p> <p>Violências e resistências [manuscrito] : impactos do rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG / Débora Diana da Rosa. - 2019.</p> <p>331 f. : il.</p> <p>Orientadora: Claudia Andrea Mayorga.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Psicologia – Teses. 2.Psicologia social - Teses. 3.Violência - Teses. 4.Mulheres - Teses. I.Mayorga, Claudia . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



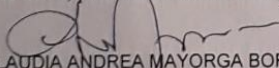
## FOLHA DE APROVAÇÃO

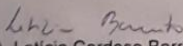
**Violências e Resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG**

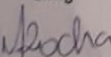
**DÉBORA DIANA DA ROSA**

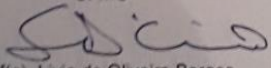
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

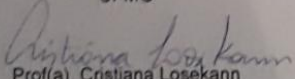
Aprovada em 15 de março de 2019, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). CLAUDIA ANDREA MAYORGA BORGES - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Leticia Cardoso Barreto  
ufmg

  
Prof(a). Maria Isabel Antunes Rocha  
UFMG

P/   
Prof(a). Livia de Oliveira Borges  
UFMG

  
Prof(a). Cristiana Losekann  
UFES

Belo Horizonte, 15 de março de 2019.

Este trabalho é dedicado:

À memória de: Emanuely Vitória, Thiago Damasceno, Maria Elisa Lucas, Antonio Prisco, Maria das Graças da Silva, Sileno Narkievicius, Ednaldo Oliveira de Assis, Daniel de Carvalho, Ailton Martins dos Santos, Vando Maurílio, Claudemir dos Santos, Edmirson José Pessoa (desaparecido), Pedro Paulino Lopes, Mateus Fernandes, Marcos Roberto Xavier, Samuel Albino, Waldemir Leandro, Marcos Aurélio Moura, Cláudio Fiúza, vítimas do crime da Samarco, Vale e BHP Billiton;

Às vítimas do crime da Vale em Brumadinho/MG.

À memória de Maria e Ângela;

Às mulheres atingidas!

À minha família;

À todas as mulheres que fazem parte da minha história/trajetória e que compõe a mulher que eu sou;

## AGRADECIMENTOS

O processo da escrita da tese tem sido uma grande oportunidade de aprender, e saio dele mais inquieta, mais curiosa e mais comprometida com a defesa dos povos oprimidos por meio do fazer acadêmico e da militância, com a convicção fortalecida de meu lugar ético e político nessa sociedade tão desigual, estranhada e arbitrária. Este, foi um processo feito de muitos encontros. Encontros que geraram afetos, potência, inquietações e resistência, mesmo nos momentos de maior dureza e na solidão da escrita.

À minha família, meus pais Mari e Osvaldo, agradeço o apoio, a força e o exemplo de luta, trabalho, generosidade e solidariedade. Ao meu irmão, Guilherme, por ter o sorriso mais lindo do mundo, e, ser alegria constante em nossas vidas, por me fazer enxergar o valor das pequenas coisas, agradeço a oportunidade de aprender com você. Ao meu irmão Daniel, minha cunhada Carol e minha sobrinha Manu, pelo exemplo de família e humanidade.

A minha orientadora Claudia Mayorga, agradeço imensamente a acolhida no “meio do caminho” para a orientação do doutorado, por ter sempre respeitado minhas escolhas teóricas e dialogado com elas, sempre com sensibilidade e ética, por ter instigado meu olhar para a questão das mulheres atingidas.

Agradeço as professoras da minha banca de qualificação Cristiana Losekann, Letícia Cardoso Barreto e Luana Carola dos Santos pelas importantes contribuições.

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes pelas trocas partilhadas, pela acolhida e afeto.

À Letícia Cardoso Barreto, agradeço imensamente sua leitura crítica do meu trabalho no Conexões e para a banca de qualificação, seus comentários reverberam na construção da tese, agradeço pela amizade construída ao longo desse processo e pela parceria na disciplina “Psicologia Social e Desafios Contemporâneos: o desastre de Mariana”, bem como, nas publicações.

Aos atingidos e atingidas pela lama da Samarco, agradeço por terem compartilhado comigo suas lutas e suas dores, pela hospitalidade e afetos vividos tão intensamente em meio a tanta violência.

Aos amigos de Mariana, Felipe, Michelle, Jarbas, Antônio e Ludmila, agradeço por serem alegria em meio ao caos, pelas risadas e vinhos do cotidiano, pelo não conformismo, pela crítica e inquietações no trabalho da assessoria.

Aos ex-colegas da saúde mental, Carol de Pinho, Maria Luiza, Maíra, Érica, Janaína, Luciane agradeço a parceria, as trocas e resistências tecidas no fazer cotidiano do trabalho. A Carol de Pinho, agradeço pela amizade e por ter consentido a publicação de seu poema no anexo 1 desta tese.

Aos amigos de Chapecó, Anderson, Raquel, Vinicius, Mirian, Adriano, Michelle, Eda, André, Fran, Vanessa, Josi e Myriam Aldana, pela amizade e pela presença constante, mesmo na distância física.

Aos amigos do doutorado Sara, Marcela, Éder, Alberto, Juliana, Daniela, Deolinda, Sérgio, Tayane agradeço pela acolhida, amizade e pelo aprendizado, por serem alegria, e tornado este processo menos doloroso e solitário.

Agradeço à Sara Deolinda Pimenta, por ter sido casa e abrigo no

primeiro ano do doutorado, quando cheguei em Belo Horizonte sem “era nem berra”, muito obrigada pela amizade, és para mim um exemplo de ser humano, de honestidade e generosidade.

Agradeço a Kathiúça Bertollo pela amizade e pela acolhida em Mariana/MG, pelas muitas conversas em que compartilhamos a saudade do oeste de Santa Catarina e a experiência de estar em uma terra distante em que a realidade da opressão e exploração da mineração se apresenta de forma tão dura e violenta.

Ao Marcos, por ser coragem, sensibilidade, solidariedade e amor, por ter ouvido atentamente todas as minhas inseguranças com o texto e por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditei. Por compartilhar sua posição política, crítica e de luta que sempre foram inspirações para a construção deste trabalho e para a vida. É, uma alegria poder compartilhar a luta e os sonhos com você. Por aquilo que vivemos e por aquilo que vamos viver, você está na minha história.

[...] A noite chegou, e todos compreenderam que olhos humanos não deveriam assistir, nem sobreviver a uma noite dessas. Nenhum dos guardas, italianos ou alemães, animou-se a vir até nós para ver o que fazem os homens quando sabem que vão morrer. Cada um se despediu da vida da maneira que lhe era mais convincente. Uns rezaram, outros se embebedaram; mergulharam alguns em nefanda, derradeira paixão. As mães, porém, ficaram acordadas para preparar com esmero as provisões para a viagem, deram banho nas crianças, arrumaram as malas, e, ao alvorecer, o arame farpado estava cheio de roupinhas penduradas para secar. Elas não esqueceram as fraldas, os brinquedos, os travesseiros, nem todas as pequenas coisas necessárias às crianças e que as mães conhecem tão bem. Será que vocês não fariam o mesmo? Se estivessem para ser mortos, amanhã, junto com seus filhos, será que hoje não lhes dariam de comer?

No barracão n. 06 morava o velho Gattegno, com a mulher, os filhos, os genros, as noras trabalhadeiras. Todos os homens eram marceneiros; vinham de Trípoli, após muitas e longas viagens, sempre tinham levado consigo as ferramentas do ofício, as baterias da cozinha, os acordeões e o violino para tocar e dançar no fim do dia de trabalho, já que eram alegres e tinham fé. As mulheres foram as primeiras a ocupar-se dos preparativos da viagem, caladas e rápidas, para que não faltasse tempo para o luto e, quando tudo ficou pronto, assado o pão, amarradas as trouxas, então tiraram os sapatos, soltaram o cabelo, fincaram no chão as velas fúnebres e as acenderam, conforme o uso de seus antepassados; sentaram em círculo para a lamentação; rezaram e choraram durante toda a noite. Muitos de nós ficaram na frente daquela porta; desceu dentro de nossas almas, nova para nós, a dor antiga do povo sem-terra, a dor sem esperança do êxodo, a cada século renovado [...]

Ao toque de sino, o campo escuro vai acordando. De repente, a água sai fervendo das duchas - cinco minutos divinos. Logo, porém, irrompem quatro pessoas (os barbeiros, talvez), que, à força de gritos e empurrões, nos mandam, molhados e fumegantes, para a gélida sala ao lado. Lá, outros tipos atiram-nos, berrando, sei lá que trapos esfarrapados e nos socam na mão uns sapatões de sola de madeira. Não temos nem o tempo de compreender, e já nos encontramos ao ar livre, na neve azulada e gelada do amanhecer, e, nus e descalços, com nossa trouxa na mão, devemos correr até outro barraco, a uns cem metros de distância. Lá, podemos vestir-nos. Ao terminar, cada qual fica em seu canto, sem ousar levantar o olhar para os demais. Não há espelhos, mas a nossa imagem está aí na nossa frente, refletida em cem rostos pálidos, em cem bonecos sórdidos e miseráveis. Estamos transformados em fantasmas como os que vimos ontem à noite. Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe,



não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram nossas roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão - e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. Bem sei que, contando isso, dificilmente seremos compreendidos, e talvez seja bom assim. Mas que cada um reflita sobre o significado que se encerra mesmo em nossos pequenos hábitos de todos os dias, em todos esses objetos nossos, que até o mendigo mais humilde possui: um lenço, uma velha carta, a fotografia de um ser amado. Essas coisas fazem parte de nós, são algo como os órgãos de nosso corpo; em nosso mundo é inconcebível pensar em perdê-las, já que logo acharíamos outros objetos para substituir os velhos, outros que são nossos porque conservam e reavivam as nossas lembranças. Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento - pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo (É isto um homem? Primo Levi, 1988).

\*\*\*

[...] Então vai, remexe fundo, como diz um poeta gaúcho, Gabriel de Britto Velho, "apaga o cigarro no peito / diz pra ti o que não gostas de ouvir / diz tudo". Isso é escrever. Tira sangue com as unhas. E não importa a forma [...], não importa que, a princípio, seja apenas uma espécie de auto-exorcismo. Mas tem que sangrar a-bun-dan-te-men-te. Você não está com medo dessa entrega? Porque dói, dói, dói. É de uma solidão assustadora. A única recompensa é aquilo que Laing diz que é a única coisa que pode nos salvar da loucura, do suicídio, da auto-anulação: um sentimento de glória interior. Essa expressão é fundamental na minha vida. [...] Pra mim, e isso pode ser muito pessoal, escrever é enfiar um dedo na garganta. Depois, claro, você peneira essa gosma, amolda-a, transforma. Pode sair até uma flor. Mas o momento decisivo é o dedo na garganta (Carta para Zézim – Caio Fernando de Abreu).

## RESUMO

Diante do crime do rompimento da barragem da Samarco, cujas controladoras são duas das maiores mineradoras do mundo, Vale e BHP Billiton, ocorrido em Mariana/MG no dia 5 de novembro de 2015 e seus efeitos de destruição de comunidades inteiras, do rastro de estragos e mortes que deixou pelo caminho, descendo pelo rio doce, litoral do Espírito Santo, até o litoral da Bahia, esta tese teve como objetivo central, investigar os efeitos/impactos do crime da Samarco sobre e vida das mulheres atingidas do município de Mariana/MG. Nos itinerários de campo dessa pesquisa participante, acompanhamos por mais de dois anos e meio o cotidiano das comunidades atingidas de Mariana, *in loco*, além de participar de audiências públicas, reuniões entre atingidos, empresas e poder público, registradas em diário de campo, foi realizada também pesquisa documental de decisões judiciais, atas e reportagens jornalísticas referentes ao caso e entrevistas com 5 mulheres atingidas. Diante da imersão no campo e das contribuições teóricas e metodológicas da psicologia social comunitária latino-americana e da teoria feminista compreendemos que a lama deixada pelo crime da Samarco, física e também simbólica, transforma-se em violência das mais distintas ordens na condução das ações ditas de “reparação”, executadas pelas empresas e pelo poder público. Assim, destacamos a importância de compreender o rompimento de fundão como consequência da violência estrutural do capitalismo, ou seja, como parte de um sistema nefasto que têm como tônica o espólio, a exploração e a violência. O latifúndio, o espólio das nossas reservas naturais para o grande mercado internacional nos mantém em uma condição de país semicolonial. Observamos que as violências em Mariana/MG se atualizam cotidianamente na vida dos atingidos e atingidas na forma de violência institucional, psicossocial e patriarcal. Diante deste cenário, é especialmente sobre as mulheres que recaem os maiores efeitos deste crime, ficando evidente a relação estrutural entre capital, patriarcado e seus sistemas de opressão. Em Mariana essa opressão sobre as mulheres se apresenta como negação de direitos por parte das empresas, sobretudo, os trabalhistas, uma vez que a perda do trabalho das mulheres, especialmente aqueles ligados ao âmbito rural, não foi reconhecido pelas empresas e por isso tiveram negado o direito de receber o cartão de auxílio financeiro, ainda passaram a ser “dependentes” de seus maridos, pois, o cartão foi concedido ao homem considerado pelas empresas como o “chefe da família”. Também foi sobre as mulheres que recaíram as maiores demandas de cuidados sobre os filhos e parentes que adoeceram após a tragédia gerando grande sobrecarga de trabalho, aliado a isso, somam-se ainda as demandas de participação nas muitas agendas e reuniões para tratar da reparação dos danos. Nossa tese central, é que o crime da Samarco, Vale e BHP Billiton intensifica e amplia a violência patriarcal sobre as mulheres. Destacamos também as resistências que os atingidos e atingidas, especialmente as mulheres têm empreendido na luta por direitos, pela memória e pela história de suas comunidades.

**Palavras-Chave: Violência, Mulheres, Mariana/MG, Samarco, Resistência.**

## ABSTRACT

In the face of the crime of disruption the Samarco dam, controlled for two of the world's largest mining companies, Vale and BHP Billiton, occurred in Mariana / MG on November 5, 2015 and its effects of destruction of entire communities, and death, along the river bed sweet, Espírito Santo coast, to the coast of Bahia. This thesis had as its central objective, to investigate the effects / impacts of the Samarco crime on life of women affected in the city of Mariana / MG. In the field itineraries of this participant research, we have followed for more than two and a half years the daily life of the affected communities of Mariana, in loco, in addition to participating in public hearings, meetings between affected, companies and public power, registered in field diary, was also realized documentary research of judicial decisions, minutes and journalistic reports referring to the case and interviews with 5 women affected. Faced with the immersion in the field and the theoretical and methodological contributions of Latin American community social psychology and feminist theory, we understand that the mud left by the crime of Samarco, physical and also symbolic, becomes violence of most different orders in the conduct of actions so-called of "reparations", carried out by companies and public authorities. Thus, we emphasize the importance of understanding the rupture of the Samarco dam as a consequence of the structural violence of capitalism, that is, as part of a nefarious system that has as its tonic the estate, exploitation and violence. The latifúndio, the estate of our natural reserves for the great international market keeps us in a semicolonial country condition. We observe that the violence in Mariana / MG is updated daily in the lives of those affected in the form of institutional, psychosocial and patriarchal violence. Given this scenario, it is especially on women who have the greatest effects of this crime, making clear the structural relationship between capital, patriarchy and their systems of oppression. In Mariana, this oppression on women presents itself as a denial of rights on the part of companies, especially labor, since the loss of women's work, especially those related to the rural sphere, was not recognized by the companies and therefore denied the right to receive the financial aid card, are still "dependent" on their husbands, because the card was awarded to the man considered by the companies as the "head of household." It was also on the women who stayed the greatest demands of care on the children and relatives who became ill after the tragedy, generating a great overload of work, together with the demands of participation in the many agendas and meetings to deal with the damage. Our central thesis is that the crime of Samarco, Vale and BHP Billiton intensifies and expands patriarchal violence on women. We also emphasize the resistance that those affected, especially women, have undertaken in the fight for rights, for the memory and for the history of their communities.

**Key words: Violence, Women, Mariana / MG, Samarco, Resistance**

## RESUMEN

Ante el crimen del rompimiento de la presa de Samarco, cuyas controladoras son dos de las mayores mineras del mundo, Vale y BHP Billiton, ocurrido en Mariana / MG el 5 de noviembre de 2015 y sus efectos de destrucción de comunidades enteras, del rastro de estragos y las muertes que dejó por el camino, descendiendo por el río dulce, litoral del Espirito Santo, hasta el litoral de Bahía, esta tesis tuvo como objetivo central, investigar los efectos / impactos del crimen de Samarco sobre la vida de las mujeres afectadas del municipio de Mariana / MG. En los itinerarios de campo de esa investigación participante, acompañamos por más de dos años y medio el cotidiano de las comunidades afectadas de Mariana, in loco, además de participar en audiencias públicas, reuniones entre afectados, empresas y poder público, registradas en diario de campo, se realizó también investigación documental de decisiones judiciales, actas y reportajes periodísticos referentes al caso y entrevistas con 5 mujeres afectadas. Ante la inmersión en el campo y de las contribuciones teóricas y metodológicas de la psicología social comunitaria latinoamericana y de la teoría feminista comprendemos que el lama dejada por el crimen de la Samarco, física y también simbólica, se transforma en violencia de las más distintas órdenes en la conducción de las acciones de "reparación", ejecutadas por las empresas y por el poder público. Así, destacamos la importancia de comprender la rotura de fundão como consecuencia de la violencia estructural del capitalismo, o sea, como parte de un sistema nefasto que tiene como tónica el botín, la explotación y la violencia. El latifundio, el robo de nuestras reservas naturales para el gran mercado internacional nos mantiene en una condición de país semicolonial. Observamos que las violencias en Mariana / MG se actualizan cotidianamente en la vida de los afectados en la forma de violencia institucional, psicosocial y patriarcal. Ante este escenario, es especialmente sobre las mujeres que recaen los mayores efectos de este crimen, quedando evidente la relación estructural entre capital, patriarcado y sus sistemas de opresión. En Mariana esa opresión sobre las mujeres se presenta como negación de derechos por parte de las empresas, sobre todo, los laboristas, ya que la pérdida del trabajo de las mujeres, especialmente aquellos ligados al ámbito rural, no ha sido reconocido por las empresas y por ello han negado el derecho de recibir la tarjeta de ayuda financiera, aún pasaron a ser "dependientes" de sus maridos, pues la tarjeta fue concedida al hombre considerado por las empresas como el "jefe de la familia". También fue sobre las mujeres que recayeron las mayores demandas de cuidados sobre los hijos y parientes que enfermaron después de la tragedia generando gran sobrecarga de trabajo, aliado a ello, se suman aún las demandas de participación en las muchas agendas y reuniones para tratar la reparación de daños. Nuestra tesis central, es que el crimen de Samarco, Vale y BHP Billiton intensifica y amplía la violencia patriarcal sobre las mujeres. Destacamos también las resistencias que los afectados y afectadas, especialmente las mujeres han emprendido en la lucha por derechos, por la memoria y por la historia de sus comunidades.

**Palabras clave: Violencia, Mujeres, Mariana / MG, Samarco, Resistencia.**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR - Alternative Dispute Resolution  
AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social  
APP – Áreas de Preservação Permanente  
BM – Banco Mundial  
CEAF - Centro de Aperfeiçoamento do Ministério Público  
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais  
CIF – Comitê Interfederativo  
CLT – Consolidação de Leis Trabalhistas  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos  
COBRADE - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres  
COMPAT - Conselho Municipal do Patrimônio de Mariana  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CTOS – Câmara Técnica de Organização Social  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral  
DP-ES - Defensoria Pública do Espírito Santo  
DP-MG - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais  
DPU - Defensoria Pública da União  
EUA – Estados Unidos da América  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
Gema – Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa  
GT – Grupo de Trabalho  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração  
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços  
LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais  
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAM - Movimento dos Atingidos pela Mineração  
MARCAs - Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos  
MG – Minas Gerais  
MP – Ministério Público  
MPES - Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
MPF – Ministério Público Federal  
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais  
MPT - Ministério Público do Trabalho  
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra  
NAVEs - Núcleo de Estudos sobre Vulnerabilidade e Saúde  
NUCAM - Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONG – Organização Não Governamental  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
TAC-GOV – Termo de Ajustamento de Conduta Governança  
TAP – Termo de Ajustamento Preliminar  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TML - Legal Mobilization Theory  
TTAC - Termo de Transação e Ajustamento de Conduta  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1) Principais reservas minerais brasileiras .....	57
Figura 2) – Localização Município de Mariana no Mapa do Estado de Minas Gerais.....	61
Figura 3) – Quadrilátero Ferrífero Minas Gerais.....	62
Figura 4) Mapa do trajeto da lama da Samarco .....	65
Figura 5) – Distrito de Bento Rodrigues – As Cruzes presentes na imagem lembram os mortos pelo crime da Samarco. ....	67
Figura 6) – Ruínas de uma casa em Bento Rodrigues.....	67
Figura 7) – Modelo representativo de uma Barragem de Rejeitos.....	75
Figura 8) Violências.....	221
Figura 1) Manifestantes protestam no congresso nacional/2015.....	232
Figura 2) Mulheres ocupando a Vale no 8 de março de 2016 .....	233
Figura 3) Mulheres em Luta contra a lama que violenta e mata .....	233
Figura 4) Lago do dique S4 sobre as ruínas do distrito em Bento Rodrigues/MG.....	238
Figura 5) Área do distrito de Bento Rodrigues antes da construção do Dique S4 em Setembro de 2016 .....	239
Figura 6) Queimando o Judas representado pela Samarco em Bento Rodrigues (Semana Santa/2017).....	240
Figura 7) Festa Junina em Paracatu de Baixo/2018 .....	243
Figura 8) Festa Nossa Senhora Aparecida em Bento Rodrigues – Outubro de 2017.....	243
Figura 9) Comunidade Organizando Festa de Santo Antônio em Paracatu de Baixo - 2017 .....	244
Figura 10) Missa da Semana Santa a luz de velas na Igreja das Mercês – Bento Rodrigues - 2017 .....	244
Figura 11) Cartazes escritos pelos atingidos durante manifestação no fórum de Mariana/MG – Outubro 2017 .....	246
Figura 12) Ato em Frente ao Fórum de Mariana .....	246
Figura 13) Caminhada pelo centro histórico de Mariana para denunciar os 2 anos do rompimento de Fundão – Novembro de 2017 .....	247
Figura 14) Familiares dos mortos e desaparecidos fazem protesto em frente a Samarco .....	247
Figura 15) Atingidos fecham rodovia em protesto contra Samarco .....	248
Figura 16) Atingidos fecham rodovia em Mariana em protesto contra demora no reassentamento. Abril/2017. ....	248
Figura 17) Atingidos fecham rodovia em Mariana em protesto contra demora no reassentamento. Abril/2017. ....	249
Figura 18) Ato em Bento Rodrigues em Memória dos 2 anos do Rompimento de Fundão – 05/11/2017 .....	250
Figura 19) Ato em memória de 1 ano do rompimento de fundão em Bento Rodrigues 2016 .....	250
Figura 20) Foto da capa jornal a sirene – Edição Junho de 2016.....	252
Figura 21) Capa da Edição 0 do Jornal A Sirene - Atingidos de Bento Rodrigues visitam o terreno em que desejam a reconstrução da comunidade.....	253
Figura 22) Faixa do MAM estendida sobre os trilhos de trem da empresa de mineração Vale no Pará.....	258
Figura 23) Pescadores e Pescadoras ocupam a linha do trem da Vale no Espírito Santo .....	260
Figura 24) Protesto Pescadores e pescadoras no ES .....	260

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
<b>1. “O CAPITAL VEM AO MUNDO JORRANDO LAMA E SANGUE” – COLONIALISMO E MINERAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
1.1 <i>A colonização do Brasil e seus efeitos de violência</i> .....	37
1.1.1 Capitalismo e as empresas de mineração.....	49
1.1.2 Dados sobre a exploração mineral.....	55
1.2 <i>Mariana e seu lugar na exploração mineral</i> .....	59
1.3 <i>O rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton</i> .....	64
1.4 <i>Polissemia da Tragédia</i> .....	72
1.4.1 Acidente de Trabalho.....	72
1.4.2 Evento.....	75
1.4.3 Desastre Tecnológico .....	77
1.4.4 Crime .....	78
<b>2. RASTROS DE LAMA E VIOLÊNCIA.....</b>	<b>84</b>
2.1 <i>As violências que não cessam – O crime da Samarco e as violências Institucionais</i> .....	88
2.1.1 O assessoramento técnico.....	99
2.1.2 A economia Política dos Modelos Jurídicos como forma de perpetuação da violência contra os atingidos e atingidas.....	113
2.1.3 O “processamento das carências” das famílias atingidas.....	125
2.2 <i>Violência Psicossocial</i> .....	134
2.2.1 Estar “esparrodado”.....	137
2.2.2 Agora nos chamam de pé de lama .....	142
2.2.3 Sinto tanto desgosto.....	146
<b>3. O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO/VALE E BHPBILLITON: IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES .....</b>	<b>152</b>
3.1 <i>Mariana/Mulher e a barragem da Samarco – algumas “cenas”</i> .....	154
3.2 <i>Notas sobre Patriarcado e Feminismo</i> .....	162
3.2.1 Patriarcado em Minas Gerais .....	179
3.3 <i>A violência patriarcal e o rompimento da barragem da Samarco/Vale e BP Billiton</i> .....	185
3.3.1 Relação das Mulheres com as comunidades atingidas .....	186
3.3.2 Impactos na vida das mulheres após o rompimento da barragem de Fundão.....	194
3.3.3 Experiências de Luta e Resistências.....	208
3.4 <i>Mariana/Mulher- O crime da Samarco – A soma das violências</i> .....	219
<b>4. RESISTÊNCIAS E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO .....</b>	<b>224</b>
4.1 <i>As resistências que atingidos e atingidas tecem em Mariana</i> .....	234
4.1.1 Ocupando os territórios atingidos .....	236
4.1.2 Lutas – Atos realizados pelos atingidos e atingidas.....	244
4.1.3 Jornal A Sirene .....	250
4.1.4 Comissões dos Atingidos e Atingidas.....	253
4.1.5 Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).....	255
4.1.6 <i>Movimento pela Soberania Popular na Mineração</i> .....	257
4.1.7 A luta continua.....	258
4.2 <i>Resistências, Transformação Social e Psicologia Social</i> .....	262
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>270</b>
<b>EPÍLOGO – O GENOCÍDIO DA VALE EM BRUMADINHO .....</b>	<b>274</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>276</b>



APÊNDICE 1) Resistências contra Samarco/Vale e BHP Billiton.....	297
APÊNDICE 2) Linha do Tempo.....	321
APÊNDICE 3) Principais atos públicos acompanhados na atividade da pesquisa entre 2016 e 2018.....	322
ANEXO 1) Carta /poema .....	323
ANEXO 2) Manifesto Atingidos pela Samarco – 2 anos .....	324

## INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão em Mariana-MG (Brasil) de propriedade das mineradoras Samarco/Vale e BHP Billiton destruiu comunidades e contaminou o Rio Doce, de Minas Gerais até o litoral do Espírito Santo e da Bahia, sendo reconhecido como o maior crime socioambiental do Brasil. Despejando mais de 80 milhões de toneladas de resíduos de minério de ferro sobre a bacia do Rio Doce, destruindo casas, plantações e animais, causou a morte de 19 pessoas e o deslocamento de pelo menos 360 famílias. De acordo com o relatório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a lama atingiu 663 km de rios, sendo 77 km de assoreamento drástico e destruição de 1469 hectares de vegetação, incluindo áreas de preservação permanente (APP).

Ao longo do caminho de destruição causado pela lama, verifica-se: mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas, desalojamento de populações; devastação de localidades e consequente desagregação dos laços sociais das comunidades; destruição de estruturas públicas e privadas (edifícios, pontes, ruas, etc.); destruição de áreas agrícolas; interrupção de energia elétrica pelas usinas hidrelétricas afetadas (Candongia, Aimorés e Mascarenhas); destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa da Mata Atlântica; mortalidade da biodiversidade aquática e da fauna terrestre; interrupção da pesca por um período indeterminado; interrupção do turismo; perda e fragmentação de habitats; restrição ou fragilidade dos serviços ambientais dos ecossistemas; alteração dos padrões de qualidade das águas.

Diante deste cenário, este texto é uma tentativa de expressar a complexidade e violência envolta neste que é um dos maiores crimes socioambientais do Brasil. Me aproximo, tasteio os fatos, mas não consigo capturar nas páginas escritas toda a sua violência. Mesmo assim, tento, como forma de denúncia, porque compreendo que uma das grandes batalhas travadas pelos atingidos e atingidas pela lama da Samarco, Vale e BHP Billiton é uma luta pela memória histórica. Para que as violências não sejam emudecidas e apagadas em face do poder econômico das empresas, mas,

para que possamos encará-las de frente, enxergar a dor e a crueldade presente no rompimento da barragem de Fundão como expressão viva, objetiva e materializada do que significa o sistema capitalista em nossa sociedade.

Constato no transcorrer dos anos que o crime da Samarco, Vale e BHP Billiton começa a se arrastar no tempo e aos poucos se dissipa do debate público e político, poucas discussões se articularam no sentido de compreender o rompimento de Fundão como causa, consequência e contradição do modelo de desenvolvimento econômico extrativista em crescente nos últimos anos em nosso país, sendo uma parceria clara, direta e irrestrita do grande capital com o Estado brasileiro (Petras, 2014; Milanez & Santos, 2014; Coelho, 2016)

Tais parcerias entre empresas [que se tornaram grandes monopólios] e o Estado brasileiro começaram a se estruturar durante os anos da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), onde foi possível observar a importância das elites empresariais para sustentação do regime, uma vez que possibilitou o fortalecimento de alguns setores nacionais, como os grupos de empreiteiras que conformaram um conglomerado monopolista (Odebrecht, Mendes Júnior, Camargo Corrêa, entre outras...).

Este estreito vínculo entre empresariado e a ditadura foi fundamental para anos mais tarde consolidar o “grande negócio dos anos 90, as privatizações” (Campos, 2012, p. 130). O chamado “milagre” econômico brasileiro vivido nos anos de chumbo deixou como herança os alicerces para uma política de privatizações perversa, a exemplo da empresa Vale do Rio Doce privatizada na década de 1990 do século passado. Tal processo favoreceu sobremaneira a construção de um modelo econômico nacional fortemente alicersado na exportação de matérias primas e predatório para as pessoas e meio ambiente.

A indústria extrativa minerária no Brasil não tem produzido mais do que “desclassificados do ouro” expressão cunhada pela historiadora Laura de Mello e Souza. O minério se esvai, 25 milhões de toneladas por ano escoam por 400 quilômetros de mineroduto passando por 17 municípios entre Minas, Rio e Espírito Santo. Em contraste, o que fica, são territórios devastados, montanhas carcomidas, populações desalojadas, pobreza e injustiça social.

O discurso do progresso feito pelas empresas quando da instalação de empreendimentos mineradores para as comunidades locais, tão desprovidas da ação do Estado, não passam de retórica. O progresso, acessado pelas comunidades é no máximo ver a linha do trem cortando a comunidade, trazendo poeira, insegurança e barulho.

Mariana/MG, é o nome da cidade, mas, se fosse mulher, Mariana seria mulher negra, mulher trabalhadora, explorada, pobre. Essa Mariana, cidade e mulher tornou-se próxima de mim e por ter se tornado próxima, às vezes, foi doloroso conhecer suas mazelas tão de perto, compartilhando lágrimas e luta. Escrever sobre as dores de Mariana, que se tornaram também minhas em certa medida é um desafio, mas é também resistência, minha e dela.

Me aproximo de Mariana em janeiro de 2016 quando vou trabalhar como psicóloga na atenção psicossocial junto com outras/os profissionais da área da saúde e assistência social, na prefeitura local, atuei diretamente com as famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco. Neste período, dois meses após a ruptura, me deparei com um intenso sofrimento social vivido pelos atingidos e atingidas que haviam saído dos hotéis e passaram a residir nas casas alugadas na sede do município, distantes uns dos outros e sem se reconhecerem naquele novo espaço. Vale enfatizar, que este sofrimento vivido, é social, pois, foram/são muitas as tentativas de individualizar e patologizar os/as sujeitos/as que passaram por este trauma psicossocial e ético-político (Martín-Baró, 1988; Sawaia, 2001).

A negação da dimensão social deste tipo de sofrimento leva a um estado de individualização e naturalização da dor nos sujeitos que sofreram/sofrem a tragédia. No entanto, dizer que este sofrimento é social não significa de forma alguma invisibilizar que é no corpo e na alma que os sujeitos sentem as afetações das diferentes violências presentes em seus cotidianos, mas significa redimensionar nosso olhar para a gênese desse sofrimento, buscando entendê-lo em sua complexidade e totalidade.

O sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice

inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 1995, citado em Sawaia, 2001, p. 104-105).

O trabalho na saúde mental me trouxe grandes aprendizados e desafios, sobretudo, para repensar minhas práticas enquanto psicóloga comunitária e rever as próprias concepções e sentidos sobre o que é uma comunidade, dado o contexto de dispersão espacial vivido após a destruição dos vilarejos (Paracatu e Bento Rodrigues). Não era possível intervir nessa realidade nova e peculiar com as tradicionais práticas. Mais do que nunca o engajamento político, buscando articular o fazer da psicologia aos movimentos de luta por direitos se fazia fundamental.

A partir da inserção possibilitada pelo espaço da saúde mental, pude vivenciar/sentir “na pele” como o sofrimento psicossocial manifestava-se como consequência objetiva e subjetiva das práticas das empresas mineradoras, cujos efeitos não apenas circunscritos ao dia da tragédia se perpetuaram/perpetuam no cotidiano das famílias atingidas nas formas de negação de direitos, coação e desrespeito.

Posteriormente, ao final de 2016 até abril de 2018 integrei a equipe de assessoria técnica aos atingidos e atingidas de Mariana/MG, gerida pela ONG (Organização Não Governamental) Cáritas que é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e têm atuação nacional e internacional em temas como defesa dos direitos humanos, economia solidária e afetados por desastres socioambientais. Da minha atuação na assessoria técnica trago aprendizados, mas sobretudo inquietações. Foram muitos os conflitos e discordâncias políticas vividas ao longo do processo. Questões, que após profunda análise me levam a ter ciência de que o modelo de assessoria técnica proposta não só para Mariana/MG, mas para toda a bacia do rio doce presentes nos acordos entre empresas e Ministério Público atendem muito mais aos interesses das empresas do que dos atingidos e atingidas (conforme será discutido no capítulo 2 desta tese). O lugar da

mediação de conflito ocupado pelas assessorias técnicas, longe de dissipar as assimetrias, atuam no sentido de ocultar o antagonismo latente entre empresas e atingidos e atingidas, amortecendo o impacto provocado pelo crime.

Desse modo, alinhada aos preceitos éticos e políticos tão caros a psicologia social e comunitária latino-americana (Martín-Baró, 1996; Montero, 2004; Lane, 2006) e das contribuições da teoria feminista ao refletir sobre a implicação do pesquisador e defender a produção de um conhecimento situado e corporificado (Haraway, 1995) não posso negar minhas posições políticas, nem isentar-me neste trabalho das críticas aos modelos institucionais de assistência que atuam aliados aos interesses corporativos e financeiros das empresas mineradoras, nem mesmo deixar de posicionar-me na defesa real da luta das atingidas e atingidos pela lama da Samarco pela justa reparação. Corroboro assim com Martín-Baró (1996) ao pensar o papel do psicólogo latino-americano:

É urgente assumir a perspectiva das maiorias populares. Sabemos, pela sociologia do conhecimento, que o que se vê da realidade e como se vê, depende de forma essencial do lugar social de onde se olha. Até agora o nosso saber psicológico alimentou-se fundamentalmente de uma análise dos problemas realizada a partir da perspectiva dos setores dominantes da sociedade. Não é provável e, talvez, nem sequer possível, que alcancemos uma compreensão adequada dos problemas mais profundos que atingem as maiorias populares se não nos colocamos, ainda que hermeneuticamente, em sua perspectiva histórica. [...] Talvez a opção mais radical com que se defronta a psicologia centro-americana hoje esteja na alternativa entre uma acomodação a um sistema social que pessoalmente nos tem beneficiado, ou uma confrontação crítica frente a esse sistema. Em termos mais positivos, a opção reside entre aceitar, ou não, acompanhar as maiorias pobres e oprimidas em sua luta por constituir-se como povo novo em uma terra nova. Não se trata de abandonar a psicologia; trata-se de colocar o saber

psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos demais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (Martín-Baró, 1996, p. 23).

Frente a essas experiências, esse texto não é isento de posição política e ideológica. Os caminhos teóricos que percorro aqui são frutos de reflexividade tendo a práxis como base teórica e metodológica. Como me disse certa vez um morador de Bento Rodrigues “a lama chegou, e ela mordida”. Ter sido “mordido” significa carregar as marcas/cicatrices do rompimento, mas é também estar implicado nesta realidade. De alguma forma a lama também me mordeu e assim, as inquietações tão presentes em minhas vivências são os fios condutores dessa pesquisa, que tem como objetivo geral analisar os impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG.

Este trabalho orienta-se teoricamente a partir das contribuições da psicologia social latino-americana, em especial, as contribuições do psicólogo salvadorenho Ignacio Martín-Baró que desenvolveu teórica e metodologicamente bases para uma psicologia social latino-americana conectada com os problemas e a realidade concreta das populações marginalizadas e exploradas de nosso continente. Como horizonte social, ético-político a psicologia deve ter o compromisso de transformar as estruturas sociais de dominação e exploração. Para o autor “a psicologia latino-americana se situa em arrancar as maiorias populares das garras de um sórdido fatalismo que justifica a opressão política e a exploração econômica” (Martín-Baró, 1998, p. 9).

As bases para a compreensão crítica da realidade social da mineração em Mariana/MG se ancoram em pensadores do campo marxista como (Harvey, 2004; Mariátegui, 1928/2007; Marx, 1867/2013). Sendo que suas contribuições são fundamentais para este trabalho, especialmente os postulados por eles desenvolvidos sobre capitalismo, acumulação primitiva e via espoliação e o conceito de semicolonialidade.

Aliado a este percurso teórico, busco na teoria feminista, especialmente

nos estudos sobre patriarcado (Pateman, 1993; Saffioti, 1987) elementos para a análise da situação das mulheres diante das lógicas efetivadas pelas empresas que aliam opressão econômica e de gênero. O feminismo também é tomado nesse texto como um caminho para a transformação e emancipação das mulheres.

Um dos pontos mais importantes de encontro entre psicologia social comunitária e feminismo é certamente o compromisso compartilhado por ambos com a transformação social e a luta contra as distintas formas de opressão presentes na realidade latino-americana. Em meio as graves ditaduras militares das décadas de 60, 70 e 80 do século passado na América Latina emergiram distintos movimentos de resistência, inclusive na academia. O resultado deste processo foi a construção de bases teóricas que buscavam se conectar com os problemas reais como, as guerras civis, perseguição política, injustiça social, desigualdade econômica que empurravam cada vez mais pessoas para a miséria, marginalização e exclusão social, com atenção especial para a exploração vivida pelas mulheres.

É neste contexto, no campo da psicologia, que psicólogos sociais iniciaram um movimento de questionamento em relação a uma certa ideia de neutralidade empírica e analítica presente nas práticas psi até aquele momento, desencadeando a chamada “crise” da Psicologia Social (Mayorga, 2007). A partir desse momento, as teorias e métodos passaram a ser reavaliadas criticamente por meio de referenciais da história, da antropologia e da sociologia (Arendt, 1997).

A necessidade de se ter a Psicologia preocupada com a investigação e compreensão de temas implicados com a realidade de nossa terra e nossa gente, dentro de uma perspectiva histórico-sócio-ambiental-cultural de compromisso com a justiça, a igualdade e a dignidade reafirmam o seu aspecto de ciência e profissão que não são de neutralidade nem isenção, e cuja articulação entre teoria, metodologia, pressupostos epistemológicos e éticos se convertam para uma prática em busca da autonomia, emancipação e superação de desigualdades sociais. Dessa forma, a influência do



pensamento de autores de diversos campos do conhecimento científico tem contribuído para o desenvolvimento e consolidação de uma psicologia comunitária, cuja introdução de uma metodologia de pesquisa-ação é caracterizada pela preocupação com as questões específicas da problemática latino-americana. Dentre eles podemos citar: Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Silvia Lane, Martín-Baró, Maritza Montero e Leonardo Boff, entre outros (Silva & Bomfim, 2013, p. 252).

Os processos desencadeados pela “crise” da psicologia social possibilitaram a construção de um campo profícuo para o desenvolvimento dos estudos de gênero, pois ambos problematizavam a neutralidade científica. Isso significou a incorporação dos estudos feministas à psicologia social, para Santos, Carvalho, Amaral, Borges, & Mayorga (2016, p. 591) “a psicologia social que se buscou construir a partir da crise e que se tornou objeto de uma associação específica – a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) – foi relativamente receptiva à articulação com as perspectivas de gênero”.

Saavedra & Nogueira (2006) enfatizam que na psicologia sempre estiveram presentes estudos sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres, com o apoio desde explicações biologicistas até compreensões sobre as relações de poder entre os gêneros. A fim de sistematizar as formas como os estudos de gênero e as posturas feministas se fazem presentes na psicologia, as autoras sistematizaram três períodos históricos:

1) chamado de período pré-feminista da psicologia: a figura feminina estava ausente ou desvalorizada, compreende o momento da afirmação da psicologia como ciência moderna, após a ruptura com a época medieval. A epistemologia dominante buscava a objetividade e neutralidade científica com a isenção de qualquer valor social, moral e político. Com a cisão entre psicologia e filosofia, a ciência psicológica seguiu um modelo biologicista. A figura feminina é concebida como inferior ou é invisibilizada.

2) O segundo período é denominado como psicologia feminista e enfoca a importância da “mudança social”, ganhando força a partir da década de 90 do

século passado, questões como, os significados das diferenças sexuais passam a ser incorporadas em diferentes âmbitos da pesquisa e investigação psicológica. O gênero passou a ser concebido, seja como princípios que organizam as relações entre homens e mulheres, como um conjunto de relações de poder e até mesmo através das *performances* que homens e mulheres constroem objetiva e subjetivamente na vida social.

3) Por fim, Saavedra & Nogueira (2006) reconhecem a existência na atualidade de abertura de novos horizontes para o questionamento das perspectivas tradicionais da psicologia e do gênero. Este período também é caracterizado por mudanças conceituais entre a psicologia da mulher versus psicologia feminista, para as autoras é necessário o rompimento com uma visão essencialista sobre a mulher como um grupo unitário que condiciona seu comportamento. Neste sentido, reivindicam uma psicologia que se posicione enquanto feminista fazendo deste um lugar de contestação e desafio.

Santos et al (2016) em artigo que analisou a produção acadêmica sobre gênero, feminismo e psicologia social no Brasil publicadas na revista *Psicologia & Sociedade* entre os anos 1996 e 2010 observaram que a emergência dos estudos de gênero na psicologia social brasileira é marcada por especificidades, uma delas diz sobre a própria forma como a psicologia social desenvolveu-se no país, fruto de um movimento crítico, o que politizou a produção acadêmica e diferentemente de outros lugares não constituiu um campo específico da psicologia social feminista. Outro ponto observado foi que muitas das críticas feitas por feministas sobre o universalismo de gênero e seu caráter de exclusão das diferenças entre as próprias mulheres, não teve impacto na produção acadêmica, ou seja, nas produções teóricas e de pesquisas analisadas no Brasil, questões transversais ao gênero, como classe e raça, foram contempladas. Tal fato pode ser reflexo dos próprios problemas sociais heterogêneos e complexos da sociedade brasileira. No entanto, as autoras, observaram ausências em relação ao histórico colonial e patriarcal de nossa sociedade em tais produções.

As distintas opressões que as mulheres sofrem em nossa sociedade, nos colocam muitos desafios do ponto de vista da análise e da práxis psicossocial. Desafios que nos levam o tempo todo a ajustar nossas lentes,

adequar nossos métodos e buscar teorias que nos aproximem mais da realidade investigada. Estando ainda, atravessadas por nossas posições de classe, raça, etnia que sempre nos marcam social e subjetivamente.

O crime da Samarco, Vale e BHP Billiton em sua complexidade e expressão de distintas violências, afetou a vida de milhares de pessoas, e a vida das mulheres especialmente. Segundo relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre violações de direitos na construção de barragens, as mulheres são especialmente atingidas e encontram os maiores obstáculos na reposição de seus modos de vida. São exemplos dessas afetações em Mariana/MG desde a perda de seus trabalhos e renda como a perda das hortas para autoconsumo e trabalhos informais, desagregação da comunidade e de laços de solidariedade que contribuía nas tarefas de cuidado dos filhos e familiares doentes, aumento da violência doméstica e dependência financeira após o rompimento da barragem, onde os homens foram designados como os 'chefes de família' responsáveis por receber os valores mensais oriundos do auxílio financeiro.

Tais fatos alteraram drasticamente o cotidiano de muitas famílias que antes possuíam outra organização financeira, tendo a mulher maior acesso e controle sobre a gestão dos recursos financeiros da casa. Esses são alguns exemplos que nos levam a olhar e interpelar sobre as múltiplas formas como as mulheres são atingidas, bem como para os modos que encontram para resistir.

Segundo Ulloa (2016) se tem produzido nos últimos anos uma grande quantidade de estudos sobre as indústrias extrativistas, sobretudo, a de mineração, mas a problemática de gênero não tem sido central nestas investigações. No entanto, são nestes espaços que mais se evidenciam as desigualdades de gênero e se observam o aumento da violência contra as mulheres. A autora ainda ressalta que faltam análises sobre os efeitos dos extrativismos nas relações de gênero, sobre a violência e sobre como afetam os povos indígenas, afrodescendentes e camponeses. A análise sobre a relação entre extrativismos e gênero requer um olhar diferenciado que incluam aspectos territoriais, ambientais, políticos, econômicos e sociais.

Corroborando com tal entendimento, o desenho dessa pesquisa busca conectar o rompimento de fundão com aspectos macroeconômicos mais

amplos que produzem impactos sobre a vida dos atingidos e atingidas em forma de violências, em especial sobre as mulheres e são/estão ainda imbricados em práticas patriarcais e sexistas que relegam as mulheres o lugar da subalternização social. Minha argumentação central nesta tese é de que as práticas patriarcais executadas pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton/Renova atualizam e ampliam as desigualdades sociais e de gênero sobre as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton.

### *Percurso da Pesquisa*

A opção teórica metodológica dessa pesquisa é a psicologia comunitária (Montero, 2004) e a pesquisa participante (Fals Borda, 2009) que foi efetivada entre os meses de outubro de 2016 até abril de 2018 no município de Mariana/MG.

Para a psicologia social comunitária a metodologia está profundamente imbricada com sua orientação teórica, considerando o conhecimento como algo relacional, ou seja, é produzido pelo sujeito investigado e pelo investigador, sendo que este é seu caráter ontológico e epistemológico. A metodologia é participativa, tendo como dimensão ética a busca pela produção de um conhecimento compartilhado buscando a transformação social da realidade (Montero, 2004).

Toda epistemologia está diretamente relacionada a uma concepção ontológica que define o ser e o objeto do conhecimento, em função do qual uma relação cognoscitiva é produzida. Por sua vez, o método aplicado também reflete esses dois aspectos. Isto é particularmente importante, no que diz respeito ao método e às técnicas daí derivadas, o que só pode ser descrito como um "efeito perverso" ocorre, uma vez que às vezes se torna independente de concepções ontológicas e epistemológicas, éticas e políticas em conjunção com que surge, e se torna a razão para investigação, em vez de ser a rota/via de pesquisa. Além disso, quando se fala de

ontologia, epistemologia e metodologia, não é possível deixar de fora a ética e a política (Montero, 2004, p. 50 – tradução minha).

A partir desta compreensão o método para a psicologia comunitária tem um caráter relacional que implica na construção de um processo dialógico e dinâmico em que os métodos seguem o processo de intervenção e mudam na medida em que a realidade se transforma de forma crítica, reflexiva e coletiva. Desse processo dialógico se reconhece os sujeitos membros de determinada comunidade como donos de uma história e não apenas como meros objetos de pesquisa. A ética da relação entre pesquisador e pesquisado pressupõe assim, a equidade e o reconhecimento não “somente do caráter humano e digno do outro, mas também que a alteridade não é uma brecha, uma diferença, algo que distingue, que separa, mas que é parte do eu” (Montero, 2004, p. 45, tradução minha).

O conhecimento é então produzido de forma compartilhada na práxis da ação comunitária, a participação assume uma dimensão que é sobretudo política e visa contribuir para a desalienação, uma vez que os modos de subjetivar promovidos pelo capitalismo são cada vez mais individualizantes e alienantes.

Segundo Montero (2004) podemos identificar na psicologia comunitária seis princípios básicos em relação ao método: 1. O princípio científico - o método segue o objeto. O método está inseparavelmente ligado aos aspectos epistemológicos e ontológicos; são os problemas surgidos na comunidade que definirão quais métodos serão usados, porque e quando. 2. Sua natureza participativa – seja na definição dos instrumentos a serem utilizados, até a discussão e reflexão dos resultados e tomada de decisões sobre suas formas de uso. 3. A natureza ativa do método - Suas formas de produção de conhecimento devem responder as demandas de transformação comunitárias. 4. A natureza contínua da sua aplicação - toda intervenção comunitária supõe uma aplicação metodológica que acompanha as ações e relações que se executam na comunidade. 5. Sua natureza heurística - Deve gerar formas sistemáticas de responder às características de cada situação. 6. O caráter contextualizado - se expressa na adaptação do método, das técnicas e procedimentos a cada contexto específico, cultural e comunitário

em que trabalhamos

Apoiada nos referencias teóricos e metodológicos da psicologia social comunitária, a pesquisa participante adotada neste trabalho seguiu também os preceitos de Fals Borda (2009) ao entender que a pesquisa participante tem como principal potencialidade o deslocamento da estrutura acadêmica das universidades para o campo concreto da realidade o que reduz as diferenças entre sujeito e objeto. Este tipo pesquisa abre possibilidades para um fazer científico socialmente engajado.

Desde modo, se desconstrói a muralha de pedra erguida pelas concepções positivistas de ciência que separam sujeito e objeto, e o pesquisador se assume também como parte da realidade, onde sua própria prática é alvo de crítica e necessita de constante reflexividade. Durante a elaboração desse trabalho, justamente por estar em uma condição de pesquisadora e trabalhadora em Mariana senti os efeitos de meu próprio trabalho sobre a pesquisa e vice-versa, por essa razão foi necessário durante este percurso administrar esses papéis e refletir sobre eles, sendo que em determinado momento foi importante tomar um distanciamento da realidade do campo, o que ocorreu no últimos meses do doutorado a fim de organizar os dados para a escrita do texto final, no entanto, tal distanciamento não significou perder de vista o compromisso com os sujeitos atingidos que continuou o mesmo, tanto na fase reflexiva (escrita) como na fase ativa (campo) (Fals Borda, 2009).

As reflexões apresentadas neste texto são oriundas de observação de reuniões (comissão geral de atingidos e atingidas, comissão territorial de cada distrito atingido de Mariana), audiências públicas e assembleias entre atingidos, empresas e órgãos públicos, os quais foram registrados em diário de campo, bem como, levantamento documental de atas, decisões judiciais, acordos, matérias de jornais e documentos públicos relativos ao rompimento da barragem de Fundão.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 5 mulheres de diferentes distritos atingidos pela lama do município de Mariana/MG. Para a realização das entrevistas foi esclarecido para as participantes se tratar de uma pesquisa acadêmica e que seu uso era restrito para este fim. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização das

mesmas por meio de assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido e destinadas para fins únicos deste estudo. Também utilizo como fonte de informação entrevistas de mulheres concedidas ao Jornal a Sirene (jornal produzido pelos atingidos e atingidas de Mariana e Barra Longa/MG). Os nomes das mulheres entrevistadas são fictícios com exceção dos relatos de mulheres publicizados no Jornal A Sirene e outras reportagens de veículos de mídia, nesses casos são utilizados os nomes verdadeiros conforme citados nas matérias e sempre citada a fonte.

O fato de viver e trabalhar em Mariana facilitou o contato com os atingidos em geral e com as mulheres mais especificamente, com todas as mulheres entrevistas eu já havia estabelecido algum vínculo anterior, sobretudo por estarmos juntas em espaços de reuniões. O convite para a participação na entrevista foi prontamente atendido por todas elas. No entanto, foi objeto de constante preocupação deixar o mais claro possível que se tratava de uma pesquisa de doutorado sem vinculação direta com meu trabalho na época. Se por um lado, esta inserção prévia no campo ajudou no vínculo com as participantes, por outro, não foi sem conflito, por vezes me senti “travada” para coletar as informações do campo e na escrita, inclusive isso foi objeto de reflexão em minha banca de qualificação do projeto de doutorado e só foi superado por meio de uma profunda análise de implicação que me levou a rever minhas escolhas metodológicas, teóricas, analíticas e políticas na pesquisa.

As mulheres entrevistadas para este estudo têm idades entre 34 e 49 anos, duas entrevistadas se autodeclararam brancas, uma parda e duas negras. Três delas viveram a vida toda nas comunidades atingidas pela lama, uma delas mudou-se para Mariana já adulta e outra passou a residir no distrito atingido após seu casamento. Quanto a escolaridade uma concluiu o ensino médio, duas finalizaram o ensino fundamental e duas não chegaram a concluí-lo. Três mulheres se identificaram como trabalhadoras rurais e outras duas trabalhavam em setores como de estética e organização de eventos. Todas as entrevistadas tiveram suas atividades de trabalho interrompidas após o rompimento da barragem, tanto em função da perda das áreas de cultivo, criação de animais, destruição de estabelecimentos comerciais ou por necessidade de assumir novas responsabilidades como o cuidado de

familiares que adoeceram e ainda devido as demandas de participações em reuniões para discutir a reparação dos danos. Todas as mulheres entrevistadas eram mães.

Os processos de análise das informações de campo culminaram na organização desse trabalho em quatro capítulos, sendo eles:

“O capital vem ao mundo jorrando lama e sangue”, primeiro capítulo, apresenta uma discussão de cunho mais histórico sobre aspectos econômicos e sociais da constituição da sociedade brasileira desde a colonização, suas consequências e possíveis relações com a ruptura da barragem de Fundão. Discuto como a acumulação via espoliação (Harvey, 2004) presente desde os tempos do Brasil colônia ainda está em voga na sociedade brasileira e se perpetua nas práticas corporativistas e governamentais em nosso país. O saque, o roubo, a privatização das empresas nacionais como a Vale do Rio Doce são um exemplo. Aspectos da nossa economia que mesclam estruturas semifeudais com o capitalismo formam as bases de uma nação semicolonial. É neste contexto, que a barragem da Samarco rompe em 2015, em um momento de queda dos preços das *commodities* minerais e aumento expressivo da produção em busca do lucro máximo. Analiso tais fatores e apresento algumas disputas em torno das nomeações dadas ao rompimento, o qual chamo de polissemia da tragédia. Com este capítulo busco evidenciar que a barragem de Fundão não é um caso isolado, e sim resultado objetificado da violência estrutural do capitalismo.

O segundo capítulo - Rastros de Lama e Violência – Apresenta os efeitos de violência deixados pela lama. Me apoio nas contribuições da psicologia social (Martín-Baró, 1998; Sawaia, 2001) para conceitualizá-la e compreende-la como um fenômeno psicossocial que não se esgotou no dia da tragédia, mas se amplia nas ações e processos de reparação pós-crime. Os acordos entre empresas, governo e órgãos públicos pautados por órgãos internacionais, como o Banco Mundial, expressam a violência institucional que reforça o poder das empresas na condução das “mitigações” dos danos, tendo nas ações das ONG’s (assessorias técnicas) grandes sustentáculos de legitimação. Ainda, discuto sobre as violências psicossociais (ético-políticas) vividas pelos atingidos e atingidas.

“Experiências de mulheres diante do rompimento da barragem da



Samarco” – é o terceiro capítulo deste estudo, nele, discuto sobre as vivências e violações sofridas pelas mulheres após o rompimento, com ênfase especial para as práticas patriarcais executadas pelas empresas mineradoras, expressas na negação do reconhecimento da condição da mulher atingida como trabalhadora e suas perdas. Para tal, situo teoricamente o conceito de patriarcado (Pateman, 1993; Saffioti, 1987) e suas implicações no cotidiano das mulheres atingidas a partir de três categorias a) Relação das mulheres com as comunidades atingidas; b) Impactos na vida das mulheres após o rompimento da barragem de Fundão; c) Experiências de luta e resistências.

No quarto e último capítulo “As resistências e a luta pela emancipação”- procuro evidenciar as práticas de resistência empreendidas pelos atingidos e atingidas de Mariana/MG. Concebo tais práticas dentro do cenário de luta do povo brasileiro em busca de justiça e transformação social. Busco no conceito espinozano de resistência ativa (Espinosa, 2009; Sawaia, 2011; Sawaia, 2014; Sawaia, Albuquerque, & Busarello, 2018), a construção do comum e a transformação desse modelo social e econômico predatório, violento e injusto.

Esta pesquisa, situada em seu tempo histórico, reflete suas possibilidades e impossibilidades, reflete as amarguras de um tempo político vivido em nosso país que nos coloca cotidianamente em um cenário de descrença e incertezas. No entanto, o que “eles” não podem nos tirar são nossos sonhos e nossas esperanças de dias melhores.

Sigamos!

\*\*\*\*

É noite. Sinto que é noite não porque a sombra descasse (bem me importa a face negra) mas porque dentro de mim, no fundo de mim, o grito se calou, fez-se desânimo. Sinto que nós somos noite, que palpítamos no escuro e em noite nos dissolvemos. Sinto que é noite no vento, noite nas águas, na pedra. E que adianta uma lâmpada? E que adianta uma voz? É noite no meu amigo. É noite no submarino. É noite na roça grande. É noite, não é morte, é noite de sono espesso e sem praia. Não é dor, nem paz, é noite, é perfeitamente a noite.

Mas salve, olhar de alegria! E salve, dia que surge! Os corpos saltam do sono, o mundo se recompõe. Que gozo na bicicleta! Existir: seja como for. A fraterna entrega do pão. Amar: mesmo nas canções. De novo andar: as distâncias, as cores, posse das ruas. Tudo que à noite perdemos se nos confia outra vez.

Obrigado, coisas fiéis! Saber que ainda há florestas, sinos, palavras; que a terra prossegue seu giro, e o tempo não murchou; não nos diluímos. Chupar o gosto do dia! Clara manhã, obrigado, o essencial é viver!

(Passagem da Noite – Carlos Drummond de Andrade)

**1. “O CAPITAL VEM AO MUNDO JORRANDO LAMA E SANGUE” –  
COLONIALISMO E MINERAÇÃO**

Existem dois bentos, o criador e a criatura. Do primeiro, Bento Godoy Rodrigues, pouco se sabe. É fragmento de textos em livros antigos. Pela origem, nascimento e sepulcro, seria um eterno desconhecido. Porém, deixou seu nome marcado na história e fez do caminho do ouro sua própria estrada real. (...) Desbravando a mata, já ao pé da Serra do Caraça, conseguiu, em um dia e meio de trabalho, o feito de encontrar quase uma arroba do metal precioso. Os aproximados 13kg em pepitas de ouro fez com que desse ao lugar seu próprio nome: Bento Rodrigues. (...) em um tempo de muita fé, São Bento foi designado padroeiro do lugarejo. (...) a organização política fez do povoado um subdistrito da cidade de Mariana. As fazendas viraram casas, as trilhas viraram ruas, o lombo de animais e de escravos deram espaço para carros com motor e para pessoas livres. São Bento ganhou novena - todos os anos, no mês de julho. Houve um tempo que existia coral. Apareceu o time de futebol. Em 1950 a escola foi inaugurada. No final da década de 1970, chegou a energia elétrica. Tinha bar, tinha praça, tinha pássaros e plantações. Bento Rodrigues esteve de pé por 307 anos, até ser enterrado por um rio de lama. (...) Não enterraram a pessoa. No lugar, tudo que estava à vista foi sepultado. Sem direito a despedidas ou a lágrimas de "adeus". É estranho, mas houve uma inversão da ordem. O natural era que tudo acabasse, que com o tempo caísse no esquecimento. Mas é diferente. Do enterro, veio o velório. As memórias de 600 "filhos" de Bento fazem com que a tristeza vire esperança. A troca de flores é diária, até que venha o renascimento: tiram as mágoas, cultivam a fé. (...) O bandeirante Bento Godoy Rodrigues viveu na travessia do século XVII para o século XVIII. Mas Bento Rodrigues é infinito. O subdistrito Bento já não é apenas Rodrigues. Bento agora é Damasceno, é Lucas, é Santos, é Souza, é Silva. É uma porção de outros sobrenomes (Revista Curinga, pg. 16, v. 4).

O rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG, ocorrido em novembro de 2015 é uma das expressões mais vivas da violência material e simbólica do sistema capitalista e se desdobrou em outras violências (institucionais, psicossociais e de gênero) nas vidas das milhares de pessoas atingidas das cidades banhadas pelo rio doce, litoral do Espírito Santo até o litoral da Bahia. Inegavelmente o pano de fundo de todas essas violências é o sistema econômico, é por essa razão que inicio este trabalho situando o crime da Samarco, Vale e BHP Billiton como consequência da violência estrutural do capitalismo.

Tenho como objetivo compreender o rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana/MG, desde um contexto mais ampliado, procurando apresentar não apenas as causas que culminaram na ruptura daquela barragem isoladamente, mas, evidenciar o que se esconde por trás da aparente superfície da tragédia, que é em sua gênese o sistema capitalista (Marx 1867/2013), e sua forma de acumulação por espoliação (Harvey, 2004).

A forma capital via espoliação praticada pelos brancos europeus

quando colonizaram o Brasil, e posteriormente suas políticas semicoloniais ainda estão em voga nos países latino-americanos. Temos assim, a nossa história atravessada (literalmente e metaforicamente) pelo espólio, seja do pau-brasil, do açúcar, do ouro, do ferro, etc...

Essa nossa condição econômica e histórica, a nosso ver, é estrutural para compreendermos a ruptura da barragem da Samarco, pois, como se observará mais adiante, as questões que levaram ao seu colapso, estão imbricadas com as políticas internacionais dos preços das *commodities*<sup>1</sup>. Desse modo, as políticas de preços no capitalismo promovem fases de sobreacumulação (Harvey, 2004) a fim de manter, em momentos oportunos as melhores margens de lucro, nesse ínterim são violados e negligenciados tudo que possa significar algum impedimento para a garantia do lucro máximo.

A sobreacumulação pode ser considerada como os excedentes simultâneos de capital e força de trabalho disponíveis em determinado local, e, justamente por serem excedentes perdem valor para o sistema capitalista, sendo necessário promover sua desvalorização ou absorção. Desse modo, para manejar as políticas de preços e valor sobre determinados produtos no mercado mundial é necessário ao sistema que existam lugares (a margem) no mundo onde a força de trabalho, bem como, o capital seja inferiorizado economicamente para que possam ser mais valorizados em outros (Harvey, 2004).

Este processo, em voga no mundo desde os primórdios do sistema capitalista foi detalhadamente analisado por Marx (1867/2013) no qual identifica que o capitalismo nasce por meio da expropriação da terra dos pequenos agricultores pelo grande latifundiário e posteriormente pelo manufactureiro com o objetivo de transformar áreas de terras em uma vasta propriedade de um único dono. Os pequenos proprietários expelidos de seus territórios passaram a trabalhar para o novo dono das terras ou partiram para os grandes centros urbanos, sendo parte da grande massa empobrecida que formou/forma a classe trabalhadora do século XVIII até os dias de hoje “e desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje,

---

1 A tradução da palavra *commodity* é mercadoria. Porém, ela é de fato matéria-prima. Se trata de mercadorias primárias produzidas em larga escala com seus preços definidos no mercado internacional

apesar de todo seu trabalho continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma” (Marx, 1867/2013, p. 785).

Essa primeira forma (primitiva) de acumulação, descrita por Marx, separou o produtor de seu meio de produção, e, é o ponto de partida da produção capitalista. Resultando na criação de grandes contingentes de trabalhadores/as “inteiramente livres” para servir a indústria urbana, além de promover a incorporação do solo para a agricultura capitalista.

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado [...] A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência, a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário nos trilhos de valorização do capital, a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (Marx, 2013, p. 808).

É neste contexto histórico que emerge outra forma de acumulação primitiva, o colonialismo, levado a cabo pelas grandes potências europeias. Sendo um dos sustentáculos desse modo de acumulação e contribuindo significativamente para o fortalecimento do nascente capitalismo Europeu. O sistema colonial caracterizou “a aurora da era da produção capitalista” (Marx, 2013).

As colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente, mediante saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformava em capital (Marx, 2013, p. 823).

E,

Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Ele era o “deus estranho” que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais valor como finalidade última e única da humanidade (Marx, 2013, p. 824).

O capitalismo nasce, assim, sob a insígnia da violência com a expulsão/expropriação dos pequenos camponeses de suas terras para que uma única ou poucas famílias detivessem o controle sobre a maioria das terras e pessoas, com isso conseguiram criar uma multidão de trabalhadores/as assalariados para a indústria manufatureira, e paralelamente promoveram o saque sistemático das riquezas dos países colonizados. Neste sentido, a violência econômica do capital se expande, sendo o alicerce de muitas outras violências sociais **“o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés”** (Marx, 2013, p. 830).

“Nós todos estamos com a lama no coração, a lama pode não chegar nos pés, na casa, mas chegou no coração, tem um punhal, vocês enfiaram um punhal no peito da gente, não dá para tirar que sangra mais”, atingida de Paracatu contando da dor de ter a vida “tomada pela lama” – da cabeça aos pés – lembrei de Marx e sua análise sobre o nascimento do capitalismo, nada mais propício (Fragmento diário de campo, 01/11/2016).

Para Harvey (2004) o processo de acumulação primitiva descrito por Marx, ainda está em curso, assumindo novas facetas a partir da financeirização do sistema capitalista, ocorrido especialmente a partir dos anos 70 do século passado. Desse processo, de um lado, observa-se a ascensão do imperialismo norte americano e europeu com uma nova roupagem, mas com as mesmas velhas práticas, criando e mantendo guerras ao longo do globo para garantir sua hegemonia por meio do controle de

recursos naturais, como o caso da guerra do Iraque em função do petróleo. De outro, a acumulação via espoliação no capitalismo financeirizado também ganha novos contornos em termos das políticas internacionais de preços. Como aquelas praticadas e reguladas mundialmente por organismos como FMI (Fundo Monetário Internacional) e OMC (Organização Mundial do Comércio).

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (Harvey, 2004, p. 121).

O colonialismo como uma política do sistema capitalista baseado na exploração e na violência marcou expressivamente a história do desenvolvimento dos países colônias, sendo que na atualidade a condição dos países colonizados, especialmente pela Europa, é de extrema injustiça social e pobreza. As políticas colonialistas produziram objetivamente e subjetivamente um modo de ser país/colônia e ser sujeito atravessadas pela ideia de inferioridade e subalternidade. Os efeitos desses processos históricos tão arraigados na sociedade brasileira se manifestam enquanto desigualdades estruturais e violências de classe, de gênero e no racismo.

Tais desigualdades e violências se sustentam sob uma base econômica fortemente alicerçada por mais de 500 anos de exploração e espólio e corroboram para a construção de processos de subjetivação, ou seja, de

modos de ser homem e ser mulher forjados em uma sociedade fortemente desigual. Neste sentido, é necessário trazer aqui as contribuições da psicologia social para compreendermos o ser humano como um produto histórico social que está em movimento, imerso em uma realidade dinâmica, este entendimento será fundamental ao longo deste trabalho pois evidencia a nossa opção política de compreensão de sujeito e de sociedade longe de um determinismo a-historicista e fatalista (Martín-Baró, 1998; Lane & Codo, 1993).

Interessa-nos, neste capítulo e nesta tese desvelar o modo como os processos históricos de exploração aos quais estivemos submetidos constroem na atualidade um conjunto de práticas sociais e institucionais que reforçam a injustiça social, sobretudo para as mulheres. Assim, para tornar mais claro os efeitos dos processos de exploração deixados pela política colonial em nosso país em termos econômicos e culturais, discorro no próximo item sobre alguns acontecimentos significativos de tal período que deixaram marcas substanciais em nossa forma semicolonial de ser nação.

### *1.1 A colonização do Brasil e seus efeitos de violência*

Colonizar o Brasil e muitos territórios americanos, asiáticos e africanos foi uma tarefa do homem branco europeu, cujo objetivo era a de “civilizar” o mundo e conquistar mais riquezas. Essa tarefa exigiu a execução de uma política colonial estrategicamente calculada tanto em termos econômicos/comerciais como em termos culturais, ou seja, para promover o espólio das riquezas naturais dos países colônias promoveu na base da força e da violência a dizimação e escravização dos povos autóctones considerados inferiores e incivilizados.

Esta “pesada carga” do branco europeu de civilizar o mundo, não ficou sobre os seus ombros, mas sim nos ombros das muitas populações indígenas e negras que foram escravizadas e submetidas às mais cruéis formas de exploração e violência. Carga essa que gerou profundas sequelas em nossa sociedade, e, se traduzem hoje em miséria, racismo, sexismo, injustiça social, latifúndio, exploração econômica, concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, monopólio econômico, etc...



Deste modo, não é incorreto afirmar que as políticas coloniais foram também políticas patriarcais, entendendo aqui o patriarcado em seu sentido amplo de dominação e aliança fraternal masculina (Safiotti, 1987) mesmo que diretamente não tenha sido utilizada com o objetivo específico de opressão as mulheres, mas no entanto, é inegável os significativos efeitos dessas violências que perduram até hoje a partir de sua condição de gênero e raça, vide os indicadores que analisam a situação de pobreza no Brasil, nos quais as mulheres negras se encontram em especial posição de desvantagem econômica em relação as outras parcelas da população (gema, 2018).

Diante do exposto, é importante entender como nos aponta Lugones (2008) as imbricações entre raça e gênero na conformação da estrutura social das desigualdades, uma vez que o sistema de gênero/raça foi constitutivo do modelo colonial de dominação e vice-versa, e, seguem assim uma lógica de constituição mútua.

Encontramos ao longo da nossa história as bases materiais sob a quais se assentam essas desigualdades e para compreender um pouco mais sobre elas e nossa posição enquanto nação brasileira a margem do capitalismo mundial e as profundas desigualdades sociais que nos atravessam (Teixeira, 2006; Sodré, 1961; Sodré, 1963; Prado Junior, 1981) se faz necessário voltar um pouco no tempo...

Ao final do século XIV na Europa se identifica a expansão de uma economia mundo com uma nova forma de apropriação do excedente e trocas a partir das dimensões do espaço econômico e geográfico. O sistema feudal deu lugar a uma forma do capital direcionado para uma economia mundo que rompeu com as fronteiras continentais. Nesta, a energia política voltava-se para a consolidação dos direitos aos monopólios. Para o crescimento de tal economia foram essenciais:

- a) a expansão do mundo geográfico; b) o desenvolvimento de vários métodos de controle de trabalho para diferentes produtos e zonas da economia mundo; c) a criação de aparatos do Estado relativamente fortes e que posteriormente se converteram em Estados do centro dessa economia mundo capitalista. [...] O descobrimento de novas terras e a expansão da

colonização que responderam a algumas das necessidades específicas da economia europeia (Herrero, 1992, p. 18, tradução minha).

Isso nos aponta ao fato de que existia uma clara estratégia econômica em relação ao processo de colonização. Tal esquema comercial se apresentava com a produção de mercadorias em terras distantes, transporte e distribuição para zonas consumidoras europeias. Tratou-se de dominar as zonas produtoras por meio da colonização, transportar, por meio da navegação, e fazê-las circular e criar mercados amplos de consumo. “A empresa das navegações de longo curso e das descobertas ultramarinas nada tem daquele caráter de aventura com que é habitualmente apresentada. É, muito ao contrário, empresa do frio cálculo, da cuidadosa preparação, do método rigoroso” (Sodré, 1963, p. 31).

Foi neste contexto econômico nada aleatório que Portugal colonizou as terras brasileiras em 22 de abril de 1500.

A colonização do Brasil é a materialização da exploração econômica e de distintas formas de violência. Violência contra as centenas de populações indígenas que já habitavam o território brasileiro, que, quando não dizimadas, tiveram sua força de trabalho explorada para extração de pau-brasil e nos engenhos. A exploração também se deu em relação a outros recursos naturais e ao trabalho dos negros/as que foram escravizados para extração de minério e plantação de cana-de-açúcar.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa:

indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, [...] se constituirá a colônia brasileira. [...] O "sentido" da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (Prado Júnior, 1981, p. 31).

De acordo com Prado Júnior (1981), o sentido da existência da colônia brasileira sempre esteve atrelado a suprir as necessidades da metrópole portuguesa, ou seja, orientada para "fora", e, é este sentido que perdura na atualidade, pois, nos afirmamos como nação a partir desse caráter inicial do processo de colonização. Sendo assim, é notoriamente emblemática a situação da exploração extrativa mineral brasileira, que como se verá mais adiante guarda grandes semelhanças com o processo de colonização, uma vez que segue até os dias de hoje sendo exploradora de matérias-primas e com produção majoritariamente direcionada ao mercado internacional.

Para entender melhor os efeitos produzidos pelo colonialismo português na sociedade brasileira em nossos dias atuais, apresento abaixo uma breve síntese a partir das contribuições de Herrero (1992) de alguns fatos significativos relacionados ao processo econômico e social em voga no Brasil colônia, mais especificamente do período de 1502 até 1808.

- a) 1502-1534 – Período das Feitorias – Foi a cessão pela coroa portuguesa a um grupo de comerciantes a exploração dos recursos naturais brasileiros. Estabelecendo um controle direto sobre o negócio colonial. As principais atividades das feitorias foram a extração do pau-brasil por meio da escravização do trabalho indígena.
- b) 1534 – 1549 – Capitânicas – Concessão de 12 capitânicas (grandes áreas de terra) para capitães (pessoas ligadas aos interesses da corte) com direitos hereditários sobre as terras e seus habitantes, cabia ainda aos capitães a cobrança de impostos, de praticar "justiça" e receber um décimo da produção de açúcar.
- c) 1549-1580 – Do pau-brasil à cana-de-açúcar – Com o intuito de maximizar a produção de açúcar no Brasil, a coroa portuguesa criou um governo local

nomeando Tomé de Sousa como governador geral “sua principal missão era, aparte de defender o território das agressões externas, aumentar no possível os ingressos reais que as capitanias não conseguiram gerar em quantia desejada, assim como impulsionar a produção de açúcar” (Herrero, 1992, p. 154). Neste período, no mercado de capital comercial internacional o Brasil se configurou como uma colônia exportadora de açúcar.

d) 1580-1750 – Ampliação do ciclo de açúcar – Foi nessa época que se aumentou consideravelmente a vinda de escravos africanos para trabalhar na produção do açúcar, estima-se que no século XVII em torno de sete ou oito mil escravos foram traficados anualmente para o Brasil. O senhor de engenho figura central da família patriarcal ganhou relevância controlando desde as plantações até os escravos, os preços, e as ideias que circulavam na colônia. A fim de controlar as oscilações nos preços do açúcar a produção foi monopolizada. No entanto, o ciclo de açúcar começou a decair a partir da década de 1640 em função tanto dos problemas da escassez e custos da mão de obra escrava para o trabalho, redução do consumo internacional e enfrentamentos políticos, especialmente com a Holanda.

Antes de prosseguir com a caracterização histórica, destaco a importância dos períodos acima descritos para a efetivação dos processos de concentração de terra e latifúndio que existem no Brasil na atualidade, uma vez que instituíram a propriedade de vastas áreas do território brasileiro sob o domínio de um único dono “os capitães”, senhores cujo poder patriarcal se estendia sobre as terras, a família e os escravos. Estes fatos são marcantes para entendermos a concentração do monopólio da terra e da produção com resquícios feudais (Guimaraes, 2011) e o patriarcado (Brügger, 2007) ainda presentes na sociedade brasileira.

e) 1640-1750 – Ciclo do Ouro – A descoberta de ouro, sobretudo, no estado de Minas Gerais o transformou na região com uma das maiores presenças de escravos/as negros/as, a exportação de ouro atingiu um dos seus pontos mais altos em 1750, cerca de 15 toneladas. “o ouro brasileiro, assim como a prata hispanoamericana, hipotecaram as possibilidades de modernização de suas respectivas metrópoles, ao permitir a sobrevivência das estruturas do antigo regime. O ouro chegava a Portugal e rapidamente se dirigia para os mercados

asiáticos e aos centros manufatureiros europeus a fim de cobrir a balança comercial” (Herrero, 1992, p. 178).

f) 1750- 1808 – Reorganização do Império Português – A partir do esgotamento da produção aurífera e queda nas remessas de ouro fez com que Portugal colocasse em vigor uma série de mudanças estruturais, econômicas e políticas. Essas mudanças ficaram conhecidas como a reforma de Pombal, cujo objetivo central era a modernização da administração pública portuguesa e a maximização dos lucros provenientes da colônia brasileira.

O setor manufatureiro metropolitano foi submetido a um processo “modernizador” para que a economia metropolitana elevasse sua competitividade nos mercados internacionais. Com a intenção de estimular o desenvolvimento artesão, se impulsionou a ampliação de oferta de mão de obra livre assalariada especializada. Paralelamente se ordenou (1785) a extinção de qualquer indústria competitiva que existisse no Brasil, com exceção da produção de tecidos de algodão utilizados para o vestuário dos escravos e fabricação de sacos (Herrero, 1992, p. 189).

A proibição da produção têxtil no Brasil em 1785, ou seja, a possibilidade de uma indústria de manufatura, é um aspecto muito emblemático da política colonial, pois, a fim de fomentar a indústria metropolitana portuguesa se reduziu os impostos de exportação de produtos como açúcar e tabaco do Brasil. Deste modo, os produtos manufaturados passaram a ser importados, uma vez que, não havia produção brasileira e era necessário exportar matérias-primas em escalas maiores devido à diminuição dos impostos sobre os produtos.

Tais fatos são demonstrativos da acumulação via espoliação (Harvey, 2004) da produção agrícola e da produção minerária para o desenvolvimento da metrópole portuguesa. Esta política colonial relegou aos países colonizados o lugar de fornecedor de matérias-primas em detrimento da edificação de sua industrialização, que fora claramente rechaçada pela

metrópole por representar uma possível concorrência para o comércio da época.

Entre 1807 e 1809 com a ocupação da península ibérica por Napoleão, o rei de Portugal João VI e sua corte fogem para o Brasil, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, que em 1815 adquire a categoria de reino. No entanto, em 1822, se dá o início do processo de independência do Brasil por meio de uma transição negociada entre o reino português e a elite brasileira. Em troca da independência o Brasil assinou um tratado de amizade com Portugal se comprometendo a pagar uma indenização substancial, bem como, assinar um tratado de comércio com o Reino Unido para indenizá-lo por sua “mediação” no “conflito” (fato que marcou o início do endividamento externo do Brasil).

Este breve resgate histórico do Brasil colônia teve por objetivo apresentar algumas das raízes históricas da exploração, do saque, da violência, da escravidão em nosso país. Corroboro desse modo, com Marx (1867/2013) e Teixeira (2006) ao entender que a força da forma capital no colonialismo com a acumulação primitiva e exploração de matérias primas se tornou a base da industrialização europeia e possibilitou as condições para seu maior desenvolvimento econômico. Os efeitos deixados pelo colonialismo e pelo escravismo na América Latina são expressões peculiares da forma como o capital comercial criou economias a margem do sistema capitalista mundial, situação que até hoje nos encontramos em termos materiais e ideológicos.

A ideologia do colonialismo começa a aparecer quando a expansão europeia se define nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, com a Revolução Industrial, determinadas áreas do mundo, a americana principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, constituindo-se novos países. Mantida a estrutura colonial de produção, tais países deixam de gravitar em torno de suas metrópoles antigas, para gravitar em torno de outras, não tituladas assim, que regulam o seu desenvolvimento econômico. Através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita, é ganha, —

preparada que está pela sua condição de classe, — para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a a fatores não materiais: superioridade de raça, superioridade de clima, superioridade de situação geográfica, que predestinam as novas metrópoles. É em suma, a preparação ao imperialismo (Sodré, 1963, p. 8-9).

Vamos nos ater apenas a esta caracterização, ainda que breve, do período colonial, pois são significativos os reflexos deixados por esses séculos de espólio em nossa economia, bem como, são significativas as constatações de que ainda nos dias atuais formas muito próximas das acima descritas são reiteradamente executadas pelas grandes empresas multinacionais e pelo Estado brasileiro. É necessário destacar ainda como parte do sistema colonial e da barbárie, os domínios culturais do colonialismo expressos por meio do patriarcado, e os séculos de escravidão sobre a população negra, o latifúndio da terra e as desigualdades sociais. Tais processos com suas profundas marcas em nossa sociedade nos vincula a uma condição na atualidade de nação semicolonial.

Se a história como nos aponta Ianni (1996) esconde os segredos do presente é necessário recorrermos a ela muitas e muitas vezes para analisarmos nossa condição atual em termos de permanências e avanços, é neste sentido, que discorro a seguir sobre a noção de semicolonialidade, pois, se por um lado não somos mais uma colônia, por outro, o processo de ser colônia deixou traços econômicos, culturais e ideológicos muito fortes que se atualizam e se ampliam em nossa sociedade.

Semicolonialismo é utilizado aqui para se referir às “heranças” coloniais presentes em nossa sociedade mesmo após a constituição do estado-nação brasileiro. Em nossa realidade, talvez um dos exemplos mais presentes dessa marca colonial seja a permanência da alta concentração latifundiária da terra em nosso país. Desde o período da concessão das sesmarias e constituição das capitanias hereditárias pela coroa portuguesa iniciou-se não apenas a formação da propriedade privada no Brasil, mas também o processo de

grilagem<sup>2</sup> de terras.

Dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam as diferenças entre grandes e pequenas propriedades em número de estabelecimentos e no percentual que representam no total das áreas rurais do país. Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total (IBGE, 2009).

Corroborando com tais dados, relatório da OXFAM (2017) informa que em 2016, do total da área ocupada por terras privadas, 25% eram de pequenas propriedades aquelas com até 4 módulos fiscais (medida que varia por município). Os demais 75% são de médias e grandes propriedades, aquelas cuja área é igual ou superior a 4 módulos fiscais. No Brasil, não há limites para o tamanho de propriedades, existindo fazendas maiores que 150 mil hectares, este é o tamanho por exemplo do município de São Paulo.

Essa desigualdade na distribuição de terras se traduz em injustiça social e violência no campo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2016 do total de conflitos no campo entre os anos de 2015 e 2016, 1.295 estão relacionados à luta pela terra, incluindo situações de despejo, ameaça e morte. Outros 172 referem-se a disputas por água – maior número desde quando a CPT começou a catalogar esses casos específicos, em 2002. Além de 69 conflitos referentes a questões trabalhistas, sendo que 68 deles de ocorrências de trabalho escravo. Os números de assassinatos no campo saltaram no período de 50 para 61, o que configura um aumento de 22%. No documento também se sobressai a evolução do número de pessoas

---

2 O termo "grilagem de terras" surgiu de uma prática antiga para dar uma aparência envelhecida a papéis. Os documentos forjados, que indicavam falsamente a posse das terras, eram colocadas em uma caixa com grilos. Em pouco tempo, a ação dos insetos dava ao papel uma aparência envelhecida. A grilagem de terras pode ser entendida como toda ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros. Atualmente, a prática conta com as falhas nos sistemas de controles de terras brasileiros. A falta de um sistema único de registro de imóveis, que realize o cruzamento de dados de posse nas esferas municipais, estaduais e federal, e a falta de fiscalização sobre a titularidade de grandes propriedades facilitam a ação dos criminosos. Os "grileiros" usam registros em cartório de título de imóveis, em órgãos fundiários e na Receita Federal. Com o cruzamento de diferentes registros, a fraude ganha a aparência legal (Oxfan, 2016).



encarceradas por conflitos no campo, que passou de 80 para 228, o que representa um aumento de 185%. Além disso, as ameaças de prisão saltaram de 49 para 265 – uma diferença de 441% desde o início da série histórica em 1985 (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2017).

O que os dados sobre violência no campo nos mostram é a profunda desigualdade de nosso país, onde o semicolonialismo e semifeudalismo coexistem e servem aos interesses de classe de uma pequena elite fascista e atrasada que controla praticamente todas as instituições de poder financeiro, político e de polícia.

José Carlos Mariatégui já em 1928 no livro “7 ensayos de interpretación de la realidad peruana” analisava os efeitos do processo colonial na constituição do atraso social e econômico do Peru. Foi um dos primeiros autores a desenvolver teoricamente uma análise social, econômica e política desde a realidade latino-americana. Para ele, a consolidação do Estado naquele país, teve como base a manutenção de interesses das classes dominantes, pois vinculou-se a uma base material muito específica no campo econômico e social entre capitalismo monopólico e formas pré-capitalistas de economia e entre os interesses da burguesia e latifundiários.

A classe latifundiária não conseguiu transformar-se em burguesia capitalista, patrona da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários se contentam em servir de intermediários a este, na produção de algodão e açúcar. Este sistema econômico tem mantido na agricultura uma organização semifeudal que constitui o mais pesado lastro do desenvolvimento do país (Mariategui, 2007, p. 21, tradução minha, grifo meu).

Para o autor citado, a questão agrária com a manutenção de um sistema de semifeudalidade corrobora significativamente para a conservação e agravamento da condição de pobreza e miséria de grande parte da população, especialmente naquele contexto, dos povos indígenas, além de impedir o próprio desenvolvimento do capitalismo, pois, o desenvolvimento de

instituições democráticas e livres não podem se estabelecer e avançar sob uma economia semifeudal (Mariátegui, 2007).

Porém no Peru, não temos tido em cem anos de república uma verdadeira classe burguesa, uma verdadeira classe capitalista. A antiga classe feudal, camuflada ou disfarçada de burguesia republicana, tem conservado suas posições. A política de confisco da propriedade agrária iniciada pela revolução da independência como uma consequência lógica de sua ideologia, não conduziu ao desenvolvimento da pequena propriedade. A velha classe latifundiária não havia perdido seu predomínio. A sobrevivência de um regime de latifundiários produziu, na prática, a manutenção do latifúndio (Mariátegui, 2007, p. 40, tradução minha).

De modo muito similar a realidade peruana, no Brasil mesmo sendo oficialmente uma república, em tese, democrática, sua burguesia é latifundiária, atrasada e fascista, comprometida com os interesses imperialistas, ou seja, aqui coexistem no capitalismo modos de produção semifeudais a partir de um regime de dominação semicolonial.

A condição econômica destas repúblicas, é, sem dúvida, semicolonial, e, à medida que cresce seu capitalismo, e, em consequência a penetração imperialista, tem que acentuar este caráter de sua economia. Porém, as burguesias nacionais, que vem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de ganhos, se sentem bastante donas do poder político para não se preocupar seriamente da soberania nacional [...]. O Estado ou melhor a classe dominante não sente falta da ampliação da autonomia nacional (Mariátegui, 1929/2007, p. 5, tradução minha).

Sendo assim, a soberania nacional nunca foi uma preocupação da política colonial e muito menos da política semicolonial, as privatizações

tornaram-se práticas sistemáticas do Estado que favorecem sobremaneira a consolidação dos monopólios multinacionais. A privatização para Harvey (2004) é uma das características da acumulação via espoliação na atualidade, e, nos insere de modo cada vez mais degradado no cenário internacional, ajudando sobremaneira a manutenção dos grandes monopólios econômicos.

Sobre isso, o caso da privatização da companhia estatal Vale do Rio Doce – que detém 50% das ações da Samarco - em 1997, é um exemplo de como as políticas de privatização e abertura ao capital estrangeiro em voga desde o período da ditadura militar no Brasil, aprofundadas na década de 90 do século passado no governo Fernando Henrique Cardoso e agudizadas nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal serviram para a ascensão de políticas imperialistas e crescimento do capital extrativista em contraposição à soberania e desenvolvimento de uma indústria nacional brasileira (Petras, 2004).

Entre 1996 e 1998, as multinacionais estrangeiras adquiriram oito das maiores firmas alimentícias, mineradoras e metalúrgicas brasileiras [...] As políticas neoliberais de Cardoso escancararam as portas para a tomada de setores críticos da indústria e dos bancos pelo capital estrangeiro. No entanto, foram os presidentes seguintes, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que completaram o Grande Recuo da indústria brasileira, ao determinarem o capital extrativista como força motriz da economia. Durante o mandato de Lula, as privatizações de Cardoso foram mantidas e aprofundadas. A ultrajante privatização da companhia mineradora Vale do Rio Doce por apenas uma fração do seu valor, conduzida por FHC, foi defendida por Lula; o mesmo com a privatização de fato da Petrobrás, também levada a cabo por Cardoso. Lula abraçou as restritivas políticas monetárias, acordos de superávit com o FMI, e seguiu as determinações orçamentárias dos diretores da entidade [...] O mandato de Lula tomou as políticas neoliberais de FHC como um guia para a reconfiguração da

economia brasileira em benefício dos capitais nacional e estrangeiro, dedicados, agora, ao setor de exportação de matéria-prima. Em 2005, o Brasil exportou U\$55,3 bilhões em matéria-prima e U\$44,2 bilhões em bens manufaturados; em 2011, triplicou sua exportação de matéria-prima, alcançando U\$162,2 bilhões, enquanto suas exportações industrializadas subiram para meros U\$ 60,3 bilhões. Em outras palavras, a diferença entre as exportações de produtos industrializados e de matérias-primas cresceu de U\$13 bilhões para mais de U\$100 bilhões nos cinco últimos anos do governo Lula (Petras, 2004, p. 306).

O ferro que escoia dos minerodutos da Samarco vira lucro para acionistas do mundo todo, grandes corporações, em geral, bem distantes dos territórios devastados pela atividade minerária. O caso da Vale S. A que detém 50% das ações da Samarco é um bom exemplo, das ações em circulação da empresa no ano de 2018, 47,1% eram de investidores estrangeiros.

### 1.1.1 Capitalismo e as empresas de mineração

O processo de constituição da companhia Vale do Rio Doce, no ano de 1942 no governo de Getúlio Vargas, já denotava sua orientação para o mercado exterior, sendo fruto do Acordo de Washington<sup>3</sup> no qual participaram os governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Brasil cujo objetivo era o fornecimento de ferro brasileiro para os países aliados durante a segunda guerra mundial. Por meio deste acordo foram encampadas pelo governo as minas de Itabira em Minas Gerais e a Estrada de Ferro Vitória-Minas após 20

---

3 Acordos de Washington diziam respeito basicamente ao fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana e foram assinados em Washington a 3 de março de 1942. Os acordos incluíam: a) criação de uma corporação destinada a promover a expansão econômica brasileira, com cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos; b) projeto de modernização da mina de Itabira (minério de ferro) e da ferrovia Vitória-Minas; c) fundo para o desenvolvimento da produção de borracha. Entre 1942 e 1943 foram assinados outros acordos, geralmente incluídos na rubrica Acordos de Washington, que diziam respeito ao fornecimento de ipecacuanha, aniagem, linters de algodão, timbó, babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará, cristal de rocha, mica, rutilo, flores de piretro, cera de carnaúba, cera de urucuri (Acervo do CPDOC - <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>)

anos sob a propriedade estrangeira. Em função deste acordo por três anos o Brasil forneceu minério de ferro para os EUA e Inglaterra por um preço bem inferior aos praticados na época (Pimenta, 1981)

A consolidação da Vale do Rio Doce se insere dentro de um projeto de desenvolvimento nacional “autônomo” em termos sociais, políticos e econômicos vigente no chamado Estado-Novo (1937-1946). Embora, se buscasse neste período a instauração de processos de modernização, Cotrim (1999) aponta que esse projeto foi uma clara expressão de conciliação entre o novo e o velho expresso na contradição de uma industrialização nascente que não rompeu com as estruturas agrárias tradicionais. Tais fatos tiveram como resultado uma “modernização conservadora” que resguardou os aspectos mais atrasados e arcaicos da sociedade brasileira. A burguesia que fora formada a partir do capitalismo industrial demarcou muito bem os limites do desenvolvimento autônomo do Brasil, uma vez que a concepção de progresso contido nas políticas e discursos do desenvolvimento nacionalista presentes em ideias como do progresso nacional nunca deixaram de ter um caráter de classe, sendo direcionadas aos setores mais privilegiados da sociedade.

Neste ínterim, o debate da soberania nacional foi e é ainda um tema a ser enfrentado no Brasil, especialmente no contexto das privatizações e da instauração/consolidação de políticas neoliberais, como as praticadas nos anos de 1990 do século passado quando a Vale do Rio Doce foi privatizada, mediante fusões e aquisições no governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2003 – por 3.14 bilhões, uma fração muito pequena de seu valor total. De acordo com Petras (2004, p. 310-311):

a empresa concentrou seus investimentos em mineração, estabelecendo uma rede global de minas em mais de uma dúzia de países nas Américas do Norte e do Sul, Austrália, África e Ásia. Os governos Lula e Dilma desempenharam um grande papel na facilitação do domínio da Vale no setor de mineração e no crescimento exponencial do seu valor: atualmente, este valor é de mais de U\$ 100 bilhões. Mesmo assim, ela paga alguns dos impostos mais baixos do mundo, a despeito de ser a segunda maior

companhia mineradora do planeta, a maior produtora de ferro e a segunda maior produtora de níquel. Em 2013, os royalties máximos sobre as riquezas minerais passaram de 2 para 4%.

Após a privatização a Vale do Rio Doce passou a se chamar somente Vale, está presente em 14 estados brasileiros (Pará, Maranhão, Ceará, Tocantins, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Possui cerca de dois mil quilômetros de malha ferroviária e nove terminais portuários próprios. É a maior empresa no mercado de minério de ferro e pelotas do Brasil e uma das maiores do mundo. Detém 50% das ações da Samarco.

A outra acionista da Samarco que igualmente à Vale detém 50% das ações, é a empresa anglo-australiana BHP Billiton que é uma fusão entre a australiana Broken Hill Proprietary e a inglesa Billiton fundidas em 2001. Ambas as empresas começaram suas atividades no século dezenove, tendo uma história de mais de cem anos marcadas pela exploração de recursos naturais e pessoas em diversas partes do mundo.

Mais especificamente a Billiton iniciou suas atividades nas ilhas de Belitung (Billiton) na região ocidental da Indonésia que foi uma colônia inglesa e depois holandesa, quando se deu o início do processo de exploração do estanho e do chumbo na região. A mão de obra empregada no trabalho nas minas era majoritariamente de chineses. Posteriormente a companhia expandiu seus negócios para a extração de bauxita e nos anos 70 do século passado entrou para o mercado de petróleo, comprando a empresa petrolífera Shell.

Já a BHP começou a exploração de chumbo e prata em Broken Hill na Austrália em 1885. Tendo rapidamente desenvolvido suas atividades para a manufatura de aço e posteriormente produção de Petróleo. A partir daí, diversificaram geograficamente suas áreas de exploração para outras regiões do mundo. Em 2001 com a fusão com a Billiton criou-se a maior companhia de mineração do mundo. Os países onde a BHP Billiton mantém operações de mineração são: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Indonésia,

Iraque, Moçambique, Paquistão, Papua Nova Guiné, Peru, África do Sul.

A partir dessa breve apresentação se observa que as empresas que estão por trás do maior crime socioambiental do Brasil têm uma história marcada pela exploração e pelo espólio regidos pelos interesses do capital internacional desde sua criação.

Harvey citando Arendt, destaca que “os burgueses perceberam, pela primeira vez, que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível a “acumulação de capital” (Marx) e dera início a toda acumulação anterior, tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente” (Harvey, 2004, p. 119).

O “simples roubo” vem repetindo-se insistentemente ao longo da nossa história e nos colocado enquanto nação brasileira em uma posição de subalternidade e pobreza. Situação que se repete em toda a América Latina, onde muito pouco mudou em relação às práticas que eram realizadas na época das colônias. A desindustrialização da economia brasileira e o crescente desequilíbrio entre o extrativismo dominante e o setor manufatureiro são ilustrativos dessa reversão do Brasil na atualidade a aspectos presentes desde o período colonial (Petras, 2004).

Nota-se que a instalação das empresas de mineração no Brasil, estiveram fortemente atreladas a políticas semicoloniais, tanto em relação a sua orientação de produtora de matérias-primas para suprir necessidades do mercado internacional, como respaldadas por discursos e práticas do Estado brasileiro e sua burguesia servilista que criou as melhores condições em termos de flexibilização de impostos, legislações ambientais<sup>4</sup> e trabalhistas para sua instalação e permanência.

---

4 Sobre a flexibilização da legislação ambiental vide o PL 3729/2004 conhecido como Lei Geral do Licenciamento Ambiental elaborado pela bancada do PT com acréscimos das bancadas ruralistas e do lobby mineral em tramitação no congresso nacional brasileiro. Propõe que os órgãos responsáveis poderão acelerar a concessão do licenciamento caso um empreendimento esteja situado em uma mesma área de influência ou em condições similares a outros que já tenham obtido a licença ambiental, além disso o projeto retiraria o poder de veto de entidades como Funai, Fundação Cultural Palmares, IPHAN, Ibama e órgãos gestores de parques nacionais e áreas de proteção permanente, o projeto poderá permitir empreendimentos em unidades de conservação de proteção integral. O projeto tem a adesão da FDA (Freunde Parlamentar de Defesa da Agropecuária, que tem interesses em sua aprovação, uma vez que o projeto também prevê a isenção da obrigatoriedade do licenciamento para pecuária extensiva e atividades agrícolas em geral. A intenção da bancada ruralista é que o projeto seja votado/aprovado em 2019. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=25716>, acessado em 06/12/2018.

Tais práticas também se sustentam em discursos que associavam as empresas - em geral grandes monopólios - a uma certa ideia de desenvolvimento econômico e cultural em detrimento das populações locais consideradas incivilizadas e atrasadas, sendo que sua resistência a este modelo de desenvolvimento era considerado impeditivo do “progresso”.

Estes discursos são reiteradamente utilizados quando da construção de grandes empreendimentos, como estradas, hidroelétricas, projetos de mineração que se apresentam como catalizadoras do “progresso” para aquelas comunidades tão esquecidas pelo Estado. No entanto, este “progresso” propagandeado é na maioria das vezes inacessível para essas populações. Há claramente uma dissonância material e simbólica entre o que ele significa para as grandes empresas e o Estado e o que ele significa para as comunidades locais.

Eu, a Samarco e o fim da alegria,

A minha relação com a Samarco começou em 1976. Nessa época, eu e minha família morávamos na Vila da Alegria, vizinha da unidade da Mina de Germano. Meu pai, era funcionário da empresa Samitri (Atualmente Vale S/A acionista da Samarco), e utilizava uma estrada antiga que dava acesso a Bento Rodrigues, passando pela fábrica. Meu pai permanecia na Vila da Alegria durante a semana para trabalhar, onde eu também estudava. A estrada que utilizávamos foi eliminada para a construção das barragens de Germano (1977), Santarém (1995) e Fundão (2007). Recordo que antes da Samarco tínhamos o direito de ir e vir. Porém, posteriormente, passou a ser comum termos que cavar para transitar, pois a empresa começou a fechar a estrada com “montanhas” de terra, vales e cercas. Como a Samarco não possuía local para colocar seus rejeitos, construiu um “bota-fora” muito próximo à Vila de Alegria, na Vila Velha, onde minha família residia. A vila de Alegria era dividida por nomes que se equiparavam a bairros, como a Vila Velha, Vila do Canga e a Vila dos Engenheiros. Esse “bora fora” soterrou



duas pessoas nos anos de 1980, o meu amigo Edvaldo, cujo corpo até hoje não foi encontrado, e um tratorista da empresa, de nome José Luiz. Mortes estas justificadas pela empresa como negligência dos pais do menino Edvaldo e imprudência do tratorista, que ao ver uma avalanche de terra pulou do trator para tentar se salvar: queriam que ele tivesse morrido dentro do trator? Diante desses fatos, a Samitri decidiu acabar com a Vila de Alegria, e determinou que a Samarco fornecesse subsídio para que cerca de 110 famílias adquirissem lotes em Mariana. A Samarco usou como critério contemplar apenas famílias cujo domicílio eleitoral fosse a seção da Vila de Alegria, alegando que as demais famílias possuíam outro domicílio, deixando de fora cerca de 70, inclusive a minha, por possuir domicílio eleitoral em Bento Rodrigues.

Trinta anos depois, após o rejeito da Samarco atingir Bento Rodrigues, vi toda essa história se repetir. Meu imóvel foi totalmente destruído, obrigando-me a deixar o local onde nasci, cresci e escolhi para viver. Só que desta vez a dor e a perda foram maiores. Bento Rodrigues é minha terra natal, meu domicílio eleitoral e local onde possuo estreitos laços afetivos, já que meus antepassados vivem há gerações nesse distrito [...]. (M. M. Silva, Lima, Maia, Nolasco, & Filgueiras, 2016).

\*\*\*

[...] Ouço a tempestade. Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. Lançam-me à cara, fatos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminhos de ferros. Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. Falo dos que, no momento em que escrevo, cavam à mão o porto de Abidjan. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à

dança, à sabedoria. Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. Lançam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou de vinhas plantadas. Mas eu falo de economias naturais, de economias harmoniosas e viáveis, de economias adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapina de matérias primas. [...] cada dia que passa, cada negação de justiça, cada carga policial, cada reclamação operária afogada em sangue, cada escândalo abafado, cada expedição punitiva, cada viatura de C.R.S., cada polícia e cada miliciano fazem sentir-nos o preço de nossas velhas sociedades (Césarie, 1978).

\*\*\*

### 1.1.2 Dados sobre a exploração mineral no Brasil

Petras (2014) em análise sobre o modelo econômico extrativista, faz uso da expressão “agromineral” para referir-se a força da indústria extrativa no Brasil baseada na exploração das *commodities* minerais e da agricultura em larga escala, esta última representada pelos grandes latifundiários. O autor acima citado, destaca que, entre 1995 e 2005, o capital estrangeiro no setor agroindustrial de grãos saltou de 16% para 57%. Chegando a controlar 22% das companhias brasileiras de açúcar e etanol. Em função do setor de exportação, incluindo criação de gado, soja e silvicultura entre maio de 2000 e agosto de 2005 o Brasil perdeu mais de 132 mil quilômetros de floresta, entre 2003 e 2012, mais de 137 mil quilômetros quadrados foram desmatados, inclusive para atividades de mineração.

A complexa relação entre o uso do solo e o direito de compensação financeira pela exploração da lavra na mineração brasileira também é um tema pertinente para refletir sobre a forma de minerar vigente no país. A constituição de 1988, ressalta em seu Art. 20 e parágrafo IX que pertencem à União os recursos minerais, inclusive os do subsolo; Isto significa que o minério presente no subsolo brasileiro é um bem público. No entanto, na mesma constituição em seu Art. 176 se faz uma distinção entre jazidas e

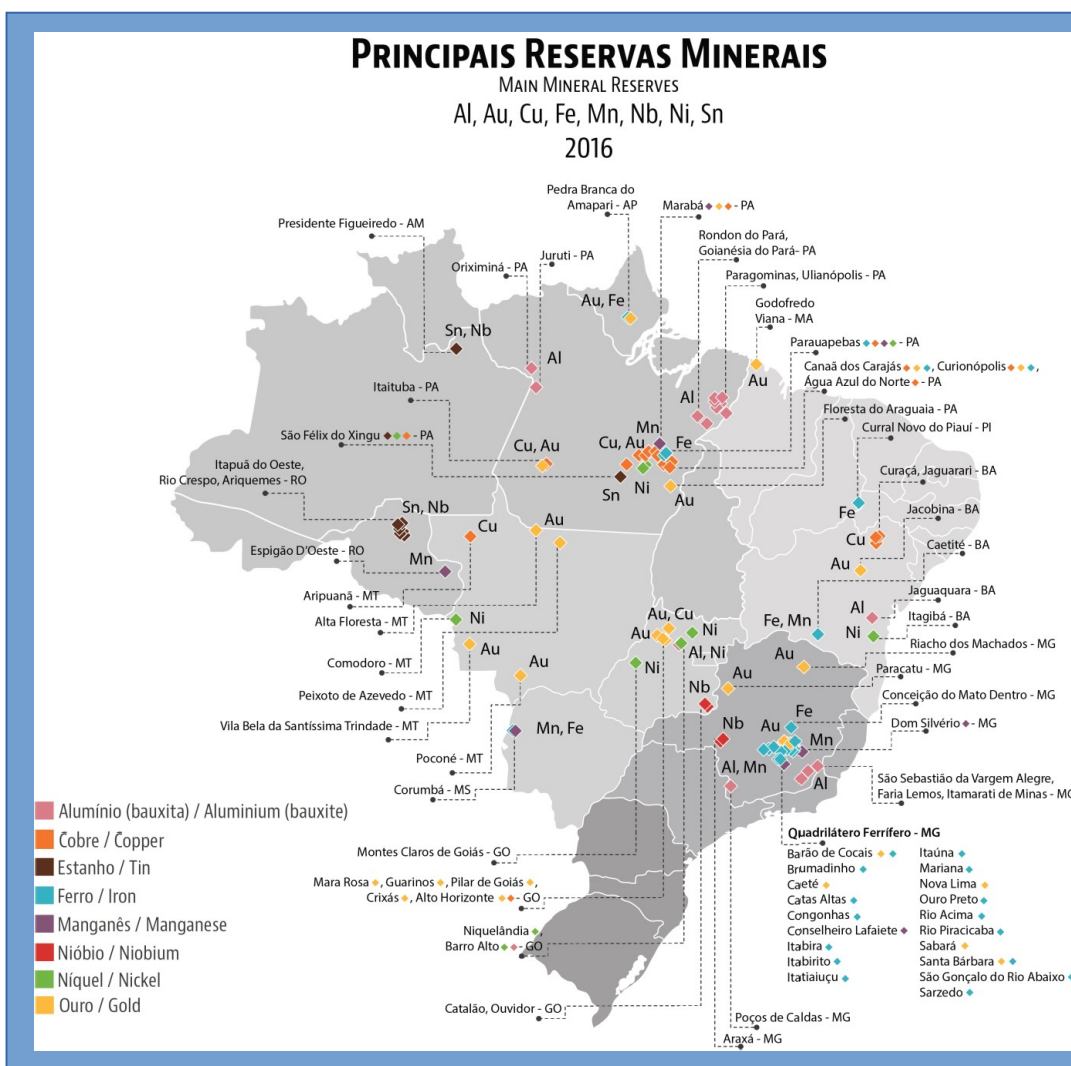
propriedade do solo:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra (Senado Federal, 2011). Isto significa que somente existe participação na compensação financeira quando da exploração da lavra, a União, ou melhor o povo brasileiro não tem nenhuma compensação ou participação financeira pela cessão do solo ou subsolo para exploração da atividade minerária.

O Código de Mineração Decreto-Lei 227/67, e a Lei 6.567/78 alterados pela Lei 9.314/96, também não prevê nenhuma exclusividade do proprietário do solo no aproveitamento de recursos minerais. Prevalece no Direito Minerário o princípio da prioridade no direito à exploração de qualquer substância mineral em território brasileiro. Para o deleite das empresas que exploram minério no Brasil, é importante destacar a chamada Lei Kandir (Lei Complementar nº 87 de setembro de 1996) que isenta de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bens primários, manufaturados e semifaturados destinados à exportação. Tal Lei acarretou perdas significativas para a economia brasileira em especial na exportação de minérios, segundo Coelho (2016, p. 165):

[...] **O governo de Minas Gerais teve perdas potenciais de R\$ 16,9 bilhões**, entre 1997 e 2013, com a isenção de ICMS para bens e serviços exportados de acordo com a Lei Kandir (87/96), sendo recompensado pela União com apenas 26% deste valor, o que causa déficit potencial de R\$ 12,5 bilhões. O mesmo aconteceu com o estado do Pará, que teve no período perdas potenciais de R\$ 11,9 bilhões, sendo compensado com 21,2% deste valor, o que deixa o prejuízo de R\$ 9,4 bilhões. Importante destacar que as compensações realizadas pela União não acompanham as variações nos preços dos minérios, por isso não houve compensação pelo crescimento do valor das exportações durante o ciclo de alta das commodities. As grandes

corporações multinacionais se valem de diversas práticas, algumas delas ilegais, para diminuir os tributos pagos pela produção e circulação de mercadorias. Recente estudo do INESC (p. 12, 2015) classificou estas práticas em: elisão, evasão, sonegação e transfer pricing. A elisão é uma forma da empresa se antecipar às cobranças de tributos através de iniciativas legais que diminuem ou adiam os gastos. A adoção de regimes tributários baseados no lucro presumido é um exemplo de elisão. A evasão e sonegação de impostos são outras formas de evitar o fisco. Há ainda o transfer pricing, forma de diminuir os tributos por meio da venda de bens ou serviços a preços abaixo dos praticados no mercado para coligadas localizadas em paraísos fiscais, que então os revendem a preços normais. Assim, os gastos são menores graças à fraca tributação desses países. No mesmo estudo, considerando apenas três dos minerais comercializados pela Vale (ferro, níquel e cobre), o INESC (p. 15, 2015) estimou que a Vale S.A. não pagou 39,8% do montante referente ao CFEM em 2013.



**Figura 1) Principais reservas minerais brasileiras**

Fonte: DNPM (2017).

Os dados disponibilizados no Anuário Mineral Brasileiro de 2017, elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM, 2017) além dos dados presentes no balanço anual do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2018) nos dão uma dimensão em termos econômicos do tamanho da indústria extrativa brasileira. Ela, corresponde a 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, produz em média 2 bilhões de toneladas de minério por ano, representa 33% do saldo da balança comercial e 17% do percentual industrial do Brasil. Em 2016 foram mais de 21,6 bilhões de dólares em exportações, especialmente para: China, Estados Unidos, Japão, Holanda e Canadá.

A opulência das cifras da indústria extrativa brasileira, não se traduzem em igualdade social, ao contrário seguimos sendo um país extremamente

desigual. Estudo publicado pela Oxfan (2017) intitulado “a distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras, expõe tais fatos. No Brasil, apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Uma trabalhadora que ganha um salário-mínimo por mês levará em média 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês. Entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres foi de 18%.

Existe no Brasil, uma relação direta entre latifúndio e mineração, entre latifúndio e pobreza, mineração e violência, latifúndio e violência, mineração e pobreza. Como produtos que são de uma política semicolonial impelem milhões de brasileiros e brasileiras a uma luta cotidiana para garantir o pão de cada dia. Essa luta injusta e indigna, efeito do capitalismo, é imposta violentamente para a grande parte da população que ainda morre de fome enquanto alguns poucos gozam de todos os privilégios.

\*\*\*

A Flor e a Náusea (Carlos Drummond de Andrade)

Preso à minha classe e a algumas roupas, vou de branco pela rua cinzenta.

Melancolias, mercadorias, espreitam-me. Devo seguir até o enjoo? Posso, sem armas, revoltar-me? Olhos sujos no relógio da torre:

Não, o tempo não chegou de completa justiça. O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera. O tempo pobre, o poeta pobre fundem-se no mesmo impasse. Em vão me tento explicar, os muros são surdos. Sob a pele das palavras há cifras e códigos. O sol consola os doentes e não os renova. As coisas. Que tristes são as coisas...

\*\*\*

### *1.2. Mariana e seu lugar na exploração mineral*

Da serra e do morro chamados do Ouro Preto em várias fontes da parte do norte nascem as primeiras agoas que principia ao chamado Ribeirão do Carmo, o qual do seu nascimento recebendo as que se lhe juntam ocorre o

espaço de duas legoas precipitado por entre montes e despenhadeiros com tal velocidade que tudo quanto recebe leva soberbamente consigo e finda com pouca diferença a dita distância, começa a socegar em estreita planice, em qual nas margens do dito rio foi fundada a Vila do Carmo, hoje, cidade de Marianna (...) depois dois arraiaes, ou lugares chamados de São Sebastião e São Caetano, povoações inferiores a dita cidade, fundaram os primeiros moradores juntos das agoas do dito rio, ignorando que esse se havia de encher de areia, e por cima de 50 palmos destas havia de correr, como hoje corre com grave prejuízo a dita cidade, pois deixando-lhe já enterradas as pontes mais baixas, e mais de três partes das casas que fizeram os primeiros moradores está correndo perto das do Senado e em dez anos entrará na Matriz Catedral, Palácio, Intendência e nas mais que naquele local estão, o que procede de todos os dias se moverem as terras da dita Serra, e montes para se desentranhar o ouro delas, umas a força de braço, outras por indústria com as agoas dos mesmos montes, que os invernos levam tal quantidade de terra ao dito ribeirão que fazem levantar cada anno o melhor de 4 palmos, do que procede o prejuízo. (Vasconcellos, 1938, citado em Fonseca, 1998, p. 39)

O trecho acima é a transcrição de uma representação dos oficiais da câmara de Mariana em meados dos setecentos falando das inundações vividas pelas localidades ribeirinhas nos períodos chuvosos em função da exploração predatória do ouro naquela época. Eram comuns reclamações de moradores e a menção de tais fatos em vários documentos. As enchentes ocorridas em 1743 e conseqüente cheia do rio devido ao seu assoreamento para extração do ouro foram responsáveis pela destruição de boa parte da vila (Fonseca, 1998).

Segundo Fonseca (1998) a produção aurífera em meados do século XVIII, atingiu seu apogeu muito mais em função da exploração do trabalho escravo do que em função de melhorias nas técnicas de extração que durante

todo o ciclo do ouro continuaram extremamente rudimentares e acarretaram importantes prejuízos à paisagem natural local, além é claro dos danos causados a vila, como as frequentes enchentes acima descritas. Já em seus primórdios os moradores próximos ao ribeirão do Carmo sofriam os efeitos dos processos extrativistas. Nota-se que desde o início, este foi um processo predatório, baseado no emprego de tecnologias muito rudimentares que deixaram como consequência uma exploração maior tanto das forças de trabalho humanas como dos recursos naturais.

Vale destacar que o ciclo do ouro e a descoberta de outros metais preciosos na região, como os diamantes, não significaram maior desenvolvimento econômico e distribuição da riqueza em Minas Gerais. Ao contrário, a exploração do ouro criou uma legião de “desclassificados do ouro” expressão cunhada pela historiadora Laura de Mello e Souza para referir-se a exclusão social efeito da produção extrativista. Por trás da aparente opulência propagandeada pela elite dominante da época existia o paradoxo da fome, a grande fome (1669-1701) e em períodos posteriores a pobreza foi um círculo costumeiro. A riqueza das Minas se limitava a poucas pessoas, aquelas que tivessem maior número de escravos ou possuíssem concessão de lavras (L. de M. e. Souza, 2004).

Ser gente pobre em uma terra rica não foi uma característica restrita ao período colonial. Minas Gerais nasce sob a insígnia da exploração do ouro, depois diamante e ferro que igualmente continua concentrando riquezas nas mãos de poucos e gerando um universo gigantesco de desclassificados, agora, do ferro.

Mariana é município brasileiro do estado de Minas Gerais com cerca de 58 mil habitantes, possui sua economia local depende principalmente do turismo e da extração de minérios. Foi a primeira vila, cidade e capital de Minas Gerais. No século XVII, foi uma das maiores cidades produtoras de ouro para o Império Português. Tornou-se a primeira capital mineira por participar de uma disputa em que a Vila que arrecadasse maior quantidade de ouro seria elevada a Cidade. Tornando-se a capital da então Capitania de Minas Gerais. Em comparação com outros municípios de Minas Gerais, Mariana detém uma posição econômica de destaque, sendo que o seu produto interno bruto (PIB) é o maior da microrregião de Ouro Preto e o



10º maior entre os 853 municípios do Estado de Minas Gerais.



Figura 2) – Localização Município de Mariana no Mapa do Estado de Minas Gerais.

Mariana/MG faz parte do chamado quadrilátero ferrífero junto com os municípios de Caeté, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Ouro Preto, Rio Piracicaba, Sabará, Santa Bárbara, entre outros do estado de Minas Gerais. O quadrilátero possui uma área de aproximadamente 7 mil quilômetros quadrados que produz cerca de 60% do ferro nacional, é a maior região produtora do Brasil de minério de ferro. Também são explorados em quantidades expressivas ouro e manganês.



Figura 3) – Quadrilátero Ferrífero Minas Gerais

Construída a partir da exploração do ouro, o município de Mariana relacionou sua história com a exploração extrativista e hoje sua principal

atividade geradora de renda é a exploração de minério de ferro. Seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 foi de aproximadamente 5,4 bilhões de reais, se esta cifra fosse dividida pelo número de habitantes; representaria R\$ 99.324,59 anuais por pessoa. Já em 2013 esta arrecadação foi ainda maior, chegando a R\$ 6,9 bilhões de reais; sendo o PIB per capita de R\$ 114.349,90.

Desde o século XVIII, a cidade possui uma história 'rica', no entanto, a distribuição de riquezas permanece desigual. Mariana encontra-se na 10ª posição dentre os 853 municípios de Minas Gerais com o maior PIB; sendo 80,4 % da riqueza advinda do minério. A atividade agropecuária está em segundo lugar, com 19,3 % e os outros serviços como educação, saúde, bancos e outros representam 0,3 % do PIB (IBGE, 2018). Apesar desta arrecadação pouco se percebe no cotidiano da cidade essas cifras transformando-se em serviços básicos (água tratada de qualidade, saneamento básico, educação, moradia) para a população, são visíveis pelas ruas do município os reflexos da desigualdade social.

A principal empresa mineradora que atua em Mariana é a Samarco Mineração S.A., que é uma sociedade de capital fechado, fundada em 1973 com a atividade fim de pelotização, sintetização e outros beneficiamentos de minério de ferro. Wanderley, Mansur, & Pinto (2016), analisam que desde sua origem, a Samarco Mineração S.A. se organiza como joint venture societária, inicialmente entre a brasileira S.A. Mineração da Trindade (Samitri) e a estadunidense Marcona Corporation.

Em 1984 a anglo-australiana BHP comprou a Utah International, controladora da Marcona Corporation, e assim, incorporou a Samarco. Já em 2000, a então Companhia Vale do Rio Doce (desde 2009, Vale S.A.) adquiriu a Samitri por R\$ 971 milhões, tendo absorvido também parte da Samarco. Em acordo, as novas proprietárias dividiram igualmente as ações, Vale (50%) e a BHP Billiton Brasil Ltda. (50%). Entretanto, o formato organizacional específico da Samarco assumiu o caráter de uma non operated joint venture, de maneira que a responsabilidade operacional recaiu integralmente sobre a Vale (Wanderley et al., 2016).

A principal fonte de recursos para o município de Mariana (MG), é efetivamente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). “De acordo com o prefeito em exercício de Mariana, Duarte

Júnior, a mineração é responsável por cerca de 80% da arrecadação municipal. A Samarco é responsável ainda por 26% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassado pelo Governo do Estado de Minas Gerais à prefeitura de Mariana” (Wanderley, Mansur, & Pinto, 2016, p. 42).

Mesmo com a alta arrecadação, na cidade, as desigualdades gritam aos olhos, esgoto a céu aberto, ruas sem acessibilidade, oferta precária de serviços de saúde e educação, falta de moradia. Expressa em seu cotidiano pelas ruas, vielas, periferia, áreas de ocupação todas as contradições do capital, dessa que é uma cidade 'rica', mas, subserviente a uma lógica de mineração que expropria toda a riqueza para o capital internacional, o que tem como consequência a construção de uma sociedade desigual.

Coelho (2012) analisando os impactos da mineração na região do quadrilátero ferrífero, destaca que:

São inúmeros os danos causados pela mineração à sociedade civil local, principalmente a longo e médio prazo, quando a mineração mostra seu caráter transitório (como bem definiu Artur Bernardes: “o minério só dá uma safra”) e depredatório do homem e da natureza. São pouquíssimos empregos diretos criados, que geralmente exigem mão de obra altamente qualificada inexistente nas regiões mineradoras, aumentando a concentração de renda e, assim, a desigualdade social. Numa comparação entre ônus e bônus, no que podemos chamar de dicotomia da dependência, o ônus fica principalmente com a população local. O grande beneficiado com a mineração são as mineradoras em detrimento da população local. Porém, o que não se tem claro é sobre o que é esse ônus minerador, que envolve não só supostos problemas ambientais, mas ainda efeitos que muitas vezes não são identificados como consequências da mineração (Coelho, 2012, p. 130).

Neste modelo econômico que só deseja satisfazer suas próprias

necessidades de lucro, o que resta? Aqui, resta gente, pessoas que estão a margem, que ficam pelo caminho, desclassificadas. Restam os atingidos e atingidas pela mineração.

### *1.3.O rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton*

Na tarde de 05 de novembro de 2015, por volta de 15hs a barragem de Fundão, situada a 35km do município de Mariana e a 125km de Belo Horizonte (MG) que continha resíduos de mineração como minério de ferro, sílica e metais pesados rompeu provocando uma catástrofe social e ambiental que não possui precedentes no Brasil. O rompimento da barragem de 'Fundão' de propriedade da Samarco Mineração S.A, cujas controladoras são a Vale S.A e a anglo-australiana BHP Billiton, causou a liberação de cerca de 50 milhões de m<sup>3</sup> de rejeito de minério de ferro na parte alta do Rio Gualaxo do Norte, que em seguida atingiu o leito do Rio do Carmo e do Rio Doce, até chegar ao mar.

Segundo o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração do DNPM (2015) a barragem de Fundão possuía 130 metros de altura e o volume total do reservatório indicava cerca de 92 milhões de m<sup>3</sup> de rejeito, o que indica que o volume de rejeitos liberado pode ter sido maior que o informado.

A onda de lama inicialmente destruiu o distrito de Bento Rodrigues, seguindo para a comunidade de Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Campinas, Borbas e seguiu o curso do Rio Doce. O rejeito de minério destruiu casas, plantações, pastagens, acessos e infraestrutura de produção rural. Além é claro de perdas imateriais, como a vida comunitária, relações afetivas, histórias, lembranças, modos e meios de vida.

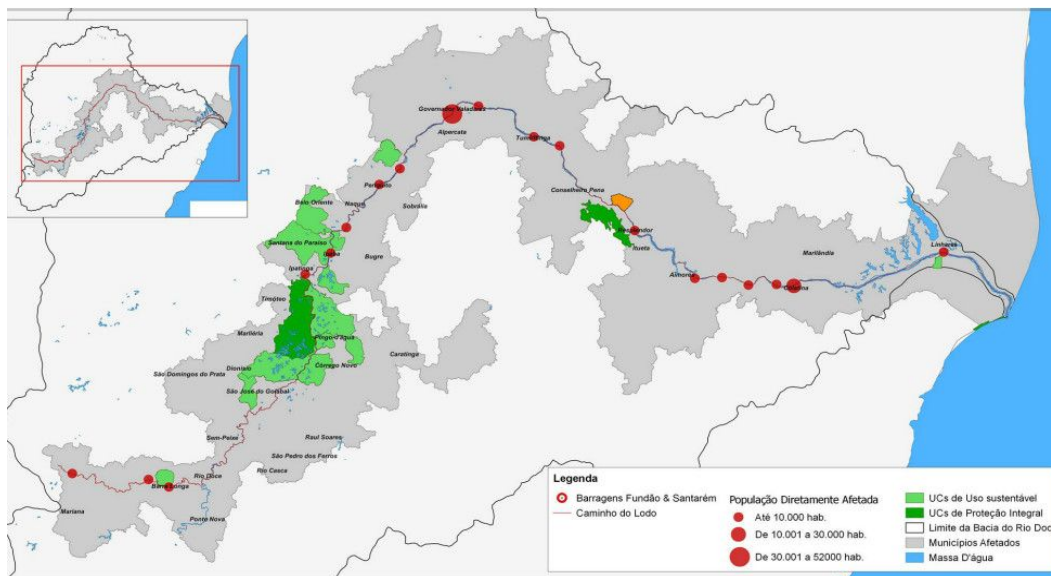


Figura 4) Mapa do trajeto da lama da Samarco

A onda de lama ultrapassou os limites do município de Mariana, se estendendo por 39 municípios, no curso aproximado de 826 km até a foz do rio na cidade capixaba de Linhares, impactando toda a fauna aquática por onde passou, tornando a água imprópria ao consumo, e, consecutivamente desabastecendo cerca de 1,2 milhões de pessoas.

Segundo laudo preliminar do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2015) a avalanche de lama atingiu 663 km de rios, sendo 77 km de assoreamento drástico e destruição de 1469 hectares de vegetação, incluindo áreas de preservação permanente (APP). O mesmo laudo classifica os impactos em: a) Impactos às áreas de preservação permanente; b) Impactos à ictiofauna (peixes); c) Impactos à fauna; d) Impactos socioeconômicos; e) Impactos à qualidade da água.

Ao longo de todo o trajeto de destruição causado pela lama, comprovam-se:

- Mortes de 19 pessoas, incluindo trabalhadores da empresa e moradores das comunidades atingidas, sendo que uma pessoa ainda esta desaparecida;
- Desalojamento de populações;
- Devastação de localidades e conseqüente desagregação dos vínculos sociais das comunidades;
- Destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas, etc..)

- Destruição de áreas agrícolas e pastos com perdas de receitas econômicas;
- Interrupção da energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candonga, Aimorés e Mascarenhas);
- Destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa da mata atlântica;
- Mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre;
- Assoreamento de cursos d'água;
- Interrupção do abastecimento de água;
- Interrupção da pesca por tempo indeterminado;
- Interrupção do turismo;
- Perda e fragmentação de habitats;
- Restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas;
- Alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada;
- Sensação de perigo e desamparo da população;

Não é ainda possível afirmar com exatidão a dimensão do crime, tampouco o tempo necessário para que as condições de vida sejam minimamente recuperadas. O número de atingidos e atingidas é crescente, uma vez que o Rio Doce era fonte de recursos para pescadores e de água para mais de um milhão de pessoas, nos 39 municípios que dele se abasteciam. O impacto também implica na degradação ambiental marinha, por uma extensão indeterminada, provocando mais danos as atividades de pesca e turismo.



**Figura 5) – Distrito de Bento Rodrigues – As Cruzes presentes na imagem lembram os mortos pelo crime da Samarco.**  
Fonte: Arquivo Pesquisadora – 28/09/2017



**Figura 6) – Ruínas de uma casa em Bento Rodrigues**  
Fonte: Arquivo Pesquisadora – 28/09/2017



**Figura 7) – Bento Rodrigues em novembro de 2015.**

Fonte: Felipe Floresti/Revista Super Interessante - 27/11/2015

Para o Ministério Público Federal as consequências totais são imensuráveis, “o maior desastre ambiental do Brasil, e um dos maiores do mundo – provocou danos econômicos, sociais e ambientais de expressiva monta” (Ministério Público Federal, 2016, p. 15).

Como resultado de falhas previsíveis – e efetivamente previstas – em sua estrutura, o rompimento da Barragem de Fundão matou dezoito pessoas e deixou uma desaparecida, permitindo o acesso imediato de pelo menos 34 milhões de metros cúbicos de lama em direção ao rio Doce até o mar capixaba, sendo que outros 16 milhões de metros cúbicos continuam escoando lentamente. No meio do caminho, os rejeitos deixaram mais de trezentas famílias desabrigadas e dezenas de cidades sem abastecimento de água por diversos dias. Ademais, foram destruídas grandes extensões de matas ciliares, diversas nascentes foram soterradas, o Oceano Atlântico, a partir de Regência/ES, foi poluído pela lama e muitos animais morreram ou foram vistos agonizando nas margens do Rio Doce e toneladas de peixes



mortos foram recolhidos na região afetada (MPF, 2016, p. 11-12).

O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, (2010) enfatiza que, o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual. Identificou por meio da Comissão de Barragens, um conjunto de 16 direitos humanos sistematicamente violados em grandes empreendimentos, sendo eles:

- 1) Direito à informação e participação;
- 2) Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
- 3) Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
- 4) Direito à moradia adequada;
- 5) Direito à educação;
- 6) Direito a um ambiente saudável e à saúde;
- 7) Direito à melhoria contínua das condições de saúde;
- 8) Direito à plena reparação das perdas;
- 9) Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
- 10) Direito de ir e vir;
- 11) Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
- 12) Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
- 13) Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
- 14) Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
- 15) Direito à reparação por perdas passadas;
- 16) Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social e comunitária;

As violações e violências na construção de barragens e no caso do rompimento de Fundão são sistemáticas, inclusive as institucionais. É relevante destacar que do ponto de vista institucional os governos federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como, o Ministério Público, assinaram acordos com as empresas criminosas e responsáveis para a reparação dos impactos socioeconômicos e socioambientais. Estes acordos, que serão melhor discutidos no próximo capítulo, atribuem amplo poder às empresas para definir de que forma será o processo de reparação. Tais acordos evidenciam o poderio das empresas, que resguardadas pelo Estado atuam de forma a perpetuar a vivência da tragédia e a violência vivida pelos atingidos e atingidas.

Em novembro de 2015, poucos dias após o rompimento da barragem, o Ministério Público de Minas Gerais através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana entrou com uma ação civil pública contra as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, tal ação garantiu alguns direitos emergenciais às vítimas, como auxílio financeiro para quem teve perda de trabalho e aluguel em uma moradia provisória. No entanto, se faz importante destacar que mesmo a Samarco, Vale e BHP Billiton tendo concordado em garantir alguns direitos emergenciais, não são todas as pessoas atingidas que tiveram suas perdas reconhecidas e tem acessado seus direitos.

De acordo com dados disponíveis na página de internet da Renova/Samarco, – Agosto de 2018 - 9591 famílias estavam recebendo “cartões de auxílio financeiro emergencial”. Vários movimentos sociais e de atingidos têm denunciado que o número de atingidos e atingidas pode ser bem maior do que esse, uma vez que a tragédia não é um fato isolado, e manifesta-se de formas distintas ao longo do tempo, podendo trazer novos e diferentes prejuízos com o passar dos anos.

O rompimento da barragem da Samarco possui um caráter estrutural que está entrelaçado ao modelo capitalista de acumulação via espoliação (Harvey, 2004) e exploração extrativista predatória, não tem, portanto, nada de aleatório. Davies & Martin (2009), em estudo investigativo sobre rompimento de barragens no mundo todo, constataram uma correlação entre o aumento do número de rompimento de barragens de rejeitos nos períodos recessivos dos ciclos de preços dos minérios. Isso significa que, nestes períodos em função da pressa para aproveitar o preço em elevação a segurança das operações são negligenciadas, ainda observaram a existência de:

- Pressa para obter as licenças necessárias para operar e auferir ganhos no período de preços elevados, levando à escolhas de locais não adequados para a instalação dos projetos, falta de estudos aprofundados, pressão sobre as agências ambientais que não avaliam a totalidade dos riscos e impactos dos projetos;
- Movimento setorial de expansão com grande circulação e a supervalorização dos profissionais de engenharia no mercado, o que gera a necessidade de incorporação de técnicos menos experientes ou sobrecarga

dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras);

- Intensificação do volume da produção e pressão por redução nos custos a partir do momento em que os preços baixam e voltam aos patamares usuais.

Wanderley, Mansur, & Pinto (2016) ao analisar as relações estruturais entre rompimentos de barragens e os ciclos econômicos da mineração, destacam que o chamado ciclo 'pós-boom – fase de desvalorização dos preços de minério após alta valorização – apresenta correlações com rompimentos de barragens nos últimos 45 anos (1965-2009). O estudo apresentado aponta que a barragem de Fundão/Samarco, entrou em funcionamento em 2008, período de alta do preço do minério de ferro, no entanto, nos anos seguintes o preço do minério caiu drasticamente e os custos com a manutenção e segurança da barragem também foram drasticamente diminuídos, o que levou ao seu colapso.

Casos semelhantes ao de Mariana já ocorreram em Minas Gerais, em 2001 na cidade de Nova Lima uma enxurrada de rejeitos provenientes da Mineração Rio Verde matou cinco trabalhadores. Em janeiro de 2007 em Miraf e Muriaé uma barragem de rejeitos da mineradora Rio Pomba Cataguases inundou as cidades com mais de 2 milhões de lama de bauxita, mais de 4 mil pessoas foram desalojadas e 1200 casas atingidas. Em 2014, a barragem da Herculano Mineração que já havia sido notificada 28 vezes pelo Ministério Público também rompeu, matando três trabalhadores no município de Itabirito em Minas Gerais.

Segundo o Inventário de Barragem do Estado de Minas Gerais elaborado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (2014), existem 754 barragens similares em Minas, sendo que 231 estão na classe III, consideradas de alto potencial de dano ambiental, incluindo a de Fundão, em Bento Rodrigues. Outras 296 se enquadram na classe II, que indica potencial médio de dano ambiental e 227 na classe I, considerado de baixo potencial.

Considerando esses dados, observamos que quem mais sofre os efeitos da instalação de barragens, e/ou eventual ruptura, são pessoas e comunidades mais pobres. Embora, discursos como da globalização, desenvolvimento e progresso propagadas pelas empresas extrativistas se apresentem de forma tão robustas, eles não chegam aos mais pobres e seus

'efeitos derrame' (Gudynas, 2016), sempre se dão em suas vidas cada vez mais precarizadas.

Os extrativismos são sempre locais, na medida em que a remoção dos recursos naturais sempre está ancorada em locais específicos, mas ao mesmo tempo estão atrelados à globalização, pois essa apropriação é o primeiro elo de uma cadeia de comercialização e produção que se desdobra. Internacionalmente. Preços e demandas são determinados globalmente, seguindo regras e estruturas de governança internacional (Gudynas, 2016, p. 27, tradução minha).

Desse modo, as regras do 'jogo' – preços, formas de produção, demandas- são definidas pelo grande capital internacional que localmente pressiona governos para flexibilizar legislações ambientais de exploração extrativista e em cadeia causam impactos sociais, econômicos, ambientais sobre as regiões onde se instalam.

#### *1.4. Polissemia da Tragédia*

Nesta seção discuto sobre as diferentes nomeações dadas ao rompimento da barragem da Samarco, enfatizando que esta nomeação, trata-se de uma disputa conceitual e também política que reverbera diretamente nos processos de luta e garantia de direitos para as populações atingidas. Polissemia, palavra com origem no termo grego polysemos, significa "algo que tem muitos significados".

Em Mariana desde novembro de 2015, muitos discursos têm sido produzidos tentando explicar, nomear e significar o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências sociais, ambientais, relacionais, econômicas, políticas e culturais. Apresentarei aqui, quatro desses discursos, que disputam a nomeação da tragédia, e sobretudo expressam e demarcam os posicionamentos políticos de quem os enuncia, são eles: 1) O rompimento da barragem como um acidente de trabalho. 2) como um evento 3) como um

desastre tecnológico e 4) como um crime.

#### 1.4.1 Acidente de Trabalho

Segundo relatório do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais), o rompimento da barragem de Fundão foi o maior acidente ambiental do país, mas, causado por um acidente de trabalho. A palavra “acidente” tem, um sentido de um acontecimento casual, imprevisto. No entanto, o acidente de trabalho ocorrido na barragem de Fundão e seus efeitos sobre as vidas de trabalhadoras e trabalhadores não eram imprevisíveis e impassíveis de prevenção, tal como sugere o termo “acidente”. A precarização das condições de trabalho é apontado como um dos principais motivos do rompimento da barragem (Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2016).

No dia do rompimento, mais de 600 (seiscentas) pessoas, dentre empregados e terceirizados, trabalharam no local. Treze trabalhadores faleceram. Doze trabalhadores tiveram como causa da morte asfixia por soterramento, afogamento e/ou politraumatismo. Um trabalhador morreu em decorrência de mal súbito, logo após o rompimento da barragem. Todos os trabalhadores falecidos eram terceirizados. Há um empregado da Samarco desaparecido, cujo óbito ainda não foi oficialmente declarado (Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2016, p. 8).

Em virtude do acidente de trabalho, treze trabalhadores terceirizados morreram, e um trabalhador da Samarco continua desaparecido. Outros cinco moradores do Distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, também morreram. Além disso, milhares de moradores e trabalhadores ribeirinhos, ao longo de toda a bacia do Rio Doce até o litoral do Espírito Santo, foram prejudicados. A ação fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego culminou na emissão de 23 Autos de Infração contra a mineradora. Destes, 18 estão relacionados a irregularidades referentes à saúde e à segurança no trabalho, um referente à terceirização ilícita (trabalhadores terceirizados em atividade-

fim da empresa contratante, o que fere o artigo 41 da CLT e a Súmula 330 do Tribunal Superior do Trabalho). Os demais autos referem-se à jornada de trabalho (horas extras em excesso, falta de intervalo entre as jornadas e redução de intervalo de repouso e refeição).

Xavier & Vieira (2016, p. 255) enfatizam “que não se pode negar a relação entre a terceirização, ainda que aplicada dentro das hipóteses legais, e os acidentes de trabalho, sendo certo que essa modalidade de contratação precariza ainda mais as relações de trabalho já vitimadas pela relação de exploração inerente ao capitalismo”. Portanto, as empresas responsáveis pelo rompimento de fundão assumiram o risco do desastre e das mortes dos trabalhadores/as que laboravam em seu favor.

Importante destacar que a aprovação no Brasil de uma nova Lei para regulamentar a terceirização (Lei Nº 13.429/2017) atende única e exclusivamente aos interesses do empresariado que busca diminuir ainda mais seus custos e aumentar seus lucros. O que muda consideravelmente com a nova Lei é que agora não apenas as atividades-meio (aquelas que não dizem respeito ao principal negócio da empresa), mas também as atividades-fim (aquelas ligadas ao negócio principal) podem ser terceirizadas. Se são nos trabalhos terceirizados que encontram-se as piores condições de trabalho, salários mais baixos e trabalho escravo, o que se pode esperar da terceirização irrestrita é ainda mais precarização.

E isto, tem um impacto direto, nos trabalhos exercidos pelas mulheres, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, os trabalhadores terceirizados ganham, em média, 24,7% a menos do que os contratados diretamente, além de trabalharem três horas a mais por semana. Diante disso “as mulheres terão de arcar com jornadas mais amplas de trabalho e com salários inferiores aos dos homens enquanto têm de lidar com a atividade doméstica não remunerada e o cuidado de filhos e de outras pessoas dependentes”. Além de terem menos garantias de estabilidade durante a gestação (DIEESE, 2017).

A terceirização e a precarização do trabalho também aumentam a insegurança e a ocorrência de acidentes ampliados de trabalho. Além desses, na barragem de Fundão um conjunto de fatores correlacionados também contribuíram para o rompimento, como:

- Problemas construtivos ocorridos desde a implantação da Barragem de Fundão em 2008;
- Erosões internas ocorridas nos anos de 2010 e 2012, reveladoras de problemas na fundação e nas galerias de drenagem da barragem;
- Surgências (aparecimento de água no corpo da barragem) ocorridas de 2013 a 2015; Grandes trincas que surgiram em 2014 na região do recuo do eixo, na ombreira esquerda, com saturação do solo naquela região.

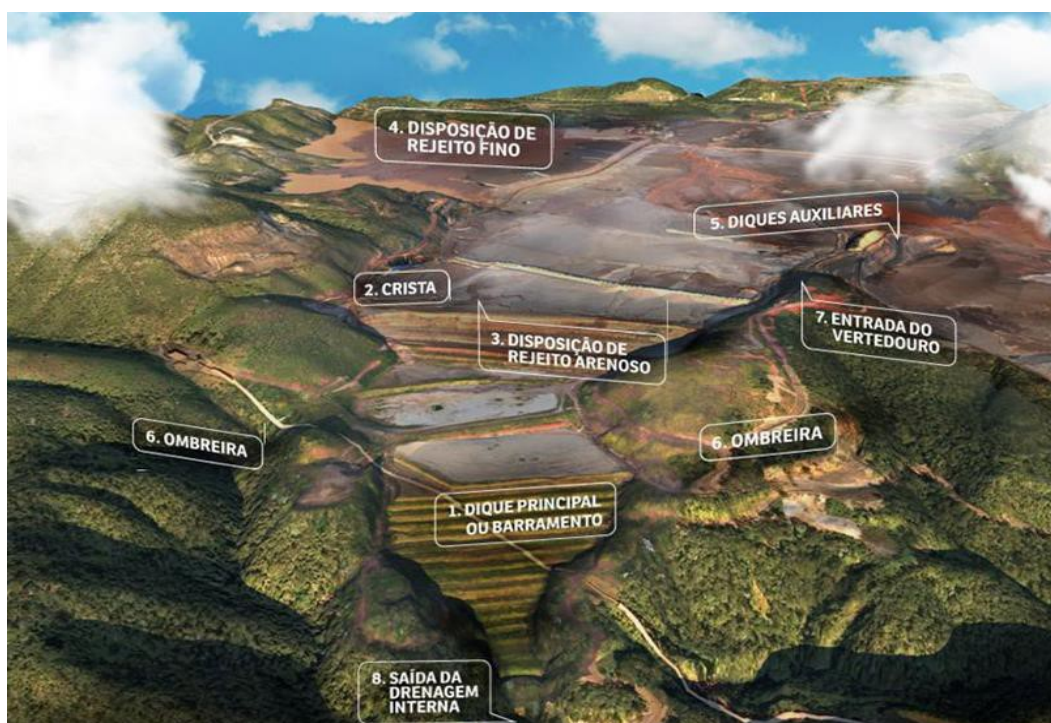


Figura 8) – Modelo representativo de uma Barragem de Rejeitos.

Fonte: Não identificada

Os fatores descritos acima, como: erosões, trincas, problemas construtivos, demonstram que a Barragem apresentava problemas de drenagem com saturação do rejeito e percolação (surgimento) de água pelas suas estruturas. Verificou-se ainda que alguns dispositivos de monitoramento da barragem como piezômetros (medidores de umidade no corpo da barragem) e indicadores de níveis de água apresentavam indicações acima do nível considerado normal. Evidenciou-se, ainda, a manutenção precária da barragem e a correção insuficiente de várias irregularidades que somadas as obras que ocorriam simultaneamente nas ombreiras esquerda e direita e as detonações que aconteciam diariamente na mina vizinha, gerou liquefação dos rejeitos e à ruptura total da barragem (Ministério do Trabalho, Emprego e

Previdência Social, 2016).

#### 1.4.2 Evento

As empresas Samarco, Vale e BHP Billiton firmaram com a União, Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e órgãos públicos um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016) – Acordão, endossado posteriormente pelo Ministério Público no chamado TAC Governança (TAC-GOV, 2018) - que consistiu no estabelecimento de programas a serem desenvolvidos e executados por uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, a ser instituída pela Samarco e por suas acionistas Vale e BHP Billiton, com o objetivo de recuperar o meio ambiente e as condições socioeconômicas de determinadas áreas consideradas impactadas pelo rompimento da barragem de rejeitos.

Nestes acordos, pegando emprestado termos do Banco Mundial a Samarco operacionalizou uma definição de atingido baseada na distinção entre *deslocamento físico* e *deslocamento econômico*. Para Zhou et al., (2016, p. 39) “essa distinção foi tomada como ponto de partida para um escalonamento das “afetações” em termos de gravidade e grau de emergência, bem como para o reconhecimento das demandas, a serem atendidas a partir de uma classificação e hierarquização das reivindicações”.

Corroborando, com as concepções restritas dos impactos causados, as empresas, utilizam no acordão o termo 'EVENTO' (escrito em caixa alta) para se referir ao rompimento da barragem. Definindo um recorte temporal limitado ao dia da tragédia, desconsiderando todas os impactos posteriores que continuam a ocorrer na vida dos atingidos e atingidas e se prolongam em diferentes dimensões da vida social, econômica, institucional, ambiental, política.

Ainda, o uso da palavra 'evento' mostra-se inadequada ao léxico local e alheia ao modo de vida das comunidades atingidas, que a associam a festividades (um evento é considerado uma festa) e sentiram-se ultrajados pelo uso da palavra pelas empresas para se referir ao crime, fato este observado por mim durante pesquisa de campo.

Norma Valencio (2012) em seu livro “Para além do dia do Desastre” faz



uma análise de desastres acontecidos no Brasil e ressalta que acabamos muitas vezes por aceitar das autoridades explicações distorcidas, como as que evocam o dia do desastre, argumento-chave para remeter o acontecimento trágico a um curto recorte cronológico, dissociado das desigualdades e injustiças que campeiam historicamente nosso país.

Nessa mesma direção Gudynas (2016) apresenta o conceito de 'efeito derrame' que ajuda a pensar sobre as consequências do atual modelo extrativista e dos desastres tecnológicos por eles causados que não se esgotam no dia do acontecimento ou na data do 'evento' – linguagem utilizada pela empresa – mas, se derramam para diferentes esferas da vida social, econômica, ambiental, política, das pessoas e comunidades.

#### 1.4.3 Desastre Tecnológico

O rompimento da barragem de Fundão, foi classificado pelo governo brasileiro como um “desastre tecnológico” como demonstra o decreto (8.572/2015) do Ministério da Integração Nacional que reconheceu o estado de emergência no município de Mariana. O rompimento da barragem recebeu a classificação 2.4.2.0.0 (rompimento/colapso de barragens). De início, um desastre pode ser classificado como de dois tipos: os naturais (tipo 1) e os tecnológicos (tipo 2). A codificação, por sua vez, cataloga o “Rompimento/colapso de barragens” dentre os desastres tecnológicos “relacionados a obras civis”, segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade, s/d).

Para Lieber & Lieber (2005, p. 69), desastres tecnológicos decorrem do uso do conhecimento científico, ou seja, são provocados pela ação humana e não são naturais. O conhecimento científico sujeita-se sempre a uma condição de risco, sendo assim é necessário sempre impor um limite ao agir. “A necessidade de 'precaução', portanto, não é subjetiva. Subjetiva será a ordem das escolhas, possíveis e necessárias para a plena relação das pessoas com o mundo”.

Para Zhouri et al (2016, p. 37) o rompimento da barragem de Fundão pode ser considerado como “um desastre tecnológico, ou seja, um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou

envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes”. Valencio (2014) considera desastre como uma crise social associada a um acontecimento físico devastador e a um tempo social. Importante destacar as leituras advindas do campo da sociologia para pensar os condicionantes e consequências sociais dos desastres.

é plausível considerar certos tipos de ameaças como naturais, mas não os desastres, uma vez que são produzidos socialmente. Os processos socioambientais que engendram, simultaneamente, a precariedade das condições de vida, da proteção social oferecida e da territorialização dos grupos sociais empobrecidos favorece a ocorrência de desastres (Valencio, 2014, p. 3640).

Assim, entende-se que os desastres, mesmo os ditos 'naturais' nunca o são somente fenômenos da natureza, ao contrário são produtos sociais que afetam em maior número as populações mais empobrecidas, ou seja, existe uma dinâmica complexa entre processos sócio-históricos e as dinâmicas socioespaciais. “Os desastres são, um tipo específico de problema social que revela as singularidades dos modos de conflito [...] desvelam a estrutura social existente e, assim, tornam mais visíveis as conexões entre as injustiças sociais precedentes e os grupos mais expostos aos perigos” (Valencio, 2014, p. 3633).

#### 1.4.4 Crime

“Se vocês não querem ouvir as nossas lamentações tragam os presidentes da Samarco, Vale e BHP, que até hoje não tiveram a dignidade de vir aqui, nem para pedir desculpas”. Em reunião sobre reassentamento da comunidade, atingida de Bento Rodrigues expressa sua insatisfação com o tratamento e impaciência dos funcionários da Renova/Samarco para com as demandas dos atingidos e atingidas. Ao escrever esse relato, gostaria que as palavras escritas expressassem a revolta presente em sua voz carregada de dor e de raiva (Fragmento Diário de Campo, 01/06/17).

O Ministério Público Federal (2016) denunciou à Justiça, 21 pessoas por homicídio qualificado com dolo eventual - quando se assume o risco de cometer crime - pela morte de 19 pessoas em função do rompimento da barragem da Samarco. Entre os denunciados estão o ex presidente da Samarco, Ricardo Vescovi de Aragão; o diretor de Operações e Infraestrutura, Kleber Luiz de Mendonça Terra; três gerentes operacionais da empresa; 11 integrantes do Conselho de Administração da Samarco; e cinco representantes das empresas Vale e BHP Billiton na Governança da Samarco. Eles também são acusados pelos crimes de inundação, desabamento e lesões corporais graves, todos com dolo eventual previstos pelo Código Penal brasileiro. As 21 pessoas ainda foram denunciadas por crimes ambientais, os mesmos que são imputados às empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil LTDA.

Por meio da denúncia a Samarco, Vale e BHP Billiton também respondem por nove tipos de crimes contra o meio ambiente (contra a fauna, a flora, crime de poluição, contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural). Samarco e Vale ainda são acusadas de três crimes contra a administração ambiental. No total, as três empresas, juntas, respondem por 12 tipos de crimes ambientais. A consultoria VOGBR Recursos Hídricos e Geotecnia LTDA e o engenheiro sênior da empresa, Samuel Santana Paes Loures, são acusados de apresentar laudo ambiental falso, uma vez que, emitiram declaração enganosa sobre a estabilidade da barragem de Fundão.

Segundo a denúncia elaborada pelo MPF as empresas sabiam de todos os riscos envolvidos na operação e construção da barragem e optaram por “uma política empresarial de priorização de resultados econômicos em detrimento de práticas de segurança para o meio ambiente e para as pessoas potencialmente afetadas, assumindo todos os riscos da causação das mortes” (MPF, 2016, s/n).

Ainda, foi identificado durante as investigações que as questões de segurança sempre foram negligenciadas pelas empresas em face do lucro. O aumento da produção da Samarco visou compensar a queda no preço do minério de modo a aumentar o lucro das suas acionistas Vale e BHP Billiton.

Igualmente não foi dada a atenção necessária às comunidades a jusante da barragem. A empresa não ofereceu treinamento adequado aos seus empregados e aos membros da comunidade com relação a situações críticas. Também não possuía, para casos de emergência, sirenes ou avisos luminosos.

Abaixo apresento trechos de conversas entre os executivos da Samarco, Kleber Terra, Ricardo Vescovi e Germano Silva Lopes nos anos de 2014 e 2012, presente nos autos da ação criminal do MPF, onde é possível observar o pleno conhecimento dos mesmos em relação aos riscos de ruptura de Fundão.

Chama atenção a conversa entre KLEBER TERRA e RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO na data de 29/08/2014, quando o primeiro relata para RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO o evento de pré-ruptura identificado por Pimenta em seu relatório. Transcrevemos os trechos principais:

Kleber Luiz de Mendonca Terra [15:56]: ... em fundão apareceram umas trincas no maciço onde desviamos o eixo... nada sério mas requer intervenção para contenção do avanço... ..

Ricardo Vescovi de Aragao [15:59]:

o que????ai, ai, ai.... fica esperto

Kleber Luiz de Mendonca Terra [15:59]: ta controlado....

Ricardo Vescovi de Aragao [15:59]: que tipo de trinca? só no maciço, ou conecta com o interior da barragem?

Kleber Luiz de Mendonca Terra [16:00]: só no macico, o ITRB na última reunião já havia falado que teremos de fazer uma drenagem intermediaria no macico com o alargamento da boca do vale, o tapete drenante anterior não pega todo o maciço no topo... e todas as obras para a contingência de Germano estão finalizadas...

Ricardo Vescovi de Aragao [16:02]: entendi.

(MPF, 2016, p. 215-216).

Ainda,

Kleber Luiz de Mendonca Terra [12:43]: acho que a turma ta superestimando os danos com as estruturas atuais...

Germano Silva Lopes [12:46]: O estudo de ruptura hipotética será necessário inclusive para subsidiar os estudos/projetos ambientais. Já conversei com o Marco Aurélio Borges sobre o assunto e na minha opinião não deveríamos incluir os estudos de ruptura hipotética na documentação que subsidiará o licenciamento ambiental, a menos que sejamos obrigados por força de lei. Vc fala das estruturas da comunidade?

Kleber Luiz de Mendonca Terra [12:49]: falo das barragens atuais em cota máxima e os possíveis danos as comunidades... acho que não chega no Bento... Chega?

Germano Silva Lopes [12:52]: Kleber, se considerarmos a ruptura hipotécnica da Barragem de Santarém, a onda chega até o Bento. Creio que no caso da futura barragem de Mirandinha, o caso será diferente, pois estamos tratando de uma barragem que tem um grande volume/massa de "areia" antes do reservatório de lama. Portanto, no caso de uma possível ruptura, o fluído não se comportará como um líquido e sim como uma pasta que não deverá ter inércia suficiente para se deslocar até muito longe, mas a comunidade de Bento está muito próxima (em torno de 1,5km em linha reta). (MPF, 2016, p. 225-226).

A ação criminal do MPF mostra a negligência das empresas em relação aos riscos presentes em Fundão, subestimando os possíveis danos advindos da possibilidade do rompimento da barragem.

A ação criminal segue em tramitação na comarca de Ponte Nova em

Minas Gerais, nenhum dos acusados foi julgado até o momento da escrita deste texto. Destaco, que antes mesmo da denúncia criminal do MPF, os atingidos e atingidas de Mariana se referiam a tragédia como um crime. Crime que destruiu suas casas, comunidade e matou 19 pessoas.

Fomos prejudicados, fomos massacrados. Esse crime tocou a gente da nossa realidade, cortou a nossa identidade, apagou nosso futuro e abortou todos os nossos sonhos [Luzia Queiroz – Atingida de Paracatu de Baixo, em entrevista veiculada no jornal Brasil de Fato] – (W. Oliveira, 2018).

A gente falava o tempo todo que Bento corria risco, a gente sabia o que ia acontecer e a empresa falava: ‘não tem risco, é seguro’. Muitos engenheiros falaram que morariam até debaixo da barragem, até chegar o dia em que acabaram com nossa comunidade. Aquilo foi um crime anunciado! Hoje tem sirene para todos os lados. Mas, quando vivíamos lá, não tinha sirene, não tinha nem um treinamento de fuga [Antônio D’alua – atingido de Bento Rodrigues - em entrevista veiculada no jornal Brasil de Fato] – (W. Oliveira, 2018).

Diante do exposto, e, em consonância com a nomeação dada pelos atingidos e atingidas, por acreditar que o rompimento da barragem de Fundão foi acima de tudo um crime praticado pelas mineradoras e pelo sistema capitalista, faço a opção política neste trabalho de nomeá-lo de crime da Samarco, Vale e BHP Billiton. Usar os nomes das empresas também é uma forma de manter na memória quem são as causadoras do dano, pois não é incomum ao longo da história acompanharmos situações de grandes tragédias causadas por empresas que ficaram conhecidas pelo nome da cidade ou região em que ocorreram, e as empresas responsáveis não são sequer lembradas. Faço, desse modo, um pequeno exercício de rememoração de alguns desses casos e afim de evidenciar os nomes das empresas criminosas.

1. Crime da Union Carbide (posteriormente Dow Chemical) – Ocorrido em Bophal na Índia em 2 de dezembro de 1984, 40 toneladas de gases tóxicos vazaram na fábrica de pesticidas da empresa norte-americana Union Carbide. Foi considerado o maior vazamento industrial e químico ocorrido até hoje, quando mais de 500 mil pessoas foram expostas aos gases. Estima-se que ocorreram 10 mil mortes devido a doenças relacionadas à inalação do gás e um infindável número de pessoas ainda hoje apresentam sequelas.
2. Crime da Petrobrás e Companhia Siderúrgica Paulista em Cubatão – A explosão de dutos da Petrobrás que passavam por debaixo das casas dos moradores da vila Socó em Cubatão vazaram e incendiaram a comunidade. Até hoje não se sabe com exatidão os números dos mortos, na época estimou-se mais de 500 pessoas. Ainda em Cubatão, na vila Parisi, situada nos fundos da Companhia Siderúrgica Paulista muitos casos de mortes neonatais por anencefalia foram constadas, a hipótese é que tenham ocorrido devido a contaminação e poluição deixada pela indústria no local.
3. Crime da Hydro Alunorte (Norsky Hydro) – Ocorrido em fevereiro de 2018 na cidade de Barcarena no Pará, na ocasião a empresa, uma multinacional norueguesa – e a maior refinaria de alumina do mundo, contaminou o rio Pará e seus afluentes com mercúrio oriundos de dutos clandestinos que conduzia os resíduos poluentes para as comunidades ribeirinhas. Nos resíduos foram constatados altos índices de chumbo que podem causar câncer.

Estes são apenas alguns, dos muitos exemplos de como se vai apagando e invisibilizando na história os responsáveis pelas mortes, pela contaminação, pela destruição da natureza. Os nomes das empresas são esquecidos e elas seguem lucrando. É necessário, assim, evidenciar os culpados e para o caso de Mariana, reafirmar que o que houve foi um crime, o crime do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BH Billiton.

Neste capítulo procurei estabelecer uma ponte histórica entre a sociedade colonial e a atual que guarda como herança deste período o semicolonialismo que se expressa na contradição de uma sociedade que se desenvolve dando passos para traz, ou seja, mantendo sua estrutura

arraigada no latifúndio, extrativismo de matérias primas, no controle dos monopólios internacionais sobre a economia nacional, estas condições materiais também são simbólicas e culturais e se manifestam enquanto racismo, injustiça social e patriarcado nas mais distintas esferas da sociedade, inclusive nos âmbitos institucionais. Ainda apresentei algumas disputas em torno da nomeação e suas implicações, e minha opção teórica e política de chamá-lo de crime.

Na sequência deste trabalho, discuto sobre os efeitos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre as comunidades atingidas enfatizando seus desdobramentos enquanto violências institucionais e psicossociais.



## 2. RASTROS DE LAMA E VIOLÊNCIA

la verdad de los pueblos latinoamericanos no está en su presente de opresión, sino en su mañana de libertad; la verdad de las mayorías populares no hay que encontrarla sino que hay que hacerla (Ignácio Martín-Baró).

Esta manhã acordo e não a encontro. Britada em bilhões de lascas deslizando em correia transportadora entupindo 150 vagões no trem-monstro de 5 locomotivas - o trem maior do mundo, tomem nota – foge minha serra, vai deixando no meu corpo e na paisagem mísero pó de ferro e este não passa (A montanha pulverizada – Carlos Drummond de Andrade)

Neste capítulo discuto sobre como se expressam os efeitos do rompimento da barragem da Samarco no cotidiano de milhares de famílias atingidas. A esses efeitos chamo de violência, esta que é estrutural no sistema capitalista (Marx, 1867/2013) e na política semicolonial e se perpetua na forma de violência institucional, violência psicossocial, violências de gênero no cotidiano de milhares de atingidos e atingidas. Nas seções desse capítulo serão discutidas as violências institucionais e psicossociais.

Para tal, parto das contribuições do psicólogo social Martín-Baró (1998) ao considerar que a psicologia deve estar calcada na análise da realidade concreta e nas condições objetivas de miséria e pobreza em que vivem a maioria da população latinoamericana. Devendo existir intrínseca relação entre teoria e prática (práxis).

Para o autor, o conceito de práxis é correlato ao sentido de atividade marxista, como sendo onexo entre o mundo material e social, e na realidade latino-americana de pobreza, violência e dominação como realidade objetiva, a práxis deve ser a fonte mais importante de conhecimento. Seus estudos carregam a marca do grave período histórico em que foram escritos, durante a ditadura e guerra civil em El Salvador, mas, seus conceitos são atuais, haja vista que a condição de miséria e opressão latino-americana seguem sendo uma dura realidade.

Em Mariana/MG, a exploração é de minério, mas é também da natureza, dos territórios, das comunidades, exploração que se expande, sendo imprescindível, neste contexto, pensarmos sobre o que e para quem

nosso conhecimento enquanto psicólogos têm servido? Que efeitos nossa prática tem provocado nos contextos em que atuamos? Tem servido para legitimar práticas de dominação ou para denunciar e transformar a ordem social posta?

A partir destes questionamentos assumo meu lugar ético e político no contexto deste trabalho, o de estar junto aos sujeitos imersos em processos de exclusão e marginalização e no escopo desta pesquisa, especialmente as mulheres. Corroboro com Martín-Baró (1996) ao defender que a atuação do psicólogo deve estar calcada na realidade social, assumindo a perspectiva das maiorias populares e colocando o saber psicológico a serviço da transformação social.

As primeiras imagens veiculadas pela mídia sobre o crime da Samarco em Mariana, remetiam a um cenário de guerra, impossível não se chocar com a avalanche de destruição, não se sensibilizar e solidarizar com as centenas de famílias que de uma hora perderam quase tudo, bem como, com a destruição do rio doce, com a lama no mar, com a tristeza dos pescadores e dos indígenas. Essas lembranças do dia da tragédia que nos aparecem como imagens, são trazidas aqui como um exercício de memória, buscando tornar o desastre mais real, pois, como nos diz Sontag (2003, p. 26) 'a guerra parece quando vista a distância, como uma imagem', e neste texto esperamos deixá-la mais próxima, 'mostrar a devastação da carne e da pedra' como nos lembra Simone Weil.

O cenário de guerra descrito acima, é representativo não das guerras propriamente ditas, mas de outra guerra, talvez mais silenciosa e invisibilizada, mas, que por vezes se rompe e emerge toda a sua violência, é a guerra do capital econômico e das grandes corporações que devastam comunidades inteiras e ecossistemas a fim de garantir cada vez mais lucro. Como nos lembra Vainer (1996) as guerras do 'desenvolvimento' tem sido extremamente implacáveis e suas vítimas cada vez mais numerosas.

No mundo todo cresce o número de pessoas deslocadas compulsoriamente de seus territórios, no Brasil são emblemáticas as situações de expulsão e violações acompanhadas durante as obras para a copa do mundo em 2014 e olimpíadas em 2016. Em seu livro 'guerra dos lugares: colonização da terra e da moradia na era das finanças' Raquel Rolnik

(2015) denuncia inúmeros casos de realização de megaeventos e implementação de projetos de exploração econômica, como a mineração e o agronegócio que efetivaram processos de remoção forçada das populações mais pobres, visando ampliar as fronteiras de expansão do capital às custas dos territórios mais empobrecidos. Outro exemplo trágico desse processo é o caso da construção da barragem de Belo Monte no Pará com denúncias de sistemáticas violações de direitos humanos, como observado em relatório elaborado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH, 2017).

Tais casos, assim como o crime em Mariana são representativos desse modelo econômico de extrema exploração, que objetifica o ser humano, o transformando em coisa, supérfluo e descartável quando apresenta algum obstáculo para o capital. Weil (1940) em sua análise do poema *Ilíada* de Homero, faz alusão ao uso da força (violência) como “aquilo que transforma quem quer que lhe seja submetido em uma coisa”.

O dicionário define o termo "violência" como a "qualidade da violência"; isto é, o significado do substantivo se refere ao adjetivo. E não há violência no abstrato; o que existem são atos violentos, formas concretas de agir violentamente. Portanto, a natureza da violência deve ser julgada em cada caso, examinando os atos que ela qualifica. A violência não precisa ser adjetiva, mas substanciada, para discernir sua natureza, seu alcance e suas raízes, isto é, capturá-la em sua concretude histórica (Martín-Baró, 1990, p. 128, tradução minha).

A violência é compreendida neste trabalho a partir da concepção de Martín-Baró (1989/1990) que a definiu como um processo histórico, pois o ser humano como ser histórico é expressão das possibilidades e impossibilidades da realidade social a qual pertence. A violência, assim, não tem um valor em si mesma, ela é um produto das relações sociais concretas, de processos ideológicos e é determinada pelo conflito de classes.

Se toda forma de violência exige uma justificativa, é porque não tem em si

mesma. O que leva à consequência de que a violência não pode ser considerada no abstrato como boa ou ruim, o que contradiz uma das suposições implícitas da maioria das abordagens psicológicas; a bondade ou maldade da formalidade violenta vem do ato que a substantiva, isto é, do que um ato tão violento significa socialmente e historicamente produz. E é aí que o caráter ideológico da violência aparece claramente. O que você quer dizer quando diz que a violência tem um caráter ideológico? Pelo menos duas coisas: (a) que expressam ou canalizam forças e interesses sociais concretos no âmbito de um conflito estrutural de classes; e (b) que ela tende a esconder as forças e interesses que a determinam. Isso significa que o significado de um ato violento deve ser julgado à luz das forças e interesses que, em cada caso específico, promove e, portanto, de seu efeito na realidade histórica. Para entender o que é um ato violento, não é suficiente saber que ato é; você tem que saber quem fez isso, em que circunstâncias e com quais consequências [...] Só assim se compreende que o mesmo ato qualificado como assassinato quando é realizado por um guerrilheiro é considerado um ato heroico quando realizado por um policial. O ato é o mesmo; seu significado social é o que varia. E esse significado vem fundamentalmente de sua conexão com interesses sociais, isto é, se favorece os interesses de alguns ou de outros. (Martín-Baró, 1990, p.130-131).

Neste sentido, é possível falar de uma multiplicidade de formas e manifestações da violência, com ênfase na violência estrutural presente nas sociedades capitalistas. Para o autor, a existência de grupos antagônicos com interesses irreconciliáveis apresenta um cenário de luta constante sustentada pelo recurso da violência, que servem na maioria das vezes para manter a ordem social vigente e a dominação sobre as pessoas mais pobres (Martín-Baró, 1990a). As situações de guerra e de intensos conflitos sociais, são, a

exacerbação da violência estrutural presente no cotidiano da sociedade capitalista. Deste modo, chamar de violência o crime da Samarco é qualificá-lo historicamente dentro do conflito de classes e considerar suas implicações sociais na produção de mortes, danos, perdas, dor, sofrimento e destruição.

### *2.1. As violências que não cessam – O crime da Samarco e as violências Institucionais*

Quantas Marianas despedaçadas, para uma Londres iluminada?  
(Maria, Atingida de Paracatu de Baixo – sobre sua participação na assembleia das acionistas da Vale e BHP Billiton em Londres, reflete para onde vai a riqueza do minério que sai do Brasil – diário de campo 19/07/17).

Não é que a gente não tem conhecimento, é que a gente não tem poder (Atingido de Bento Rodrigues em reunião sobre reformulação do cadastro de perdas e danos – diário de campo 24/05/2017).

Falar do rompimento da barragem de fundão é falar da violência estrutural do sistema capitalista (Marx, 2013; Harvey, 2014; Wanderley et al., 2016). Esta violência se objetifica/institucionaliza por meio de um conjunto de práticas e discursos que a legitimam. A institucionalização de práticas sociais foi analisada por Martín-Baró (1990) no contexto da guerra civil em El Salvador, identificando que existem formas muito próprias das estruturas dominantes de perpetuar e legitimar sua visão de mundo.

A instituição de determinados modos de fazer e agir socialmente dizem dos interesses e estruturas de poder e dominação presentes naquele contexto, assim para Martín-Baró (1989), uma instituição social é uma elaboração ideológica, uma prática que precisa ser explicada e justificada como boa ou ruim, sendo que o ápice de sua ideologização é o processo de naturalização. A naturalização sacraliza as instituições ao definir determinada prática como única possível em detrimento de entendê-la como uma alternativa histórica, entre outras.

A instituição assim penetra no domínio das subjetividades criando modelos e padrões normativos, socialmente aceitos de olhar e agir sobre determinado tema “a elaboração ideológica de uma instituição envolve a definição de valores, a construção de símbolos, a promulgação de normas e leis. Esses valores, símbolos e normas são internalizados pelas pessoas”

(Martín-Baró, 1989, p. 5).

Pensar a forma como o crime da Samarco, Vale e BHP Billiton vêm se institucionalizando e burocratizando por meio dos diversos acordos entre agentes do Estado, das empresas e do judiciário é fundamental para não os naturalizar e muito menos legitimá-los socialmente.

Após o rompimento da barragem de fundão, teve início uma intensa luta das famílias atingidas para garantir alguns direitos básicos, como moradia e auxílio financeiro para as pessoas que perderam trabalho e renda. Neste período em 10 de dezembro de 2015 foi protocolada a primeira ação civil pública (nº 0400.15.004335-6) da comarca de Mariana que buscava garantir esses direitos emergenciais. No entanto, mesmo com a ação civil resguardando alguns direitos, muitos atingidos e atingidas iniciaram uma verdadeira peregrinação na justiça e nos escritórios das empresas para serem reconhecidos como vítimas do crime, uma vez que foi a própria Samarco quem definiu a partir de seus critérios quem eram os atingidos e a que teriam direito. Passados quase três anos do rompimento da barragem ainda se arrastam casos de pessoas que não receberam o cartão de auxílio financeiro em Mariana e ao longo de toda a bacia do rio doce, litoral do Espírito Santo e da Bahia.

Embora, muitas famílias não tenham sido reconhecidas como vítimas, nem recebido qualquer tipo de reparação, observa-se um significativo aumento por parte das empresas Samarco/Vale e BHP Billiton de busca de alternativas de conciliação com órgãos governamentais e judiciais. O primeiro acordo firmado entre empresas e o governo, conhecido como 'Acordão' – TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta) que instituiu a Fundação Renova, criada para gerir todo o processo de reparação em Mariana, ao longo da bacia do rio doce e Espírito Santo, estabeleceu a criação de 42 programas para reparação, que foram divididos em dois eixos: 1) socioeconômicos e 2) socioambientais. Este acordo, não fez mais do que instituir a terceirização da responsabilidade de reparar os danos para a Fundação Renova, uma vez que os atingidos e atingidas passaram a negociar diretamente com a Renova e não mais com as empresas causadoras do dano. Este acordo, foi construído sem qualquer tipo de participação dos atingidos e atingidas.

Uma das estruturas de governança do Acordão é o CIF (Comitê Interfederativo) cuja função é orientar e validar as ações da Fundação Renova, ele é composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios atingidos e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Em leitura e análise das atas das reuniões do CIF, observa-se pouca ingerência do comitê nas ações da Renova/Samarco e quando ocorrem questionamentos, na maioria das vezes não são respondidos adequadamente ou as orientações acatadas. Como pode ser observado em trecho da ata da reunião do dia 14 de dezembro de 2017:

O coordenador da CTOS<sup>5</sup> apresentou NT n. 017/2017, comunica o **descumprimento das deliberações n. 58 e n. 93**, solicitando atendimento emergencial e imediato às comunidades capixabas listadas na deliberação n. 58, com direcionamento de programas socioeconômicos aos impactados da região estuarina, marinha e costeira. O coordenador ressaltou, que, até o momento, a Renova não prestou medidas suficientes de apoio àquelas comunidades após o cadastro inicial, o que configura descumprimento do item 2 da referida deliberação, notadamente no que tange à obrigação de direcionamento dos programas socioeconômicos e às comunidades. Também destacou que o Mapa de Vulnerabilidade, estudo abrangente que permite, inicialmente, a identificação de famílias de baixa renda relacionadas à pesca mais atingidas pelo desastre, com perdas de renda em torno de 60%. [...] A representante da Casa Civil, via videoconferência, descreveu o histórico e o contexto relativo às duas deliberações descumpridas e defendeu a inadmissibilidade de novas protelações referentes à situação das comunidades vulneráveis fortemente impactadas. **O representante da Renova argumentou acerca da diferença entre elegibilidade para o cadastro e elegibilidade para os programas**, descrevendo as ações

---

5 Câmara Técnica de Organização Social

administrativas e afirmando que houve cumprimento das deliberações. Outro representante da Renova solicitou registro em ata que não houve descumprimento das deliberações. **O defensor público no ES relatou todos os trabalhos realizados no litoral capixaba e as diversas recusas da Samarco e da Renova quanto ao reconhecimento dos impactos sociais na região. Enfatizou as contradições entre os posicionamentos oficiais da Renova e a realidade constatada nas localidades através das várias denúncias reiteradamente avaliadas.** O prefeito de Baixo Guandu reforçou a situação calamitosa da população impactada e, em respeito à sociedade, clamou por deliberação enérgica do CIF. Amplo debate. **Confirmação do descumprimento da Notificação 03.** Votação. Aprovada a Deliberação n. 141, com fixação de multa punitiva e multa diária, nos moldes das cláusulas 247, parágrafos terceiro e décimo, e 249 do TTAC. [...]. **O presidente da Renova declarou que mantém o compromisso pelo cumprimento do entendimento deliberado pelo CIF, mas ressaltou que a Fundação atuará na seara jurídica para esclarecimentos das questões ligadas às Deliberações n. 58 e n. 93 (CIF, 2017, grifo meu).**

Dentro desta esfera institucional, mesmo quando reiteradamente são feitas denúncias sobre as perdas das populações atingidas, como na situação descrita acima, em relação aos impactos na região estuarina, marinha e costeira no Espírito Santo, e igualmente se elaboram notificações e deliberações sobre prazos, multas a serem aplicados para que as empresas e fundação Renova tomem as medidas cabíveis, percebe-se uma sistemática violação e descumprimento de tais deliberações, e uso da esfera judicial “seara jurídica” para protelar possíveis sanções.

Em janeiro de 2017, o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP, 2017a), outro acordo, foi efetuado, aditivado em novembro de 2017 (TAP, 2017b), e, definitivamente assinado em junho de 2018 sob a denominação de TAC Governança (TAC-GOV, 2018), entre Ministério Público Federal, Ministério



Público de Minas Gerais e Espírito Santo, Samarco, Vale e BHP Billiton.

Estes acordos dispõem sobre a contratação de assessorias técnicas para a bacia do rio doce e institui diferentes instâncias de participação de atingidos e atingidas e representantes da sociedade civil em uma nova “governança” para o TAC e os programas da Fundação Renova/Samarco. Na prática o que estes novos acordos fazem é reconhecer juridicamente a Renova e seu programas e homologar o primeiro TTAC (Acordão) que fora inicialmente questionado pelo próprio Ministério Público Federal e culminou na época na sua não homologação judicial.

Em busca de legitimidade para suas ações Samarco, Vale, BHP Billiton, Renova e Ministério Público buscaram no TAC governança “incluir” atingidos e atingidas nas instâncias de participação estruturadas pela Samarco/Renova. O que isso faz na prática é dar ao acordo um caráter pseudo participativo, incluindo atingidos na estrutura de governança por meio de uma participação limitada e prescrita, como se os graves problemas causados pela Samarco/Renova fossem de cunho meramente burocráticos e administrativos. Esta participação não significa poder de decisão, ao contrário apenas reforça um modelo institucional que precisa para se legitimar socialmente ter uma aparência superficial de democrático.

Eu não concordo com a forma como foi elaborado nem o primeiro e nem o segundo TAC. Porque a gente só vê direitos sendo construídos para a empresa e, quando o criminoso está ditando as regras, fica ainda mais difícil. Os promotores que aceitaram essa proposta perderam mais do que ganharam, porque serão suspensas multas entre outras coisas. Deveriam ter transformado as multas em direitos para os (as) atingidos (as). Agora, dizem que o Conselho Curador da Fundação Renova/Samarco vai ter dois (duas) atingidos (as) que vão representar as comunidades, mas é mais uma ficção, porque vão ter dois contra sete, e que aí não vão ter poder nenhum. Quem vão ser esses dois? Qual a credibilidade que eles têm? Quem garante que não vai ser a empresa que vai jogar essas pessoas lá dentro? É mais uma manobra para legitimar a fundação/empresas [(Marino D’Angelo,

Morador Paracatu de Baixo – A Sirene, agosto/18]] - (Pascoal, D'angelo, Lúcio, & Ribeiro, 2018).

A fala acima revela o descontentamento dos atingidos com o novo acordo que, embora, institua algumas instâncias de participação ainda o é em condições de desigualdade para os atingidos e dentro do modelo de governança pré-estabelecido pelas empresas. A partir do TAC Governança ficaram instituídos os seguintes espaços de participação:

1. 19 Comissões Locais + Assessorias Técnicas – Serão responsáveis por formular propostas e críticas sobre as ações de reparação. Serão criadas nas regiões ao longo da Bacia do Rio Doce.
2. 6 Câmaras Regionais – Proporão mudanças nos programas da Renova/Samarco baseadas nas discussões das comissões locais e assessorias.
3. Articulação das Câmaras Regionais – Reunirão as propostas das Câmaras Regionais e encaminharão para o CIF para posteriormente serem remetidos a Câmara de Repactuação ou diretamente para a Renova/Samarco.
4. Conselho Curador da Renova/Samarco – Responsável pelo orçamento, planejamento, contratação e aprovação dos programas. Neste espaço os atingidos contarão com **2** votos, um para o CIF e **6** para as empresas.
5. Comitê Interfederativo (CIF) – Responsável por fiscalizar a Renova/Samarco – Neste espaço os atingidos contarão com 2 votos e 13 para os demais órgãos envolvidos.
6. Processo único de repactuação – Nesta etapa serão revistas as ações de reparação, sendo para isso consultados 2 atingidos e as partes envolvidas.
7. Conselho Consultivo – Responsável por orientar/aconselhar os programas de reparação. Consulta 7 atingidos e 12 indicados pelos órgãos que compõem o CIF e Renova/Samarco.

Com a assinatura deste acordo o Ministério Público Federal também se comprometeu com a extinção e suspensão de duas ações civis que

solicitavam mais recursos para o processo de indenização e reparação dos danos. A ação suspensa é no valor de 20 bilhões (Processo n. 0069758-61.2015.4.01.3400), cujos autores são os Estados de MG e ES. Segundo o Ministério Público, esta ação foi suspensa porque já estava contemplada no TTAC (Acordão).

Outra ação civil pública (Processo nº. 0023863-07.2016.4.01) de autoria do MPF, cujos réus são Samarco, Vale, BHP, União e Estados, no valor: 155 bilhões cujo objetivo é aferir e ampliar os valores das reparações, das compensações e garantir a participação das pessoas atingidas foi suspensa com a homologação do TAC Governança.

Diante da suspensão desta última ação, é, a princípio, desconcertante entender a posição do Ministério Público ante tal acordo que claramente acarreta prejuízos aos/às atingidos e atingidas. Destaco que o valor acordado no TAC Governança para o processo de reparação é de 2 bilhões, quantia irrisória quando comparadas aos valores solicitados pelo próprio MP nas ações civis anteriores à realização do acordo, em especial a de 155 bilhões.

Além disso, a suspensão desta ação também isenta o Estado brasileiro de responder pela precária fiscalização, fato que contribuiu sobremaneira para o rompimento de Fundão, pois o Estado brasileiro também figurava como réu naquela ação, além das empresas. No texto da referida ação civil - nº. 0023863-07.2016.4.01 - consta a seguinte crítica: “firmar acordo de modo algum isentam a União, o estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, os respectivos órgãos ambientais e o DNMP de também terem de responder, dentro de suas atribuições, pela tragédia provocada pelo rompimento ocorrido na tarde do dia 05/11/2015” (MPF, 2016, p. 14).

O Ministério Público anteriormente à assinatura do TAC Governança, em janeiro de 2018, realizou uma rodada de conversas com os atingidos e atingidas de Minas Gerais e Espírito Santo para apresentar a proposta do TAC para as comunidades, já naquela ocasião, antes da assinatura, os atingidos demonstraram seu descontentamento com a forma como o acordo vinha sendo construído e sugeriram modificações, as quais não foram incorporadas ao texto final. Os descontentamentos dos atingidos e atingidas podem ser observados no parecer nº 279/2018/SPPEA sobre “Avaliação participativa da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-

Governança), do processo de reparação e recuperação dos danos decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos das mineradoras Samarco, BHP e Vale em Mariana, Minas Gerais” (Ministério Público Federal & Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2018).

Seguem abaixo alguns trechos de falas de atingidos sobre suas percepções em relação ao TAC Governança, e que constam no parecer técnico do MP mencionado no parágrafo anterior:

É um absurdo essa proposta de vocês! Ninguém veio dar a cara a tapa pra gente aqui. Foi tudo feito nas nossas costas lá, esse acordão!? Agora tá querendo propor um negócio desse aí?! (MPF & MPE/MG, 2018, p. 20).

A única coisa que eu acho que não faz sentido, acho que todo mundo pensa mais ou menos dessa forma, é que o processo venha pronto ou que seja construído sem a participação dos atingidos. Você não pode fazer uma novela com o protagonista da novela não participando. O galã da novela tá doente e você põe ele só no último dia da novela. Muitos acordos são feitos sem a participação do atingido. [...] Você decidir a vida do atingido sem a participação dele é um processo fora de questão. Eu é que sei o que eu quero. Eu é que sei o que é bom pra mim. Você pode trazer o verde, o amarelo e o azul pra mim, mas eu gosto é do vermelho. Entendeu? Então a participação do atingido é imprescindível. Dos atingidos, não de uma comissão representando os atingidos, nem do poder público representando os atingidos, nem do Ministério Público representando os atingidos. Mas sim do Ministério Público, poder público e da comissão de atingidos e os atingidos juntos, construindo um processo (MPF & MPE/MG, 2018, p. 21).

Um ou dois atingidos é representação. Nós não representamos nem queremos ser representados. Nós queremos participação! (MPF & MPE/MG,

2018, p. 25).

O nosso questionamento em princípio era de que não tinha a participação dos atingidos. Continuou sem a participação dos atingidos a mesma coisa, uai. Pra mim não alterou nada aí não. O TTAC foi elaborado sem a participação dos atingidos. E o que a gente precisa é que qualquer coisa que venha ser elaborado tenha a participação do atingido. Aquele cronograma [organograma] que vocês fizeram alí, o centro dele tem que ser os atingidos [...] todos os atingidos. E deles saírem as ideias, deles saírem as construções, e os parceiros estão do lado, trabalhando junto com eles. Mas não pode ser os parceiros criando as coisas e os atingidos só observando ou dando opinião, só um ou dois atingidos (MPF & MPE/MG, 2018, p. 28).

Se eles têm a maioria, eles vão detonar todo mundo que estiver lá. Então tem que ser igualdade, por causa de que se eles têm quatro votos, o outro lado também vai ter quatro, aí dá pra discutir. Se eles têm cinco e outro tem um, aí fica difícil (MPF & MPE/MG, 2018, p. 29).

Se assinar isso aí estaremos de mãos e pés atados. Perdemos a esperança se o Ministério Público assinar (MPF & MPE/MG, 2018, p. 30).

Que fique registrada a nossa insatisfação aqui. Que jamais as empresas poderiam participar de um fórum de discussão de governança e controle de um crime que cometeram. É indecente uma coisa dessas. Como que o Ministério Público pode sentar com as empresas e discutir um processo de governança? Tem que ficar registrado que nós não concordamos com isso. Nós reforçamos o Ministério Público, mas ele não está lá para negociar. O

conselho tem que ser criado por nós. Eles [empresas] não deveriam nem participar do conselho. Nós não concordamos com a participação das empresas na criação de ferramentas de controle e reparação de danos de um crime que eles mesmos cometeram (MPF & MPE/MG, 2018, p. 43).

Uma questão que nós temos é sobre a legitimação da Renova. Porque se a governança passar nos moldes que está sendo discutido aí, vai haver um processo formal de legitimação da Renova. Para nós, esse interesse de se discutir governança agora é um interesse da empresa e não dos atingidos. Claro que a gente tem que discutir como a Renova funciona, porém, o controle da Renova deveria ser feito todo pelos atingidos e o CIF deveria ser no mínimo paritário. As decisões de como é que vão ser os programas, como é que vão ser distribuídos os recursos, deveriam ser feitos pelos atingidos e não por representações, e a gente já discutiu que teriam formas de fazer isso pelos próprios atingidos. Isso seria de fato a participação integral. A gente fazer esse pacto e essa discussão sobre governança é uma armadilha que resolverá primeiro o problema da Renova, e não o nosso (MPF & MPE/MG, 2018, p. 44-45).

Esse debate é uma armadilha, na nossa opinião, é uma agenda, um debate colocado pela empresa. Hoje a Renova tem um problema que não tem conserto, que é a forma que ela foi feita, sem a participação. É a chaga dela. É um problema, pra ela, jurídico, um problema pra quem vê de fora. Caso esse texto seja aprovado, seja reformulado, sobre a governança da Renova, a gente corre o risco de legitimar a Renova no que ela faz. Por exemplo: 'agora vai ter participação dos atingidos'. Aí põe um atingido no CIF ou mesmo na estrutura da Renova', mas de fato sem ter poder ali. Assim, vai estar só legitimando. 'Agora com a participação dos atingidos está tudo

certo', mas na prática quem vai continuar mandando são as empresas. Essa é uma armadilha que nós temos que refletir e discutir (MPF & MPE/MG, 2018, p. 45).

Nota-se a partir das falas dos atingidos e atingidas que o TAC Governança efetivado entre empresas e Ministério Público nem de longe contempla suas reais expectativas em relação as mudanças na condução dos programas pela Renova/Samarco muito menos em relação ao que entendem sobre participação que vai muito além do caráter representacional e prescritivo presente no texto. Este acordo, expressa por parte do MP uma conduta arbitrária (ao não considerar prioritariamente os interesses dos atingidos e atingidas ao construir um acordo de “gabinete” com as empresas) e altamente contraditória (ao desconsiderar um processo mais crítico em relação a atuação das empresas e Renova que anteriormente haviam levado a questionamentos e não homologação do Acordão e à perpetração da Ação Civil dos 155 bilhões).

Ainda, é importante destacar que tal acordo favoreceu amplamente as empresas, posteriormente a sua assinatura, matéria veiculada no G1 economia do dia 27/07/2018 destacava que a agência de classificação de risco Moody's decidiu elevar o rating da Vale, de Ba1 para Baa3, com perspectiva estável. Entre as justificativas, a agência citou a redução do endividamento da empresa e o acordo que extinguiu uma ação civil pública de R\$ 20 bilhões relacionada ao rompimento da barragem da Samarco em Mariana (G1, 2018). O aumento no rating (classificação) da Vale significa maior “confiança” do mercado para investimentos na multinacional, na prática mais negócios e mais lucros.

Se por um lado, diferentes grupos de pesquisa e movimento sociais questionaram o primeiro TTAC na época de sua assinatura ressaltando que não havia participação dos atingidos, o que observamos nos acordos subsequentes é que “incluir” atingidos nos espaços de governança da Renova/Samarco não é o suficiente para mudar as estruturas de poder vigentes. Ao fazermos uma crítica mais atenta a estes acordos observamos uma clara estratégia das empresas e poder público em buscar formas de

litígio jurídico tendo por base a negociação para o “conflito”/crime que não fazem mais do que fortalecer a fundação Renova e ao fim e ao cabo as próprias empresas.

No Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e seu aditivo e no TAC Governança se fazem presentes propostas de assessoramento técnico, é sobre elas que nos deteremos agora.

### 2.1.1 O Assessoramento Técnico

Começamos por analisar algumas das instituições sugeridas para a execução dos diagnósticos socioeconômicos e socioambientais presentes inicialmente no TAP. Algumas delas possuem grande proximidade com as empresas mineradoras e o mundo corporativo. No termo de ajustamento preliminar assinado em janeiro de 2017 constavam o nome das seguintes organizações: Lactec, Ramboll, Integratio e Banco Mundial.

A Integratio Mediação Social e Sustentabilidade e o Banco Mundial foram as indicações mais contrariadas pelos atingidos e atingidas, grupos de pesquisa e movimentos sociais. A Integratio possui uma vasta cartela de mineradoras como clientes, em seu site na internet constam mais de 45, entre elas Samarco e Vale, pela proposta inicial ela seria responsável pela realização do diagnóstico socioeconômico ao longo de toda a bacia e ainda prestaria assistência aos atingidos.

A partir de uma reflexão ainda que superficial, podemos considerar minimamente, contraditórias tais responsabilidades para uma empresa que usa como ferramentas estratégicas o diálogo social e a mediação entre empresas e comunidades para facilitar a implementação de grandes empreendimentos minerários.

De acordo com informações colhidas em seu site:

A Integratio trabalha para buscar viabilizar socialmente empresas e projetos industriais e as empresas que pretendem ou têm que buscar a licença social para poder operar. E o entendimento entre a sociedade e empresa é o melhor caminho. Alguns indicadores são necessários para classificar neste



contexto o que é entendido como licença social: licença revogada, nível de tolerância mínima, nível de apoio ou de identificação total com o empreendimento, aplicação de matrizes, sistema de gestão, medição de riscos e impactos, entre outros. [...] Para chegar à gestão integrada do território, é necessário construir uma **verdade coletiva**, com compreensão mútua, trocar experiências e avançar no diálogo e no conhecimento sobre a motivação humana, um bom caminho para chegar à compreensão (Integratio, 2018).

Observamos claramente a partir do trecho citado acima o profundo compromisso dessa organização com as empresas, destaco o termo utilizado de construção de uma “verdade coletiva” como meta das estratégias de diálogo social. O que de fato esta verdade coletiva significa? A sobreposição de uma voz (das empresas) sobre as demais? Que tanto de violência, silenciamento e opressão escondem? Nossa história “oficial” feita pelos vencedores nos permite saber que esta verdade coletiva é no fundo a sobreposição da verdade/vontade das empresas/poder sobre pessoas e territórios.

De acordo com o TAP, a coordenação das ações desenvolvidas pelas diferentes consultorias/assessorias seria realizada pelo Banco Mundial. Logo, o banco mundial que é um dos maiores organismos da política imperialista internacional e que atua nos países subdesenvolvidos das formas mais arbitrárias e perniciosas. Sua fundação remonta aos anos de 1940 quando começam as negociações entre EUA e Inglaterra para a criação da arquitetura monetária e financeira internacional no pós-guerra, tendo como objetivo facilitar a concessão de empréstimos para a reconstrução de países europeus e ainda auxiliar o desenvolvimento econômico de países pobres. Essa bela retórica de seu objetivo, escondia na verdade outros interesses, como o de firmar os Estados Unidos como potência econômica mundial e a contenção do comunismo (Pereira, 2012).

As políticas do Banco Mundial para impulsionar o crescimento econômico nunca implicaram uma distribuição justa da riqueza, embora, sua

missão na atualidade seja “por fim a pobreza extrema e promover a prosperidade compartilhada”. Na prática, nunca irão aliviar a situação dos pobres, pois são justamente suas políticas de reformas econômicas e privatização de serviços básicos que acentuam e geram mais pobreza.

Um exemplo disso no Brasil, foram as recentes reformas econômicas propostas pelo Banco Mundial para o governo brasileiro, constantes no relatório “Um ajuste justo, análise da eficiência e qualidade do gasto público no Brasil” de 2017, nele, são sugeridos cortes públicos em diversas áreas, entre elas a educação superior, segundo o documento “O Governo Federal gasta aproximadamente 0,7% do PIB com universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçada. Isso também se reflete no fato que os níveis de gastos por aluno nas universidades públicas são de duas a cinco vezes maior que o gasto por aluno em universidades privadas” (World Bank, 2017, p. 13). O documento defende ainda, entre outras, a reforma da previdência, diminuição no salário de servidores públicos e ampla privatização.

Este é apenas um dos exemplos sobre como as agências do imperialismo controlam e gerenciam as políticas locais em favor do mercado e dos mais ricos, não à toa vivemos um período de forte recessão econômica e aumento da pobreza<sup>6</sup>. Desse modo, chegar a cogitar o Banco Mundial (BM) para estar à frente da coordenação dos diagnósticos socioeconômicos e socioambientais do crime da Samarco, mesmo que tal proposta não tenha se efetivado no acordo final, é uma afronta e uma imoralidade para com os atingidos e atingidas.

Ainda sobre o BM e sua influência política e ideológica é digno de nota que “governança” termo usado pelo Ministério Público, Samarco, Vale e BHP Billiton para intitular o TAC, é um conceito desenvolvido pelo próprio BM em finais da década de 1980. Governança passou a fazer parte de um:

movimento propagado pelo Banco Mundial ao final da década de 80. Com efeito, até 1989, data de publicação do relatório “*Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth*” (BANCO MUNDIAL, 1989), o termo

---

6 OXFAN (2017)

governança raramente era utilizado nos círculos de debates sobre desenvolvimento. No citado relatório, o conceito foi apresentado, à época, como “o exercício do poder político para gerir os assuntos de uma nação” Naquela ocasião, o mesmo documento identificou a “crise de governança” como um dos principais entraves para a superação da persistente pobreza na África Subsaariana. Haveria a necessidade, entre outras mudanças, de reformas institucionais que tornassem o setor público mais efetivo na região. Pouco depois, com a publicação do relatório “*Governance and Development*” (BANCO MUNDIAL,1992), é aprimorado e expandido o conceito de governança, assim reformulado: “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento”. E no bojo dessa redefinição são apresentados três aspectos distintos de governança: (i) a forma de regime político; (ii) o processo pelo qual a autoridade é exercida na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país, em prol do desenvolvimento; e (iii) a capacidade dos governos de conceber, formular e implementar políticas e exercer suas funções. No relatório “*Governance: the World Bank’s experience*” (BANCO MUNDIAL, 1994), o conceito foi novamente revisto e apresentado nos seguintes termos: Governança é sintetizada por formulação previsível, aberta e esclarecida de políticas (ou seja, processos transparentes); uma burocracia imbuída com *ethos* profissional; um braço executivo responsável por suas ações; e uma forte participação da sociedade civil nos negócios públicos; e todos se comportando sob as regras da lei (TCU, 2014, p. 25-26).

Embora, apareça imbuída de aparente boa intenção “Governança é sintetizada por formulação previsível, aberta e esclarecida de políticas (ou seja, processos transparentes); uma burocracia imbuída com *ethos* profissional; um braço executivo responsável por suas ações; e uma forte

participação da sociedade civil nos negócios públicos; e todos se comportando sob as regras da lei”. A ideia da governança inaugura de certa forma um novo jeito dos países imperialistas fazerem-se presentes em distintas nações, especialmente aquelas consideradas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, pois, instituiu uma série de normativas de gestão, muitas delas transplantadas da economia privada para o âmbito público que servem para intensificar o controle externo e legitimar as estratégias imperialistas no âmbito local.

Necessário pontuar que o conceito de governança surgiu em meio a um avanço do neoliberalismo no mundo, especialmente no Brasil, assistimos aos finais da década de 1980 e em 1990 do século passado aumento considerável de processos de privatização de diversos equipamentos públicos, paralelamente o conceito de governança é instituído como a prática por excelência da boa gestão (OCDE, 2004). Desse modo, problemas estruturais da nossa sociedade, como desigualdade e injustiça social passam a ser problemas burocráticos e de gestão bastando mudar as formas de gerenciamento para resolvê-los sem mexer nas estruturas do poder econômico. Para realizar tais intentos o conceito de governança se apoia na retórica de participação civil e popular para obter legitimidade social. Acreditamos que é exatamente nesse ponto que o TAC Governança toca, ao criar diferentes instâncias de participação dentro das estruturas da Renova/Samarco, legitima os programas e ações das empresas sem mexer no seu eixo central, ou seja, o poder econômico, o capital.

### *As ONGs e o Assessoramento Técnico*

Voltamos agora a discussão sobre as assessorias técnicas propostas pelo MP e empresas no TAP e TAC Governança para a bacia do Rio Doce e Espírito Santo. Segundos tais documentos, as assessorias técnicas serão gerenciadas pela ONG Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fundação Getúlio Vargas<sup>7</sup>. No município de Mariana/MG já atuam a ONG Cáritas e Fundação

---

7 A Promotoria de Fundações do Ministério Público do Rio de Janeiro requisitou à suspensão da FGV como possível realizadora do diagnóstico socioeconômico do TAP devido conflito de interesses, uma vez que desde 2011 a Vale integra o Conselho de

Ford e em Barra Longa/MG a ONG AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social) prestando assessoria aos atingidos e atingidas.

A partir de minha experiência de trabalho na assessoria de Mariana e análise dos instrumentos jurídicos, entendo que essas organizações acabam em muitos momentos sendo apenas mais um instrumento de ampliação do poder das empresas nos territórios, pois, atuam, na maioria do tempo como “mediadoras” dos conflitos locais entre empresas e atingidos e atingidas, com isso não fazem mais do que estabelecer um falso simulacro democrático entre lados diametralmente opostos [mesmo com a boa vontade de seus profissionais em colaborar para a construção de diretrizes de reparação para diminuir o sofrimento dos atingidos e atingidas], cria-se, assim, a ilusão de que todos (empresas, atingidos, assessorias (ONG’s), governos, MP) estão buscando juntos/as, lado a lado, as melhores soluções para resolver o “problema”, quando na verdade não fazem mais do que colocar panos quentes em latentes conflitos e antagonismos. Antagonismos estes marcados pelas distintas posições de classe que seus atores e instituições ocupam.

É válido salientar aqui, que minha análise sobre o papel que as ONGs vêm cumprindo no assessoramento técnico aos atingidos e atingidas é do caráter de sua concepção institucional e política e dos interesses aos quais está submetida. Igualmente é fundamental destacar que considero importante o acesso dos atingidos e atingidas ao assessoramento técnico e ao conhecimento produzido a partir de uma ciência comprometida com o povo. É justamente por acreditar na importância da mediação técnica que considero necessário criticar o modelo de assessoria presente nos acordos entre judiciário, governos e empresas criminosas em operação nas cidades afetadas.

É preciso ter um olhar crítico e atento, pois, é tentador a ideia da “transferência da responsabilidade” presente nesses acordos - uma vez que temos um Estado ausente, e no caso do rompimento da barragem da Samarco, também negligente - e esse papel é assumido por muitas ONG’s, munidas, muitas vezes, de um discurso transformador, mas que não passa de

---

Curadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa decisão foi revogada e até a data da escrita desse texto, a FGV segue sendo a responsável pelos diagnósticos socioeconômicos de toda a bacia do rio doce.

retórica. O que quero dizer com isso é que existe um limite que precisa ser muito bem fixado para não desresponsabilizar nem o Estado nem as empresas em relação ao seu papel de reparar os danos. A pergunta que fica a partir das questões que observei em Mariana/MG em que desde os primeiros momentos após o rompimento da barragem tem havido um conluio entre poderes públicos e empresas, é, qual será o papel que as ONGs assumirão no árduo processo de realização dos diagnósticos sociais e ambientais ao longo da bacia do rio doce uma vez que todo seu trabalho estará embasado nos acordos já pré-estabelecidos e conseqüentemente a partir dos programas da própria Renova/Samarco?

Esta pergunta somente poderá ser respondida em futuras análises, pois o tempo histórico no qual se inscreve esse trabalho não nos permite acompanhar este processo em sua totalidade. Por hora, o que é possível auferir como resultado de outras análises é que as ONGs cumprem um papel ambíguo, quando não negativo nos lugares em que atuam, isso se dá pelo seu próprio caráter estrutural de propor uma “terceira via” entre Estado e iniciativa privada, consolidando-se como um projeto extremamente conciliador.

As ONG's põem ênfase nos projetos não nos movimentos, mobilizam as pessoas para que produzam às margens, não para lutar por controlar os meios básicos de produção e riqueza, focam na assistência técnica e financeira de projetos, não nas condições estruturais que formam a vida cotidiana. As ONG's se apropriam da linguagem da esquerda: poder popular, igualdade, desenvolvimento sustentável, liderança popular, etc. O problema é que essa linguagem está ligada a um âmbito de colaboração com doadores e a dependências governamentais que subordinam a atividade prática a uma política não conflitiva (Petras, 2010, s/p, tradução minha).

Segundo Petras (2010) a ideologia das ONG's mina o sentido do público, com a ideia de que o governo tem uma obrigação de velar pelos seus

cidadãos e proporcionar-lhes saúde, segurança, educação e bem-estar. Contra esse conceito de responsabilidade pública, as ONG's acabam promovendo uma ideia neoliberal da responsabilidade privada dos problemas sociais.

Desse modo, acabam por fomentar um novo tipo de colonialismo, pois seus projetos estão condicionados a certos parâmetros impostos pelas instituições doadoras (empresas, governos, agências internacionais) e invariavelmente seguem um modelo prescritivo e restritivo para a execução que deve contemplar as metas e objetivos daqueles que as financiam (Petras, 2010).

As ONG's falam de excluídos, dos sem poder, da pobreza extrema, da discriminação por sexo ou raça, porém não passam de sintomas superficiais para abordar o sistema social que produz estas condições. Incorporam aos pobres a economia neoliberal por meio de uma ação voluntária puramente privada, as ONG's criam um mundo político onde a aparência de solidariedade e ação social dissimula uma conformidade conservadora com a estrutura de poder nacional e internacional. Não é coincidência que conforme as ONG's se fazem dominantes em certas regiões, a ação política independente de classe tenha declinado e o liberalismo não tem freio. A linha de fundo é que o crescimento das ONG's coincide cada vez mais com o financiamento do neoliberalismo e o aprofundamento da pobreza em todas as partes (Petras, 2010, s/p, tradução minha).

Seguindo essa análise, importante destacar os estudos de Hancock (1991) sobre o papel das ONGs naquilo que ele denominou como "indústria da piedade" (Hancock, 1991 citado em Camely, 2009) que tem como propósito consolidar a subalternização de populações já historicamente exploradas ou ainda ser o braço da "ação social" com fins políticos e assistencialistas em conluio com interesses governamentais nacionais e internacionais.

Para aprofundar um pouco mais essa discussão valho-me dos estudos desenvolvidos por Hancock (1991), Camely (2009), Seguy (2014), Louis Juste (2007) que desenvolveram uma análise crítica sobre o papel que as ONG's assumem em nossa sociedade a partir de casos concretos.

Louis-Juste (2007) pesquisador, professor e militante político foi assassinado no Haiti no ano de 2010 em função de suas posições políticas e sua militância. Antes mesmo do terremoto de 2010, em seu estudo doutoral defendido em 2007 na Universidade Federal de Pernambuco/Brasil denunciava o papel histórico que a solidariedade da “internacional comunitária<sup>8</sup>” exercia no sentido de fomentar a criação e manutenção de ONG's a serviço de um projeto político e ideológico imperialista no Haiti que ajudavam/ajudam a manter as raízes estruturais da pobreza e da miséria no país.

Enfim, sejam ONG's conformistas, sejam ONG's chamadas alternativas, participam todas da estratégia da Internacional Comunitária, tanto na prevenção contra o Bem-Estar social no Terceiro Mundo, quanto no desmoronamento do Estado. Desse modo, indiretamente ajudam no desmonte dos direitos sociais que algumas dentre elas pretendem defender (Louis-Juste, 2007, p. 321).

Para o pesquisador, as ONG's especializaram-se no “processamento de carências” causadas pela ausência do Estado, e o fazem por meio da legitimação da solidariedade e cooperação local e internacional com diferentes setores privados e governamentais. A partir dessa forma de

---

8 A Internacional Comunitária é o que a literatura dominante chama de comunidade internacional. Quando as pessoas dizem "a comunidade internacional não vai aceitar isso", não estão se referindo ao Haiti, à República Democrática do Congo, ou ao conjunto de países do mundo, mas sim às economias dominantes, como Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá. Com a criação do termo, Louis-Juste quis dizer que não existe uma comunidade internacional, o que existe é um conjunto de países imperialistas que têm interesses diferentes, que se unem no momento de dominar os países em desenvolvimento. O professor que foi assassinado ainda dizia que esse grupo se une quando um país em desenvolvimento quer fugir do controle das regras impostas pelo capitalismo, que é representado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e pela OMC (Organização Mundial do Comércio), entre outros. O Haiti é, então, afetado através do braço ideológico desses países e instituições que se apresentam como ONGs, cuja atuação influencia políticas públicas (Seguy, 2014, p.18).



atuação a essência histórica dessa carência perde seu vínculo social e passa a ser uma “situação problema” abstraída de seu processo de produção, e transforma-se em objeto de solidariedade. Nessa lógica, se combate a fome com doação de alimentos, não com distribuição de renda e mudanças econômicas. As soluções são temporárias, pontuais e parciais para problemas que são estruturais na sociedade capitalista. As ONG’s são instrumentos de uma “guerra de baixa intensidade” uma vez que sua atuação direcionada a diminuir os impactos das políticas neoliberais ajudam a aplacar a tensão social que delas podem surgir.

Nesta mesma direção Seguy (2014) em sua tese doutoral em que analisa os reflexos das políticas intervencionistas da “internacional comunitária” no Haiti antes do terremoto de 2010 e intensificadas após o mesmo, enfatiza que se faz presente no Haiti uma realidade colonial, pois o interesse na reconstrução da ajuda humanitária internacional é apenas naquelas infraestruturas necessárias a manutenção da ordem, ou seja, para garantir a continuidade de seus projetos econômicos, desse modo não há interesse real nem na soberania nacional, muito menos em acabar com a pobreza que assola a maioria da população daquele país.

Segundo Seguy (2014) o projeto de desenvolvimento impetrado pela “internacional comunitária” é ao fim e ao cabo o fortalecimento econômico dos próprios países ditos “humanitários” que o fazem enfraquecendo cada vez mais a soberania haitiana por meio da construção de zonas francas, especialmente para a produção têxtil que chega quase sem impostos ao comércio norte americano e valem-se ainda das condições precárias de trabalho e pagamento de salários irrisórios aos trabalhadores e trabalhadoras. A ajuda internacional fornecida por meio das ONG’s não fazem mais do que perpetuar a precariedade como norma de existência.

Neste contexto, ele ressalta que as ONG’s no Haiti servem como instrumento de perpetuação da intervenção política, militar, econômica e ideológica dos países imperialistas e que não possuem na realidade a intenção de reconstruir o Haiti pois, é justamente a situação de miséria que justifica sua existência.

E parece que as próprias ONGs sabem que não podem resolver nenhum

problema real na medida em que, desde o início das suas atividades no Haiti, em 1948, até hoje nunca foi registrada uma só ONG que se autodissolve por ter resolvido o problema que justificou a sua criação. Na verdade, logo que uma ONG é fundada, um dos seus primeiros êxitos consiste no fato de que, ao declarar querer processar as específicas carências por ela apontadas, esta ONG justifica a sua própria existência. Doravante, vai trabalhando mais e mais no sentido de continuar justificando sua existência, agrupando argumentos eficazes a convencer os operadores ou agências financiadoras a seguir sendo generosas (Seguy, 2014, p. 267).

Para o pesquisador acima citado, é necessário compreender que as ONG's situam-se dentro de um quadro maior ligadas aos interesses dos órgãos financiadores e sua própria origem é em suma a de propor uma via de negociação e diálogo e não de contestação, tal fato não se distingue nem nas ONG's ditas de direita nem nas ONG's ditas de esquerda ou na boa vontade de seus profissionais, muitas vezes até imbuídos de espírito crítico.

De direita ou de esquerda, conservadora ou progressista, não há ONG intervindo no campo que não esteja atuando à base de projeto de desenvolvimento. Isso implica que aqueles trabalhadores de ONGs, que se autoproclamam militantes progressistas, não compõem uma livre associação com os sujeitos sociais sobre os quais eles intervêm. Não! Esses militantes agem dentro de uma lógica institucional, no âmbito de projetos financiados para processar carências predeterminadas, eventualmente sem congruidade com a realidade concreta (Seguy, 2014, p. 265).

Ainda,

Em outras palavras, o velho ditado de que “o financiador é quem manda” guarda toda a sua validade no desempenho do Projeto de Desenvolvimento.

Por consciente e progressista que possa ser o *militante* de ONG alternativa, ele não tem latitude institucional para pegar o dinheiro do organismo financiador e usá-lo contra ele. Isso seria desvio de verbas. O *militante* pode até aproveitar da sua imersão no campo para tentar destilar alguns pingos de um trabalho ideológico-político de conscientização, no entanto, como poderia produzir reais seres politicamente conscientes se ele próprio é apenas um animador social que não mora no lugar de trabalho que é por ele visitado somente durante o tempo da sua animação? Qual a possibilidade de um discurso conscientizador produzir seres politicamente conscientes fora do calor das lutas políticas concretas? **Contudo, não há nenhuma possibilidade de que as ONGs alternativas, enquanto projetos de desenvolvimento e processadoras de carências, transformem as relações sociais de alienação do capital que a Internacional Comunitária quer manter e reproduzir a todo custo** (Seguy, 2014, p. 266).

A saída proposta pelas ONG's é assim uma ilusão, não há saída para a transformação da realidade concreta das populações exploradas pela via consensual<sup>9</sup>, esta é apenas mais uma estratégia para a manutenção da ordem atual do capital e das injustiças sociais.

Seguindo em nossa análise, destaco ainda os estudos de Hancock (1991) citados em Camely (2009). Nazira Camely investigou em sua tese de doutorado sobre o papel das ONG's ambientais na Amazônia brasileira, o que ela denominou de "ambientalismo ongueiro" identificando suas atuações como agentes táticos da estratégia estabelecida pelas organizações imperialistas, especialmente dos Estados Unidos em construir uma geopolítica em torno da biodiversidade. As ONG's trabalham como formuladoras e implementadoras de tal política ambiental que já modificou sobremaneira o espaço agrário

---

9 Tal reflexão sobre a impossibilidade de se pensar conciliação em uma sociedade profundamente injusta pode ser encontrada no texto "La violencia en Centroamerica, una visión psicossocial" – Martín-Baró (1990).

amazônico.

Camely (2009) destaca em seu trabalho os estudos de Hancock (1991) que cunhou o termo “indústria da piedade” para denunciar um verdadeiro esquema corporativo e corrupto da atuação de várias organizações humanitárias, desvelando a sujeira que se esconde debaixo do tapete de boa ação, da benevolente “ajuda humanitária”. Nos diversos contextos de atuação dessas organizações se fazem presentes desperdícios, corrupção, espionagem e contra-insurgência que inclusive colocam em perigo a vida daqueles que supostamente elas vão “salvar”:

Para a Somália foram enviadas grandes quantidades de remédios que as autoridades sanitárias desse país consideraram lixo. O Sudão, um dos países mais quentes do mundo, recebeu doações inúteis como cremes para rachaduras nos pés e cobertores elétricos. Países que tem na fome seu principal problema recebem sopas e chocolates dietéticos em grandes quantidades [...] A comunidade Econômica Europeia (CEE) enviou toneladas de trigo radioativo [...]. A Food for Hungry (norte americana) enviou ao Camboja dezenove toneladas de alimentos que por estarem tão velhos, tinham sido recusados pelo jardim zoológico de São Francisco, e os remédios enviados estavam vencidos há mais de quinze anos (idem, p.39). Os laxantes e remédios para indigestão estão entre os produtos favoritos das listas de doações. Em algumas situações a caridade coloca em risco a vida dos pobres. A Map International Inc. (Illinois) recebeu de doação estimuladores cardíacos no valor de US\$ 17milhões do American Hospital Supply Corporation (AHS). Com essa doação o AHS teria um substancial abatimento fiscal para um setor que de qualquer forma ele havia decidido suprimir. Esses equipamentos chegaram aos países pobres e constatou-se que seus marca-passos e estimuladores possuíam graves problemas, que colocariam em risco a vida dos pacientes (Hancock, 1991 , p. 43, citado em Camely, 2009, p. 5).

Esses são apenas alguns dos exemplos citados no estudo de Camely (2009) de desperdício e corrupção, a esses somam-se muitos outros, inclusive com o manejo das emoções e competitividade entre as ONG's em campanhas contra a fome a fim de angariar lucros para a organização, além de altos salários de seus funcionários e até práticas de espionagem. A solidariedade do espetáculo cumpre um objetivo muito bem definido na estratégia do capitalismo, sendo um de seus braços mais eficazes.

Deste modo, após esse breve percurso por outras experiências concretas em diferentes contextos, volto para Mariana para questionar em que bases se assentam as diferenças práticas nas ações desempenhadas pela Renova/Samarco daquelas desempenhadas pelas ONG's (Cártias e Fundação Ford)? É insuficiente o argumento de que a primeira é uma fundação criada pelas empresas, uma vez que as segundas são igualmente financiadas pelas mesmas empresas (de modo indireto). Não raras vezes foi observada profunda cooperação entre empresas, assessoria técnica e ministério público em Mariana/MG, cito como exemplo o processo de aplicação do cadastro para levantamento das perdas e danos sofridos pelos atingidos e atingidas, ocasião em que técnicos da Cáritas e da Synergia (empresa terceirizada da Renova) iam juntos até as casas das famílias atingidas para aplicar o formulário do cadastro, o trabalho era estruturado conjuntamente, bem como a divisão das tarefas, ao ponto dos atingidos não conseguirem diferenciar quem era a sua assessoria técnica e quem eram os representantes da empresa. "Se por acaso existirem alguns problemas a resolver, como ocorre até nas melhores famílias, bastará as instituições dos dois lados (**que não são mais do que um**) dialogarem e negociarem para que tudo entre em ordem, a mesma velha ordem" (Seguy, 2014, p. 279).

A lógica do consenso presente nos acordos judiciais tem se expandido enquanto uma norma social que pauta de forma generalizada a atuação das instituições presentes em Mariana/MG, incluo aqui MP, assessorias técnicas, igrejas e inclusive movimentos sociais.

O jornal Valor Econômico do dia 22/10/2017, apresentou matéria cuja manchete era: 'Samarco usa acordo com união para tentar absolvição', segundo o texto, os acordos firmados com os governos, bem como, a criação

da Fundação Renova foram usados como argumentos pelos advogados das empresas para pedir absolvição no processo criminal que tramita na cidade de Ponte Nova, onde são réus 22 pessoas (21 delas sob acusação de homicídio com dolo eventual, quando se assume o risco de matar) e quatro empresas, as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton e a consultoria VogBR, que apresentou o laudo de estabilidade da barragem (Valor, 2017).

O que leva a questionamentos sobre a quem de fato estes e outros acordos têm servido? E quais tipos de violência e opressão tem produzido?

A violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria respeitar tais mecanismos. [...]. Posto que a ordem social é produto e reflexo do domínio de uma classe social sobre as outras, a conclusão mais importante é também a mais óbvia: a violência está presente na própria ordem social e, portanto, não é arbitrário falar de violência estrutural (Martín-Baró, 1985, p. 406).

Ao analisar o rompimento da barragem sob a ótica da violência estrutural e institucional, estamos falando de relações assimétricas de poder, onde causadores do dano e as vítimas não estão em uma posição de igualdade, logo, todo acordo e mediação de conflito, neste caso, não será nada mais que perpetuação da violência e silenciamento.

### 2.1.2 A economia Política dos Modelos Jurídicos como forma de perpetuação da violência contra os atingidos e atingidas

Partimos nossa análise nesta seção do entendimento de que as arenas jurídicas e as instituições de justiça cumprem um papel importante em nosso modelo societal e suas ações de litígio produzem efeitos tanto em termos de

mobilização social, quanto em termos de reordenamento das próprias práticas institucionais, como nos apontam Losekann & Bissoli (2017) em pesquisa que investigou os efeitos da chamada *Legal Mobilization Theory (TML)* como parte do repertório da ação coletiva de movimentos sociais.

Desde modo compreender os efeitos das práticas jurídicas são fundamentais para dimensionarmos os contornos sociais e políticos que o crime da Samarco toma na sociedade. Laura Nader, antropóloga, em intenso trabalho de campo sobre as ideologias jurídicas e utilização do modelo legal do consenso e acordos como técnicas de pacificação social, vai cunhar a expressão “ideologia da harmonia” para referir-se a economia política dos modelos jurídicos que sob o argumento de diminuir os litígios judiciais criaram todo um aparato legal/institucional na busca de soluções por meio de negociações consensuadas entre as partes de um conflito.

No entanto, o que tal modelo esquece, segundo Nader (1994) é que tais “partes” estão na maioria dos casos em condições de desigualdade econômica, social, cultural e política, como é o caso, por exemplo, das questões envolvendo as negociações socioambientais, onde de um lado estão pequenas comunidades e grupos étnicos e de outro, grandes empresas multinacionais, dessa forma, uma solução negociada e mesmo consensuada, não representa justiça social e muito menos equidade.

Para aprofundar a compreensão dos efeitos institucionais de violência que tais acordos geram é necessário buscar as lógicas que os sustentam, para tal, faço um percurso buscando a gênese das proposições desse modelo da “harmonia” efetivado por meio dos TACs no caso da Samarco e assim busco entender porque as instituições do poder público, especialmente o Ministério Público Estadual e Federal tem pautado sua atuação neste modelo e detrimento de outras possibilidades jurídicas.

Parto do estudo de Nader (1994) e sua análise sobre o funcionamento coercivo do “modelo de harmonia” a partir de três distintos casos: 1) como controle cultural e de pacificação entre os povos zapotecas e outros povos colonizados influenciado pela evangelização missionária cristã e colonização política europeia que se espalhou pelo mundo. 2) Nos Estados Unidos a partir de meados dos anos 70 com a utilização da *Alternative Dispute Resolution (ADR)* como resposta aos movimentos que lutavam pelos direitos civis da

década de 60, buscando conciliações e pacificação daqueles conflitos. 3) A utilização dos conceitos conciliatórios da ADR para lidar com disputas internacionais, sobretudo ligada aos rios. Para a autora:

A história da substituição dos modelos antagônicos por modelos de harmonia não significa que a ideologia da harmonia seja benigna. Pelo contrário, a harmonia coerciva das três últimas décadas foi uma forma de controle poderoso, exatamente devido à aceitação geral da harmonia como benigna. A história das condições que determinam as preferências na solução das disputas são "compromissos móveis" geralmente envolvendo desequilíbrios no poder (Nader, 1994, s/p).

A partir da análise dos usos jurídicos da ideologia da harmonia, a autora citada, pode comprovar sua correlação e congruências com a ideologia comercial, com um discurso semelhante da negociação “devemos lembrar que o comércio, de acordo com a teoria clássica da vantagem comparativa, é uma situação de tipo vencer ou vencer” (Nader, 1994, s/p). Ou seja, a ideia de que um acordo é melhor do que nada, serve para manter os interesses hegemônicos e de poder, invisibilizando e silenciando os antagonismos e a luta social, ao fim, reproduzindo a violência social e institucional.

Corroborando com este entendimento, Ranciere (1996) ressalta que a ideia do consenso no campo da política impossibilita os processos democráticos e gera apenas controle e coerção, sendo a morte da própria política, uma vez que a mesma só pode ser construída quando há dissenso e existem condições de igualdade de fala. Nesse sentido, pensando a partir de Mariana, toda a possibilidade de acordo e de negociação, só pode ser efetiva se houver transformações na ordem das hierarquias sociais gerando equivalências, processo esse que não será construído a partir do consenso, muito pelo contrário se faz pela luta, contradição e antagonismo. Toda e qualquer prática de negociação sem relações de igualdade e sem romper com as hierarquias e poder hegemônico resultará apenas em silenciamento, opressão e pacificação (coerciva).



Desse modo, é válido interpelar em que medida este modelo do consenso e da harmonia, amparados na construção de acordos e mediações servem para reforçar a violência institucional?

Pensando no processo histórico da constituição do Brasil enquanto nação, muitas são as alusões feitas a um 'modelo de homem/mulher' e sociedade que visa dirimir ao máximo qualquer tipo de antagonismo, visando a construção de um ideal harmônico e civilizatório de sociedade. A carta de Vaz de Caminha e a aproximação sistemática dos portugueses com os indígenas na chegada ao Brasil, conta uma história de resignação, em que os índios foram facilmente 'amansados', docilizados. O projeto da coroa deveria ser: "salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar ". Não obstante, os jesuítas e sua pedagogia colonial, vieram para ajudar na tarefa da 'salvação' dos povos indígenas. O projeto de pacificação no período colonial:

designava uma transformação profunda sofrida por um grupo, em que seus componentes pagãos, imorais e anárquicos eram substituídos por uma condição supostamente nova e mais elevada, propícia à sua participação na sociedade colonizadora. Os aspectos militares e repressivos eram remetidos ao esquecimento, o que se celebrava era o surgimento de um novo índio, cristão e súdito fiel do Rei de Portugal (Oliveira, 2014, p. 136-137).

Das práticas de 'pacificação' indígena, até as atuais práticas de 'pacificação' nas favelas e morros do Rio de Janeiro<sup>10</sup>, tem perpetuado uma lógica de tutela camuflada, com um discurso humanizador que esconde uma série de violências e relações assimétricas, disseminando, uma lógica de sujeição e subserviência, expresso naquilo que Sergio Buarque de Holanda, (1936/1995), defendeu como 'homem cordial' como sendo característica primordial da identidade nacional do/a brasileiro/a em seu livro 'Raízes do Brasil'. No entanto, é necessário compreender que as raízes dessa 'cordialidade' estão na opressão e silenciamento de todos aqueles grupos

---

10 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm)

sociais que historicamente não detêm o poder e que foram/são asujeitados, não sem resistência, e essa é uma tarefa histórica urgente.

Diante do exposto, é importante evidenciar que no crime da Samarco, Vale e BHP Billiton tal modelo de “harmonia” ou de ADR (*Alternative Dispute Resolution*) se faz presente a partir da elaboração dos diferentes TAC’s propostos pelo Ministério Público e demais agentes públicos juntamente com as empresas mineradoras. Os Termos de Transação e Ajustamento de Conduta estão inseridos dentro de uma estratégia de mediação e pacificação social e correspondem a determinados interesses sociais e político-institucionais.

Os acordos começaram a aparecer na legislação brasileira, segundo Nuñez, Pinto & Garzon (2014) aos finais da década de 1980 e princípios da década de 1990 em meio a chamada crise do modelo nacional-desenvolvimentista, ampliação do neoliberalismo e críticas ao estado intervencionista que culminaram em uma série de reformas políticas, econômicas e do sistema de justiça. Especialmente no âmbito judicial as reformas incluíram a criação de instituições, novas formas de processar demandas e preveni-las, ancoradas na nova “onda” de acesso à justiça preconizada por Cappelletti & Garth (1988).

Tais mecanismos tinham como eixo fundante a busca por metodologias e instrumentos alternativos para solucionar conflitos pela via extrajudicial:

Ao perseguirem “soluções” alternativas às judiciais, as instituições vinculadas às arenas tradicionais de tratamento de conflitos procuram reorientar seus profissionais para que atuem como “mediadores” ou “negociadores”, que passam a buscar a compreensão dos problemas e dos interesses envolvidos nesses conflitos com o intuito de conduzirem as partes litigantes a acordarem entre si, evitando assim as complicações de um processo judicial. Pautando-se em discursos de eficiência e eficácia, harmonia e pacificação, consenso e solidariedade, negociação e acordo, participação e diálogo, informalidade e celeridade, bem como ancorando suas decisões em conhecimentos técnicos especializados (conhecimento

perito), buscam “desburocratizar” suas formas de tratamento de conflito ao utilizarem instrumentos considerados mais céleres e de menor custo administrativo (Nuñez, Pinto & Garzon, 2014, p. 3).

Dentro das novas estratégias de governança utilizadas pelos aparatos públicos e estatais caudatários das críticas a certa rigidez, formalismo e morosidade do judiciário, aumentou sobremaneira a busca de meios alternativos para tratamento dos conflitos ambientais. Os TACs desse modo, servem para diversas finalidades, podendo compreender uma busca real pela garantia de direitos das pessoas e comunidades, mas também seu contrário que é o atendimento prioritário de interesses econômicos privados “mediante a salvaguarda de empreendimentos e atividades produtivas sob a justificativa de sua suposta “utilidade pública” ou de seu presumido “interesse social” (Nuñez, Pinto & Garzon, 2014, p. 8).

Para compreender quais interesses os TACs prioritariamente têm defendido em suas proposições, é importante evidenciar que eles são instrumentos de Resolução Alternativas de Disputas. Embora, no Brasil os usos desses modelos jurídicos tenham se intensificado a partir dos anos de 1990, nos Estados Unidos seus usos de acordo com o exposto por Nader (1994) são anteriores, surgindo como forma de conter movimentos de rebelião social em prol dos direitos civis que eclodiram naquele país na década de 1960 do século passado.

Diferentes organismos internacionais, sobretudo, aqueles ligados às políticas imperialistas norte americanas, com destaque aqui para o Banco Mundial têm defendido o uso das ADRs como forma de construção de “soluções” extrajudiciais para diferentes situações de conflitos, especialmente os ambientais. Em distintos documentos o Banco Mundial tem referenciado as ADRs como meio preferencial para os países emergentes e em desenvolvimento organizarem seu sistema de justiça, destaco aqui o *Alternative Dispute Resolution Guidelines* (World Group, 2011) no qual fica evidente as intencionalidades da instituição em promover a reforma do sistema judiciário em diversos países a fim de facilitar acordos e a expansão do capital privado, segundo o texto:

Iniciativas de reforma de ADRs, especialmente esforços financiados por doadores em mercados emergentes, têm sido freqüentemente desenvolvidos sob a suposição de que a introdução ou melhoria de processos de ADR irá melhorar o sistema judicial de um país. Intervenções financiadas por doadores e outras intervenções são estruturadas em torno de melhorias nos sistemas judiciais estaduais, citando atrasos reduzidos e maior acesso à justiça como benefícios típicos esperados. Naturalmente, espera-se que a empresa se beneficie das reformas como usuária dos tribunais, através de acesso mais rápido e mais barato a resoluções consensuais, a consequente libertação de capital. Mas essa é muitas vezes a extensão do envolvimento do setor privado - como o usuário pretendido e o beneficiário das reformas do setor público. Poucos projetos de ADR relacionados a doadores, se houver algum, contemplam um papel mais significativo para o setor privado na elaboração, entrega ou até mesmo na propriedade de iniciativas de ADR. Essa abordagem talvez não seja surpreendente, uma vez que os tribunais geralmente são os repositórios mais significativos de disputas em um país. De fato, as intervenções de ADR até o momento têm sido geralmente baseadas em programas centralizados de reforma judicial. Este é um modelo eficaz por si só. A reforma da mediação centralizada contribuiu significativamente para muitos sistemas judiciais e para as empresas que os utilizam (World Group, 2011, p. 5, tradução minha).

O Banco Mundial ao financiar projetos de reformas dos sistemas judiciários de países pobres ao longo do globo tem buscado flexibilizar e facilitar ainda mais as legislações em prol do investimento privado o qual imbuiu no sistema jurídico a ideologia bancária e comercial. Mais, especificamente no ano de 1996 em seu documento técnico nº. 319 chamado

“O setor Judiciário na América Latina e no Caribe: Elementos para a Reforma” apresentava de maneira muito clara e incontestável os objetivos da instituição em promover uma reforma no sistema jurídico dos países latino americanos para permitir a entrada do capital e dirimir quaisquer barreiras que por ventura o judiciário representasse para sua expansão (Banco Mundial, 1996).

Uma das principais prerrogativas do documento, destacado em seu prefácio e escrito por SriRam Aiyer diretor do departamento técnico para América Latina e Região do Caribe do Banco Mundial enfatizava que:

Os países da América Latina e Caribe passam por um período de grandes mudanças e ajustes. Estas recentes mudanças têm causado um repensar do papel do estado. **Observa-se uma maior confiança no mercado e no setor privado, com o estado atuando como um importante facilitador e regulador das atividades de desenvolvimento do setor privado.** Todavia, as instituições públicas na região têm se apresentado pouco eficientes em responder a estas mudanças. [...] Não obstante, em muitos países da região, existe uma necessidade de reformas para aprimorar a qualidade e eficiência da Justiça, **fomentando um ambiente propício ao comércio, financiamentos e investimentos.**

A partir da leitura do referido documento, é possível auferir que a estratégia de abertura do Estado e crescente privatização de muitas empresas nacionais, não poderia efetivar-se sem um alinhamento político com o sistema de justiça, é tendo essa concepção de fundo que os tentáculos do BM se ampliam para o judiciário latino-americano propondo um conjunto de reformas, entre elas, a priorização dos MARCs (Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos).

Este conjunto de reformas implementadas geraram implicações do ponto de vista normativo com a promulgação da Emenda Constitucional 45 (Ribeiro, 2008), II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo (Brasil, 2009) e até mesmo a Lei da Mediação (Brasil, 2015), para citar apenas algumas.

Acredito as questões descritas acima, tanto pelas intenções e objetivos como pelas reformas propostas pelo BM ao sistema de justiça brasileiro tem profundas reverberações na atualidade e está colado às decisões institucionais que foram tomadas em relação ao caso Samarco. Diante disso, é válido interpelar aqui, como tais questões aparecem mais objetivamente nas ações jurídicas institucionais no caso de Mariana com o rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton?

Para responder tal pergunta é necessário discutir o modo como a ideologia das ADRs propagada pelo Banco Mundial ramificou-se no sistema judiciário brasileiro, com destaque nesse texto para sua influência perante o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

No ano de 2009 teve início uma série de tratativas entre o Banco Mundial e representantes do MPMG para firmar um acordo (parceria) entre as instituições. Tal acordo de cooperação técnica com o nome “Projeto de Fortalecimento Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais” (MPMG, 2011) foi assinado em 19 de janeiro de 2010. Na ocasião, foi doado pelo banco como aporte financeiro o valor de U\$ 399. 300,00 (Doação TF 95718<sup>11</sup>) para execução das ações do projeto, cujo objetivo principal foi “fortalecer o MPMG por meio da melhoria de sua capacidade institucional e seu sistema de gerenciamento ambiental”. Tendo como objetivos específicos “avaliar a estratégia, processos, recursos e sistemas de informação do MPMG a fim de elaborar um abrangente plano de ação para seu fortalecimento institucional”. Tendo também como foco, o sistema de gerenciamento ambiental do MPMG. Para o qual foram elaboradas duas estratégias “(i) Diagnóstico institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e (ii) Reforço na capacidade do setor do meio-ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais através do desenvolvimento e teste de novos métodos de resolução de conflitos a serem utilizados” (Centro de Aperfeiçoamento do Ministério Público – CEAF, 2010).

Especificamente na área ambiental foram definidas as seguintes propostas para o acordo:

---

11 A Doação (TF 95718) é uma parceria entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Mundial, financiada pelo Fundo de Desenvolvimento Institucional do Banco Mundial, e baseado na proposta de Projeto apresentada pelo Estado de Minas Gerais em parceria com o MPMG (CEAF, 2010).

Este componente enfocará as atividades do MPMG relacionadas ao meio ambiente, com o propósito de estabelecer as bases para melhores procedimentos internos e para a definição de uma estratégia de coordenação com outras instituições do sistema de administração ambiental de Minas Gerais. Dadas as recentes reformas e modernizações realizadas pelo Executivo e suas agências ambientais, este componente revisará as informações de outras instituições disponíveis sobre o meio ambiente e determinará se e como essas informações devem ser utilizadas para informar as atividades do MPMG.

No âmbito desse componente, prevê-se a utilização dos recursos disponibilizados para a implementação dos seguintes objetivos:

- i. **desenvolvimento de metodologia de mediação e resolução de conflitos ambientais;**
- ii. desenvolvimento de metodologias atinentes à quantificação de danos ao meio ambiente;
- iii. desenvolvimento de termo de referência para definição de impactos ambientais negativos.

O resultado geral esperado deste componente é uma maior eficácia e eficiência da área ambiental do MPMG, bem como uma maior coordenação com as outras instituições que compõem o sistema de administração ambiental do Estado (CEAF/MPMG, 2010, p. s/n, grifo meu).

Destaco, desse processo, o investimento por parte do Banco Mundial em promover capacitação em metodologias de mediação e resolução de conflitos para agentes do MPMG. No contexto desta parceria, foi possível levantar uma série de atividades (seminários, palestras, workshops) dentre os anos de 2010 e 2015 com a função de capacitação para processos de mediação de conflitos ambientais, além da adesão do Ministério Público em 2011 ao Fórum Global de Direito, Justiça e Desenvolvimento criado e

coordenado pelo BM.

Em 2012 e 2015 foram realizados dois seminários pelo Ministério Público de Minas em parceria com o Banco Mundial sobre a temática da negociação e mediação de conflitos. O primeiro deles intitulado “Seminário de Negociação de Conflitos Ambientais” marcou a finalização do financiamento do primeiro convênio do Banco Mundial com o MP para o componente meio ambiente que teve como objetivo aperfeiçoar o sistema de gestão ambiental da instituição, dentro desse aspecto o foco foi a capacitação de promotores de justiça para negociação extrajudicial de conflitos por meio do aprimoramento de técnicas de resolução de conflitos ambientais. O evento curiosamente contou com o apoio das empresas de mineração Anglo América, Alglo Gold, Ferrous, MANABT, MMX, Vale, VIX Mineração, Gerdau, IBRAM, Sindextra e Fundação Alphaville. Nenhuma comunidade ou movimento social integrou a mesa ou participou do evento. Isso dá indícios de quais são as partes de fato consideradas no processo de “negociação”.

Ainda, enfatizo aqui as considerações feitas pelo então procurador geral do Ministério Público, Alceu Torres, que esclarece em sua fala inicial no referido evento sobre o convênio firmado com o Banco Mundial, no qual ressaltou que os financiamentos do banco auxiliaram a reestruturar administrativamente comarcas do Norte de Minas Gerais em função da crescente atividade mineradora nas cidades de Grão Mogol, Janaúba, Porteirinha, Taiobeiras, São João da Ponte, Rio Pardo de Minas e Salinas. Além do investimento na já citada capacitação para mediação de conflitos. Neste evento, cujos registros estão disponíveis na internet, o então procurador do MP, saúda a presença de Alberto Ninio no local, o qual é advogado da Vale, mas, que trabalhou longo período no Banco Mundial e foi um dos principais interlocutores e articuladores para a construção do convênio. Alberto Ninio é advogado da Vale e a representa no conselho curador da Fundação Renova.

Em 2015 foi realizado pelo MPMG e Fórum Global o “Seminário Internacional Atuação Público–Privada para o Desenvolvimento Sustentável das Cidades”, com o apoio da Fundação Alphaville, neste evento novamente o mote foi a importância da resolução extrajudicial de conflitos ambientais e da parceria público-privada para a “melhora” dos serviços prestados à



população. Observa-se marcadamente nesses eventos pelos conteúdos propostos e objetivos é a presença da ideologia neoliberal e comercial sendo assumida como norma institucional pelos agentes do judiciário. O que quero reiterar diante de tais fatos é que a base de tal ideologia é imperialista com estratégias bem definidas para a manutenção da nossa condição de nação semicolonial.

Além dos eventos, como atividades do convênio foram realizadas visitas à Washington nos Estados Unidos, lançadas publicações para orientação dos membros do MP sobre mediação de conflitos, como o “Manual de Mediação e Negociação para Membros do Ministério Público” e a criação e estruturação do NUCAM (Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais) no Ministério Público de Minas Gerais.

Segundo dados obtidos no portal da transparência existem atualmente dois convênios vigentes entre Banco Mundial e Ministério Público de Minas Gerais: 1) Termo de Cooperação, nº048 – Memorando de entendimento para detecção, comprovação e prevenção de fraude e corrupção, vigente até 20/03/2022. 2) Termo de cooperação, s/nº – Trata da adesão do MPMG ao Fórum Global de Direito, Justiça e Desenvolvimento, por prazo indeterminado.

Amparados no discurso do esgotamento e morosidade do sistema judiciário, os acordos têm ganhado cada vez mais espaço, especialmente para as questões ambientais. Vale reiterar que um dos problemas desse tipo de mecanismo reside na própria disparidade das partes que estão em negociação. Nega-se as assimetrias entre uma grande empresa mineradora e uma pequena comunidade atingida por um empreendimento, o que já é de início um grave problema, mas a assimetria não diz tudo do componente principal de minha crítica a esses mecanismos, que é a estratégia imperialista e favorecimento do capital sobre pessoas e meio ambiente.

Impregnados pela lógica comercial, capacitados pelos ideais bancários e pensando a partir dos referenciais das grandes empresas transnacionais, as escolhas jurídicas nas tratativas para o caso de Mariana/MG descortinam as estreitas relações entre empresas e poder público.

Para além dos grandes acordos feitos pela justiça com as empresas, no âmbito local pude observar durante o trabalho de campo que no cotidiano essa lógica dos acordos opera de muitas formas, como exemplo cito aqui fala

de representante do ministério público em reunião sobre a revisão do formulário do cadastro para levantamento de perdas e danos sofridos pelos/as atingidos e atingidas em 24/05/17. Após os atingidos e atingidas apresentarem suas pautas de reivindicações que incluíam mudanças no formulário, as quais não foram aceitas pelas empresas, representante do MP tentando fazer avançar o processo de 'negociação' diz: "os atingidos têm que abrir mão de alguma coisa". O que chama atenção, é que não é a empresa que deve aceitar o que os/as atingidos reivindicaram, e sim, eles/as devem abrir mão, "a pergunta que me fiz no momento foi: abrir mão de que? Pra muitas pessoas não restou nada..."(Trecho diário de campo, Reunião Revisão do Cadastro, 24/05/17).

Tais práticas de negociação e de mediação, como visto, servem muito mais para manter a estrutura de poder vigente do que para transformá-lo, não aleatoriamente a empresa busca realizar acordos e trabalhar a partir da ótica do consenso. Nesse mesmo processo de revisão do cadastro, quando havia algum tipo de discordância ou conflito os mesmos eram negligenciados e deixados de lado para serem discutidos posteriormente, simbolicamente foi criada pela Renova/Samarco uma 'caixinha de dissensos' para serem guardadas todas as discordâncias do processo.

Essas formas de negociação para reparação em Mariana/MG expressam a violência institucional, e esta, por sua vez reproduz a violência estrutural do capitalismo presente em nossa sociedade (Martin-Baró, 1985). Refletem também, uma determinada concepção de sujeito e sociedade, que ao negar as dimensões do conflito e da contradição, favorecem a manutenção do *status quo* e enfraquecem a luta política pela transformação social. Logo, enquanto psicólogos devemos nos questionar sobre os efeitos que nossas práticas produzem, pois muitas vezes somos chamados para o lugar de 'mediadores' e quando não atentos a essas questões, podemos invisibilizar conflitos e manter as estruturas de poder vigentes, em face de uma ideia falsa e ilusória de harmonia.

Neste item busquei descortinar as intrínsecas relações entre poder público e empresas que a cada dia se revelam como uma estratégia única, embora, não seja objetivo dessa tese discutir de modo mais aprofundado este tema, considero que é fundamental conhecer essas relações para entender

que as escolhas institucionais que tem sido efetivadas sobre o crime da Samarco não tem nada de aleatórias, muito pelo contrário representam interesses mimeticamente articulados.

### 2.1.3 O “processamento das carências” das famílias atingidas

“Na Lei Maria da Penha, o agressor é obrigado a ficar longe da vítima e aqui nós aqui somos obrigados a sentar e negociar com os agressores” (Atingido de Paracatu de Cima, desabafo sobre a imposição de agendas de reuniões com a Renova/Samarco. Fragmento diário de campo 24/05/2017).

“Todo dia que a gente está sendo atingido, toda vez que a gente precisa reunir é como se a lama passasse de novo” (Atingida Paracatu de baixo – Fragmento diário de campo 20/07/2017)

Nesta seção discorro sobre o que estou chamando de “processamento das carências” das famílias atingidas, pego este termo de empréstimo de Louis Juste (2009) já citado neste texto. Aqui ele será utilizado para refletir sobre a forma como o rompimento da barragem de Fundão passou a ser tratado pelas empresas, órgãos não governamentais e poder público como uma “situação problema” completamente dissociada de suas causas. Nesse sentido, é possível ao poder público discutir o crime da Samarco sem alterar as legislações sobre segurança de barragens ou sobre o modelo econômico das *commodities* de mineração, ainda é possível a eles, sem nenhuma aparente contradição a criação da Fundação Renova, como um aparato para amortecer os impactos causados pelas próprias empresas que a mantém, cujo funcionamento vêm assemelhando-se muito a uma ONG. Renova, assim como as ONGs que fazem assessoramento técnico, com toda sua estrutura voltada para mediação e diálogo social abusam da situação de sofrimento dos atingidos e atingidas para reproduzir socialmente desigualdades.

A Fundação Renova ao gerir os programas de reparação de natureza mitigatórias e compensatórias dissocia as empresas mineradoras dos danos por elas causados, ainda isenta o próprio Estado de exercer um papel mais efetivo tanto na fiscalização, como na execução de determinadas ações para reparação. Age, assim, processando as carências/sofrimentos dos atingidos e atingidas a fim de construir uma narrativa sobre o crime que transforma a dor em espetáculo, objeto de propaganda e marketing.

A subjetividade que se cria dentro desse processo de processamento e operação das carências, se revela uma personalidade desenvolvimentista que troca a solidariedade de classe pela solidariedade do espetáculo, isto é, uma solidariedade em que projetos de desenvolvimento encobrem e fazem ver nas ações comunitárias o individualismo do capital, ou humanitarismo pluriclassista, como única forma de lidar com as desigualdades sociais contemporâneas (Louis Juste, 2009, p. 48-49).

Este processamento de carências expressa um projeto de poder e de controle social sob a fachada do humanitário, neste ponto, o diálogo com o antropólogo francês Didier Fassin (2012) é útil para pensar a forma como as carências sociais são transformadas em itinerários políticos e respondem a determinados interesses de classe. O autor em seu livro *“Humanitarian Reason”* elabora o conceito de governo humanitário para se referir às ações destinadas as pessoas mais pobres com o objetivo de mobilizar compaixão ao invés de justiça social, nessa base se assentam uma infinidade de trabalhos de organizações de ajuda humanitária e políticas governamentais para gerenciar/governar/controlar/reprimir vidas cada vez mais precárias.

A criação da fundação Renova/Samarco como os objetivos de “reparar, recuperar e reconstruir” se assenta sob a tentativa das empresas em dar uma resposta social e moral para um crime de incomensuráveis proporções. Nada melhor que uma fundação com “tão nobres” objetivos, “isenta” e carregada de compaixão e humanitarismo para gerenciar a vida das “vulneráveis” famílias atingidas. A dor e sofrimento social são transplantados para a arena política e viram alvo da intervenção e do controle das empresas por meio de programas, projetos e agendas destinadas aos atingidos e atingidas.

Pude observar ao longo do trabalho de campo em Mariana/MG que são muitas as formas como se dão os processamentos das carências dos atingidos e atingidas pelas empresas, sobretudo, na manipulação do medo que a situação de incerteza vivida no presente traz consigo, medo de perder o aluguel da casa provisória, medo de ficar sem o cartão, medo de não ser reassentado, medo de não ser indenizado. Compreendendo este medo, real,

que paira sobre as famílias atingidas, as empresas exploram todo tipo de divergência interna entre as comunidades, pressionam em relação ao tempo para a tomada rápida de decisões para os reassentamento, muitas vezes sem a devida discussão com a comunidade e segurança técnica, criam disparidades na concessão de direitos, como por exemplo o cartão de auxílio financeiro é concedido para uma pessoa e negado para outra na mesma situação, e exaustivamente se mantém próximas das famílias atingidas, seja por meio de visitas domiciliares semanais ou nas muitas agendas de reuniões que a comunidade é demandada a participar sem objetivos e pautas claras.

As carências são produzidas e delimitadas pelas próprias empresas/renova que definem aquelas que são legítimas para serem atendidas na reparação e aquelas que não são, sejam materiais ou subjetivas. Elas passam a ser alvo da ação da Renova e de diferentes instituições que atuam em Mariana/MG e definem um lugar social para o sujeito atingido/a, o lugar da “vulnerabilidade” que acaba por limitar a agência dos sujeitos afetados e suas múltiplas possibilidades de se entenderem em meio a um conflito, que é antes de tudo, de classe. A manipulação do medo das pessoas que sofrem cria uma hierarquia que gera dependência e subalternidade.

Com a negação de sua liberdade para suprirem por si próprios as suas necessidades, caminha *pari passu* a obrigação consensual, isto é, o dever de eles seguirem o padrão de comportamentos traçados pelo projeto de desenvolvimento sob a pena de perderem o benefício da doação assim racionalizada. Esse padrão de comportamento é centralizado em torno de eixo hierárquico de processamento de carências (Louis Juste, 2009, p. 197).

Por essa razão, é importante entender que as ações desempenhadas pelas empresas produzem efeitos na intensificação do sofrimento ético político dos atingidos e atingidas. Como nos lembra Sawaia (2001) “é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento, não têm a gênese nele, e sim, em intersubjetividades delineadas socialmente” (p. 99).

[...] o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 2001, p. 105).

Passo agora a delinear algumas das ações da Renova/Samarco que manifestam a forma como se dá o processamento das carências das famílias atingidas, especialmente aquelas voltadas para o 'diálogo social' das empresas Samarco/Vale/Renova/BHP Billiton. O programa de diálogo social integra o rol dos programas socioeconômicos criados no TTAC (2016), tendo uma estrutura orçamentária e de recursos humanos para realizar ações territoriais ao longo de toda a bacia do rio doce. Fazem parte do escopo da atuação do referido programa construir agendas semanais com os atingidos e atingidas e visitas domiciliares.

Nas reuniões que acompanhei durante o trabalho de campo deste estudo, se faziam presentes a equipe de diálogo social da Renova/Samarco, atingido/as, assessoria técnica e Ministério Público, geralmente tinham como pautas, questões jurídicas, indenização e reassentamento comunitário. A partir de minhas observações de campo, posso afirmar que essas constantes reuniões cumprem muito pouco do objetivo proposto, quase sempre são exaustivas e pouco resolutivas, servindo muito mais para contabilizar numericamente como uma ação desenvolvida pela empresa/renova do que para resolver efetivamente uma demanda emergente da população atingida.

Foi possível observar ao longo dos mais de dois anos em que estive em Mariana/MG que este "processamento das carências" das pessoas atingidas configurou toda uma rede subcontratada pela Renova/Samarco de prestadores de serviços, mobilizadores sociais, empresas de consultorias, como a Synergia Socioambiental e Herkenhoff & Prates (HP) que se tornaram

experts no mercado do chamado “diálogo social” prestando serviços para grandes empresas no Brasil e no exterior. Com todo o aparato institucional criado pela Samarco se amortece o impacto por meio de um conjunto de ações minuciosamente articuladas para transformar a dor em silêncio e o sofrimento em aceitação, “a carência social torna-se uma matéria-prima que se transforma pela aplicação de regras metodológicas chamadas funcionais” (Louis Juste, 2009, p. 322). Não podemos menosprezar os domínios subjetivos que tais ações têm no sentido de criar/fortalecer uma imagem positiva da empresa perante os atingidos e atingidas e frear processos de organização e luta.

Para se ter uma ideia da importância do programa de diálogo social na construção da política institucional da Fundação/Samarco basta olharmos para suas rubricas no relatório financeiro da Renova auditado em 31 de dezembro de 2017, somente naquele ano os gastos com o Programa de Comunicação e Diálogo foi de R\$ 36,9 milhões de reais ultrapassando gastos com programas de reassentamento das comunidades de Mariana e Barra Longa (R\$ 8,4 milhões), proteção aos povos indígenas ( R\$ 24 milhões), comunidades tradicionais (R\$ 10, 6 milhões), programa de saúde física e mental (R\$ 13.237 milhões), medidas mitigatórias emergenciais (R\$ 30.625 milhões). Representa o terceiro maior orçamento entre os 20 programas de reparação socioeconômica listados na referida prestação de contas (Renova, 2017).

Segundo dados da Fundação Renova (2018) presentes em seu relatório trimestral de julho a setembro de 2018, foram realizadas:

331 reuniões, com um total de 8.585 participações nos seis territórios. A maior parte das reuniões ocorreu no território de Mariana (22,7%), seguido dos territórios de Alto Rio Doce e da Foz do Rio Doce/Litoral ES, com 20,5% e 18,4% respectivamente. A média geral de público registrada foi de 26 presenças por reunião, três a mais do que no trimestre anterior. Considerando o período desde o rompimento da barragem da Fundão, em novembro de 2015, até os duas atuais, ocorreram 2.918 fóruns de diálogo,

que reuniram **79.107** pessoas, com uma média de 27 presenças por encontro (Renova, 2018, p. 14, grifo meu).

É válido reiterar que tais estratégias de comunicação e diálogo institucionais claramente buscam a desmobilização social de qualquer processo organizativo dos atingidos e atingidas na busca por direitos, como fica muito claro em um dos relatórios da Fundação Renova/Samarco que define como um desafio para o programa de dialogo social “Sustentar as práticas colaborativas de relacionamento entre os públicos participantes do processo de reparação, criando condições para que protestos radicais (especialmente as paralisações de linha férrea) não sejam utilizados como recursos das comunidades impactadas” (Renova, 2018, p. 41, grifo meu).

Há claramente um objetivo político de promoção de controle social e coação presente em tal programa para impedir processos de organização social e luta por direitos, como nos lembra Fassin (2012) as instituições do rol do “humanitário” – aqui eu incluo a Renova/Samarco – trabalham para mobilizar compaixão ao invés de justiça. Para tratar de reassentamento de Bento Rodrigues tem GT nas quartas-feiras, para reassentamento de Paracatu de Baixo GT nas terças-feiras, tem ainda, GT do Cadastro, o GT da Reparação Integral, GT para discutir Patrimônio...Espaços que servem para legitimar as ações da Renova/Samarco e dar a elas um caráter “participativo”, de construção conjunta e colaborativa.

Muitas foram as falas das empresas nas reuniões em que participei de que 'estamos aqui, construindo juntos, se acertarmos, acertamos todos, se errarmos, erramos juntos' (Fragmento diário de campo). Esse tipo de discurso das empresas mineradoras, além de invisibilizar as relações de poder entre atingidos e atingidas e empresas, as desresponsabiliza em reparar seu dano. É falso afirmar que se constrói 'algo em conjunto', quando não se altera as relações de hierarquia e de classe, quando as opções de escolha e de participação dos atingidos são restritas e negadas.

O reassentamento de Paracatu de Baixo é um exemplo deste processo:

Acompanhei em junho de 2016 a escolha do terreno de Paracatu para o



reassentamento, a comunidade na época estava em dúvidas, mas, a empresa garantiu que tinha feito estudos, que cabia toda a comunidade, que tinha água, assim, foi feita uma votação no centro de convenções de Mariana, vieram repórteres, a escolha virou notícia, funcionários da empresa pousaram pra fotos. A comunidade estava feliz. O terreno chamado Lucila foi escolhido. Quase um ano depois da escolha em 2017 quando começaram a fazer os primeiros projetos urbanísticos é que perceberam que toda a comunidade não cabia na área escolhida, tinha muito morro, a topográfica era muito ruim. O que as empresas propuseram foi a criação de uma lista de elegíveis, ou seja, apenas algumas famílias da comunidade iriam para o reassentamento, a proposta era excluir moradores que ficaram com a casa em pé, mesmo tendo sido notificados pela defesa civil, excluir os sitiante porque tinham terrenos muitos grandes, após intensa discussão, os atingidos e atingidas conseguiram acabar com a lista de elegíveis, mas nessa altura, Paracatu, já não era mais uma Paracatu, agora era Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, a comunidade dividiu-se entre os que vieram morar na cidade e os moradores da parte mais alta que permaneceram no local. Depois foi a saga para comprar mais terrenos, aquele escolhido foi insuficiente, mesmo para os moradores da parte baixa, foram necessários a aquisição de mais 8 terrenos, totalizando agora 9. Somente em janeiro de 2019 é que os terrenos foram comprados, mas ainda falta registro e regularização. A comunidade insistentemente tem manifestado preocupação em relação a água, a solução da Renova/Samarco para essa questão foi de construir poços artesianos, logo Paracatu, comunidade rural, que vive da agricultura. Os atingidos e atingidas sugerem que a empresa busque água em um córrego próximo e traga até a comunidade por gravidade, a empresa afirma que fará 'estudos técnicos' para avaliar as possibilidades, os atingidos e atingidas aguardam...(Fragmento diário de campo, sobre reassentamento

de Paracatu de Baixo, 24/02/2018).

A escolha entre opções escassas, com pouca segurança técnica, e manipulação do medo e da ansiedade das pessoas são *modus operandis* das empresas no território. Os usos instrumentais do discurso técnico também se constituiu como uma forma de violência e reificação. Reificação, entendida aqui a partir da leitura que Honneth (2003, p. 93-94) e sua relação com a dimensão do reconhecimento, “na medida em que em nossa execução do conhecimento perdemos a capacidade de sentir que este se deva à adoção de uma postura de reconhecimento, desenvolveremos a tendência a perceber aos demais homens simplesmente como objetos insensíveis”.

Ainda, é válido destacar nesta seção, a importância das campanhas publicitárias desenvolvidas pela Samarco no intuito de criar uma imagem positiva da empresa. A Renova na medida em que foi criada para “limpar” os nomes das mineradoras criminosas, assume essa função, chegando a propor na reunião do CIF do mês de novembro de 2018 (CIF, 2018) um orçamento de R\$ **38** milhões para gerir uma plataforma de comunicação digital dentro do Programa de Comunicação Nacional e Internacional (o valor previsto para o programa inicialmente era de 7 milhões), na referida reunião a presidente do CIF contestou os valores e solicitou revisão.

A desresponsabilização das empresas, têm sido uma estratégia frequente, seja na criação da Renova, ou até mesmo nas próprias campanhas institucionais, como por exemplo a feita pela Samarco, poucos meses após o rompimento “É sempre bom olhar para todos os lados” na qual, em momento algum assume sua culpa e responsabilidade, ao contrário coloca seus funcionários falando das ações de solidariedade por eles prestadas para com as vítimas. A estratégia de legitimação do discurso da Samarco na busca de reconquistar sua credibilidade propõe que se olhe na verdade somente para um lado da história, o seu.

Durante a escrita deste texto, em março de 2018, fiz uma rápida viagem para Altamira no Pará, a maior cidade do Brasil em extensão territorial, e, conhecida também por outra estatística a da cidade mais violenta, que registra um assassinato a cada três horas. Se historicamente já

existiam na região fortes conflitos pela terra, desde a construção da usina de Belo Monte, cuja mineradora Vale possui 10% das ações, a situação se agravou muito. Mas, de toda a experiência da viagem, conto aqui, algo que particularmente me chamou atenção, durante uma visita até a orla do Rio Xingú, em local onde saem voadeiras (pequenos barcos) que levam moradores de uma margem a outra do rio, em uma das voadeiras, carregadas com malas estavam um grupo de pessoas que seguiram viagem. A princípio parecia algum grupo de pesquisadores/as, um deles tinha pinturas indígenas pelo corpo. Uma das pessoas que estava ajudando a carregar as malas no barco não viajou junto com a embarcação, me aproximei e perguntei para onde iam, ele falou que estavam indo até uma aldeia indígena e seria necessário viajar um dia todo de barco para chegar, questionei quem eram e o que faziam lá, ele relatou que eram da empresa Norte Energia, construtora de Belo Monte e que estavam indo “capacitar” os indígenas nas áreas de saúde e educação.

O uso da palavra capacitar não teria causado nenhum estranhamento, se não fosse por quem a estava pronunciando, refleti sobre o que significa para a Norte Energia capacitar os indígenas, depois de alterar todo o ecossistema local e a relação que eles mantinham com o rio e com a floresta, o que significa ir agora capacitá-los? Penso, que não se trata meramente de uma forma de 'mitigação' dos impactos causados, e sim de novas estratégias de colonização do outro, de apropriação e subalternização.

Estes processos, embora presenciados em outro contexto, não estão descolados das práticas das empresas em Mariana, a objetificação e reificação estão presentes nos processos de reparação e são expressões da exploração, da violência estrutural e institucional o que gera um não reconhecimento dos sujeitos atingidos e atingidas em sua plena humanidade. Ao transformar as pessoas em coisas e vê-las como mercadoria, fica mais fácil para as empresas “processar as carências” de modo a coloca-las em posições de subalternidade e dificultar a organização de processos de luta e resistência.

## *2.2 Violência Psicossocial*

“toda vez que vou fazer almoço eu tenho vontade de chorar, por que nessa hora, lá em Paracatu, eu ia no meu quintal, tinha uma horta grande, tinha alface, repolho, couve, tudo que você imaginar, era só colher, agora abro a janela e só vejo concreto” (Trecho Diário de Campo - Helena, Atingida Paracatu de Baixo).

Diante do exposto até aqui, o tema da violência tem atravessado a argumentação, seja enquanto uma política colonial e semicolonial, de estrutura econômica e institucional, agora me interessa pensar como essas distintas violências se transformam em sofrimento e se manifestam sobre as vidas cotidianas das pessoas submetidas a elas, neste caso os atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco. Desse modo, as contribuições do psiquiatra e revolucionário Franz Fanon e do psicólogo social Martín-Baró ajudarão nesse intento.

Fanon (1961) acompanhou o processo de luta pela libertação anticolonial do povo argelino e identificou como a guerra provoca uma série de transtornos mentais e psicossomáticos na população colonizada, em seu livro “Los Condenados de la Tierra” observa, naquele contexto, que a violência colonial é introjetada nas subjetividades dos povos colonizados, onde o sofrimento é vivido como um estado de paralisia e culpa, no entanto sinais de revolta e indignação contra o regime de dominação se fazem presentes por meio de “sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos” (Fannon,1961, p.6). A internalização dos valores coloniais e constante desumanização dos povos colonizados constituem para o autor uma espécie de maldição que bloqueia os seus impulsos libertadores e a tomada de consciência. A configuração psíquica colonizada cria uma ideia de culpa sobre os sujeitos que os mantém no âmbito da passividade, o que é esperado pela ordem colonial.

En el régimen colonial, cualquier cosa puede hacerse por un kilo de pan o un miserable cordero... Las relaciones del hombre con la materia, con el mundo, con la historia, son en la etapa colonial relaciones con los alimentos. Para un colonizado en un contexto de opresión como el de Argelia, vivir no es encarnar valores, inscribirse en el desarrollo coherente y fecundo de un

mundo. Vivir es no morir. Existir es mantener la vida. [...] La criminalidad del argelino, su impulsividad, la violencia de sus asesinatos no son, pues, la consecuencia de una organización del sistema nervioso ni de una originalidad de carácter, sino el producto directo de la situación colonial. Que los combatientes argelinos hayan discutido este problema, que no hayan temido poner en duda las creencias que el colonialismo les había inculcado, que hayan comprendido que cada cual era la pantalla del otro y que, en realidad, cada uno se suicidaba al lanzarse sobre el otro debía tener una importancia primordial en la conciencia revolucionaria. Una vez más, el objetivo del colonizado que lucha es provocar el final de la dominación. Pero igualmente debe velar por la liquidación de todas las mentiras introducidas en su cuerpo por la opresión. En un régimen colonial, tal como existía en Argelia, las ideas profesadas por el colonialismo no influían sólo en la minoría europea, sino también en el argelino. La liberación total es la que concierne a todos los sectores de la personalidad (Fanon, 1961, p. 98).

Para Fanon (1961) o corpo carrega as marcas da opressão, esta que é, assim como a violência, uma construção histórica e social servindo para sustentar um mundo de interdições para os mais pobres. Corroborando com tal compreensão, entendo a violência psicossocial também como efeito de determinadas condições históricas que produzem sofrimento psíquico e relegam os sujeitos a posições socialmente subjugadas.

Do mesmo modo que Franz Fanon refletiu sobre a situação dos argelinos perante a luta revolucionária de libertação nacional na década de 50 do século passado, Martín-Baró também o fez a partir da realidade latino-americana nos anos 1970 e 1980 do século passado, no contexto da guerra civil salvadorenha, onde este último vai pensar os efeitos desencadeados pelo processo de ideologização promovido pelas classes dominantes no continente latino-americano para reforçar o lugar social da pobreza como “fatalismo”.

Fatalismo é definido como uma condição de interiorização da dominação social, agindo tanto no sentido de justificar uma postura conformista de submissão e para reproduzir a ordem social existente. O fatalismo é uma condição social e psicológica - representa um correlato psíquico de determinadas estruturas sociais - que naturaliza as desigualdades sociais e leva a sua aceitação diante da impossibilidade de mudança, ele é alicerçado em uma compreensão a-histórica do mundo. Para Martín-Baró romper com a condição fatalista dos povos latino-americanos requer processos que recuperem nossa memória histórica, a prática de classe e levem a organização popular. O autor vai enfatizar que “a realidade estrutural de uma sociedade não é um dado natural, mas histórico, cuja construção e funcionamento involucra a intersubjetividade dos grupos e pessoas que formam essa sociedade” (Martín-Baró 1998, p. 95).

Tais contribuições teóricas são trazidas aqui para pensar o caráter histórico e social que o processo de sofrimento e adoecimento possuem. O que chamo de violência psicossocial está longe de uma concepção psicologizante que ignora o ser humano como produto de suas condições históricas, que vê o sintoma e não as suas causas, muito pelo contrário, compreendo que o sofrimento psicossocial vivido pelos atingidos e atingidas estão conectados com as condições de violência das mais distintas ordens a que foram/são submetidos/as. São sobre esses sofrimentos produzidos em torno do rompimento da barragem da Samarco que discorro a seguir.

Antes de avançar, só faço um esclarecimento. Enquanto pesquisadora foi preciso um tempo para eu entender o que significava para as famílias atingidas não ter mais uma horta, não poder mais cuidar dos animais, não ter mais a cachoeira, não ter os vizinhos perto, nem poder estabelecer relações de troca e solidariedade e o quanto isso afetava a saúde mental. Esse processo de deslocamento e mudanças bruscas, recebeu um nome ‘ruptura dos modos de vida’, mas, nesta nomeação percebo que há um hiato e uma certa naturalização no nível do discurso sobre o real significado desses sofrimentos. E, toda nomeação dada por outro, limita a forma como as próprias pessoas atingidas nomeiam suas dores, e, pode também, impossibilitar uma escuta mais atenta e sensível. Assim, a violência psicossocial será apresentada aqui a partir dos nomes que os próprios

atingidos deram e elas durante o trabalho de campo.

### 2.2.1 Estar “esparrodado”

Romper com os modos de vida, carrega consigo um universo de significações, significa por exemplo, estar “esparrodado”. “Aqui em Mariana é muito ruim, lá em bento a gente vivia tudo juntinho, aqui, tá todo mundo esparrodado” (trecho diário de campo, atingido de Bento Rodrigues, 18/03/2016). Quando a barragem rompeu, em novembro de 2015, as famílias atingidas ficaram alojadas primeiramente no ginásio arena de Mariana e depois foram alocadas temporariamente em hotéis da cidade. A maioria das famílias ficou nos hotéis em torno de dois meses, indo em seguida, morar em casas alugadas em diferentes bairros, o que gerou a dispersão das comunidades, pois, se antes, as pessoas moravam perto umas das outras, agora, seus vizinhos, seus parentes, seus amigos ficaram esparrodados pela cidade. As pessoas que antes, se viam cotidianamente, passaram a se ver cada vez menos.

Para Milton Santos (2005), ao falar em território, não se fala apenas de um espaço geográfico, mas, de todo um conjunto de relações e vínculos que as pessoas constroem entre elas e com o lugar que habitam, para o autor, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (Santos, 2005, p. 235).

O território como um quadro de vida é também descrito pelo autor acima citado a partir do conceito de 'espaço habitado', o qual carrega marcas históricas e sociais dos grupos que ali vivem ou viveram e que são incorporadas na cultura e subjetivadas dos sujeitos, criando laços de identidade, pertencimento grupal e comunitário, por essa razão, não basta realocar as pessoas em novas casas para que suas vidas sejam restabelecidas (Santos, 1991).

Existe um significado presente no 'morar' que atravessa a história, um exemplo do que estou falando, foi observado na pesquisa de doutorado de

Luana Carola dos Santos, que fotoetnografou o cotidiano de famílias moradoras da vila da paz, área de ocupação, no entorno do anel rodoviário em Belo Horizonte e que moram em uma área considerada de risco, com pouco acesso a serviços públicos e ameaças constantes de despejo, mesmo neste contexto de precariedades, as famílias reinventaram formas de morar e de resistir nesse espaço, criando laços de solidariedade que permitem que vivam e considerem ali o seu lar (Santos & Mayorga, 2017).

Durante o trabalho de campo, por inúmeras vezes foi possível ouvir falas dos moradores de que suas casas não estavam à venda e que não gostariam de ter saído de suas comunidades e de seu sossego. Saliento assim, que não foram apenas casas destruídas, mas seus modos e meios de vida. Estar esparrodado traz implicações não apenas em relação ao distanciamento geográfico imposto, mas, sobretudo, na **ausência**, da proximidade com pessoas queridas, dos locais de cultivo, de criação de animais, de lazer. Sentimentos de insegurança e medo diante da nova realidade também se põe neste contexto.

Eu fiquei na casa de mãe, aí eu tinha um vizinho que tinha uma casa lá e meu marido foi olhar com ele para gente ficar pelo menos uns três meses. Aí a gente foi ficar lá, meu marido foi primeiro porque eu estava com muito medo, ouvia barulho, ainda tinha boatos de que a outra barragem ia romper e chovendo, depois com o tempo eu descí. Mas, quando chovia muito eu não dormia direito, porque o barulho da chuva eu não sabia o que estava acontecendo. A gente ficava a mil mesmo. Aí com o tempo a empresa foi e alugou essa casa pra gente. A gente morou um ano. [...] No início eu só chorava, ficou tudo pra mim [...] minhas criação estavam atolando na lama, virava e mexia eu tinha que tirar da lama, tinha uma vaca minha que de tanto atolar na lama morreu, a gente até tirou ela viva ainda, mas ela não resistiu e morreu. Aí todo [...] dia eu descia olhar o gado, e quando sumia, porque estava tudo aberto, quando sumia eu tinha que ir atrás, tinha vez que chegava em casa à noite. Estava sozinha, Deus e eu (Antônia, atingida de



Ponte do Gama - trecho entrevista)

De início eu pensei em trazer ela [filha], mas depois eu fiquei pensando “como vou deixar ela sozinha para ir trabalhar”, ela tem treze anos e como ela está acostumada com o pai e com a mãe eu achei melhor ela ficar, é mais seguro também. Porque aqui eu ia trabalhar, quem que ia olhar. Ela não é acostumada com a cidade, ela é acostumada com roça, onde todo mundo é legal, todo mundo respeita, aí ela vem para um lugar desses aqui, conversa com uma pessoa e acha que é legal, acha que respeita. Então tem esse medo também (Antônia, atingida de Ponte do Gama, trecho entrevista).

Nos relatos acima, Antônia fala sobre os medos e inseguranças vividos após o rompimento da barragem, em viver na nova casa, insegurança diante da possibilidade de um novo rompimento e o medo em trazer a filha para a cidade e ter que deixá-la sozinha para trabalhar, a falta de uma rede de parentes e vizinhos fez com que ela se apartasse da filha, a deixando na casa de seus pais que não foi destruída pela lama na comunidade em que moravam. A questão de gênero também atravessa a fala de Antônia, pois, sua filha é mulher, o que aumenta sua apreensão em deixá-la sozinha.

Essa é uma preocupação também vivida por outras mães, como é possível observar no relato abaixo retirado do documentário “AtingidAs” (2017) que venceu o prêmio jovem jornalista Fernando Pacheco Jordão.

Lá em Paracatu era uma vida, aqui é outra, o comportamento aqui é outro é totalmente diferente, porque assim, minhas meninas elas já adaptaram com a rua, com o pessoal aí são amigos, mas a liberdade que elas tinham lá, hoje aqui elas não têm, elas tão presas, eu não preocupava com elas quando elas iam no campo, não preocupava com elas na rua lá, não preocupava, mas aqui ó, eu to aqui, mas to pensando, onde será que elas tão? To pensando onde elas estão? Com quem? Esses dias quando ela

voltou, ela falou: “um cara de moto correu atrás de mim”, como assim [...] “ah um cara na moto, ele veio tentou parar perto de mim, só que eu corri e ele também acelerou a moto, só que tava vindo um carro e eu voltei correndo pro mercado de volta”, aí ela já falou comigo, já chorando e falou “aqui é tudo diferente, lá em Paracatu a gente ia no bar, a gente comprava as coisas, não tinha nada disso, aqui em Mariana é tudo diferente, eu não volto mais mãe, não me pede pra ir sozinha no supermercado que eu não vou” [Trecho do depoimento de Maria das Graças, atingida de Paracatu de baixo para o documentário AtingidAs] (Felix, Daniela, Bonifácio, Miriã; Oliveira, Larissa, 2017).

A mudança para o município de Mariana afetou a todos indescritivelmente, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos tiveram uma ruptura abrupta em seus cotidianos. No entanto, a vida na “cidade grande” é percebida como fator de perigo e insegurança especialmente pelas mulheres e meninas em função da sua condição de gênero. A adaptação das mulheres e meninas ao novo cotidiano e ritmos de vida impostos pela cidade é muito mais difícil e penosa que para os homens, pois sua liberdade de ir e vir é assombrada pelo medo da violência sexual e de gênero.

O deslocamento forçado e as limitações por ele impostas só foram melhores compreendidos na medida em que conheci como era a vida comunitária antes do rompimento. Na comunidade de Paracatu, por exemplo, os jovens se reuniam ao final da tarde na frente da escola municipal, se encontravam lá para conversar e usar a rede de acesso à internet (wifi) do local, esse espaço era conhecido como a “lan house de Paracatu”, os adultos jogavam baralho no bar do Jairo e do João Banana. Na festa do menino Jesus a folia de Reis tocava e saía em procissão. Todo ano, as mulheres da comunidade se organizavam para a colheita do café na fazenda do Manoel, próxima ao terreno da Lucila, além das missas, das trocas de diversos gêneros de alimentos, de sementes para plantio, dos banhos na cachoeira. É essa dimensão da vida comunitária, material e imaterial que foi perdida, não

eram só um conjunto de casas dispersas em um determinado espaço geográfico. E essas perdas são irremediáveis.

Eu lembrei dela, eu tava até no hotel quando lembrei dessa música, eu falei assim “nada do que foi será, porque tipo assim, o que foi comigo antes não vai ser de novo agora, uma saudade que vai ficar gravado pra sempre, é uma história que acabou”; [Trecho de depoimento presente no documentário AtingidAs]. (Felix, Daniela, Bonifácio, Miriã; Oliveira, Larissa, 2017).

Para quem vive em espaços urbanos, por vezes é difícil compreender, que existem formas de viver e se relacionar com pessoas e natureza nos espaços rurais que escapam às lógicas da cidade, cada vez mais individualistas. Nas comunidades atingidas em Mariana/MG, o chamado progresso tão propagado pelas empresas como “benefício” para as populações locais, chegou, mas chegou de modo imperativo, violento, por meio da avalanche de lama da Samarco, Vale e BHP Billiton.

### 2.2.2 Agora nos chamam de pé de lama

As mudanças ocorridas com o processo de deslocamento não alteraram somente o cotidiano das comunidades dos distritos atingidos, mas de forma ampliada impactaram toda o município de Mariana, uma vez que a Samarco paralisou suas operações após o rompimento, deixando um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as. Entendo que, não são apenas as comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Ponte do Gama, Campinas, Borba e Camargos que foram atingidas em Mariana, mas o município como um todo também foi.

Weil (1943/1996) descreve que o ser humano possui como uma das necessidades mais básicas e mais elementares para sua constituição como ser social, a necessidade de enraizamento, seja pelo trabalho, pela educação, pela família, a necessidade de criar raízes constitui o ser social:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente (Weil, 1943/1996, s/p).

Desde modo, o trabalho é uma forma importante de enraizar-se, ele nos constitui socialmente, por isso, sua perda, mesmo em contextos precarizados é fator de sofrimento subjetivo e material. Embora existam formas diferentes de sentir os impactos do rompimento, não se pode desconsiderar a perda do trabalho como gerador de sofrimento social e como um impacto trazido pelo crime.

Assim, pretendo não cair na armadilha classificatória impostas pela Samarco, Vale e BHP Billiton que definiram segundo critérios escusos pessoas mais ou menos atingidas, o que gerou uma série de conflitos e disputas no cotidiano do município e impediram a construção de níveis de reconhecimento mútuo dessa condição de 'ser atingido/a' e formas coletivas de enfrentamento e luta por direitos.

O que se presenciou/presencia em Mariana/MG após o rompimento são modos violentos de segregação, expressos em estigmatização e discriminação contra os moradores/as das comunidades circunscritas a espacialidade da lama. São constantes os relatos de atingidos e atingidas que deixaram de frequentar alguns lugares públicos por serem chamados de, 'pé de lama', 'exploradores' e que 'é por culpa deles que a Samarco não volta a operar'. É comum caminhar pela cidade e encontrar faixas no comércio local com os dizeres 'Volta Samarco'.

Joana, atingida de Paracatu de Cima, fica nervosa ao ouvir que os atingidos se beneficiaram com o rompimento. “Quero minha vida de volta eu nunca precisei da Samarco pra nada, não. Tudo o que a gente conquistou foi com o poder dos nossos braços aqui na roça. Com dificuldade, mas com alegria. A gente fica aborrecido com tudo isso, porque, antes, a gente vivia a vida da gente com os nossos amigos e, hoje, acabou, foi todo mundo embora. É difícil da gente se ver”.

Também de Paracatu de Baixo, Lindalva viu, do ponto mais alto do distrito, sua casa ser destruída pela lama. Lá residiam só ela e a filha. Uma vez ao ir à padaria escutou de alguém que nem conhecia. “Essa é uma daquelas que me fez perder o emprego” (Lêda et al., 2017).

Algumas pessoas dizem que a gente está se aproveitando da Samarco, mas pra mim esse dinheiro que recebemos é um dinheiro do sofrimento, não tenho alegria nenhuma com ele, pra mim é uma humilhação receber ele, tudo que gostaria era de ter minha vida de volta (Eliane, atingida de Bento Rodrigues, trecho diário de campo, reunião no Centro de Convenções, 15/09/2016).

É importante situar que as práticas discriminatórias entre os sujeitos atingidos e atingidas são consequências das posturas institucionais das empresas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton que nunca foram a público oficialmente se responsabilizar e pedir no mínimo desculpas frente ao crime cometido. Ainda, durante todo o período de grave hostilização daqueles que pediam o retorno da empresa para com os demais atingidos e atingidas, em momento algum a Samarco se pronunciou explicando publicamente as verdadeiras razões de sua dificuldade em obter as licenças para voltar a operar, em que pese os problemas relacionados a captação de água e obtenção de lugar adequado para depositar seus rejeitos. A falta de

esclarecimento desses pontos criou um sem número de desentendimentos fazendo com que a população local confundisse direito com privilégio e culpassem os moradores dos distritos onde a lama passou pela paralisação da empresa e conseqüente desemprego crescente na cidade.

Este contexto de violência praticada pelas empresas provoca desenraizamentos e levam a um tipo de relação reificada entre as pessoas, que não conseguem enxergar no outro, sujeito igualmente oprimido, como um igual.

Para ajudar nessa reflexão, que se apresenta na realidade Marianense de modo tão complexo, Honneth (2003) fala sobre as dimensões do reconhecimento social e traz algumas contribuições teóricas para esse debate. A partir de interlocuções com Hegel e o psicólogo social George Mead, o autor discute as relações de reconhecimento a partir de três diferentes dimensões, dos afetos, dos direitos e da solidariedade.

Me atentarei aqui, especialmente a dimensão dos direitos e da solidariedade. Para Honneth (2003), só é possível a compreensão de que somos portadores de direitos se conseguimos observar as obrigações que temos diante do outro. Ao nos vermos como membros de um grupo social ou coletividade, onde as pessoas são portadoras de direitos, passamos a entender que nós também somos e isto atrela a outra dimensão do reconhecimento, a da solidariedade, que surge especialmente das experiências difíceis ou negativas que moldam formas de resistência comum em determinados grupos. A concordância com um objetivo, pode levar a partilhar significados e valores simétricos.

Quando essas dimensões do reconhecimento são negadas, vemos emergir formas de violência, que reificam o ser humano a condição de objeto, de inferioridade. São essas questões que observamos em Mariana, pois, se não há uma dimensão de reconhecimento mútuo na esfera dos direitos de que os trabalhadores e trabalhadoras que ficaram desempregados também foram afetados, assim como os moradores dos distritos circunscritos a espacialidade da lama, as dimensões de solidariedade e de luta comum se tornam cada vez mais distantes.

Importante salientar, que as empresas a partir do momento em que classificam as pessoas como 'impactadas diretas' e 'impactadas indiretas',

contribuem expressivamente para essas formas de segregação. Construindo com seus critérios os enquadramentos que avaliam e valoram perdas e vidas como mais ou menos importantes. Nesse sentido, Butler (2015), ao perguntar sobre quando uma vida é passível de luto? questiona justamente esses enquadramentos normativos que emergem de distintas operações de poder e atuam para diferenciar as vidas reconhecidas enquanto tal, daquelas que dificilmente ou nunca serão reconhecidas como vidas.

Quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. Mas, a moldura tende a funcionar, mesmo de uma forma minimalista, como um embelezamento sobre a história da própria moldura. Esse sentido de que a moldura direciona implicitamente a interpretação, tem alguma ressonância na ideia de incriminação/armação como uma falsa acusação. Se alguém é incriminado, enquadrado em torno de sua ação é construído 'um enquadramento', de modo que o seu estatuto de culpado torna-se a conclusão inevitável do espectador (Butler, 2015, p. 23).

Os enquadramentos, enquanto expressões da norma, se convertem em meios de regulação e limitação das possibilidades do viver (Butler, 2015). Desse modo, ampliar as dimensões do reconhecimento sobre o gênero humano e nossa condição de humanidade e de entendimento de que temos uma vida que merece ser vivida em sua plenitude, rompe com os modos de subjetivação individualistas impostas pela sociedade capitalista, que segrega e isola, e expande, assim, as possibilidades de construção coletiva da justiça social.

### 2.2.3 Sinto tanto desgosto

“(respiro) ...eu tinha sempre uma dúvida... se eu queria acalmar a dor de vocês, ou fazer ela gritar! Romper o silêncio!” (Carta de Carolina de Pinho para

Preto Monteiro atingido de Bento Rodrigues – ver Anexo I)

No dicionário, desgosto significa falta de gosto, de prazer, de alegria. Para Dalva, desgosto é isso, mas é também, ter que depender financeiramente da Samarco, é sentir humilhação, é o cansaço provocado pelas incontáveis horas nas reuniões em que 'nunca se resolve nada' (Trecho Diário de Campo). Os efeitos desses processos se manifestam no adoecimento mental dos atingidos e atingidas de Mariana/MG e ao longo de toda a bacia do rio doce.

As violências cometidas desde o rompimento da barragem até as violências presentes nas negociações para “reparação” constituem experiências traumáticas para os atingidos e atingidas. Entendendo trauma aqui, a partir da leitura psicossocial proposta por Martín-Baró (1990), que enfatiza seu caráter essencialmente dialético, considerando que a afetação depende da vivência, participação e características de cada sujeito com o evento traumático. Longe de tomar o trauma a partir da produção de uma patologização da experiência, o autor, enfatiza que ao falar de trauma psicossocial é preciso considerar:

a) que a ferida que afeta as pessoas tem sido produzida socialmente, isto quer dizer, que suas raízes não são encontradas no indivíduo, mas na sociedade. b) que sua própria natureza é nutrida e mantida na relação entre o indivíduo e a sociedade, através de diversas mediações institucionais, grupais e até individuais. O qual tem óbvias e importantes consequências na hora de determinar o que deve ser feito para superar esses traumas (Martín-Baró, 1990, p.10, tradução minha).

Assim, os modos de adoecer não podem ser descolados dos contextos sociais nos quais são produzidos, pois, os diagnósticos no campo da saúde mental acabam tendo um significado que também é político, não são isolados, e não devem desimplicar as empresas em suas responsabilidades. Queremos dizer com isso, que as nomeações dos sintomas e dos diagnósticos passam a



ocupar um lugar social, objetivo e simbólico nos corpos dos sujeitos atingidos associados aos cenários em que se produzem, conforme discussão já feita no início desta seção com o aporte teórico de Fannon (1961) e Martín-Baró (1990).

O jornal 'A Sirene' na edição de março de 2018, apresentou depoimento da atingida Odete Cassiano de Barra Longa, no qual ela relata: “Eu estou sob grande quantidade de medicamento antidepressivo. Medicação essa que a gente não tem acesso nem pela prefeitura, nem pelo SUS. Aqui em casa, a gente tem que cortar gastos, procurar coisas mais baratas para alimentação, a cidade toda tá deprimida e a farmácia da prefeitura não tem remédio pra depressão. A prefeitura empurra, diz que a Samarco que deveria nos fornecer a medicação, a Samarco fala que passa o dinheiro para a prefeitura e ela tem que nos dar. Nisso a gente fica sem. E os remédios são caros” (Cassiano & Pinto, 2017, A Sirene).

Em outra reportagem o jornal 'Agência Brasil' de novembro de 2017 também vinculou matéria sobre a saúde mental dos atingidos e atingidas de Mariana, na reportagem, Leonídia de Paracatu de Baixo relata sobre como a vida de sua família mudou após a passagem da lama ao ponto de seu pai ficar depressivo e em poucos meses sofrer um infarto que o levou a morte.

Leonídia Gonçalves, de 46 anos, lembra que um dos maiores prazeres do pai, de 67 anos, Alexandre, era tocar moda de viola e jogar baralho todas as noites, no bar de Paracatu de Baixo. As filhas dela, gêmeas, brincavam na rua quando queriam. Todos moravam lado a lado, já que, ao se casar, Leonídia construiu sua casa no terreno do pai. Agora, essa é uma lembrança que não se repetirá nem mesmo quando a família for reassentada na nova Paracatu, que deve ser construída como reparação. Alexandre morreu em março deste ano, de infarto. A agricultora tem a convicção, no entanto, de que a causa verdadeira da morte é a depressão. Seu pai foi diagnosticado e chegou a tomar medicamento para tentar reverter a doença. “A gente era feliz. Tinha de tudo. Hoje, tá todo mundo distante. Lá era todo mundo

família, era um na casa do outro, à noite a gente ficava na rua, não tinha perigo de nada. E chegando à cidade agora, a gente se assusta,” relata, ao falar sobre a mudança de hábitos do meio rural para o urbano (Villela, 2017, Agência Brasil).

O crime causado pela Samarco precisa também ser compreendido na dimensão dos corpos que sofrem, dos corpos atingidos, corpos em que se manifestam os desgostos, a tristeza, a ansiedade, a hipertensão, os problemas cardíacos, a obesidade, a dificuldade de dormir, a depressão. Corpos medicalizados, corpos contaminados com metais pesados.

Se é sobre os corpos dos atingidos que se objetiva a tragédia, existem corpos mais suscetíveis que outros, em função de condicionantes sociais como gênero e idade. Os corpos das mulheres, das crianças e dos idosos são especialmente expostos as consequências do crime e os que tem o sofrimento mais silenciado e invisibilizado.

Destaco aqui, que o sofrimento vivenciado pelas pessoas mais velhas e moradoras mais antigas das comunidades atingidas, foi muito presente ao longo do trabalho de campo. Ao perderem suas comunidades, perderam também o direito a materialidade da sua memória (Bosi, 1979), substrato da experiência, das lembranças, de uma vida de trabalho e de um apanhado de relações afetivas, impossíveis de serem ressarcidas.

A psicóloga social, Ecléa Bosi (1979), em seu importante trabalho sobre memórias de velhos na cidade de São Paulo, nos ajuda a pensar sobre a importância agregadora da memória em nossa sociedade, fortalecendo laços de confiança e valores ligados a uma práxis coletiva, na qual, nossa história de alguma forma não se perderia. Mas, uma vez que são “destruídos os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros”.

É neste esvaziamento da história, da memória, da experiência, que vão se moldando os contornos de uma narrativa sobre o crime a partir da ótica do opressor e não dos oprimidos. Ao destruir territórios e comunidades inteiras se destroem também os apoios da memória e as lembranças. “Isso não existe

mais” passou a ser uma expressão cada vez mais comum nas falas dos atingidos e atingidas.

Nascido e vivido no distrito, seu Zezinho coleciona 87 anos. Segundo ele, são 24 os filhos, e 70 os netos. Trabalhou muito para criar uma família tão grande. Dos próprios braços veio a casa onde vivia, levada pela lama. Sente falta das mais de 50 galinhas que perdeu e lembra da fartura que nascia no solo de Paracatu: quiabo, abóbora, milho, feijão, pepino, melancia, cebolinha, tomate, jiló, pimentão, pimenta... “tudo tinha lá”. É o homem da Folia de Reis Paracatuense, bandeira que carrega desde os 25 anos. Inclusive, o estandarte foi um dos objetos que seu Zezinho salvou da lama. Preocupa-se com o futuro da tradição – “Quando eu for embora, não tem quem assumir a Folia...” e faz o presente da Festa do Menino Jesus – “Esse ano vai ter festa lá em Paracatu!”. Reclama da vida na cidade, das horas que, longe da roça não passam. “Aqui, fico o dia inteiro dormindo. Eu não nasci para isso, antes era uma beleza, lá a gente vivia tudo juntinho. A minha vontade era ficar lá” (Peixoto, Zezinho, Lima, Helena, & Drumond, 2017, A Sirene)

Desde o trabalho na saúde mental com os atingidos e atingidas até os últimos momentos em que estive em Mariana, antes de me afastar para a escrita da tese, a questão da memória sempre foi um ponto que me chamou atenção, pois, muitas pessoas que acompanhei, apresentaram dificuldades de memória após o rompimento, tendo problemas para lembrar coisas do cotidiano, como o caminho para casa, horários de remédios, compromissos do dia-a-dia, etc., no entanto, essa dificuldade não se apresentava ao recordarem o dia do crime, que sempre era descrito com riqueza de detalhes. No campo da psicopatologia classifica-se essa dificuldade como um sintoma de stress pós-traumático que tende a se intensificar em algumas situações com a passagem do tempo. Alguns dos casos que acompanhei precisaram de

fato de uma intervenção psicoterapêutica, pois, os problemas em realizar tarefas do cotidiano começaram a causar sofrimento e isolamento social.

Em novembro de 2017, o Núcleo de Estudos sobre Vulnerabilidade e Saúde – NAVes/UFMG (Neves, Roque, Freitas, & Garcia, 2018) realizou um diagnóstico de saúde das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – Prismma - entrevistando 271 pessoas, ex-moradoras dos distritos atingidos geograficamente pela lama entre adultos e crianças em Mariana/MG. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar a situação atual de saúde dos indivíduos afetados pelo rompimento da barragem de Fundão, com ênfase na saúde mental. Os resultados transformam em linguagem técnica e quantitativa a presença do sofrimento psicossocial fortemente relatado pelos atingidos e atingidas por meio do seu léxico, nesses mais de três anos após o rompimento. Dos dados presentes no relatório, destacam-se:

- a) Diagnóstico de depressão presente em 28,9% da população entrevistada. A distribuição por sexo mostra que a prevalência nas mulheres foi de 35,4% e nos homens de 17,3%.
- b) O transtorno de ansiedade generalizada foi diagnosticado em 32% dos entrevistados. A distribuição por sexo mostra que a prevalência nas mulheres foi de 35,4% e entre os homens foi de 25,9%
- c) O transtorno de estresse pós-traumático foi diagnosticado em 12% dos atingidos. A distribuição por sexo realça que a prevalência nas mulheres foi de 13,9% e nos homens de 8,6%.
- d) Risco de suicídio foi identificado em 16,4% dos entrevistados; 20,8% das mulheres e 8,6% dos homens

Na distribuição por sexos, a população feminina exibiu elevadas prevalências de todos os comportamentos suicidas. O pensamento de morte esteve presente em 16% das mulheres e 6,2% dos homens; a ideação suicida em 8,3% das mulheres e 3,7% dos homens; o planejamento do suicídio em 6,3% das mulheres e 1,2% dos homens; 2,8% das mulheres mencionaram tentativa de suicídio no último mês, enquanto nenhum homem relatou essa tentativa no último mês. Durante a vida, 9,7% das entrevistadas

afirmaram já ter tentado suicídio, e na população masculina foram 2,5% dos respondentes (Neves et al, 2018, p. 49).

Quando comparados os dados entre homens e mulheres, elas tiveram sempre maiores prevalências de sofrimento mental que os homens. Embora a referida pesquisa não tivesse o objetivo de investigar o porquê dessa maior prevalência, questões de ordem estrutural da nossa sociedade patriarcal são indicadores importantes, acrescido a isso na realidade das atingidas também estão presentes maior sobrecarga de trabalho após o rompimento da barragem, especialmente com o cuidado de crianças e familiares doentes, responsabilidades com as questões da reparação que exigem participação em excessivas reuniões e a negação de seus direitos de indenização, estes são fatores que intensificam seu sofrimento psicossocial.

De acordo com a referida pesquisa, foi encontrada prevalência de depressão em 28,9% dos atingidos e atingidas de Mariana, prevalência esta, cinco vezes maior do que a descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a população brasileira avaliada em 2015.

São nos corpos que o crime se materializa, se faz mais presente, se faz visível. Que corpo é esse atingido/a? Que teve séculos de história de comunidades inteiras reduzido ao próprio corpo, territórios reduzidos ao próprio corpo, reduzidos a roupa do corpo, sem identidade, CPF e carteira de trabalho, sem as fotos, as memórias, o terço que foi da avó? Sem casa, sem horta, sem rio. Que corpo é esse subjugado? Que corpo tem a mulher atingida? Que tem medo de andar na rua, Corpo adoecido, Corpo reduzido a violência, ao medo, a insegurança. Que corpo é esse? É o corpo que também lembra! Que luta! É o mesmo corpo que resiste!

Neste capítulo discuti sobre a violência institucional e a violência psicossocial presente no crime da Samarco, Vale e BHP Billiton, dada a estrutura patriarcal da nossa sociedade, essas violências são intensificadas sobre as mulheres atingidas. A intensificação da violência patriarcal como mais um efeito do rompimento da barragem de Fundão será discutida no próximo manuscrito.

### **3. O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO/VALE E**

## **BHPBILLITON: IMPACTOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES**

A violência patriarcal é outra extensão do crime da Samarco, Vale e BHP Billiton deixada como “herança” maldita para as mulheres atingidas, embora as desigualdades de gênero sejam questões estruturais em nossa sociedade capitalista, situações como a ocorrida em Mariana e demais cidades afetadas, expõe ainda mais essa ferida, ampliando as violências e invisibilidades contra as mulheres, especialmente aquelas ligadas ao âmbito econômico e do trabalho.

Em março de 2018, sete instituições, Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP-MG), Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DP-MG) e Defensoria Pública do Espírito Santo (DP-ES) conjuntamente, elaboraram uma série de recomendações para a Fundação Renova/Samarco, haja vista, o desrespeito com que atingidos e atingidas vinham/vêm sendo tratados/as no processo de indenização. Nessas recomendações, entre os fatos considerados como de maior abuso, estão as formas como as empresas vêm invisibilizando as atividades produtivas desenvolvidas pelas mulheres, sendo seu trabalho colocado como 'complementar' ao do seu marido, não lhes garantindo acesso a uma reparação que faça jus a sua condição de vida anterior ao colapso de Fundão (Ministério Público Federal et al., 2018).

Durante os primeiros meses após o rompimento da barragem, este mesmo tipo de tratativa por parte das empresas esteve presente na concessão dos auxílios emergenciais, foram ignoradas uma gama de trabalhos informais, trabalhos rurais, e atividades de pesca realizadas por mulheres atingidas. O cartão de auxílio financeiro mensal foi destinado para o homem, considerado o “chefe da família”, deixando as mulheres sem autonomia econômica e em posições de dependência financeira. As situações das mulheres atingidas e o nível de violações que têm estado expostas são reveladoras do sexismo e do patriarcado como práticas sistemáticas de atuação das empresas mineradoras na condução do processo de “reparação” dos danos causados pelo colapso de Fundão.

Proponho neste capítulo, refletir sobre os efeitos do rompimento da barragem da Samarco sobre a vida das mulheres atingidas e as formas que elas têm empreendido para resistir em um contexto de forte opressão econômica, social e de gênero. Me apoio teoricamente nas discussões do feminismo, sobretudo, a partir da noção de patriarcado, que embora seja um conceito em disputa e controverso dentro do feminismo (Miguel, 2017; Safiotti, 1987; Pateman, 1993; Mayorga, 2014), é considerado válido e atual nesta pesquisa para pensar os cenários das opressões vivenciadas pelas mulheres nas esferas públicas e privadas, a partir das realidades vividas pelas mulheres de Mariana/MG.

A avalanche de lama oriunda do rompimento da barragem de rejeitos das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton que partiu de Mariana, percorrendo o rio doce, o litoral do Espírito Santo e se estendeu até o litoral da Bahia deixou um rastro de destruição e de violência por onde passou. Desde modo, embora, o recorte “geográfico” desse trabalho tenha sido o município de Mariana, e existiram limites para conhecer todas as localidades atingidas e suas especificidades, relatos de mulheres atingidas de outras localidades foram incorporadas ao texto, uma vez que ao longo da bacia do Rio Doce, litoral do Espírito Santo e da Bahia existem inúmeras outras mulheres atingidas e suas lutas precisam ser ouvidas, conhecidas e publicizadas.

### *3.1 Mariana/Mulher e a barragem da Samarco – algumas “cenas”*

Nesta seção, apresento algumas “cenas”, acompanhadas durante o trabalho de campo em Mariana/MG, que demonstram a importância de pesquisar sobre vidas “invisibilizadas” (Reyes, Mayorga, Menezes, 2017), como é o caso das mulheres atingidas. Essas cenas são trazidas aqui para ilustrar o que estou chamando de violência patriarcal e são relevantes para entendermos a amplitude do crime da Samarco e seus desdobramentos/efeitos de violência.

#### *A máquina de Costura*

Desde que chequei em Mariana em janeiro de 2016, dois meses após o rompimento de Fundão, me chamava atenção os relatos de muitas mulheres atingidas que perderam suas fontes de trabalho e renda e que não estavam sendo reconhecidas pela empresa como vítimas do crime, para ter acesso ao cartão de auxílio financeiro mensal (direito emergencial) e/ou sendo indenizadas pelos bens perdidos para retomarem seu trabalho, caso de costureiras, vendedoras de lingerie e cosméticos, manicures, cabeleireiras, artesãs, doceiras, salgadeiras, entre outras...

Fui à casa da Maria novamente, é a terceira semana que tento falar com ela e não a encontro, aproveitei para falar com o neto e pedir notícias, ele me conta que a avó está cansada, que a dor na perna tem piorado, mas que ela tem ido todos os dias até o escritório da Samarco para tentar reaver sua máquina de costura, hoje foi atrás do promotor porque não teve nenhum retorno de todas as solicitações que vem fazendo a empresa há mais de 5 meses. Das vezes que encontrei com Maria, acho que uma vez em sua casa e outra vez na rua perto do centro de convenções, ao perguntar como ela estava, ela sempre me falava da falta que sente em costurar (Fragmento diário de campo, 10 de maio de 2016).

Ser reconhecido como atingido e atingida passou a ser uma grande batalha para milhares de pessoas ao longo do rio doce e, especialmente para as mulheres, que nos espaços das comunidades rurais em que moravam e trabalhavam, exerciam uma série de atividades consideradas “informais”, mas que garantiam sustento familiar ou contribuía significativamente para o mesmo. Esse é o caso de Maria, que além de garantir sua renda com a costura, também tinha no trabalho sua distração, realização e alegria.

#### *A invisibilidade da condição de trabalhadora*

A situação de Maria e de muitas outras mulheres é reveladora de uma



prática institucional das empresas de mineração que negam a condição da mulher atingida como trabalhadora. Essa invisibilidade da condição da mulher atingida e trabalhadora diante do contexto do rompimento de Fundão nos revela não apenas a violência do sistema capitalista, mas, sua intersecção com o patriarcado que atualiza e reforça sistemas de opressão e exploração contra a mulher em nossa sociedade (Mayorga, 2014). Em abril de 2018, vários órgãos ligados à justiça, já mencionados no início deste capítulo, denunciaram as formas como as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton vêm ignorando e violando de forma sistemática os direitos das mulheres atingidas:

As Políticas Indenizatórias se valem de valores tabelados para quantificar os danos materiais e morais dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, (...) não sendo estabelecida segundo a situação individual concreta de cada atingido pelo rompimento da barragem, o que, muitas vezes, representa desconsideração da força produtiva da mulher dentro da cadeia de pesca, com seu trabalho colocado de forma complementar ao do seu companheiro[...] Por sinal, a situação da mulher atingida também constitui outra preocupação dos Ministérios Públicos e Defensorias. A Renova não está reconhecendo a renda da mulher atingida de forma autônoma, negando-lhe a concessão de cartão emergencial em seu nome, em desrespeito à independência econômica que elas tinham antes do rompimento da barragem. Foi recomendado que as empresas se abstenham de utilizar questionários com a mulher atingida que direcionem ao não reconhecimento do seu trabalho como autônomo, independente e não complementar ao do seu companheiro, devendo indenizá-las em igualdade de condições com os homens atingidos, sem qualquer distinção no tratamento e valores (Ministério Público Federal et al., 2018, p. 21, grifo meu)

As questões econômicas, relacionadas a concessão do cartão de

auxílio financeiro para o homem, considerado pela empresa como o “chefe da família”, causaram profundos impactos nas dinâmicas familiares locais, deixando as mulheres em maior condição de dependência econômica e relegada ao espaço do lar e responsável também pelo cuidado de familiares que adoeceram em função do crime.

Eu conheço muitas pessoas que foram obrigadas a parar de trabalhar, ficaram doentes, estão cansadas, e isso não é levado em conta. [...] tenho a impressão que vocês ignoram a minha fala (Atingida Paracatu de Baixo, 24/05/2017 – Diário de Campo – reunião de reformulação cadastro)

### *Mineração, violência e pobreza*

Nos últimos anos, diversos estudos (Scott, 2002; Ulloa, 2016; Barcellos, 2013; Barroso, 2017; Júnior & Brasil, 2015) têm denunciado as opressões de gênero sofridas pelas mulheres em face da construção de grandes empreendimentos, como barragens e projetos de mineração. Barcellos (2013), enfatiza que em se tratando de grandes empreendimentos as violências de gênero são sistemáticas e devem ser entendidas como a intersecção entre capitalismo, patriarcado e racismo.

As mulheres atingidas pelos grandes projetos têm publicizado as consequências desses empreendimentos em suas vidas. Entre as questões apontadas, destacam-se: o não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; a ausência das mulheres nos espaços deliberativos; a não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; a forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; a ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; a perda dos vínculos com a comunidade e a quebra dos laços familiares; e o agravamento da violência e

prostituição<sup>12</sup> (Barroso, 2017, p. 95).

Em Mariana/MG, esses cenários de violações não são muito diferentes, e se agravam diante das especificidades da atividade minerária que, agrava a pobreza, uma vez que se espalha nos territórios e monopoliza o perfil econômico local. As economias locais deixam de ter um caráter agrícola e pecuário como bases e com isso se perdem também formas de vida menos mercadológicas que priorizavam as trocas comunitárias existentes, por exemplo, a partir dos cultivos nas hortas caseiras. As mulheres, na divisão sexual do trabalho, geralmente são as responsáveis pela agricultura familiar e acabam especialmente atingidas. Deste modo, a destruição dos territórios em Mariana/MG que possuíam um forte caráter rural representou perdas significativas de trabalho e renda para as mulheres.

Eu quero é produzir, na minha propriedade eu dispensava a máquina para dar trabalho para o diarista, pois ele dependia de mim (Atingida Paracatu de Baixo, 24/05/2017 – Diário de Campo – reunião de reformulação cadastro).

Aonde eu tô morando, a empresa paga o aluguel, mas o terreno para a criação dos animais eu que estou pagando, ela não paga um real, eu que tenho que pagar para conseguir manter minhas criações e trabalhar (Atingida Paracatu de Cima, 24/05/2017 – Diário de Campo – reunião de reformulação cadastro).

### *A morte, a dor, a sobrecarga e o descaso*

A situação das mulheres que perderam seus maridos e companheiros

---

12 Nas regiões impactadas pela atividade minerária, o crescente aumento de trabalhadores homens sozinhos, sem família e vínculos sociais, vindos de diversas regiões do país, acabam também por aumentar o número de estabelecimentos de prostituição nas pequenas cidades ou ainda levam muitas mulheres a se prostituírem devido à mudança no perfil econômico das cidades em função da mineração. Sobre isso ver o caso de Conceição do Mato Dentro em (Zucarelli & Santos., 2016).

em face do crime da Samarco é igualmente emblemática e desoladora, muitas delas além de conviver com a dor irreparável e irreversível da perda, também enfrentam uma série de dificuldades econômicas diante do descaso com que são tratadas pelas empresas. Estes casos, foram evidenciados em matéria do jornal Estado de Minas - “Parentes dos Mortos na Tragédia de Mariana dizem se sentir desamparados” (2017) – em que viúvas dos trabalhadores da Samarco mortos, contam das suas dores e suas lutas. Reproduzo abaixo trecho das histórias de Jaqueline e Tânia viúvas de dois funcionários terceirizados da Samarco.

Para a técnica em enfermagem Jaqueline Aparecida Dutra, de 41 anos. A morte do marido, o motorista da Ideal, uma prestadora de serviços da Samarco, representou mais do que a perda do companheiro amado e arrimo da família. Ela perdeu um aliado importante no cuidado de que tanto precisa o filho Leonardo, de 2 anos e quatro meses. O menino nasceu com uma grave paralisia cerebral que lhe força respirar com a ajuda de aparelhos, ter a necessidade de uma cadeira de rodas especial e a alimentação com uma fórmula especial que custa cerca de R\$ 100 cada lata. “Conto com a ajuda da família, dos amigos e da Prefeitura de Mariana, porque da Samarco só tenho indiferença. Nenhum apoio, nem psicológico, nem financeiro” [...] “Só o aluguel do respirador fica em R\$ 1,5 mil e a prefeitura de Mariana é que está pagando, mas não sei até quando. A fórmula muitas vezes falta na distribuição, a mesma coisa são as fraldas. Daí tenho de me virar para pagar por isso. Estou até organizando uma rifa para conseguir a cadeira de rodas adaptada, que custa R\$ 5 mil”, conta. De acordo com ela, a mineradora chegou a oferecer um valor irrisório de acordo e depois desapareceu. “Parece que estão deixando a coisa correr para prescrever na Justiça, especialmente na Justiça do Trabalho. Estão tentando ganhar tempo em cima do meu sofrimento. Hoje, vivo em função do meu filho e de como

conseguir dinheiro para o tratamento dele” (Parreiras & Paranaíba, 2017).

A saudade do marido, Daniel Altamiro de Carvalho, de 53, também funcionário da Ideal, aperta mais com a conquista que uma das filhas está perto de atingir, que é a formatura na faculdade de engenharia de produção, em Ouro Preto. “Ele era dedicado demais à família e tinha muito orgulho das duas filhas. Agora que a mais velha, de 23 anos, vai se formar no final do ano que vem, a gente fica imaginando como o Daniel estaria feliz e realizado. E isso nos foi tirado por esse desastre terrível”, lamenta a viúva dele, Tânia Penna de Carvalho, de 50. Segundo ela, desde que o marido morreu não recebeu qualquer apoio da Samarco além do adiantamento da indenização. “Nem ligaram para saber se a gente precisava de alguma coisa. Chegaram a oferecer uma indenização ridícula, mas vamos resolver isso na Justiça. Vamos até o final. A saudade do Daniel é grande demais” (Parreiras & Paranaíba, 2017).

### *A Samarco e o gerenciamento da vida dos atingidos/as*

Além destas, é importante destacar que algumas mulheres que tinham um namorado/companheiro nos distritos atingidos, mas que não moravam juntos na mesma casa, ao vir para Mariana após o rompimento de Fundão passaram a coabitar na mesma residência, segundo relato das atingidas com quem manteve contato, isso se deu porque a Samarco se negou a alugar dois imóveis na época. Compor um núcleo familiar, morar juntos ou não é uma escolha individual e não pode ser uma imposição feita pelas empresas para poupar gastos e gerenciar a vida das famílias.

Essa imposição teve efeitos negativos na vida das mulheres que não queriam morar com seus companheiros/namorados naquele momento, algumas inclusive por já terem sido casadas e não queriam mais “homem dentro de casa” e tiveram dificuldades para reaver sua situação anterior, para

algumas foi uma verdadeira saga conseguir o aluguel de outro imóvel e o acesso ao cartão de auxílio financeiro em seu nome.

#### *A vida que parou em 5 de novembro de 2015*

“Minha vida deu um pause em novembro de 2015 e até hoje não consigo dar o play”, essa fala de uma atingida de Paracatu de Baixo, expressa a dificuldade que as atingidas e atingidos tem em retomar suas vidas em face da morosidade com que são conduzidos os processos de “reparação”. Essa situação de paralisia é também imposta pela empresa ao não reconhecer os danos por ela causados após o rompimento da barragem, inclusive os danos provocados na estruturação familiar de muitos atingidos e atingidas.

As dificuldades com os novos modos de vida na cidade, com a divisão dos recursos do cartão de auxílio mensal levaram muitos casais a separação. Essas dificuldades pesam ainda mais para as mulheres, sobretudo, as financeiras, uma vez que as empresas não aceitam alugar outro imóvel nem conceder a divisão ou outro cartão de auxílio mensal nestes casos. É importante ressaltar que as pessoas perderam seus trabalhos, estão em uma condição provisória **imposta** e as empresas com suas formas de gerenciamento político/privado das vidas dos atingidos e atingidas colaboram sobremaneira para manter situações de sofrimento e de paralisia.

#### *A missa, a festa e a saudade*

A missa era para ser na quadra, mas a comunidade toda quis que fosse na igreja, desde que a barragem rompeu foi a primeira missa celebrada lá. Depois da missa, teve leilão de um bezerro. As crianças todas sujas de poeira a lama brincavam na quadra da escola, correndo umas atrás das outras, brincavam de “virar estrelinha”. Lá dentro da igreja depois da missa, teve a folia de reis tocando, pra mim a parte mais bonita, representava o contraste do vigor dos tambores e suas cores alegres e vivas e as paredes naquele marrom opaco enlameadas até o teto. Era o contraste entre as

pessoas e o lugar, a alegria e a tristeza, a presença e a saudade. Do outro lado está Maria, ela que sempre ajudava nas missas em Paracatu, não foi diferente dessa vez, trouxe o menino Jesus sujo de lama que seu pai achou jogado perto da igreja dias depois que a barragem rompeu. Ela o enfeitou com um laço vermelho, me disse que essa imagem não entrega de jeito nenhum para que a Renova o restaure. Vai guarda-lo sempre do jeito que foi encontrado. O menino Jesus em seus braços era carregado com uma criança, com lágrima nos olhos fala da sua saudade de viver em Paracatu (Fragmento diário de campo, 17/09/2017 – Festa do Menino Jesus, Paracatu de Baixo).

As histórias das mulheres trazidas até aqui tiveram como objetivo fazer uma espécie de quadro composto por vários retratos, entre tantos outros, das mulheres atingidas pela lama da Samarco. Refletem uma intersecção de distintas violências, econômica, institucional, psicossocial, de gênero, mas também de resistência. Esses retratos são ilustrativos, não expressam todas as violências patriarcais do crime, mas ajudam a vislumbrar um cenário de forte opressão econômica, controle e poder das empresas, no qual estão enredadas as vidas das mulheres.

Cada vez que remexo nos dados, releio os diários de campo, revejo entrevistas, procuro matérias de jornais, o conjunto dessas violações se revela de modo mais claro como uma prática/política capitalista patriarcal sistemática da Samarco, Vale e BHP Billiton na condução do processo de “reparação” para com as mulheres atingidas.

### *3.2 Notas sobre Patriarcado e Feminismo*

Para entendermos como a opressão sobre as mulheres foi sendo construída ao longo do tempo atrelada a distintos interesses econômicos que acabaram por estabelecer modos muito próprios de violência e segregação social baseado no gênero, é necessário analisar algumas nuances de seu

processo de desenvolvimento. Para tal, dentre as inúmeras nomeações possíveis para a opressão contra as mulheres em nossa sociedade com acúmulo teórico e político do movimento feminista, faço a opção teórica e política de nomeá-la de patriarcado, o motivo dessa escolha se dá em função de localizar no crime da Samarco uma junção muito própria dos interesses financeiros e do capital expressos nas práticas das empresas mineradoras, tanto aquelas que resultaram no rompimento de fundão, como aquelas que estão em voga no processo de reparação, com o sexismo e as opressões baseadas no gênero.

Esse sistema de poder que relega às mulheres o lugar da subalternidade é entendido aqui como uma das muitas formas que o patriarcado assume na sociedade contemporânea, sobretudo, a partir de sua intersecção com o capitalismo, dessa forma, tento situar esse conceito historicamente, mas, sem a intenção de esgotar o tema e sabendo que se trata de uma discussão enredada em um intenso debate no feminismo que aponta para muitas controvérsias nos modos de ver a realidade social, econômica e política das mulheres.

Pateman (1993) em seu livro “O contrato sexual” adentra em algumas divergências teóricas em torno do uso do conceito de patriarcado no campo do feminismo, mas, reforça que ainda é um conceito importante para nomear a opressão contra as mulheres. Destacando:

Houve várias discussões entre as feministas sobre o significado de “patriarcado” e sobre questões tais, como: se em nossa sociedade, o termo deve ser usado em seu sentido literal de governo paterno, se o patriarcado é uma característica humana universal ou se ele é histórica, humana e culturalmente variável [...] se as relações patriarcais estão essencialmente estabelecidas na família ou se a vida social como um todo está estruturada pelo poder patriarcal, e, quais as relações existentes entre patriarcado, ou dominação sexual, e, capitalismo, ou dominação de classe. Não existe um consenso acerca de nenhuma dessas questões e as feministas utilizam o



termo patriarcado em muitos sentidos. Algumas argumentam que os problemas são tão grandes que ele deveria ser abandonado. Seguir tal caminho representaria, na minha maneira de entender, a perda pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens, se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política (Pateman, 1993, p. 39).

O patriarcado assume para Pateman (1993) contornos diferentes ao longo do tempo, existindo uma forma de patriarcado moderno instituído a partir da invenção moderna do contrato social – narrativa sobre a criação da existência política dos homens, baseadas em ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, é um contrato liberal, onde homens nascem “livres” e firmam em condições de igualdade acordos **públicos**, sociais e políticos – no entanto, para que a ideia do contrato social moderno e liberal exista foi necessário ocultar algumas partes de sua história, uma delas é do contrato sexual e das relações de escravidão. Neste sentido, é possível observar que o contrato social é na verdade a origem dos direitos políticos nas formas de dominação e subordinação, pois o contrato enquanto um paradigma do livre acordo, esconde o fato de que as mulheres não nascem livres, e, eu diria que nem mesmo os homens.

A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante. O casamento e o contrato matrimonial também são considerados, portanto, politicamente irrelevantes [...] tem-se finalmente a impressão de que os contratos sexual e social são dois contratos distintos, embora relacionados e, que o contrato sexual diz respeito à esfera privada. O patriarcado parece não relevante para o mundo

público. Ao contrário o direito patriarcal propaga-se por toda a sociedade civil (Pateman, 1993, p. 18).

O contrato social cria assim, a ilusão da liberdade, da igualdade e da emancipação, uma vez que terminou com todos os argumentos que tentavam “justificar” a dominação de um grupo ou indivíduo sobre outro, invisibilizando as muitas dimensões de conflito e de contradição que fazem parte da realidade social. É, portanto, fundamental para compreender o patriarcado moderno, compreender o conflito existente entre as classes sociais, patrão e empregado, senhor e escravo, mundo público e mundo privado, dominação e subordinação, liberdade e opressão (Pateman, 1993).

Nesse esforço em compreender um pouco mais sobre as relações existentes entre patriarcado e capitalismo, me apoio em Friedrich Engels em sua clássica obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Na qual situa a opressão das mulheres a partir do viés classista, posição, ao qual Pateman (1993) faz críticas, por considerar que para o autor a diferenciação sexual não tem centralidade na opressão dos homens sobre as mulheres, o que reforça uma posição universal e familiar iguais as presentes no mercado de trabalho, no entanto, considero pertinentes para os objetivos desse estudo suas contribuições do ponto de vista histórico para entender as profundas relações entre patriarcado e capitalismo.

Engels (1884/2017) apoiado nas contribuições teóricas do antropólogo Lewis H. Morgan apresenta um possível retrato das diferentes configurações de cada sociedade humana do período pré-histórico até a civilização e nos ajuda a compreender aspectos da gênese da opressão contra a mulher fortemente atrelada a construção de um ideário de família e da propriedade privada. Para ele, o desenvolvimento societal esteve atrelado a atividade do trabalho enquanto forma de suprir as necessidades humanas básicas de sobrevivência e como meio de socialização.

Os períodos históricos do Estado Selvagem em sua fase inferior, fase média e fase superior da história da humanidade, caracterizaram-se pela formação da linguagem articulada, uso do fogo, invenção do arco e da flecha, fabricação dos primeiros utensílios de madeira e pedra. A fase seguinte, a Barbárie, inicia-se com a introdução da cerâmica, além da domesticação e

criação de animais e o cultivo de plantas, têm-se também o início da fundição de minério de ferro. Observa-se nessa fase também a prática da agricultura em grandes extensões a partir do arado de ferro puxado por animais. Até a invenção da escrita e das artes, o que marca a passagem para a Civilização (Engels, 1884/2017).

Nestes distintos momentos da história humana existiram diferentes concepções sobre o que era considerado uma “família”, bem como, os papéis que a mulher exercia socialmente, tendo vigorado durante muito tempo o direito materno, ou seja, a ascendência social e política das mulheres sobre os homens. Os bens materiais da família ficavam sob a tutela da mulher e cabia a elas o direito de herança. Nessas sociedades, consideradas comunitárias primitivas todos seus membros sem distinção de sexo e idade executavam atividades relacionadas a produção e subsistência.

No entanto, com a introdução da criação do gado e da agricultura, quando os rebanhos passam a ser propriedade da família, mudam-se as formas relativas a divisão do trabalho, o homem passou a ser o proprietário da nova fonte de alimento e dos escravos que passaram a ser considerados novos instrumentos de trabalho. Esse período da “invenção” da propriedade privada para Engels marca também o período do início da família patriarcal.

A derrocada do direito materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do homem e mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado. O primeiro efeito do domínio exclusivo dos homens, desde o momento em que foi instituído, pode ser observado na forma intermediária da família patriarcal, que então surgia. O que caracteriza essa família acima de tudo não é a poligamia [...], mas “a organização de certo número de indivíduos escravos e livres, numa família

submetida ao poder paterno do chefe de família. [...] (Engels, 2017, p. 78-79).

O que entendemos por família na atualidade, segundo Engels carrega muito das marcas desse processo histórico. Foram as antigas *gens* – organização social presente nas sociedades da antiga Roma, formada por grupos de indivíduos regidos por um líder, geralmente o homem mais velho - que por meio da concentração de poder e riqueza advindos da propriedade privada evoluíram até chegar na moderna concepção de família e de Estado. Se é com a advento da propriedade privada que observamos a queda do direito materno e o conseqüente domínio do homem sobre as mulheres e os escravos que passam a ser parte de seus 'bens' é no capitalismo que a supremacia masculina se concretiza em seu poder máximo.

Considerando a distância histórica e contextual das sociedades analisadas por Engels, para compreendermos a noção de família patriarcal na realidade latino-americana, é preciso analisar os diferentes contornos históricos e sociais que a moldam, em função das marcas deixadas pelos séculos de colonialismo e de escravidão, que se tornaram tão estruturais em nossas sociedades. Em função dessas marcas, pensar o patriarcado no Brasil e demais países latino americanos, exige um exercício teórico e prático de articulação de diferentes categorias de análise social.

Desse modo, é necessário pensar a relação entre patriarcado, capitalismo e também o racismo, neste intento Saffioti (1987) vai cunhar a tríade patriarcado-racismo-capitalismo. Para a autora:

Historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Posteriormente, aparece o racismo, quando certos povos se lançam na conquista de outros, menos preparados para a guerra. Em muitas destas conquistas, o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vencidos. Com frequência, mulheres de povos vencidos eram transformadas em parceiras sexuais de guerreiros vitoriosos ou por estes violentadas. Ainda na época atual isto ocorre.

Quando um país é ocupado militarmente por tropas de outra nação, os soldados servem-se sexualmente de mulheres do povo que combatem... Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que 'inventou' o patriarcado e o racismo. Para não recuar demasiadamente na história, estes já existiam na Grécia e na Roma antigas, sociedades nas quais se fundiram com o sistema escravocrata. Da mesma maneira, também se fundiram com o sistema feudal. Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1987, p. 60).

Para Engels (1884/2017), o patriarcado pode ser compreendido como um conjunto de relações hierárquicas e de dominação dos homens sobre as mulheres que se constituiu na história por meio do acúmulo do excedente de produção e advento da propriedade privada e a consequente divisão sexual do trabalho a qual relegou as mulheres ao espaço doméstico. Para Pateman (1993) é um poder baseado na sujeição sexual das mulheres, que adquire uma forma própria na modernidade por meio de um contrato original/sexual que instituiu o casamento e a família, é ainda fraternal, no sentido em que existe a partir de uma aliança masculina onde, para garantir seu domínio social e econômico subjuga as mulheres, e, é a base estrutural da sociedade civil capitalista.

Saffioti (2004, p. 57-58) argumenta também que o patriarcado “não se trata de uma relação privada, mas civil, dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade, tem uma base material, corporifica-se, tem uma estrutura de poder, baseada tanto na ideologia, como na violência”. Essas, diferentes definições sobre o patriarcado podem ser consideradas complementares, na medida em que há entre elas consenso de que se trata

de um sistema de poder estrutural da sociedade capitalista, capilariza-se nas instituições sociais, nos espaços públicos e privados e objetiva manter as mulheres em posições de subalternidade.

A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública, de fato, o direito patriarcal dos homens é o principal suporte estrutural unindo as duas esferas em um todo social. O direito masculino de acesso aos corpos das mulheres é exercido tanto no mercado público quanto no casamento privado, e o direito patriarcal é exercido sobre as mulheres e seus corpos de outras formas além do acesso sexual direto (Pateman, 1993, p. 167).

Entender o patriarcado como um sistema construído socialmente e que transcende as esferas privadas nos ajuda a evidenciar um conjunto de práticas institucionais que tentam naturalizar as desigualdades de gênero, o sexismo e o racismo como inerentes a uma certa “natureza inferior”, passional e irracional da mulher que a incapacita de ser reconhecida como pessoa, e se convertem em justificativas para pagar salários mais baixos às mulheres, mais baixo ainda para mulheres negras, mantê-las longe do espaço da política, controlar sua sexualidade, objetificar seus corpos e torná-los mercadoria e ainda, usar da violência como forma de silenciamento.

Há uma clara tentativa da sociedade patriarcal de tirar qualquer agência da mulher. Essa tentativa se expressa a meu ver também nas práticas corporativas das empresas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana, ao invisibilizarem um aspecto tão fundamental para a autonomia das mulheres como o trabalho, fazendo com que se reinstitua nelas o lugar da dependência e da subalternidade, lugares que naturalizam a ordem patriarcal/capitalista.

É importante salientar, assim, que a opressão sobre as mulheres é uma construção social e sempre esteve atrelada a instauração e manutenção de interesses econômicos e de poder de uma sociedade masculina e branca, atingindo maiores escalas a partir da incorporação do patriarcado no sistema capitalista que junto a dimensão colonial e da raça perpetuaram a exploração

sobre as mulheres, especialmente sobre as mulheres negras.

Com o avanço do capitalismo, foi possível observar que cada vez mais a mulher foi sendo responsabilizada pelo espaço privado, mesmo quando sua força de trabalho era requerida pelo capital, sua participação pública ficou restrita a dimensão do trabalho nas fábricas, sendo quase inexistente qualquer forma de participação política. Para Hobsbawm (1998, p. 282):

O modo de produção capitalista, que se constitui por meio de contradições, ao mesmo tempo em que necessita e promove o aprofundamento da industrialização, alija as mulheres do espaço público. Durante os séculos XVII e XVIII, em determinados estados do EUA, as mulheres não só tinham direito ao voto como chegaram a exercer o poder parcialmente, até a sua proibição com o advento da Revolução Americana. Também na Revolução Francesa – o símbolo máximo dos direitos humanos da sociedade burguesa – as mulheres, pelo menos as mais pobres, também lutaram e tomaram parte nas diversas formas que a vida política assumia, inclusive participando das barricadas e revoluções, mas foram empurradas para fora, até guilhotinadas, quando ousaram estender os direitos humanos também para si. Tais exemplos são emblemáticos do caráter patriarcal do capitalismo nascente. Em suma, a divisão entre o público e o privado, que o sistema capitalista aprofunda como necessidade fundamental para a produção de mercadorias, afastava as mulheres do espaço público e alijava-as da vida política.

Essa condição de alijamento da mulher da vida pública e política reforça a compreensão de que as bases materiais do patriarcado no capitalismo não foram destruídas. Atualmente no Brasil, país extremamente desigual, é possível observar como a tríade patriarcado-racismo-capitalismo ganha contornos específicos, como pode ser observado no relatório das desigualdades de raça, gênero e classe (Gema, 2017) elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos

de 2011-2015 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados revelam as severas desigualdades presentes na sociedade brasileira: pretos e pardos, quando somados, são maioria na população; no entanto, no que se refere aos rendimentos, à escolaridade e à distribuição em classes sociais, estão sempre em posições de desvantagem em relação aos brancos. A exploração da intersecção entre as variáveis raça e gênero evidenciou que as mulheres pretas ou pardas são as mais vitimadas pelas desigualdades.

Tal pesquisa, corrobora com o entendimento de Saffioti (1987, p. 16) que já na década de 80 do século passado, denunciava a situação de opressão e exploração das mulheres negras no Brasil. Para a autora “ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres”.

A autora acima citada em seu texto, gênero, patriarcado e violência, faz uma diferenciação entre os termos gênero e patriarcado. Para ela, o conceito de gênero é mais amplo e historicamente mais antigo que o patriarcado, pois, as relações sociais e diferenciações entre homens e mulheres, baseadas na sexualidade, no trabalho, nos papéis sociais, sempre estiveram presentes, não significando que as relações entre homens e mulheres eram necessariamente assimétricas e hierárquicas. No entanto, a partir da instauração da propriedade privada, em que mulheres e escravos passam a ser considerados como objetos, alvos do controle e da exploração masculina, seja para produzir ou para reproduzir, o patriarcado se faz presente, pois marca este momento histórico em que as relações sociais e sexuais passam a ser circunscritas economicamente pelo capital.

Historicamente o patriarcado e a escravidão surgem concomitantemente “na gênese do escravismo constatava um tratamento distinto dispensado a homens e mulheres. Eis porque o racismo, base do escravismo independente das características do povo conquistado nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo” (Saffioti, 2004, p. 124).

Falar em relações patriarcais, como anteriormente já dito, hoje não significa dizer que as relações entre homens e mulheres ainda remontam as



sociedades da Roma antiga, mas, é importante salientar que, enquanto sistema estrutural, a dominação masculina, segue sendo algo extremamente presente no cotidiano das mulheres. Raça, sexo, gênero são, igualmente entendidos como sistemas de poder e uma característica comum entre eles, é que todas se articulam a partir de uma separação, entre público e privado (Mayorga, 2014).

Volto agora a atenção para as relações entre público e privado, pois são categoriais fundamentais para entender como o patriarcado opera. Foi na sociedade grega que a separação entre os espaços destinados ao âmbito do público e do privado ganhou forma, para os gregos o espaço do público era utilizado para manifestações das artes e da retórica, ali somente os “iguais”, ou seja, os homens livres eram autorizados a manifestarem-se na pólis, esse era o lugar da enunciação e a violência deveria ser excluída. No entanto, no âmbito do privado as formas mais arcaicas de escravidão e patriarcado, estavam presentes. Coexistiam assim, espaços de diálogo entre homens livres e espaços de violência muda, este último reservado aos escravos, mulheres e bárbaros (Caponi, 2006).

O âmbito do privado tinha seu centro no interior da família e do doméstico, era ali onde as necessidades vitais básicas deveriam ser satisfeitas como condição para a realização da vida pública. Esse âmbito das diferenças e desigualdades era considerado o reino da violência muda e do segredo na medida em que implicava estar privado de ser visto e ouvido por outros. Se o patriarcado e a escravidão, relações eminentemente desiguais, eram tolerados no âmbito privado, era porque as pessoas que pertenciam exclusivamente a esse espaço (mulheres, escravos, bárbaros) careciam de significação e consequência para os outros (Caponi, 2006, p. 108).

Dessa forma, Caponi (2006) ressalta que as mulheres, escravos e bárbaros eram considerados como “aneu logou” (sem logos) e desprovidos de qualquer possibilidade de fala pública, pois, todas as atividades que desempenhavam estavam restritas ao propósito vital da sobrevivência e por

essa razão incompatível com a vida pública (espaço considerado elevado, reservado às ideias e ao diálogo).

Avançando na história, com o advento da modernidade e do estado liberal a separação entre público e privado se mantém, pois embora, os ideais liberais e burgueses postulassem a “igualdade entre todos”, na categoria todos só estavam incluídos os homens e era necessário a manutenção das mulheres na esfera privada dando suporte/condições para que os homens vivessem plenamente no espaço público. O estado liberal e o patriarcado se complementam.

Neste sentido, Pateman (1996, p. 57), ressalta que o liberalismo, ao contrário do que postulam seus defensores sobre a existência de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista, expressa ‘por exemplo, na ideia de contrato social, se estrutura por relações patriarcais e de classe e a “dicotomia público e privado obscurece a submissão das mulheres aos homens”.

A autora citada, indaga, por que na sociedade civil a partir da separação entre público e privado, o público é considerado como a esfera por excelência dos homens? Acredito que o percurso teórico feito até aqui já aponte algumas respostas no sentido de refletir sobre como o sistema de poder patriarcal foi se configurando e reconfigurando de modos distintos em cada época e sociedade, atingindo no capitalismo uma das suas facetas mais perversas. Nesta direção, Pateman (1993) argumenta:

A resposta a esta pergunta só pode ser encontrada examinando-se a história das conexões entre a separação da produção em relação ao agregado familiar e o surgimento da família como paradigmaticamente privada. Quando Locke atacou o patriarcalismo (melhor dizendo, um aspecto do patriarcalismo), os maridos eram chefes de família, mas suas mulheres desempenhavam um papel ativo e independente em muitas áreas da produção. Porém, com o desenvolvimento do capitalismo e de sua forma específica de divisão do trabalho, sexual e de classe, as esposas foram empurradas para empregos com status inferior ou mantidas completamente

fora da vida econômica, relegadas a seu lugar “natural”, dependente, na esfera familiar e privada. Hoje, apesar de um nível elevado de igualdade civil, parece natural que as esposas sejam subordinadas apenas por dependerem de seus maridos para a subsistência, e é dado como certo que a vida social liberal pode ser entendida sem referência à esfera da subordinação, das relações naturais e das mulheres. Dessa forma, o velho argumento patriarcal que tem como ponto de partida a natureza e a natureza das mulheres foi transformado ao ser modernizado e incorporado ao capitalismo liberal. A atenção teórica e prática passou a se fixar exclusivamente na área pública, na sociedade civil — “no social” ou “na economia” — e se presumiu que a vida doméstica era irrelevante à teoria social e à política ou às preocupações dos homens de negócios. O fato de que o patriarcalismo é uma parte essencial, na verdade, constitutiva, da teoria e da prática do liberalismo permanece obscurecido pela dicotomia aparentemente impessoal e universal entre público e privado dentro da própria sociedade civil (Pateman, 1993, p. 61)

Público e o privado, então, convertem-se em categorias analíticas centrais para refletir sobre as formas como as opressões contra as mulheres manifestam-se no cotidiano, para desnaturalizar o lugar social atribuído a mulher no sistema de poder patriarcal, bem como, construir ações políticas e pensar o cenário das lutas das mulheres.

Para Mayorga (2014, p. 232-233), é possível destacar três sentidos nas discussões sobre o público e o privado “aquilo que se refere a uma dimensão coletiva ou individual (o pessoal é político); b) aquilo que se refere à visibilidade ou ocultamento/invisibilidade (dimensão do reconhecimento); c) aquilo a que se tem acesso amplo ou acesso restrito (privilégios *versus* direitos)”. Desde modo, o público não pode ser dissociado de relações estruturais na esfera privada, pois reverbera sobre as condições de possibilidades das mulheres participarem da cena pública, se constituírem

enquanto sujeitas políticas e ocuparem espaços de poder e de decisão.

Assim como com o conceito de patriarcado, é preciso atualizar a compreensão sobre as relações entre público e privado em nossos dias, uma vez que as mulheres lutaram e conquistaram direitos progressivos, fazendo com que saíssem da esfera doméstica para assumirem outros lugares sociais no âmbito do trabalho e da política. Mas, ainda persistem violências de muitas ordens contra as mulheres tanto na esfera pública, quanto na privada, desde o pagamento de salários menores, assédios, humilhações, situações agravadas quando analisadas as violências vividas por mulheres negras, lésbicas e transsexuais.

As violências contra as mulheres persistem, associadas a uma norma social do feminino como sinônimo de domesticidade, e, se expressa por meio da divisão sexual do trabalho. Tal divisão é uma das principais bases materiais do patriarcado no sistema capitalista que transforma o trabalho de homens e mulheres em desigualdades e estrutura-se a partir de dois princípios organizadores: a) existe uma separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e b) existe uma hierarquia, onde um trabalho de um homem vale mais do que o trabalho de uma mulher. Tais princípios legitimam-se por meio de uma ideologia naturalista que associa a mulher as tarefas de cuidado da casa, do lar, do marido, dos filhos, ou seja, do espaço privado (Hirata & Kergoat, 2007; Sorj, 2014; Ávila, 2010).

O tema dos cuidados constitui uma preocupação central e constante das reflexões feministas. Uma das razões disso é que as mulheres continuam a participar de maneira desproporcional do trabalho doméstico quando comparado aos homens. Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e do enfraquecimento do modelo tradicional de família – no qual o homem é provedor e a mulher se dedica às tarefas domésticas – o quadro que emerge hoje está longe de realizar um modelo equitativo de distribuição do trabalho social entre os sexos. Os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado e

um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e trabalho não remunerado. No Brasil, em particular, esse cenário é agravado pela timidez das políticas públicas de suporte à dupla responsabilidade de homens e mulheres no trabalho e na família, contribuindo para perpetuar a crença, já duradoura, que os cuidados são um assunto privado das famílias e que concernem especificamente às mulheres (Sorj, 2010, p. 58-59).

Ou ainda, como afirma Scott (1994):

A história da separação entre o lar e o trabalho seleciona e organiza a informação de modo a obter um certo efeito, um efeito que sublinha vincadamente diferenças biológicas e funcionais entre homens e mulheres, legitimando e institucionalizando assim essas diferenças como base para a organização social. Esta interpretação da história do trabalho feminino alimentou e contribuiu para a opinião médica, científica, política e moral que se tem chamado, como variantes, “ideologia da domesticidade” ou “doutrina das esferas separadas”. Seria preferível referi-la como o discurso que no século XIX conceptualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho “natural” (Scott, 1994, p. 445).

O sistema de poder patriarcal na sociedade capitalista ramifica-se e encontra sustentação material no trabalho, ao reforçar o lugar da mulher como responsável pelo trabalho doméstico e integrá-la de forma precarizada ao trabalho dito produtivo no mercado de trabalho formal ou informal, ela vê seus tempos de lazer e de descanso esvaírem-se em seu cotidiano “na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção” (Ávila, 2010, p. 87).

Se acrescentarmos a estes trabalhos produtivos e reprodutivos feitos pelas mulheres, demandas de participação social e política, como são

demandadas aos atingidos e atingidas pela barragem de Fundão que buscam reparação de suas perdas, as mulheres atingidas são as que tem maiores dificuldades em participar e se engajar politicamente.

Investigar estas questões, consideradas como “invisibilidades”, assim como a violência e a opressão vividas pelas mulheres atingidas ganha importância no campo teórico, ético e político, pois busca “jogar luz” sobre experiências consideradas marginais e pouco importantes na luta política e no espaço público (Reyes, Mayorga, Menezes, 2017). Neste sentido, a compreensão das realidades das mulheres atingidas reporta a reflexão de suas particularidades enquanto mulheres pobres, em sua maioria negras, vítimas da atividade minerária, do colonialismo, mulheres do chamado terceiro mundo. Marcar estes lugares sociais são importantes para entender o nível de violência a que elas estão expostas.

Ao fundamentar o caráter social da opressão contra as mulheres, é importante destacar também os diferentes modos, mecanismos e movimentos de resistência que as mulheres empreenderam ao longo da história para romper com as muitas formas de desigualdades a que foram submetidas. O movimento feminista na luta pela emancipação da mulher tem travado muitas batalhas para a superação da exploração patriarcal, racista e capitalista em nossa sociedade.

Para Rago (2013) é possível definir os diferentes períodos/fases do movimento feminista a partir da década de 60, quarenta anos após a conquista do direito ao voto feminino no Brasil em 1932, em um contexto de modernização acelerada e novos modelos de comportamento marcados pela sociedade de consumo, entrada da mulher de forma mais expressiva no mercado de trabalho, aumento de movimentos de mulheres proclamando direito à cidadania e denunciando formas de exploração patriarcal. Surgem os primeiros movimentos do chamado “feminismo organizado” formado por mulheres da classe média e intelectualizadas em luta contra o regime militar, que buscavam ampliar sua participação política, mas, encontravam muitas vezes barreiras dentro das próprias organizações de esquerda nas quais militavam sendo impedidas pelos seus companheiros de militância de participar em condições de igualdade.

Para a autora citada, o chamado “feminismo rebelde” ganhou forma no

Brasil nos anos 1970 ao denunciar a dominação sexista no interior dos partidos, sindicatos e grupos políticos, muitas mulheres ao voltarem do exílio, ou saírem das prisões iniciam um movimento de luta por direitos, entendendo que esta luta deveria ter especificidades em relação a situação das mulheres e questionar as relações de poder entre os gêneros, não ficando subordinado as lutas sociais que despontavam em torno da redemocratização do país. As produções teóricas desse período estabelecem as primeiras relações entre classe e gênero.

Nos anos 1980, eclode a chamada “explosão desconstrutivista” que ainda tem reflexos nos feminismos atuais, as feministas passaram a propor uma nova concepção de política, ampliando os temas que constituíam o campo das enunciações feministas na esfera pública, como as questões relacionadas ao corpo, desejo, sexualidade e à saúde. Amplia-se a construção de um universo cultural feminino e a emergência de uma linguagem específica “daquilo que se considera como uma “epistemologia feminista”, suficientemente inovadora em suas problematizações e conceitualizações, para apreender as diferenças” (Rago, 2003, s/p).

Luís Felipe Miguel em seu texto “Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado” ao revisitar o debate teórico do feminismo nos anos 1960 e 1970 no chamado feminismo de segunda onda, ressalta que na produção teórica daquele período houve um esforço em conjugar os debates de classe e gênero, mesmo que este último ainda aparecesse de forma secundária. Para o autor, nas produções teóricas subsequentes, ao incorporar outras dimensões ao debate feminista, a questão da classe acabou invisibilizada. “A emergência dos feminismos negros, indígenas e transgêneros leva ao reconhecimento da diversidade da condição das mulheres, mas “classe” é uma categoria que não é incorporada – ou é incorporada de forma muito marginal – ao debate” (Miguel, 2017, p. 1219).

Ao sumarizar o debate feminista-marxista dos anos 1970, Johanna Brenner (2000) indica as duas questões teóricas centrais que o animaram: o grau de independência da opressão das mulheres em relação à “operação geral” do modo de produção capitalista e o grau em que esta opressão está fundada

numa base ideológica ou material (p. 11). São questões que continuam em aberto e que, na verdade, avançaram pouco daqueles anos para cá. Creio que há uma terceira questão geral, que diz respeito à plasticidade [...] do patriarcado. Isto é, a dominação masculina se vincula a um tipo de relação entre mulheres e homens que é capaz de persistir, a despeito das mudanças de modos de produção e dentro do próprio modo de produção capitalista – ou, ao contrário, ela se metamorfoseia incessantemente, assumindo características novas a cada momento, e exatamente por isso é tão difícil de combater? De acordo com esta última percepção, a relação entre mulheres e homens muda, sim, mas sempre mantendo um padrão de atribuição de vantagens a eles.

Considero importante enfatizar no escopo desse trabalho, do ponto de vista da análise teórica e da análise social a interdependência entre tais modos de opressão (gênero, raça, classe social, etnia), que se materializam e se atualizam na vida das mulheres por meio de distintas formas de violência e exploração. Reforço ainda a atualidade do conceito de patriarcado para pensar as opressões sobre as mulheres, sobretudo no contexto de Mariana. Para Pateman (1993, p. 39) o conceito de patriarcado “ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado [...] é urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado, abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada”.

### 3.2.1 Patriarcado em Minas Gerais

Após este breve percurso teórico sobre o conceito de patriarcado, aonde procurei demonstrar as formas como a opressão foi construída ao longo da história sempre condicionada por interesses econômicos, transformando-se em patriarcado e racismo e na exploração econômica por meio do capitalismo, que na atualidade assume contornos específicos sobre diferentes grupos sociais. Passo agora a refletir sobre as formas de



constituição histórica e social dessa opressão em Minas Gerais e em Mariana, *locus* dessa investigação e posteriormente suas manifestações nas vidas das mulheres atingidas diante do rompimento da barragem na Samarco.

O patriarcado enquanto sistema de opressão social está presente em diferentes esferas das vidas das mulheres, mas, em cada sociedade, região, pode apresentar características específicas dado seu processo de constituição histórica, esse é o caso de Minas Gerais que carrega marcas muito arraigadas do seu período colonial que até os dias atuais reverberam sobre o cotidiano das mulheres mineiras. Sobre isso, alguns estudos na historiografia podem ajudar a compreender os contornos particulares dessa opressão.

Gilberto Freyre (1936/2003) no seu clássico livro *Casa Grande & Senzala* apresenta uma análise sobre a configuração patriarcal que consistiu a base da colonização brasileira, a organização da estrutura da vida social, da vida sexual e econômica do Brasil foi fortemente atravessada por esse sistema de poder que teve sua maior expressividade na presença do senhor de engenho nas grandes propriedades rurais de açúcar e posteriormente de café. “A formação patriarcal do Brasil explica-se[...] em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora” (Freyre, 1936/2003, p. 17).

Mesmo em regiões com outras configurações produtivas, além da produção açucareira, como em Minas Gerais aonde predominava a exploração mineral e a família patriarcal no período colonial apresentasse configurações diversificadas, o patriarcado enquanto um sistema de poder esteve bem longe de deixar de existir e fortaleceu-se ainda mais. É neste sentido que Silvia Maria Jardim Brugger, em seu livro *Minas Patriarcal, família e sociedade, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX*, vai argumentar, ressaltando que a descoberta e desenvolvimento da atividade minerária em Minas Gerais contribuiu sobremaneira para a construção de um modo muito específico do patriarcado mineiro, para a autora:

a descoberta das Minas teve um papel importante nos processos de transformação da sociedade brasileira. Os metais preciosos teriam levado a uma mudança na postura da coroa portuguesa, no sentido de um maior rigor

e controle dos poderes locais na Colônia. Além disto, o desenvolvimento do meio urbano ligado aquela atividade também teria contribuído para a diferenciação do modelo patriarcal. Tais mudanças, porém, seriam aguçadas sobremaneira a partir da transferência da corte portuguesa para a América (Brugger, 2007, p. 50).

Com isso, se intensificou nas regiões das Minas o controle da coroa e conseqüentemente o controle religioso se fez mais presente no auge da atividade minerária setecentista. Para estabelecer este controle a igreja católica e a coroa portuguesa criaram todo um aparato social de vigilância e punição para aqueles e aquelas que porventura cometessem algum delito moral. O tribunal inquisitorial do Santo Ofício, era o órgão responsável por receber as denúncias consideradas mais “graves” e julgá-las, além deste tribunal funcionava na colônia as visitas episcopais e os chamados “familiares do santo ofício” pessoas leigas que em troca de prestígio social por parte da igreja e da coroa atuavam como guardiãs da ordem moral, delatando qualquer situação considerada imoral (Resende & Sousa, 2016)

Dentro dessa lógica, as visitas episcopais, conhecidas como “pequenas inquisições”, cumpriram papel decisivo como instrumento de domínio sobre os fiéis ao conclamar todos para que denunciassem ou confessassem suas culpas. Cumprindo uma missão pastoral e de vigilância, a Igreja acompanhou de perto a vida e o cotidiano de seus paroquianos, em nome do controle do território e de suas gentes, recolhendo, pelos interrogatórios, grande variedade de delitos: heresia, apostasia, blasfêmia, feitiçaria, bênção ou cura, bigamia, falso juramento, lenocínio, bestialidade, incesto, concubinato, usura, tavolagem e também o não cumprimento dos preceitos (Resende & Souza, 2016, p. 209).

Este controle moral e religioso era necessário para a construção de parâmetros morais rígidos sobre os costumes e comportamentos que

garantissem a obediência para o envio das somas advindas da exploração minerária para a coroa portuguesa. Villalta (1998) ao analisar o cenário urbano de Minas Gerais setecentista, vai identificar os modos como o Estado e a igreja, esforçaram-se criando incontáveis mecanismos punitivos para estabelecer a ordem moral na região das minas. Este controle tinha claro objetivo de manter o sistema colonial, qual seja o monopólio comercial metropolitano sobre a colônia, latifúndio, escravidão e exploração da maior quantidade de metais preciosos no menor espaço e tempo possível para carrear para a metrópole. Diante deste campo de normatização social, o autor vai analisar que se tem como efeito em Minas Gerais a produção de uma sociedade de aparência, em que no campo público a religiosidade, a moral e o conservadorismo se estabelecem como valores máximos, mas no espaço privado existem incontáveis formas de “imoralidades” facilmente toleradas em função da sociedade patriarcal e das relações de poder por ela estabelecidas.

O patriarcalismo – isto é, a concessão de um lugar privilegiado ao homem, pai e/ou marido no espaço da família e da sociedade como um todo – e a misoginia que lhe era correlata implicavam não apenas a compreensão da mulher como fonte de todos os males, mas impunham a submissão e o recato às que tinham famílias para provê-las e classificava as mulheres solteiras (sem família, não castas, ou ainda, índias, negras e mulatas) como aptas para a fornicação. Tudo isto colocava estímulos e facilidades para as uniões esporádicas, instáveis e ilícitas, tornando perfeitamente aceitáveis algumas delas – adultério masculino, prostituição e concubinato – em particular se vitimassem os desiguais, os subalternos. Tais ilicitudes, do ponto de vista de alguns representantes dos grupos dominantes, como Tomás Antônio Gonzaga, eram totalmente admissíveis, desde que se restringissem ao universo privado, não invadissem o espaço público. A regra social básica da vida sexual em Minas Gerais, enfim era: na superfície, nas aparências, defesa do casamento, mas de casamento apenas na igualdade, de modo implícito, a admissão da fornicação, do celibato e do concubinato

na desigualdade e face aos obstáculos para a realização de matrimônios; e, finalmente, não invadissem o domínio público, conservando-se nos limites do privado (Villalta, 1998, p. 77-78).

Com o posterior declínio da mineração de metais preciosos, a chamada 'crise da mineração', provocou a ampliação das atividades de trabalho ligadas ao meio rural que embora sempre tenham coexistido com a atividade minerária ganhou maior peso e importância econômica, e nesse contexto, o papel do homem, senhor da terra e dos escravos acentuou-se, criando condições para a família patriarcal mineira desenvolver-se com mais força (Brugger, 2007).

Tem-se assim, em Minas Gerais uma junção entre o forte controle religioso, moral e dos costumes na época da mineração por parte da igreja e da coroa portuguesa e, posteriormente, com a crise da mineração, o fortalecimento da propriedade rural familiar patriarcal.

Souza & Botelho (2001) em artigo que analisa as concepções de família de dois autores clássicos da historiografia mineira Alceu Amoroso Lima e Sylvio de Vasconcellos, enfatizam que nas obras de ambos - *Voz de Minas* (1945) e *Mineiridade* (1968) – aparece certa concepção de família mineira que associa a mulher ao centro da vida doméstica e familiar “as mulheres patrimônio moral da civilização mineira têm o poder discreto nessa ordem doméstica na qual *“o homem manda, sem dúvida, mas a mulher é que quase sempre decide (...), mansamente (...), na sombra”* (Lima, 1945 citado em Souza & Botelho, 2001, p. 428, grifos meus).

Os autores acima analisados, reconhecem que na família rural mineira que fora produzida a partir da influência da exploração do ouro e das terras por meio da concessão das sesmarias, a mulher tivera uma função “nucleadora” no ambiente doméstico, suas atividades ficavam restritas ao âmbito do cuidado da casa, dos animais, da educação dos filhos e cuidado com os doentes.

Inobstante, ao longo do trabalho de campo desta pesquisa, junto as famílias atingidas, foi possível observar em suas dinâmicas que as mulheres

em sua maioria, ocupam esta mesma função “nucleadora” no cuidado com a alimentação, casa e educação dos filhos.

Lembro-me, de que quando cheguei em Minas Gerais, duas questões me chamaram especial atenção, uma delas foi o fato das pessoas fazerem o sinal da cruz com as mãos sempre que passavam por uma igreja católica, me recordo de estar no ônibus e ver pessoas fazendo o sinal com as mãos e demorar para entender do que se tratava e outra foi o tamanho das cozinhas nas casas em que visitei, eram geralmente o maior cômodo da casa, se por um lado, a cozinha como um espaço principal da casa é o lugar da socialização, da receptividade, da hospitalidade, por outro é o espaço quase que exclusivamente da mulher, da mulher que cuida e cozinha, é o seu espaço “público” privado.

Para mim tais fatos não estão dissociados das heranças patriarcais e religiosas coloniais que conformam em certa medida o que comumente se denomina de família tradicional mineira, neste sentido, arrisco-me a inferir a hipótese de que certas características familiares em Minas Gerais, contém traços fortemente marcados por esse processo histórico colonial que deixou como herança a exploração do minério e formação da grande propriedade rural, e, que tem sua base fortemente patriarcal reverberando na construção de um lugar bastante naturalizado na cultura mineira de “subalternização” para as mulheres na normativa noção de família tradicional.

A partir de tais considerações, identificamos o patriarcado em termos históricos como forte sustentáculo na organização da sociedade mineira, ou seja, faz parte de sua gênese enquanto construção histórica e por isso mesmo não pode ser tomado como natural e cristalizado. Devemos analisá-lo em termos de avanços e permanências, na qual identificamos na atualidade que práticas opressivas e de violência perpetradas por distintas instituições sociais relegam ainda a mulher ao lugar da subalternidade e invisibilidade. É o caso das ações executadas pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton em Mariana/MG ao não reconhecer as dimensões das perdas econômicas e de trabalho das mulheres atingidas. Para além da dimensão da família, o patriarcado é estrutural e institucional.

Vale destacar assim, a dimensão pública que o patriarcado assume, enquanto sistema de poder, pois não se trata apenas de “uma forma de

dominação tradicional, datada historicamente [...], mas como um sistema de opressão que permanece e se atualiza” (Rezende, 2015, p. 20).

Nesse sentido, as formas de dominação patriarcal podem ser públicas, institucionais e coletivas, existindo mecanismos estruturais, abstratos e impessoais de dominação masculina, sempre vinculadas a interesses do capital, essas são as formas de dominação praticadas pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton quando do tratamento diferenciado dispensado aos homens e as mulheres atingidas.

### *3.3 A violência patriarcal e o rompimento da barragem da Samarco/Vale e BP Billiton*

Embora seja possível identificar um conjunto grande de violências de gênero sobre as mulheres atingidas, algumas dessas descritas no início deste capítulo, procurei no processo de análise observar pontos que tangenciavam a maioria das manifestações de violência patriarcal, em que foi possível observar que o componente econômico atravessava a maioria delas, sobretudo, em função da perda do trabalho e da renda que garantiam alguma autonomia econômica para as mulheres. Este fator (econômico) em minha análise é central para entender os desdobramentos das violações vividas pelas mulheres. Outro ponto igualmente importante que atravessou o processo de análise foi a sobrecarga de trabalho em tarefas de cuidado de pessoas doentes, crianças e idosos pelas mulheres em face da nova condição de vida de perda de laços e vínculos familiares e de vizinhança, além das demandas de participação em reuniões e agendas para discutir o processo de “reparação”. Esses são os pontos fundamentais que tratarei aqui.

Os atingidos que tiveram perda de trabalho e renda em novembro de 2015, conquistaram um direito emergencial de receberem um cartão de auxílio financeiro no valor de um salário-mínimo, acrescido de 20% por membro da família dependente, em tese esse direito englobava a todos (homens e mulheres) que perderam seus trabalhos em face da destruição de suas comunidades. No entanto, na prática, o que aconteceu foi que as empresas, ao ficarem responsáveis pela concessão do cartão, ignoraram uma série de ocupações que originavam sustento e renda as mulheres, muitas não

tiveram direito ao cartão, outras foram consideradas dependentes de seus maridos e companheiros, recebendo apenas 20% do salário. Tal situação as colocou em posição de dependência financeira e perda de autonomia.

Em entrevista concedida ao dossiê “Mulheres na Lama e na Luta”, “Rosilene, ex moradora de Bento Rodrigues [...] explica que as mulheres que eram “somente donas de casa” eram exceção em Bento Rodrigues. Algumas trabalhavam fora da comunidade, principalmente nas empresas terceirizadas que prestavam serviço à Samarco. Outras faziam crochê ou faxina, algumas até pegavam lenha para vender ou iam para o rio garimpar ouro. Fontes de renda que se perderam com a lama” (Medeiros & Azevedo, 2017, s/p).

A seguir, discuto mais detalhadamente sobre os efeitos das violências patriarcais e capitalistas, perpetuadas pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton na condução do processo de “reparação” e presentes no cotidiano das mulheres atingidas. Para tal, as organizei em três categorias de análise: 1) Relação das mulheres com as comunidades atingidas; 2) Impactos na vida das mulheres após o rompimento da barragem de Fundão; 3) Experiências de luta e resistências.

\*\*\*

Eu quero contar para vocês que eu escuto as vidas barradas [...] e fracasso em convertê-las em palavras, fracassar é uma condição de quem escreve, a vida sempre escapa, transborda, a vida é maior, a vida flui na palavra, mas não aceita ser barrada por ela  
(Eliane Brum).

### 3.3.1 Relação das Mulheres com as comunidades atingidas

Como ponto de partida, ressalto que existem experiências muito distintas de ser mulher atingida que são atravessadas por dimensões de classe, cor, sexualidade, condição educacional, trabalho e perpassadas pelas vivências em suas comunidades de origem. Desse modo, para compreender quem são as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana é preciso nos aproximarmos um pouco mais de aspectos do cotidiano da vida comunitária das mulheres das localidades atingidas de Bento Rodrigues, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Borbas, Campinas, Ponte do Gama e Camargos, considerando os distritos do

município de Mariana *locus* principal desse trabalho. Em menor proporção, dado os alcances e limites dessa pesquisa, serão também evidenciadas situações de mulheres atingidas de outras cidades afetadas.

Meu objetivo aqui é apresentar alguns aspectos/características das comunidades atingidas que incidem sobre os modos de vida e modos de ser mulher. Centrarei a análise nas experiências de sociabilização e trabalho vividas nos territórios antes do rompimento de Fundão.

A comunidade de Bento Rodrigues é uma comunidade rural, a partir das observações feitas durante o campo, foi possível perceber uma diversificação em termos de ocupações e trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, muitas trabalhavam em empresas terceirizadas da Samarco, executando serviços de limpeza, ou trabalhavam em Mariana no comércio. Em Bento também haviam mulheres envolvidas com a produção da geleia de pimenta biquinho, outras faziam artesanatos, doces e salgados, ou ainda vendiam roupas e cosméticos de porta em porta. Por ser um distrito afastado das áreas mais centrais do município de Mariana, conservavam-se também atividades como criação de pequenos animais e cultivo de hortas caseiras (atividades desempenhadas majoritariamente pelas mulheres).

Os demais distritos também serão classificados aqui como rurais, classificação esta usada pelos próprios atingidos para referirem-se ao lugar onde moravam “eu era da roça e eu morava na zona rural” foram expressões ouvidas por mim com bastante frequência das atingidas de Pedras, Borbas, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Campinas, Paracatu de Cima e Camargos, ao longo do trabalho de campo.

Nesses locais a predominância do trabalho era na agricultura e produção leiteira, em se tratando do trabalho feminino igualmente trabalhavam na agricultura familiar e atividade leiteira, ainda foi possível levantar a existência de mulheres que exerciam atividades de garimpo, meeiras<sup>13</sup> e trabalhadoras sazonais em colheitas, como a colheita anual de café no distrito de Paracatu.

Paracatu era uma roça que todo mundo vivia feliz. Quando vejo minhas

---

13 Meeiras são agricultoras que trabalham em terras que pertencem a outra pessoa e repartem seus rendimentos com o dono dessas terras.



coisas lá entupidas de lama, penso: “Meu Deus, tudo que construí com muita dificuldade apanhando café, capinando e plantando foi embora” (Conceição, atingida de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene) - (Barbosa et al., 2017)

Lá no Bento era muito bom porque a gente considerava todo mundo uma família. Eu trabalhava com a geleia de pimenta. Era apaixonada pelo plantio e pela colheita. Aqui tenho minhas plantinhas, mas elas não crescem. Compro ouro verde pra colocar nelas de 15 em 15 dias e, mesmo assim, ficam feias. Minha varanda no Bento, tinha planta de fora a fora, tínhamos até que afastar as samambaias pra conseguir passar. Lá elas eram verdinhas. Tinha também tudo quanto é tipo de fruta (Felix, Atingida de Bento Rodrigues, Jornal A Sirene) -(Barbosa et al., 2017)

Lá em Paracatu, a terra era boa demais. Na verdade, eu acho que a terra é de acordo com quem trabalha com ela. Ela é parecida com a gente. Se plantamos e cuidamos com amor, o fruto nasce, mas, se tratarmos de qualquer jeito, não dá. Eu sempre gostei de plantar sementes de milho e feijão de espécies diferentes daquelas que encontramos no mercado. Tenho espécies variadas de milho e feijão [...] Além dos feijões e do pé de milho na roça, tinha cana, batata doce, abóbora, banana e melancia. Não era somente eu, quase todo mundo lá plantava de tudo. (Rosária, Atingida Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene) - (Muniz, Frade, Martins, & Helena, 2018)

Eu sou lavradora, eu comecei a trabalhar eu era muito criança ainda, ia todo mundo pro mato trabalhar, encher forno, tirar lenha, plantar braquiara,

plantar milho, feijão, roçar, desde criança assim eu faço serviço de roça mesmo, em geral. [...] Depois fui trabalhar nessa fazenda que foi atingida lá eu fazia plantação de eucalipto para o dono da fazenda e mexia com as minhas criações, tirava leite, criava bezerro (Antônia, Entrevista, Atingida de Ponte do Gama)

Os trabalhos realizados pelas mulheres em suas comunidades eram muito diversos, alguns dependendo exclusivamente dos recursos naturais existentes em seus territórios para criação de animais, pesca e cultivo de gêneros alimentícios. Embora, não circunscrita ao município de Mariana é válido destacar aqui o caso das mulheres garimpeiras das cidades de Rio Doce, Nova Soberbo e Santa Cruz do Escalvado, que após os impactos no rio em que exerciam seu trabalho cessaram com sua atividade e lutam para serem reconhecidas como atingidas e terem suas perdas ressarcidas. Em reportagem do Jornal A Sirene, de novembro de 2017, mulheres garimpeiras, compartilharam suas histórias de vida entrelaçadas com a dimensão do trabalho no garimpo.

Deixei a escola aos 12 anos para trabalhar e ajudar minha mãe. Plantava na roça, pescava e garimpava, até que tivemos que sair de nossas casas em Soberbo para a construção da barragem de Candonga. Reassentaram nossa comunidade, mas a vida na antiga Soberbo era melhor. O terreno era maior, dava pra plantar, criar galinhas soltas no quintal. A gente morava praticamente dentro do rio, de tão perto que era. Por isso, falo que já estou escaldada de barragem. Já tive que lutar muito na época de Candonga, agora veio essa lama e acabou com tudo outra vez. Não pode mexer com ouro, nem pescar. Tem gente passando fome aqui [...] (Maria Helena, atingida de Nova Soberbo, Jornal A Sirene) - (Rocha, Geverina, Helena, & Felix, 2017)

Meu marido morreu novo, tive que me virar sozinha com meus meninos. A gente vivia do ouro. No rio sempre tinha gente garimpando. É muito gostoso ficar na água, distrair a cabeça, cantar. O melhor era a alegria de saber, que a tarde, a gente teria aquele ouro para vender. Mas, depois que a lama veio, acabou tudo. Até mandei fazer uma banca nova porque achei que o rio fosse limpar rápido, mas ainda está tudo contaminado. Não dá pra pescar, nem garimpar. Sou aposentada, mas, com esse dinheiro, também ajudo minha família. Dia desses recebi uma cesta básica, mas fico com vergonha porque toda vida trabalhei muito para criar meus filhos, nunca pedi nada para ninguém (Teresinha Severina, atingida de Rio Doce, Jornal A Sirene) - (Rocha et al., 2017)

Igualmente a vida das mulheres que viviam da pesca no Rio Doce e no litoral do Espírito Santo foi fortemente afetada, em muitos casos o trabalho era geracional e para além do sustento que provinha para a família também representava o compartilhamento de aprendizados de modos de trabalhar (saber-fazer) que eram passados de geração em geração.

Minha avó era catadora de caranguejo, minha mãe também, e eu também. A nossa sobrevivência era todinha de caranguejo (Atingida Creusa, Brasil de Fato) - (Rohden, 2018).

Eu cresci ali, conheço aquele rio todo. Minha mãe sustentou os filhos com a pescaria e agora, que tenho uma família, vem um problema desses, antes eu podia ir no rio, pescar, fazer um pirão e meus filhos comiam. Agora eles não podem nem brincar na beira do rio (Atingida Joselia das Neves, Brasil de Fato) - (Rohden, 2018)

É necessário destacar que as atividades desempenhadas pelas

mulheres em trabalhos muitas vezes invisibilizados, como o cultivo de hortas caseiras, criação de pequenos animais e até mesmo na pesca contribuíam sobremaneira para a alimentação e para economia familiar, pois, ao produzir, deixavam de comprar vários gêneros alimentícios. “Na roça a terra é o patrão de todo mundo, não tem desemprego, lá eu plantava tudo que eu precisava, até dava para os meus filhos trazerem para cidade, não precisava comprar ovos, frutas, verduras, queijo, sempre tinha, agora temos que comprar tudo” (Trecho Diário de Campo, 05/07/17).

Tinha minha casa, minhas plantações e cuidava das minhas galinhas, eram mais de 100. Elas eram daquelas raças que botavam muitos ovos. As vezes, não conseguia pegar tudo, pois elas ficavam soltas e acabava perdendo. Quando a lama da Samarco, veio, eu perdi a maior parte delas [...] Hoje vivo aqui na cidade e a única galinha que tenho foi minha filha que me deu. Cuido dela aqui, mas não é a mesma coisa, não é do mesmo jeito (Atingida, Maria da Conceição Martins, Paracatu de Baixo) - (Muniz et al., 2018)

No Bento a gente plantava tudo, meu sonho é voltar pra lá. Aqui tudo temos que comprar, estamos longe uns dos outros, quase não nos vemos, e é muito mais difícil a vida” (Atingida, Bento Rodrigues, Jornalistas Livres) - (Medeiros & Azevedo, 2017).

Os trechos dos depoimentos acima expostos, enunciados pelas próprias mulheres atingidas, vão na contramão das descrições feitas pelas empresas que omitem sua condição de trabalhadora, relegando seu trabalho a mera condição de “ajuda” da atividade produtiva desenvolvida pelo homem, fato este que reforça a desigualdade de gênero, especialmente a vivida no meio rural.

Segundo Paulilo (2013) as mulheres, especialmente pobres e que vivem no meio rural sempre trabalharam, no entanto, por seus trabalhos ficarem circunscritos na maioria das vezes a esfera da casa (espaço privado)

mesmo quando essa atividade é remunerada, era visto como uma “ajuda “ que poderia ser interrompida sempre que a família necessitasse, seja com cuidado de doentes, filhos, mudança para acompanhar o marido. Esse lugar da mulher confinada ao lar e desempenhando funções de cuidado, não é cobrado apenas pela família, mas pelo Estado, pelas instituições morais e religiosas, pois, serve sobremaneira à manutenção de desigualdades no sistema capitalista.

Constato nas trajetórias de vida e trabalho das mulheres atingidas justamente em função de sua posição de classe e gênero a permanência em trabalhos com fortes “desqualificações” sociais, muitas vezes nem mesmo sendo considerado como trabalhos e sim, como anteriormente mencionado, como mera ajuda na subsistência da casa e da família. Essa posição arcaica do ponto de vista dos avanços na compreensão de gênero, das lutas das mulheres pelo reconhecimento do trabalho doméstico, da dupla jornada, da inferiorização da remuneração recebida entre homens e mulheres, do acúmulo das atividades de cuidado é tomada pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton necessariamente nesse sentido atrasado atualizando as desigualdades de gênero já tão presentes em seus cotidianos.

Nas comunidades atingidas as redes de convívio social constituídas pelas mulheres, além de ser um aspecto fundamental para a dimensão do trabalho, uma vez que constituíam a clientela para a venda e troca dos itens por elas produzidos, também se constituíam em redes de suporte social para o cuidado das crianças, doentes e idosos. Pois, na ausência de políticas públicas que possam dar assistência as mulheres, elas precisaram inventar formas de compartilhar as funções de cuidado com pessoas da comunidade. A perda desses laços de vizinhança, especialmente os vínculos criados entre as mulheres (mães, vizinhas, amigas) após o rompimento da barragem, hoje, significa maior sobrecarga de trabalho reprodutivo para as mulheres. O termo trabalho reprodutivo é tomado aqui a partir do entendimento de Ávila (2010) que o define como aquelas funções desenvolvidas para suprir as necessidades de manutenção cotidiana da vida humana.

[...] Todo mundo conhecia todo mundo. A gente podia dormir com a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia. Os vizinhos

a gente gritava um e outro do muro. Dona Penha me gritava de lá, eu gritava ela de cá. Quase toda reunião que tinha era na praça. Quando tinha festa o som e as brincadeiras também eram na praça. Era o point, né? [...] (Maria, Atingida de Bento Rodrigues, Jornal A Sirene) - (Muniz et al., 2017).

De início eu pensei em trazer ela (minha filha) mas depois eu fiquei pensando “como vou deixar ela sozinha pra ir trabalhar” (Antônia, Entrevista, atingida Ponte do Gama).

Sobre a vida nas comunidades antes do rompimento de Fundão, os atingidos e atingidas geralmente falam de suas vivências com grande apreço sentimental, aqueles espaços ainda guardavam para eles formas de sociabilidade mais solidárias “onde todo mundo conhecia todo mundo” e oferecia suporte quando houvesse alguma necessidade.

Toda minha vida morei em Gesteira. Sei bem como era tudo, caminhava pra lá todos os dias. Nossa igreja, a escola dos nossos filhos e netos, o salão comunitário. Me lembro dos dias de festa, todos trabalhávamos juntos para organizar as coisas [...] (Maria das Graças, Atingida de Gesteira, Jornal A Sirene) - (Muniz et al., 2017)

Ah tinha lazer né, tinha as igrejas, as festas nos finais de semana, tinha o campo de futebol, o rio que a gente nadava sempre, sinto muita falta do rio, porque é de infância mesmo, nós crescemos brincando ali (Antônia, Entrevista, Atingida Ponte do Gama).

Por mais que eu tenha ido morar e estudar fora, não conheci nenhuma pessoa com a mesma história que a minha. A experiência de ter morado num distrito, de ter brincado, plantado, de saber que o leite não vem da

caixinha...Lá era muito diferente da cidade. Jamais trocaria minha infância, porque muito do que sei hoje, é essência de quando eu era criança. Só quem foi atingido, só quem perdeu sua casa, sua história, seu lar sabe o sofrimento que carrega consigo (do Pilar, Atingida de Paracatu de Baixo, Jornal A Sirene) - (Barbosa et al., 2017).

A partir dessas falas, percebe-se a importância do território enquanto espaço vivido para a constituição subjetiva das mulheres e como constituinte de vínculos sociais que lhes dava suporte. Assim, neste espaço se constroem relações com os outros, dentro de uma dimensão temporal de experiência e existência e atrelados a uma dimensão sócio espacial. É por meio das relações subjetivas, simbólicas e objetivas que se estabelece com contextos/meios/territórios que se constrói também parte da história geracional e cultural de uma sociedade. Mesmo diante de processos de deslocamento obrigatório de um território para outro, essas memórias/histórias compõem as diásporas e ajudam a manter laços e vínculos culturais de uma comunidade.

A dimensão do trabalho para as atingidas e atingidos estava fortemente entrelaçado a dimensão territorial, uma vez que era na terra e no rio que a maior parte da população atingida buscava seu sustento. Dessa forma, é preciso reconhecer que não apenas os territórios foram destruídos, mas também o trabalho e as relações construídas socialmente a partir dele.

### 3.3.2 Impactos na vida das mulheres após o rompimento da barragem de Fundão

Nós todos estamos com a lama no coração, a lama pode não chegar nos pés, na casa, mas chegou no coração, tem um punhal no peito da gente, não dá nem pra tirar que sangra mais (Trecho Diário de Campo - 09/08/17 – Atingida Paracatu de Baixo).

Ao longo deste capítulo apontei algumas das formas como as mulheres são especialmente atingidas e nesta seção apresento de modo mais sistematizado essas afetações. Assim, centrarei a análise em duas questões

que durante o trabalho de campo em Mariana/MG apareceram com mais frequência nos relatos das mulheres com quem manteve contato, uma delas é o impacto da negação ou invisibilidade do trabalho feito pelas mulheres nas comunidades em que elas viviam antes da barragem romper. E a segunda é sobre o aumento na demanda das tarefas de cuidado que recaíram sobre elas após o rompimento da barragem, pois a vinda das famílias para o município de Mariana implicou perda de autonomia de muitas pessoas idosas e crianças, além de casos de adoecimentos causados pela lama e pelo trauma psicossocial presente na vivência da tragédia.

Como foi possível observar na seção anterior deste texto, as mulheres exerciam uma variedade de atividades de trabalho nas comunidades atingidas, especialmente nas propriedades rurais, atividades de pesca e garimpo. Algumas mulheres possuíam registro na carteira de trabalho, eram trabalhos considerados “formais”, já a grande maioria não tinha registro, exerciam atividades “informais” ou autônomas, é sobre essas últimas que reside a maior dificuldade em comprovar que perderam seu trabalho e sua renda.

Tal situação se complexifica na medida em que as empresas mineradoras ficaram responsáveis por gerir o processo de reparação, e, a partir de um completo desconhecimento das dinâmicas locais informais e rurais de produção e geração de renda, as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton negaram para muitas mulheres o recebimento do cartão de auxílio financeiro mensal. Cartão este que foi concedido prioritariamente aos homens.

Conceder o cartão para o homem “chefe da família”, sujeito masculino, reforça a existência de uma relação hierárquica e desigual nas famílias, portanto é necessário evidenciar os efeitos dessa prática sobre o cotidiano das mulheres, e, as bases sociais e econômicas nas quais se amparam para desnaturalizar este lugar de dependência econômica e cultural.

Ser mulher atingida é mais difícil que para os homens, muitas mulheres conhecidas minhas, estão como dependentes do marido, recebem 20%, o marido recebe um salário e ela recebe 20%, e a gente tem lutado, eu por



fazer parte da comissão de atingidos, eu venho ajudando algumas mulheres que se entendem como atingidas a lutar pelo trabalho delas porque, por mais que não era carteira assinada, era só no rural, prestação de serviços como diarista, trabalhava na roça, essas mulheres, as que conseguem perceber que elas tem direitos tem procurado e algumas delas até já conseguiu, mas a maioria não, elas continuam dependendo dos maridos, os maridos têm cartão e elas não, elas enfrentam essa dificuldade. Essa semana mesmo tinha uma dona lá de Bento e ela estava me contando que, o marido dela tem e o filho tem também, e ela não tem e ela trabalhava, ela me contou que ela buscava até lenha no mato, ela carregava a lenha e vendia na rua e dentre outras atividades rurais dela, como plantações, a horta, e a horta na verdade quando a gente tem aquela verdura ou mesmo no quintal a fruta, a gente deixa de comprar, a gente não põe aquele valor no seu orçamento, mas ele existe, então na verdade, ela além de comprar, ela só tem agora 20%. Então a mulher atingida tá bem vulnerável, e o cartão ficou com os homens, e como estão morando na cidade, elas não tem o que fazer, não sabem como buscar um novo trabalho, porque elas sabem muito bem o trabalho da zona rural, aqui em Mariana as mulheres ficam mais presas em casa (Rosa, entrevista, atingida Paracatu de Cima).

A fala de Rosa corrobora com o entendimento de que é justamente pelo fato do trabalho das mulheres serem realizados em casa ou nas suas adjacências, eles são considerados como menos importantes e até mesmo negados. Paulilo (1987) em texto intitulado “O peso do trabalho leve” no qual investigou o trabalho de mulheres na agricultura em diferentes regiões do Brasil na década de 80 do século passado, constatou que um dos argumentos mais presentes para auferir as mulheres rendas inferiores à dos homens era de que o trabalho feito pelas mulheres era “leve” distinto daquele feito pelos homens, considerados como “pesados. Assim, qualificava-se o trabalho em função de quem o realizava:

são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe (Paulilo, 1987, p. 4).

Outro fator apontado por Paulilo (1987) como argumento para a desvalorização social e econômica do trabalho feito pelas mulheres é que estes são considerados como ajuda ou complemento na renda doméstica, ou seja, a renda que é advinda do trabalho do homem é considerada primordial e a renda do trabalho das mulheres é secundarizada, considerada como “apoio” ou “ajuda” na composição do orçamento familiar. O trabalho das mulheres é considerado leve com baixa remuneração não pelas características do trabalho realizado e sim pelas hierarquias sociais e de gênero presentes em nossa sociedade.

Os trabalhos das mulheres do campo são naturalizados em nossa cultura a partir da divisão sexual do trabalho que tem por base um modelo binário que separa o público e o privado, a natureza e a cultura. Esta naturalização do lugar social do trabalho da mulher, posto no campo da “ajuda”, está tão enraizada socialmente que para muitas mulheres rurais se compreender como trabalhadoras requer um amplo processo de aprendizagem pessoal e coletiva (Pimenta, 2005).

A luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres do campo como trabalho, é uma das putas centrais das lutas das mulheres trabalhadoras rurais, e, diante do contexto do rompimento da barragem da Samarco, esta luta se atualiza e se coloca ainda mais em evidência. Para muitas mulheres atingidas o reconhecimento de que sua atividade laboral no campo era um trabalho e gerava valor só ficou visível a partir da sua perda e da falta que o mesmo faz na renda familiar.

As concepções naturalizantes e sexistas sobre o trabalho das mulheres, por parte das empresas mineradoras em Mariana/MG, estão na gênese de suas práticas patriarcais, pois ao não reconhecerem que, o que as mulheres faziam em suas comunidades em primeiro lugar era trabalho, e em segundo lugar produzia valor, acaba por reforçar e atualizar o lugar social da subalternização da mulher.

Pateman (1993) vai argumentar que com o advento do capitalismo, a família deixou de ser uma unidade familiar e produtiva para ser apenas uma unidade familiar, assim foi se construindo o ideário de desvalorização do trabalho feito na esfera doméstica pelas mulheres. O trabalho valorizado social e economicamente passa a ser aquele realizado no espaço público/fábrica pelo homem. Para a autora, é a partir dessa mudança que se torna possível observar a criação do chamado “salário-família” que passou a ser recebido pelo homem na função de “ganha-pão” e provedor, as mulheres tornam-se dependentes econômicas. “Os salários são pagos ao trabalhador do sexo masculino enquanto marido “ganha-pão” para sustentar a si mesmo e seus dependentes (Pateman, 1993, p. 204-205). – Embora possamos tecer muitas críticas a isso em um cenário de crescente precarização e pauperização do trabalho nas sociedades capitalistas - é em função de uma certa ideia de um salário família que os ganhos das mulheres são colocados como um “complemento” ao salário do marido. Portanto, os salários são diferenciados sexualmente.

Eu to correndo atrás porque tem ainda muitas situações, como a Dona Maria lá do Borba, que eles colocaram ela como dependente do filho dela, e ela não era dependente do filho dela, ela trabalhava, tinha as galinhas dela, ela perdeu horta, tinha as plantações dela e ela não era dependente do filho e a do Carmo também que colocaram ela como dependente do marido dela, ela não era dependente, ela perdeu a casa dela, ela tinha máquina que ela costurava, ela perdeu a horta dela e então eu to lutando por elas agora, porque é justo, porque elas não eram dependentes (Bernardete, Entrevista, Atingida de Pedras).

Aí eu falei eu vou trabalhar, porque eu preciso trabalhar, não tenho cartão quem tem é o meu marido e eu nunca dependi dele pra nada, normalmente quando precisava de alguma coisa era eu que ajudava ele, não ele que me ajudava financeiramente e eu fiquei dependente dele e eu não sirvo para ser dependente. Pra mim no início quando eles colocaram eu pra ser dependente dele eu achei muito ruim, muito ruim, porque eu sempre trabalhei deixava minha menina com mãe em casa pra trabalhar, eu deixava ela em casa pra trabalhar porque eu nunca gostei de ficar “ah me dá dinheiro pra isso, me dá dinheiro pra aquilo” nunca gostei, gostava de ter meu dinheiro pra fazer o que eu quisesse, não que ele reclamava, mas o dinheiro que ele ganhava pra sustentar a gente e os gastos dele e os meus não dava conta, então eu via em mim a necessidade de trabalhar e trabalhar e continuei trabalhando, até que a barragem rompeu e eu parei de trabalhar e comecei a ser dependente dele.

E: E por que você ficou como dependente dele, o que a empresa alegou?

Na época, foi o moço lá que fez o cartão e colocou eu como dependente, eu fui e questionei, só que como eu tinha carteira assinada eu não tinha justificativa, eles disseram que não tinha como, eles não iam me dar o cartão porque eu tinha carteira assinada, só que eu tava sem receber porque não tinha como eu trabalhar na fazenda (Iolanda, Entrevista Atingida de Ponte do Gama).

Diante disso, as mulheres atingidas relataram uma série de dificuldades para que as perdas de seus trabalhos, os formais e especialmente os informais, fossem reconhecidos. A perda de suas rendas gerou problemas econômicos, e algumas necessitaram ao mudar para a sede do município de Mariana, incorporar outras atividades como faxineiras e babás para obterem algum rendimento econômico, que em geral é muito menor daquele que

possuíam anteriormente. Os depoimentos abaixo, exemplificam essas dificuldades vividas após a ruptura da barragem:

Lá no Bento, eu já tinha minhas clientes. Chegou aqui em Mariana e ficou cada uma em um lugar, daí eu fiquei desempregada e sem dinheiro para comprar coisas pra mim, aqui pra casa e pro meu filho,[...] Aderi a essa coisa de cabeleireiro a domicílio [...] (Paula Alves, Atingida de Bento Rodrigues, Jornal A Sirene) - (Santos et al., 2017).

Tinha uma lanchonete, o Cantinho de Minas, no início era um cômodo com espacinho para mesas, depois começou a crescer, [...]. Além disso lá no Bento conciliava o serviço autônomo com outra ocupação, em uma empresa terceirizada [...] Na época do desastre, [...] estava grávida de oito meses, tirou licença do trabalho formal e, quando voltou, descobriu uma hérnia no umbigo, o que a fez se afastar por mais quatro meses. Logo depois, foi demitida. Para tentar driblar a falta de dinheiro, intensificou a fabricação de quitutes, e manteve o mesmo nome no estabelecimento. Além disso começou a trabalhar como faxineira para complementar a renda (K. Santos et al., 2017) (História de Joelma Souza, Atingida de Bento Rodrigues).

Maria Aparecida, 38, é conhecida em Barra Longa como Cidinha. Cabeleireira há 14 anos, não mora, nem trabalha na beira do Rio do Carmo, porém convive com os impactos da lama na cidade. Ela criou os quatro filhos e construiu a casa com a renda do salão. Hoje tem dificuldade para dormir. Com o rompimento da barragem, o número de clientes no estabelecimento diminuiu cerca de 30% e as dívidas surgiram. A cabeleireira atribui a queda na clientela à falta de eventos sociais e ao fechamento de espaços coletivos, devastados pela lama. Agora ganhando mensalmente,

cerca de R\$ 1000, Cidinha, se preocupa em manter o bom nome. A moradora não recebe o cartão de auxílio financeiro da Samarco (Viana & Campos, 2016)

Aqui, estamos produzindo a geleia, mas não é a mesma coisa, lá no Bento a gente plantava a pimenta, colhia, tinha aquele contato com a terra e depois fazíamos a geleia, aqui não tem mais isso sabe, não é a mesma coisa (Trecho do Diário de Campo, Atingida de Bento Rodrigues, 13-06-2016).

Os depoimentos acima, evidenciam as dificuldades vividas pelas mulheres para tentar reestabelecer seus modos de vida. Os impactos perpassam as questões materiais, as implicações subjetivas provocadas pela perda da autonomia, trabalho e renda se traduzem em sofrimento psicossocial e maior sobrecarga nas tarefas cotidianas para as mulheres. Essa sobrecarga, se dá tanto em função das buscas de novas formas de trabalho como também devido ao aumento das demandas de cuidado de pessoas dependentes (crianças ou idosos) ou daquelas que adoeceram devido ao rompimento e ficaram sob a responsabilidade das mulheres.

Segundo Porto (2008, p. 288) a naturalização das atividades femininas na esfera doméstica/privada acaba por cristalizar a ideia de que toda espécie de cuidado requisitado por algum membro do grupo familiar seja realizada por uma mulher. “Assim, cabe a ela a obrigação de acompanhar os doentes, pais e filhos, nos tratamentos de saúde e, no caso desses últimos, também nas reuniões escolares e demais eventos da vida social”.

Desde que a barragem rompeu, eu tenho cuidado de tudo, a lama destruiu a casa da minha mãe em Pedras, ela é idosa e tenho meu irmão que tem problema, eles vieram morar em Mariana e tá sendo muito difícil pra mim, eu cuidando de todas as coisas, cuidando da minha mãe e ainda me perguntam se eu sou atingida [...] é muito ruim, você ter uma vida tão tranquila e depois tudo virar assim, é muito ruim, eu não vejo a hora, peço a Deus todo dia que

isso acaba, que minha vida volte ao normal, eu durmo muito pouco a noite, fico pensando que isso não seja verdade, que é um sonho, mas a hora que acordo é a realidade. É difícil que sou eu sozinha nessa batalha, se tivesse mais ajuda, seria melhor, eu não sei falar que não, nem que seja inimigo, eu graças a Deus não tenho inimigo na roça. No mais eu peço a Deus pra me ajudar, só o senhor pode me ajudar a tocar a vida pra frente e no mais é saber que o lugar que você nasceu hoje acabou. E é difícil pela minha mãe, ela nem sabe ainda que lá esta destruído assim, ela não tem nem noção (Bernardete, Atingida de Pedras, Entrevista).

Eu acho que deixei de ter o direito de ser eu mesma, eu deixei as coisas que eu fazia, hoje eu faço as coisas mais para os outros, me doo mais para os outros, mudou meu estilo de vida, [...] (Catarina, Atingida Paracatu de Baixo, Entrevista).

Corroborando com esse entendimento Ávila (2010, p. 82) apresenta em sua tese de doutoramento, relato de uma pesquisa realizada na década de 1990 em que constatava que as mulheres eram dentro das famílias as responsáveis por levar os doentes da família aos postos de saúde. Para a autora “essa tarefa é vista nesses serviços e pelas próprias mulheres, como diretamente relacionada as responsabilidades domésticas, assim, o tempo de espera faz parte de uma representação simbólica sobre o uso do tempo das mulheres como disponível para servir aos outros”.

Meu coração fica até exprimido de tanta dor de falar disso, minha vó perdeu sua horta, aquele quintal que tinha tanta variedade, todo mundo chegava e pegava uma folha de chá, uma salada, ela chegou a sofrer dois AVC's e até hoje esta esperando arrumarem a horta dela, olhava para o quintal, o paiol (herança da vó dela). Ela adoeceu e até hoje nada, foi arrancada do lugar dela, com muita luta conseguiu o cartão, hoje ela só fica em Mariana, usa

até fralda (Trecho Diário de Campo 08/07/2017 - Atingida Camargos).

Um tio nosso morava do lado da nossa casa lá em Bento, mas agora mora conosco porque não fica mais sozinho, todo dia que chegamos em casa pergunta “e aí já se resolveu a situação da minha morada? (Trecho Diário de Campo, 05-07-2017 – Atingida Bento Rodrigues)

Vim cuidar do meu pai, larguei meu trabalho, abandonei tudo, minha vida virou de ponta cabeça, tem um mês que meu pai faleceu, mas eu tenho que continuar em Mariana porque tenho três irmãos com problemas (Trecho Diário de Campo, 08/07/2017 - Atingida Paracatu de Baixo).

O encargo feminino no cuidado da casa e dos filhos possui também uma forte conotação moral, é neste sentido que Paulilo (2013) argumenta ao ressaltar que é especialmente sobre as mulheres na condição de mães que recaem as responsabilidades do cuidado e a condenação moral caso aconteça qualquer desvio ou problema de saúde na criação dos filhos. Não se observa também nenhuma proporcionalidade entre o envolvimento masculino nas tarefas de cuidado com o aumento de mulheres no mercado de trabalho.

Sobre as questões relacionadas aos problemas de saúde causados pela lama, o caso da atingida Simone Silva de Barra Longa que publicizou sua luta para ter acesso ao tratamento de saúde de sua filha Sofya que desenvolveu uma grave alergia em função da poeira é um bom exemplo do drama vivido por muitas mulheres atingidas. A história de Simone, foi contada na edição número 14 de maio de 2017 do jornal A Sirene, onde ela relata:

na madrugada do dia 6 de novembro de 2015, a lama chegou em Barra Longa e até hoje não saiu. Com ela, vi, dia após dia, minha filha adoecer. No primeiro momento, veio uma diarreia que durou um mês, com o tempo, surgiram, em sua pele, bolhas e pequenos caroços. Quando saíamos à rua, na parte baixa da cidade, perto do rio, Sofya piorava. Percebi, aí, que sua



reação estava ligada à lama. Comecei a evitar sair de casa, mas o problema bateu a minha porta quando os rejeitos da Samarco foram usados pela prefeitura para pavimentar a rua onde moro (Simone Silva, Atingida Barra Longa, *Jornal A Sirene*) - (S. Silva & Bonifácio, 2017)

A luta de Simone para ter acesso ao tratamento de sua filha envolveu uma peregrinação por hospitais e denúncia ao Ministério Público, até o encaminhamento de Sofya para um especialista. Ela relata ainda, que também adoeceu diante de todo esse sofrimento “adoeci vendo os riscos e a fragilidade da minha filha. Passei a apresentar pressão alta, falta de ar, crises de estresse”.

Em Barra Longa, cidade onde Simone e Sofya moram, estudo feito pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade (2017) encontrou índices elevados de metais pesados em amostras de sangue coletadas em moradores da cidade, inclusive em Sofya. Os exames foram realizados em 2017, com pessoas com idade entre 2 e 92 anos; 13 metais foram pesquisados. Dos 11 participantes, todos apresentaram aumento de níquel no sangue e 10, diminuição de zinco. Três apresentaram pequeno aumento de arsênio e cinco pessoas registraram o nível de arsênio acima da normalidade.

Joana D’arc Norberta, atingida de Bento Rodrigues em entrevista para o dossiê “Mulheres na Lama e na Luta”, relatou que a “sua filha de 11 anos, Jamyle, teve uma drástica mudança em sua rotina, que afetou também o seu comportamento. Ela conta que a menina hoje em dia fica muito em casa, não faz as atividades que fazia e não tem mais o ânimo de antes” (Medeiros & Azevedo, 2017).

Esses relatos corroboram com os dados oriundos de pesquisa realizada no final do ano de 2017 com foco na saúde mental de atingidos moradores do município de Mariana, já citada no capítulo 2 desta tese, onde se constatou alta prevalência de transtornos psiquiátricos relacionados ao estresse na população atingida além de um índice de depressão de 28,9% na população de indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem de fundão em Mariana. Tal pesquisa, embora não tenha considerado como elemento central da análise as desigualdades de gênero, apresenta como fatores

preditores para o desenvolvimento de transtornos mentais em situações de desastres: 1) Ser do sexo feminino; 2) a presença de transtornos psiquiátricos prévios; 3) a gravidade da exposição ao trauma; e, 4) a falta de suporte social (Neves et al, 2018).

Diante do exposto, não é difícil concluirmos as muitas formas como as mulheres são especialmente atingidas, vale destacar ainda, um caso de violência doméstica relatado por uma atingida durante entrevista, ela me conta que em meio à confusão vivida após o rompimento da barragem ela e um cunhado tiveram divergências sobre aonde deixar sua mãe que é idosa morando - uma vez que a mesma perdeu a casa - ela gostaria que sua mãe ficasse mais próxima da sua casa em Mariana para facilitar o cuidado e o cunhado discordava e para tentar impor sua opinião lhe deu um soco no rosto:

E esse meu cunhado, não é a mãe dele, se fosse sua mãe, ele iria querer que ela ficasse perto dele e a minha irmã faz tudo que ele manda, tudo que ele manda ela fazer ela faz, como ele me agrediu, aqui assim (mostrando a região da sobancelha), o médico disse que podia ser com a chave ou foi a unha dele, deu um soco aqui assim, foi no dia 28 de dezembro, foi nessa época, eu nem pude sair no dia primeiro do ano, meu olho estava inchado, roxo. Ele queria que minha mãe fosse para Águas Claras e eu fui falar pra ele que não era mãe dele, que não era pra se intrometer, porque meus irmãos já tinham colocado eu pra cuidar do caso de mãe, porque minha irmã é mais velha dois anos que eu, mas ela não resolve nada, eu que resolvo tudo, eu que sou procuradora da minha mãe, recebo, faço a compra. Ele disse que eu queria matar minha mãe, e eu disse que era provisório pra minha mãe, eu nem sabia o que a lama tinha feito lá, porque lá tava sem ponte, como é que queria que minha mãe fosse pra lá. Mas, nesse momento ela tinha que ficar perto de nós, ele disse que eu queria matar minha mãe, eu disse que ele não tinha nada que discutir porque a mãe não era dele, porque quem cuida era a gente, aí ele me bateu. Eu fui fazer o boletim de

ocorrência, fiquei o dia inteiro lá sem comer, fui comer alguma coisa já era passado das 19 horas da noite, que lá na delegacia demorou muito (Bernardete, Atingida Pedras, Entrevista).

Bernardete ainda me conta sobre a dificuldade que teve para registrar o boletim de ocorrência, na delegacia além de ficar horas esperando, o delegado não quis ouvi-la quando foi atendida, argumentando que essa era uma situação que tinha que ser resolvida com a Samarco, ela precisou ir conversar com o promotor da comarca de Mariana que lhe deu uma carta redigida por ele, na qual pedia para que o delegado a atendesse. Somente assim, conseguiu ser ouvida na delegacia e fazer o boletim de ocorrência.

Não bastasse o fato das mulheres atingidas ficarem expostas ao poder das empresas de forma tão assimétrica, ainda precisam lidar com o desrespeito das instituições do poder público que deveriam assegurar direitos e prover suporte social, mas acabam por constranger ainda mais as mulheres e silenciá-las reproduzindo violências no âmbito institucional.

Siena & Valencio (2009) em texto que analisa casos de desastres no Brasil desde uma perspectiva de gênero, ressaltam que:

Quando têm companheiros, algumas mulheres, após o evento traumático, experimentam a violência pela primeira vez ou suportam maiores níveis de violência [...], pois é habitual aos homens se sentirem impotentes frente à realidade do desastre e terem sentimentos de perda e frustração, aumentando as reações de cólera e violência com aqueles familiares mais próximos e mais vulneráveis (Siena & Valencio, 2009, p. 6).

Ainda para as autoras citadas, situações de desastres acabam por desmanchar as rotinas que constituem “mínimos vitais” para as famílias, sendo que as mulheres são geralmente quem desempenham papéis associados a manutenção dessas rotinas e acabam sofrendo os maiores desgastes físicos e psicológicos.

Em relação a violência vivida pelas mulheres atingidas, é necessário destacar que muitas famílias tiveram seus vínculos afetivos desfeitos com a

ruptura da barragem, em muitos casos isso ocorreu devido aos desgastes em função da nova dinâmica familiar e financeira. No período em que trabalhei com a população afetada em Mariana, pude acompanhar vários casos, um deles foi de uma atingida que vivendo sob forte violência psicológica do companheiro e problemas relacionados, sobretudo ao uso do cartão de auxílio financeiro teve uma forte reação e acabou ferindo seu então marido com golpes de faca. Esse caso, acompanhado por mim e por uma colega assistente social foi enquadrado na Lei Maria da Penha e na época foi feita solicitação para as empresas e posteriormente ao MP, o aluguel outra casa para a atingida e os filhos morarem, pois ela e o então companheiro não podiam ficar sob o mesmo teto. A Samarco se negou a alugar outra casa.

Foi necessária uma solicitação do Ministério Público ao juiz local para a concessão de uma liminar judicial obrigando a empresa a alugar a casa e rever a divisão do cartão. A liminar foi concedida no mês de julho de 2017, a empresa Samarco teve que fornecer moradia e cartão de auxílio financeiro a atingida vítima de violência doméstica. Segundo reportagem veiculada no jornal Estado de Minas na época:

Justiça determinou que a Mineradora Samarco forneça moradia e cartão de auxílio financeiro a uma mulher atingida pelo desastre. A liminar é do juiz Rafael Niepce, que atendeu pedido do Ministério Público. Segundo o promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, a empresa não atendeu à recomendação do MPMG de entregar o cartão de auxílio financeiro preferencialmente às mulheres. “A Samarco alugou uma casa para um casal, mas deixou tudo a cargo do parceiro masculino, que passou a abusar de seu direito. Tendo perdido tudo em razão do desastre, a mulher não teve alternativa senão viver com seus três filhos menores, submetida à agressividade de seu companheiro. Por isso, o MPMG propôs a ação para defesa de direito individual indisponível da atingida e de seus filhos menores”, afirma o promotor de Justiça (Trecho Reportagem Jornal Estado de Minas) - (Ferreira, 2016).

A partir dos depoimentos aqui expostos, é possível elencar três modos prioritários que caracterizam a violência patriarcal presente no rompimento da barragem da Samarco: 1) Negação da condição da mulher atingida como trabalhadora e dos seus direitos, 2) Sobrecarga de cuidados de crianças, idosos e doentes em função da alteração das dinâmicas familiares e vínculos comunitários. 3) Intensificação da violência doméstica.

Ao sistematizar esse conjunto de violações, não significa que outras não estejam presentes, se entrecruzando na vida das atingidas em função de suas condições de classe e raça, não é impossível compreendê-las de forma separada. As mulheres são especialmente atingidas pelo rompimento de Fundão, o crime se atualiza cotidianamente em suas vidas e as práticas patriarcais das empresas na condução do processo de reparação reforçam e criam ainda mais violências e opressão.

### 3.3.3 Experiências de Luta e Resistências

É preciso evidenciar que as histórias das mulheres atingidas são histórias marcadas por violências, mas não são apenas isso. Se por um lado é necessário visibilizar os efeitos cotidianos das lógicas patriarcais e do sistema de exploração capitalista presentes no rompimento da barragem de Fundão e nos seus efeitos que se arrastam na vida das atingidas é também necessário contar das lutas e das resistências que as mulheres têm empreendido para combater as desigualdades sociais, de gênero e pela reparação.

Para tal, parto do fato de que resistir para as mulheres no âmbito público/político significa lutar contra desigualdades no âmbito privado/familiar. Também da necessidade do reconhecimento de sua condição de mulheres/trabalhadoras que tiveram/tem direitos negados. Enfatizando que o reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos, que tiveram perdas e são atingidas não é um processo simples para muitas mulheres com quem tive contato, várias delas me falaram sobre o aprendizado que foi compreender que “atingida é quando a lama suja sua vida e não só a sua casa” (Trecho Diário de Campo 14/06/2016). Essas questões se traduzem em

lutas, resistências e tem circunscrito os lugares sociais e políticos das mulheres nos contextos locais e em articulações sociais mais amplas.

Tarefa difícil a minha, tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos. Como assim? Precisamos nos comportar como atingidos. Tem comportamento próprio para atingido? Não sei. Sei que precisamos aprender, conviver com essa realidade. Realidade que me faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento... Conceitos que me deixam confusa. Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como: pedir, exigir, negociar, lutar, certo, errado. Choro por isso. Me sinto atingido por não saber ser atingido. Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas. Não sei, como atingida contabilizar minhas perdas ou o que ainda posso perder. Como calcular a extensão de tudo que aconteceu? A lama de rejeito nos atingiu, e, junto com ela, veio morte, mentira, ganância, preconceito, discórdia. Medo... Medo do futuro, medo de não reconhecer a nova Paracatu. Medo de não conhecer a nova Paracatu. Medo da não reconstrução de Paracatu. Medo de perder amigos pelo caminho. Medo de sentir medo. Tem curso para aprender a ser atingido? Não, mas o tempo vai ensinando. Nesse processo de reflexão percebo, compreendo e aceito que não há um modelo. Nem é externo a mim. Vou aprender, sendo o que sou: atingida pela lama da barragem de Fundão. É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos. Mas, não sozinha e sim com minha gente, gente que sente e passa pelo mesmo conflito. Vou aprender, pois estou no caminho (Angélica Peixoto, Atingida de Paracatu de Baixo, *Jornal A Sirene*) - (Peixoto et al., 2016)

Para as mulheres entrevistadas e outras que mantive contato no decorrer da pesquisa, o reconhecimento como atingida foi na maioria das vezes um

árduo processo. Diante dessa dificuldade, expressa no poema acima, escrito pela atingida Angélica atingida do distrito de Paracatu de Baixo e publicado no Jornal A Sirene, duas coisas me chamam atenção. Uma, está relacionada as novas demandas de participação em reuniões, assembleias, audiências, o que é algo novo e totalmente diverso no cotidiano dessas mulheres, nesse caso, aprender a ser atingida é aprender a participar de espaços públicos, o que tem um peso significativo ao considerar o fato de que a maioria delas não tinha nenhuma experiência política, viviam no ambiente rural e eram responsáveis prioritariamente pelas atividades de cuidado da casa/do lar, mesmo quando também trabalhavam “fora”.

Outra questão, é que existe algo para além do reconhecimento em “ser atingida” que diz também em se reconhecer enquanto sujeita de direitos, enquanto capacidade de voz e fala, enquanto mulher trabalhadora. Em uma sociedade como a nossa que invisibiliza, cala, alija as mulheres nas suas possibilidades de sociabilidade, se entender como sujeita de direitos, embora tenha um peso e um custo na vida das mulheres, significa dar passos importantes para provocar fissuras na ordem patriarcal.

Nossa, pra mim eu tive que aprender, foi praticamente um novo ciclo de vida, porque quando houve o rompimento da barragem, a lama ter levado só o meu quintal, lugar onde eu criava porco, tinha galinheiro, cabra de leite, plantava horta e não ter entrado dentro da casa, porque a casa era um pouco mais alta, eu não me sentia atingida eu pensava que, eu não me considerava atingida, foi através do sofrimento que eu fui passando, a forma como eu tive que sair de minha casa em um prazo de 24 horas pela defesa civil, com criança pequena, com meu filho no segundo dia de tratamento de pneumonia, no dia 5, quando foi surgindo os problemas que não era pra eu estar passando por aquilo que eu fui me considerando atingida e até hoje eu ainda sofro, porque as pessoas não entendem que o fato da minha casa não ter sido levada pela lama, eu sou atingida, então eu sofro um preconceito com isso, pessoas já me disseram porque eu não volto pra minha casa, que

eu não tenho necessidade de ficar em casa alugada que a minha casa tá de pé, mas elas não entendem que a minha casa está em área de risco, que pelo estudo que tem feito sobre a projeção de novas barragens, novos rompimentos, a minha casa é toda soterrada, e as pessoas veem isso como se eu tivesse aproveitando da situação, e eu me sinto julgada, mas tenho consciência que não estou, hoje eu tenho consciência de atingida, mas foi um processo, hoje já tem um ano e meio, já vai pra quase dois anos que eu fui me libertando desse sentimento, que antes quando a pessoa me julgava eu ficava sentindo mal com aquilo, mas hoje quando alguém fala eu já ofereço a chave pra pessoa, você quer ficar lá, pode ir, não fico não. Hoje já tenho mais domínio sobre isso, mas sofri muito (Rosa, Atingida de Paracatu de Cima, Entrevista).

Eu acho que deixei de ter o direito de ser eu mesma, eu deixei as coisas que eu fazia, hoje eu faço as coisas mais para os outros, me doo mais para os outros, mudou meu estilo de vida, [...] é uma ferida que estamos recuperando, mas na hora que voltar, eu tenho uma reconstrução a ser feita e tem coisas que não vou conseguir reconstruir, vou ter sempre aquela marca, vou ser sempre atingida, eu vou ser sempre a fulana de Paracatu, não vou ser mais a mãe da fulana, a mãe do fulano, que fazia cerimonial, eu vou ser sempre a encrenqueira da barragem, eu vou ser uma mancha, não vou poder tirar nunca essas manchas, eu vou viver com esse nome, barragem, dona barragem, pra sempre isso vai marcar a minha vida, daquela confusão de paracatu, dos MAB aqueles folgados, vai ser sempre esse nome a dona barragem. Ser atingida também é dor, e tem hora que a gente perde a referência (Catarina, Atingida Paracatu de Baixo, Entrevista).



Eu desde o rompimento da barragem, no dia que acontece você fica perdido, você não sabe “o que vou fazer da minha vida agora” e eu me entendi como atingida desde a época que aconteceu, eu perdi minha casa, perdi criação, perdi minha vida (Ana, Atingida Ponte do Gama, Entrevista)

São as experiências tecidas no cotidiano das mulheres que as ajudam a tomar consciência de suas perdas e de que aquela vida que existia antes foi perdida. Nesse sentido, a luta que muitas mulheres passaram a ser protagonistas tem custos, tem dores, como ressalta Catarina “ser atingida também é dor, e tem hora que a gente perde a referência” ou ainda como me disse Julieta ao final de uma reunião “eu não gosto dessa palavra “atingida”, incomoda, as vezes se torna muito maior do que nós” (Trecho Diário de Campo).

Se por um lado é necessário visibilizar que ser atingida é ser sujeita de direitos, por outro é necessário cuidar para não “romantizar” esse lugar identitário como se estivesse desprovido de contradição, e sua utilização por si só significasse o engajamento em um projeto político de transformação social ou rompesse com hierarquias de poder e de gênero.

Delepste (2014) investigou em sua dissertação de mestrado a participação das mulheres atingidas pela barragem de Fumaça em Minas Gerais no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e, constata a existência de certos lugares destinados a participação feminina na comunidade, na casa e no movimento social, esses lugares sociais, passam pelo corpo e inferem no espaço geográfico. Ainda, retrata que as mulheres participantes de sua pesquisa, militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) não romperam com certas normas e papéis de gênero pelo fato de se engajarem no movimento social, tiveram sim, uma consciência maior sobre seus direitos e condição de cidadania, o que não implicou em transformações nas relações de hierarquia de gênero.

Nas entrevistas que fiz com mulheres atingidas de Mariana, a manutenção dessas hierarquias de gênero também se faz presente, um dos pontos que elas destacaram que limitam ou dificultam suas participações é justamente o desafio de conciliar os horários das reuniões com as tarefas domésticas e as cobranças dos maridos e filhos.

O que é mais difícil é o povo as vezes falar que não sei nada, é meu marido que chega e diz 'não sei o que você fica fazendo lá e cê tá nisso porque você quer', e minha casa tá lá, não sei quanto tempo que eu não passo a vassoura, ele só põe a roupa na máquina pra mim e tá cuidando da horta, mas eles são machões e o trabalho de casa é função sua, as vezes eu chego em casa de noite, morta de cansada, eu tenho que fazer janta, fazer café, dobrar roupa, eu tenho que olhar meu menino que tá lá e fala assim, 'oh mãe antes, eu não tinha você dentro de casa e agora eu tenho, mas não te vejo, porque você não tem tempo nem de escutar as minhas coisas', igual hoje eu fui em casa almoçar, mas nem almocei, ai cheguei e fui ouvir meu filho sobre como tinha ido na escola. E meu marido diz que perdeu a mulher dele, diz que não tem mulher mais, porque eu só chego em casa e o assunto é barragem, dizem que sou a dona barragem. Minha filha diz que tem que marcar audiência pra me ver porque eu não paro em casa, então reclama também. São multi funções que a gente tem que fazer. Meu sogro fica falando que eu tenho que largar esse trem, porque, pelo fato de eu estar na comissão o povo fica falando de mim pra ele, e eu digo que não ligo. Eu tenho que convencer o pessoal a não me atrapalhar no que eu quero fazer. A minha vida e isso aí, eu não sei ficar parada, se não tiver nada pra fazer eu invento. (Catarina, Atingida Paracatu de Baixo, Entrevista).

Olha eu acho que a dificuldade maior minha é conciliar as duas coisas, porque eu tenho a minha vida com meus filhos em casa, tem que cuidar de tudo e tenho esse sentimento que eu preciso de ajudar, essa vontade de fazer algo para que as coisas não aconteçam da forma que a empresa propõe, que é bem injusta, eu tenho dificuldade de associar as duas coisas, as vezes eu deixo muito de lado meus afazeres domésticos para atender a outra demanda. Eu entendo não só meu, como do meu esposo também,

mas a minha parte, fica um pouco debilitado pelo fato de eu sair várias vezes na semana, mas eu tento a todo custo suprir essa necessidade em casa, as vezes passo da hora de dormir quando eu tento fazer as duas coisas, as vezes não, sempre passo da hora de dormir, sempre durmo tarde e acordo muito cedo pra conseguir conciliar (Rosa, Atingida Paracatu de Cima, Entrevista)

Outra coisa que eu fico muito mal é quando o meu marido chega em casa, estressado demais, igual aquela reunião que teve do cadastro aquela quarta-feira, cheguei com uma dor de cabeça e ele fica mais estressado comigo, é difícil pra mim, muito difícil, mas eu não posso deixar de participar, não posso deixar minha mãe também (Bernardete, Atingida de Pedras, Entrevista).

Já tinha algumas reuniões e a gente vinha, aí no início [...] me falaram “Oh [...] porque você não entra pra comissão” mas, eu não queria, dizia “não vai ter jeito de conciliar trabalho e comissão.[...] Eu continuei vindo em algumas reuniões e a gente via que precisaria mesmo de uma pessoa que era dali, da comunidade, do meio do povo, que sabia a vivência de todo mundo e ficavam “a [...] porque você não entra, porque você não entra” acabou que um dia teve essa reunião pra complementar as comissões, acabou que eu entrei nesse dia e nesse dia fui conciliando nem sei como, o trabalho na roça, na casa e as reuniões, mas cansada tinha vez que eu cochilava nas reuniões, tinha dia que levantava muito cedo, final de semana tinha que madrugar tirar leite e aí minha vida era correria louca (Antonia, atingida de Ponte do Gama, Entrevista).

É interessante observar que para as mulheres que entrevistei, a dificuldade de participação é dupla, por um lado, existe o desafio de conseguir

estar presente, e estar presente em uma reunião significa deixar outras tarefas e ou se sobrecarregar depois das reuniões para conseguir executá-las, e ainda existe o desafio de ser ouvida e considerada quando falamos e se posicionamos nos diferentes espaços em que atuamos. Como nos relatam Rosa e Catarina:

E a partir daí foi essa luta, porque antes eu participava de paracatu de baixo como atingida, mas pelo fato de eu morar em paracatu de cima, eu fui excluída da comunidade, alguns homens, não todos, mas boa parte deles que faziam parte da comissão de paracatu de baixo me ignoravam quando eu falava, quando eu lutava pelo direito de alguém, chegou ao ponto de um dia um membro da comissão de paracatu de baixo dizer que eu não era da comissão e não tinha direito a fala, aí eu já estava mais entendida dos meus direitos de atingida, eu falei pra ele, não, eu não faço parte da comissão não, mas o que vocês estão discutindo aí diz respeito a mim, porque eu sou atingida e vocês vão me ouvir. Aí quando foi no final do ano de 2016, eu recolhi assinaturas de paracatu de cima e já vim legitimada como representante da comunidade, que estava sendo dividida que antes era um distrito só e a empresa acabou conseguindo fazer essa divisão de um paracatu de baixo e outro paracatu de cima e aí a gente vem lutando pelos direitos das pessoas mesmo e tem que ser forte, porque não é fácil não (Rosa, Paracatu de Cima, Entrevista).

Quando rompeu a barragem fizeram a primeira assembleia, eu me candidatei e o pessoal falou que eu não era de paracatu e elegeram as pessoas que acharam que iam lidar com eles, mas a maioria largou a comissão e nós que éramos os forasteiros é que estamos até hoje. Nessa eleição eles não me elegeram. Aí depois na segunda assembleia, o promotor falou que era pra colocar mais gente, aí peguei e candidatei de

novo, fui mostrando que estava sem medo, mas eu tava morrendo de medo, porque ser recusada duas vezes o povo vai ficar cassuando da minha cara, mas fui, fui a última a ser votada, quando o povo todo ergueu o braço, eu, meu Deus, aí prometi a mim mesma vou defender esse povo, custe o que custar. Mas, temos sempre que preparar o coro, porque esses machões não respeita a gente (Catarina, Paracatu de Baixo, Entrevista).

Em face das muitas dificuldades em serem ouvidas e consideradas nos espaços das reuniões, as mulheres valem-se de pequenas estratégias de solidariedade entre elas para que suas vozes ecoem, uma dessas formas é o apoio dado a alguma mulher que manifeste sua opinião, as demais dão suporte a fala para que seja ouvida no grupo, um exemplo disso é o que me conta Ana, “quando eu não sou ouvida outra mulher reforça. Aconteceu um fato lá que eu falei, dei a ideia e alguns homens, não, não, não pode, acho que tem que ser tal jeito, aí outra mulher entrou e falou, “não, eu concordo com [...], que todos têm direito”, começou a explicar também e acabou que valeu, deu certo, a minha opinião valeu a pena”.

As mulheres muitas vezes consideradas como “abjetas”, sem direito a voz e fala precisam valer-se de outras estratégias para se fortalecerem e serem ouvidas, nesse caso, descrito por Ana, o modo de fazer-se ouvida foi através da fala pública de outras mulheres que reafirmaram sua opinião.

Butler (2003, p. 19) nos ajuda a pensar essa condição de invisibilidade política das mulheres, uma vez que as mesmas não são consideradas um 'outro', mas sim algo abjeto que não tem espaço para existir dentro da cultura normativa, ou seja, não há dimensões de reconhecimento e de legitimidade, daí a importância em pensar sua dimensão política “a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão”.

Tais constatações nos interpelam a pensar sobre as diferentes formas de participação política das mulheres atingidas, sejam elas organizadas em movimentos ou não e de como essas formas de participação incidem ou não na possibilidade de transformação das hierarquias sociais e de gênero, no tensionamento aos espaços 'formais' de organização política dos/as atingidos/as, na construção de relações mais igualitárias, rompendo com

condições de subalternidade e construindo possibilidades de emancipação.

Nesse ínterim, por que a participação e luta das mulheres é importante?

Eu acho que a gente como mãe e mulher a gente preocupa com o entorno total, o homem só preocupa com o aqui e agora, com o que tem que fazer e vai usufruir, são poucos os homens da comissão que pensam no coletivo, eles preocupam com o seu rebanho, conforme os temas que você toca ou eles se ausentam ou vão embora, eles anulam, ficam quietos ou só dá lombada contra. Na hora que eu vejo que esta demais, eu calo a boca, eu não deixo de falar, mas eu não debato, as vezes fico quieta, mas sei que o que estou falando é certo e uma hora vai voltar, aí quando chega essa hora eu mostro o argumento. Mas, tem hora que eu prefiro calar, mas busco apoio depois (Catarina, Paracatu de Baixo, Entrevista).

A fala de Catarina nos dá indícios de que existem diferenças nas preocupações e pautas de luta de homens e mulheres “homem só se preocupa com o aqui e agora” e a “mulher se preocupa mais com o entorno” é um elemento de análise importante para compreendermos mais sobre as formas de atuação e participação das mulheres.

Segundo Gohn (2007) na composição do quadro participativo na maioria dos movimentos sociais, há um grande destaque para a participação das mulheres, defendendo direitos e reivindicando a inclusão social política de grupos subalternos. Elas demandam reivindicações que vão além do caráter econômico, englobando também o caráter ambiental, étnico, de equidade de gênero.

A participação das mulheres, implica a inserção de outras preocupações que vão além da reposição dos bens materiais imediatos. Ao longo do trabalho de campo não foi incomum ouvir de muitas mulheres questionamentos não apenas sobre os bens materiais perdidos (casas, animais, ferramentas de trabalho, carros), mas sobretudo, preocupações relacionadas às áreas de lazer perdidas, as fontes de água, as festas

religiosas, as igrejas, a escola das crianças, o posto de saúde.

Uma dessas situações que acompanhei foi a batalha das mulheres de Paracatu para garantir água no futuro reassentamento comunitário. Para entender tal situação, é necessário recordar que a comunidade de Paracatu era fortemente rural e praticamente todos os seus moradores eram pequenos agricultores, dependiam, portanto, da água do rio Gualaxo que cortava a comunidade para irrigar suas plantações, para consumo doméstico e criação de animais. No entanto, nos terrenos comprados para o reassentamento da comunidade não tem rio, nem outra fonte que possa suprir a futura demanda de água corrente para as atividades de cultivo.

A proposta das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton e Renova para resolver o problema foi a de perfurar poços artesianos. Solução esta que não resolve, uma vez que os atingidos terão que pagar pela água do poço artesiano, e também por eventuais reparos, caso a bomba do poço venha a queimar e ainda descaracteriza muito dos modos de vida comunitários vividos antes da tragédia.

No auge dessa problemática envolvendo a questão da água, com sistemáticas negativas das empresas em buscar outras soluções para o abastecimento, as mulheres da comunidade tiveram um papel fundamental, ao levantarem-se e dizerem que “não aceitavam a construção de poços artesianos” e obrigarem as empresas a fazerem novos estudos em córregos e rios na região para buscar água por “gravidade”. Na época, alguns homens da comunidade acharam ruim o posicionamento das mulheres, porque “atrasaria a construção das casas”, no entanto, as mulheres se mantiveram firmes em dizer que “não adianta construir casa se depois ninguém ficar em Paracatu para morar e trabalhar”. A luta pela água é talvez um dos aspectos do que Catarina chamou de “preocupação com o entorno”, e embora, não seja uma pauta vencida, pois as discussões até o momento da escrita desse texto ainda estavam acontecendo, é um bom exemplo da importância das pautas e participação das mulheres atingidas nos espaços de luta pela reparação.

Pelo fato de que em nossa sociedade prioritariamente são as mulheres que cuidam das questões da vida cotidiana, do cuidado com os outros, na vida familiar e comunitária, não é possível negligenciar a importância que elas têm para a reconstrução das comunidades. As mulheres atingidas precisam

ser ouvidas e consideradas neste processo, elas têm um papel fundamental na luta pela reparação.

### 3.4 *Mariana/Mulher- O crime da Samarco – A soma das violências*

Ao longo desta tese, temos demonstrado como o crime da Samarco expressa um conjunto de violências. É histórico e colonial, na medida em que representa um modelo econômico que tem por base a exploração e o espólio de *comodities* de baixo custo para o mercado internacional. Este modelo, torna-se semicolonial, após nossa constituição enquanto nação, mas, nunca perdeu suas bases coloniais arcaicas, engodas e cheirando naftalina, tanto na economia (latifúndio, injustiça social, concentração de renda, exploração de matérias-primas, falta de industrialização, etc.), como na cultura (elite brasileira social e política fascista e atrasada, forte presença do patriarcado, racismo, xenofobia, etc...).

Essas violências tão estruturais em nossa sociedade ramificam-se pelas instituições sociais e do poder público. O caráter colonial do crime da Samarco também está presente nos acordos feitos pela justiça e pelo Estado brasileiro que incorporaram em seus expedientes uma série de normativas advindas de agências internacionais, como o banco mundial, com seus interesses, alguns mais claros e outros mais escusos de perpetuação da ordem das coisas no sistema capitalista.

Assim, a violência da desigualdade neste sistema econômico é servida para os mais pobres todos os dias, e não é possível comer desse prato sem indigestão, o sofrimento psicossocial, a violência de gênero são efeitos de um modelo perverso e injusto e o retroalimentam.

Mariana é o nome da cidade, que é mulher, é feminino e é atingida. É mulher pobre, trabalhadora rural, dos distritos destruídos pela lama, é mulher negra como a maioria das mulheres de Paracatu, Pedras, Borbas e Campinas. Dizem que lá em Paracatu já foi um Quilombo. Das raízes da história, ficaram as marcas da opressão, de Minas patriarcal e Minas da escravidão. Ficaram também as resistências de quem vive e trabalha e ama e luta. Trabalha colhendo café na fazenda do Manoel, garimpando ouro, tirando leite, fazendo sorvete, doce e artesanato, fazendo cabelo, unha e plantando a



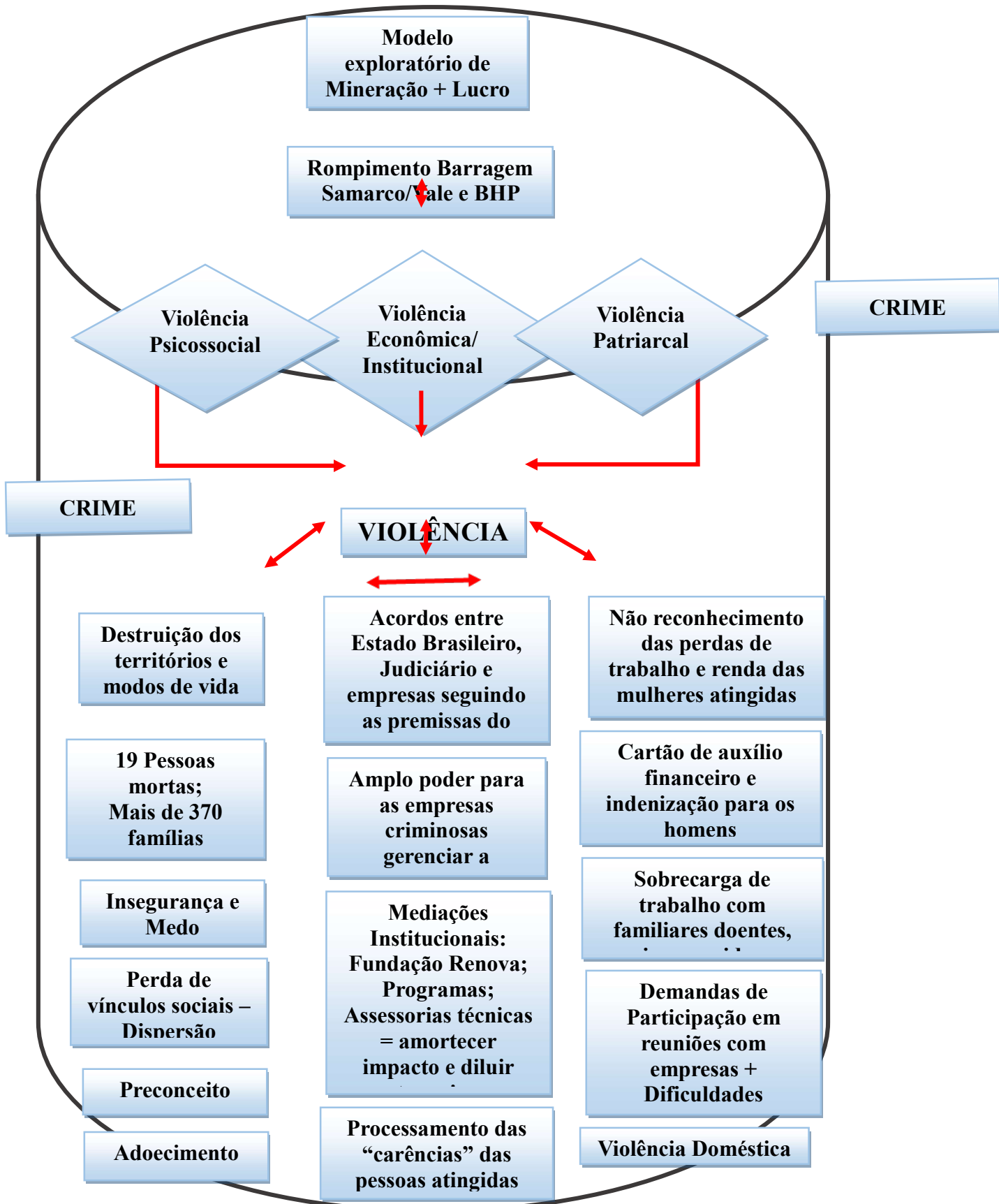
horta, fazendo faxina e cuidando da vida, dos filhos, dos velhos, dos doentes. Mariana/Mulher insegura na cidade, sem máquina de costura, sem horta, sem chão para os pés acostumados com a terra. Sobra tanto asfalto. As novas ruas, as vielas, as muitas reuniões, o cansaço, a sobrecarga, o adoecimento, a violência. A solidariedade costurada na luta com a máquina de costura que nunca veio.

A partir disso, quero enfatizar a articulação que existe entre as diferentes violências tratadas neste texto (econômica/institucional, psicossocial e patriarcal), se falei delas em momentos distintos, foi meramente para fins analíticos. As violências estruturais e institucionais são também psicossociais e de gênero, bem como, a violência de gênero também é estrutural e nela se encontra muito da violência psicossocial.

Na figura abaixo, de forma sintetizada, apresento algumas das violências do crime da Samarco/Vale e BHP Billiton, discutidas ao longo deste trabalho.

**Figura 9) Violências**

Fonte: Elaboração Própria



A violência tem faces distintas e embora possa se apresentar por vezes de modo sutil é sempre violência e isso é importante para conhecer as especificidades de cada manifestação do que chamamos aqui de violência, e entendê-las como expressões das relações concretas e materiais estabelecidas entre indivíduo e sociedade. Essas manifestações de violência possuem como base material diversas desigualdades que se agravam diante de determinados grupos sociais, mulheres, negros/as, gays, minorias étnicas e religiosas, etc.. compreender isso é fundamental para assumirmos uma posição não fatalista e a-histórica e caminharmos no sentido da transformação dessas desigualdades/violências historicamente produzidas.

A relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade. Porém a história não é estática nem imutável, ao contrário, ela está sempre acontecendo, cada época gerando o seu contrário, levando a sociedade a transformações fundamentalmente qualitativas. E a grande preocupação atual da Psicologia Social é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive (Lane, 2006, p. 9)

Nesse sentido a presença da violência, da opressão, da exploração também produzirá o seu contrário, ou seja, a luta e a resistência. Tomar a violência econômica, de classe, institucional, psicossocial e patriarcal como ponto central de análise neste trabalho é justamente para demarcar que elas não têm um fim em si mesmas, são uma produção histórica dentro de um longo caminho de desenvolvimento societal que configurou um estado de coisas coisas do modo como conhecemos hoje, mas, não são os únicos caminhos possíveis

Desse modo, compreendendo a importância da luta do povo e das

mulheres no horizonte político para a construção de um outro modelo de sociedade que busque a emancipação humana, discutirei no próximo capítulo sobre como as resistências que se engendram em Mariana/MG se conectam a luta política mais ampla em busca da transformação social.

#### **4. RESISTÊNCIAS E LUTA PELA EMANCIPAÇÃO**

Ao mesmo tempo em que falamos da dureza, da exploração, da violência presentes no contexto do rompimento de Fundão, não podemos deixar de evidenciar que é justamente aí que brotam os maiores movimentos de luta e resistência, pois a realidade é sempre dinâmica e invariavelmente onde há forte poder e opressão também se faz presente seu contrário, ou seja a luta pela libertação e transformação. Tonar visível essas resistências é um dos objetivos deste manuscrito, pensado inicialmente para ser uma seção do capítulo anterior, mas transformado em capítulo à parte haja vista a grande quantidade de materiais encontrados referentes a mobilizações, protestos, ações coletivas realizadas por atingidos e atingidas, movimentos sociais, estudantes, universidades e outros atores da sociedade civil ao longo desses três anos após o rompimento da barragem da Samarco (ver apêndice 1).

Essas lutas, forjadas em meio ao vasto controle das empresas mineradoras sobre os territórios atingidos em que os sujeitos se engajam por distintos motivos, conectam-se com outras lutas, lutas pela emancipação e transformação social. Nesse sentido, não é possível pensar nas resistências dos atingidos de Mariana de forma isolada. A luta do povo pela terra, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, a luta dos/as indígenas, dos negros e negras, das mulheres contra a opressão, são lutas contra as injustiças sociais, contra a exploração presente em um sistema econômico aliado ao patriarcado e ao racismo que alija milhões e milhões de pessoas de condições mínimas de humanidade, são lutas para se viver como humanos com dignidade.

Antes de prosseguir, considero importante situar o leitor (a) sobre o que estou chamando de resistência. As resistências surgem como respostas contra decisões excludentes, autoritárias e contra interesses do capital, que se transformam em rupturas, as vezes pequenas, mas que ajudam as pessoas a construir novos discursos e novas práticas sociais de contraposição à ordem política e econômica vigente.

As experiências de rebeldia, por mais pequenas que sejam, ou contraditórias, ou ainda experimentais provocam rupturas, possibilitando outro modo de fazer, contribuindo para construir um sentimento de injustiça e estabelecendo a dimensão de suas reivindicações e demandas. É um caminho para a emancipação e transformação social (Bachère, 2002; Scott,

2000).

A resistência requer uma negação, a invenção de uma contra ideologia que tem como objetivo implantar um sistema normativo de defesa da identidade e dignidade dos oprimidos. Esta subcultura não se baseia unicamente na aplicação de regras e códigos. A "anti-hegemonia" é desenvolvida em espaços exclusivos dos subordinados: eles garantem a liberdade de expressão e a segurança de quem ali fala. Eles exploram "nichos" de autonomia (a noite, os dias de descanso, a taverna, o mercado, lugares isolados, o carnaval, etc.) para reencontrar sua dignidade como pessoa e como grupo subordinado (Bachère, 2002, p. 341, tradução minha).

Para James Scott em seu livro "Os dominados y a arte da resistência", existem distintas formas dos grupos oprimidos expressarem suas críticas, suas contrariedades e suas negações a ordem social e econômica estabelecida. Para ele, é possível evidenciar a existência de modos de resistência "infrapolíticos" que se expressam, por exemplo, por meio da arte e da cultura popular, ou ainda por meio de discursos ocultos, que são tecidos em contextos de dominação muito severos em que as pessoas não conseguem publicizar sua revolta, mas, não deixam de fazê-lo por meio de modos mais informais, em ambientes que lhes forneçam segurança e confiança.

O discurso oculto, para Scott (2000) em muitas situações é a base simbólica e estrutural para as manifestações públicas do descontentamento. Portanto, as resistências simbólicas às ideias de dominação estão imbricadas com as lutas concretas (atos públicos, passeatas, manifestos, greves) para impedir a exploração.

Dessa forma as manifestações em atos públicos constituem algumas das formas possíveis de resistência dos povos oprimidos, mas existem outras, gestadas de forma simbólica nos mais distintos contextos. O que elas têm em comum é a indignação - mais ou menos estruturada diante de uma injustiça ou desigualdade -, a negação da ordem social posta, a procura de saídas

contra as injustiças e desigualdades e a luta pela transformação social e emancipação humana.

Desse modo, é importante pensar essas resistências também a partir de uma proposta de intervenção social feminista com a qual se busca interseccionar sistemas de opressão nas formas de luta, evidenciando a naturalização das desigualdades sociais, e deslocando a compreensão de questões da esfera privada para a esfera pública, “tal exercício se faz através da historicização da realidade, de um olhar sobre atento dela para as relações de poder, focalizando, principalmente, os seus efeitos: silenciamento, estigmatização, deslegitimação, inferiorização e prescrição de formas de vida, pensamento, sociedade (Mayorga, 2014, p. 231).

Baruch de Espinosa filósofo racionalista do século XVII, traz importantes chaves de leitura para compreender o conceito de resistência. Que é entendida pelo autor como parte fundante da vida humana e constituinte da vida política - como potência de vida -. É a resistência ativa que possibilita aos sujeitos por meio dos afetos, experimentarem a alegria e a autonomia. Desse modo, contrapõe-se a ideia negativa de resistência como um dispositivo apenas reativo a partir de uma ordem política violada.

Tem um outro sob seu poder quem o detém amarrado, ou quem lhe tirou as armas e os meios de se defender ou de se evadir, quem lhe incutiu medo ou quem, mediante um benefício, o vinculou de tal maneira a si que ele prefere fazer-lhe a vontade a fazer a sua, e viver segundo o parecer dele a viver segundo o seu. Quem tem um outro em seu poder sob a primeira ou a segunda destas formas, detém só o corpo dele, não a mente; mas quem o tem sob a terceira ou a quarta forma fez juridicamente seus, tanto a mente como o corpo dele, embora só enquanto dura o medo ou a esperança; na verdade, desaparecida esta ou aquela, o outro fica sob jurisdição de si próprio (Espinosa, 2009, p. 17).

O medo é um afeto triste que conserva as pessoas em relações de servidão, de subserviência, mesmo em situações em que acreditem lutar pela

sua liberdade, o medo pode mantê-las aprisionadas – essa dinâmica, será posteriormente também analisada por Martín-Baró (1998), a partir do conceito de fatalismo. Assim, diante dessa dinâmica dos afetos, para Espinosa, existir por si só é um ato de resistência em que cada sujeito em sua essência, realiza um esforço de resistir a tristeza, a servidão, a sua própria destruição. A resistência:

que nossa existência envolve de acordo com Espinosa não é simplesmente reativa ou posterior às ameaças externas (como se delas dependesse para se efetuar), mas é afirmativa e produtiva: da determinação concreta de nosso esforço por existir, segue-se não apenas a oposição ao que nos parece pernicioso, mas também a busca pelo útil, pelo que parece convir à própria conservação, e é por esse motivo que buscamos a vida em comum, com outras pessoas (Stern, 2008, p. 34).

Para Laurent Bove, comentador da obra de Espinosa, o *conatus* – conceito chave na obra *Espinosa* - que é o esforço que todo ser humano emprega para perseverar no seu ser, tem uma natureza resistente. Se manifesta como resistência à tristeza e caracteriza-se como a potência de agir do ser humano. Desse modo, existe um movimento ativo e resistente do *conatus* para afastar-se da tristeza e não só resistir a ela (Bove, 2010).

Na palavra resistência há, antes de tudo, o prefixo *re*, que aponta para uma duplicação, uma insistência, um desdobramento, uma dobra, "outra vez". Do que o segue, lê-se um substantivo derivado do verbo *sistere*: parar, permanecer, ficar, ficar de pé, estar presente. A esse verbo se associa também a *stantia* da palavra resistência, que invoca a *estadia*, ideia perfeitamente expressa pela transitoriedade do verbo *estar*, uma das preciosas singularidades do português. Até aqui, portanto, resistir é insistir em estar - em permanecer, em ficar de pé (Roque, 2002, p. 25-26).

Destaco aqui que resistir para Espinosa tem um caráter **ativo** e não



apenas reativo. Buscar a vida em comum é um meio de assegurar a continuação da existência humana e é uma forma de resistência. “Se dois se põem de acordo e juntam forças, juntos podem mais, e conseqüentemente têm mais direito sobre a natureza do que cada um deles sozinho; e quantos mais assim estreitarem relações, mais direito terão todos juntos (Espinosa, 2009, p. 18).

Esse corpo coletivo e relacional, Espinosa vai chamar de multidão, e, é constituído de diferentes corpos singulares, sua origem é justamente o desejo dos indivíduos de assegurar melhores condições para existir, o que se dá através da criação de direitos comuns.

Neste sentido, a constituição do sujeito coletivo multidão é um movimento imanente que dispensa qualquer recurso a uma força transcendente ou à abstração de um pacto social. A dinâmica afetiva que determina a subjetivação de cada um de seus indivíduos constituintes, determina também a constituição da multidão como uma multiplicidade de singularidades. A imitação afetiva, a identificação afetiva com o semelhante é o que determina o devir de cada homem e a constituição imanente da multidão, simultaneamente (Stern, 2008, p. 67).

E,

A isto acresce que os homens, sem o auxílio mútuo, dificilmente podem sustentar a vida e cultivar a mente. E, assim, concluímos que o direito de natureza, que é próprio do gênero humano, dificilmente pode conceber-se a não ser onde os homens têm direitos comuns e podem, juntos, reivindicar para si terras que possam habitar e cultivar, fortificar-se, repelir toda a força e viver segundo o parecer comum de todos eles (Espinosa, 2009, p. 19).

Para a construção da vida em comum, a dimensão dos afetos ganha especial importância, pois é constitutiva da potência da multidão, da potência de vida em sua forma política. Os afetos são os efeitos produzidos pelos

corpos no encontro com outros corpos, e são sempre relacionais. A resistência assim, não é apenas reativa, é acompanhada de afetos que seguem a dinâmica da constituição do político (Stern, 2008).

Na resistência ativa, o homem experimenta a alegria de sentir sua potência aumentando pela própria aptidão à autonomia. Essa correlação entre paixão triste, ação política e ética, que constitui a re-ação, só pode ser compreendida pela sua inscrição no plano da imanência da ontologia política espinosista, que afirma a liberdade como direito natural e a ética como afeto [...] Na Ética, a resistência aparece como esforço para conservar a liberdade, como uma resistência ativa que é um sim à vida (Sawaia, 2014, p. 11).

Quando as forças externas das violências estruturais do capitalismo, do racismo, do patriarcado se fazem presentes, se perde potência de vida e sofrimento psicossocial e ético-político é gerado, como o sofrido pelos atingidos e atingidas da barragem da Samarco. Desse modo, resistir aqui também é entendido como um movimento de produção de vida, de potência, daquilo que escapa pelas brechas impostas pela barragem e pelo controle das empresas mineradoras, é sobre aqueles e aquelas que transformam luto em luta, e que cotidianamente reafirmam a crença na vida e em um futuro melhor ao lutar contra as injustiças.

\* \* \* \* \*

A gente precisa lembrar onde a vida está, quando somos submetidos a tanta cultura de morte (Eliane Brum)

É necessário contar das resistências em um país tão desigual porque o tempo todo as elites dominantes desse país tentam silenciar, apagar e ocultar a luta do povo. E o fazem com a máxima violência, segundo relatório da Anistia Internacional, o Brasil é o país das Américas que mais mata defensores de Direitos Humanos e o mais perigoso para ativistas (Anistia

Internacional, 2018).

Nas Américas, 75% das mortes de ativistas de Direitos Humanos em 2017 ocorreram em terras brasileiras: de janeiro a agosto foram 58 mortes. Entre as vítimas estão defensores do meio ambiente e do direito à terra, advogados e líderes comunitários que defendiam o direito das mulheres, de grupos LGBT e de pessoas pobres, ou que combatiam a exploração sexual. É, nesse contexto que acompanhamos estarecidos as chacinas em Pau D'arco no Pará em maio de 2017 que ceifou a vida de 10 trabalhadores e uma trabalhadora rural pela polícia a mando de fazendeiros; também é neste contexto que acompanhamos a “intervenção militar” no Rio de Janeiro decretada em fevereiro de 2018, e desde então todos os dias acompanhamos mais e mais notícias de jovens negros e pobres sendo mortos nas favelas do Rio. É nesse contexto que Marielle Franco, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, uma defensora dos direitos das mulheres, dos LGBTs, da juventude favelada foi covardemente executada quando saia de uma roda de conversa curiosamente intitulada de “Jovens Negras Movendo as Estruturas” no dia 14 de março de 2018.

A empresa Vale tem um longo histórico de perseguição e tentativas de intimidação e silenciamento de militantes e ativistas que denunciam as violações causadas pelas suas ações nos territórios em que se instala. No estado do Pará e Maranhão, segundo reportagem da revista “A Pública” de novembro de 2017, pelo menos 57 ações (somadas as criminais e cíveis) foram identificadas de 2013 até outubro de 2017 – média de 11 por ano, impetradas pela Vale contra lideranças comunitárias e moradores que protestaram contra a mineradora. Uma das pessoas processadas é Dona Nicinha:

Dona Nicinha, lavradora aposentada, é uma das 12 pessoas processadas criminalmente pela Vale, na Vila Fufuca, no município de Alto Alegre do Pindaré, por causa de um protesto que bloqueou a ferrovia por três dias. O motivo: a falta de uma passarela para atravessar a EFC,- Estrada de Ferro Carájas - pleito antigo da comunidade, que no dia anterior havia provocado um acidente grave. A dona de casa Ediana Santos e seu filho de 1 ano e

dois meses foram atingidos pelo trem, que partiu enquanto ela atravessava a ferrovia com o bebê no colo. Ela teve ferimentos nas pernas e perdeu dois dedos de uma das mãos. O bebê teve um dos braços amputado (Domenici, 2017 - A Pública).

Em 2015 na cidade de Marabá, o professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Evandro Medeiros, junto com um grupo de estudantes realizou manifestação em solidariedade às vítimas de Mariana do crime da Samarco próximo à linha de trem da Vale na cidade. Em função de sua participação nesse ato, a Vale o processou na área cível e criminal, diz ele: “do final de 2015 e 2016 todinho, foi bem tenso porque tinha uma ameaça real de ser preso, eu já tinha decidido a não entrar em acordo, porque a Vale alcançaria o que ela pretendia, que era intimidar, mas também humilhar aqueles que resistem” (A Pública, 2017).

Em novembro de 2015, um grupo de 5 manifestantes foi preso durante um protesto na câmara dos deputados. O protesto era contra a Vale e o governo pela omissão e descaso tanto na fiscalização, quanto na flexibilização do código minerário<sup>14</sup> que tem como consequência, crimes como o de Mariana. Por terem usado lama no protesto, os manifestantes foram presos sob a alegação de crime ambiental. Este é um grande paradoxo, uma vez que, até hoje os responsáveis pelo maior crime ambiental do Brasil, seguem soltos e as empresas, lucrando (Senra, 2015).

---

14 Em junho de 2018, entrou em vigor o Decreto 9.406 que trata do novo código brasileiro de mineração. O novo código era uma demanda antiga das empresas mineradoras e alvo de grande controvérsia junto aos órgãos de defesa ambiental. Em nota o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, considerou que “não há qualquer menção aos impactos às comunidades e à água, por exemplo. As menções feitas ao meio ambiente são genéricas e pouco efetivas. Não temos dúvidas em afirmar: a proposta de novo código apresentada pelo governo, em relação às salvaguardas socioambientais, é pior do que o Código em vigor. Representa um retrocesso”. Recuperado em: <http://emdefesadosterritorios.org/enfrentamento-ao-codigo-da-mineracao/>



**Figura 10) Manifestantes protestam no congresso nacional/2015**

Fonte: Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/11/25/o-sangue-dos-atingidos-tambem-e-sangue-sem-terra-disse-juventude-em-solidariedade-a-mariana/>

Se, por um lado crescem as tentativas de intimidação e criminalização de ativistas, movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras, crescem também as resistências, e é preciso torná-las visíveis, para isso apresento no apêndice 1) deste trabalho a tabela “Resistências contra a Samarco/Vale e BHP Billiton” com algumas das principais mobilizações e protestos, realizados em Minas Gerais, Espírito Santo e demais localidades no Brasil e no exterior, entre os anos de 2015, 2016, 2017 e meados (junho) de 2018, foram localizados mais de 65 atos coletivos – mas, estimo que este número seja maior, pois a pesquisa considerou apenas aquelas noticiadas pela imprensa brasileira e por movimentos sociais que denunciavam o rompimento da barragem da Samarco, e seus efeitos no cotidiano de milhares de pessoas e comunidades, bem como, as sistemáticas violações de direitos humanos presentes na condução do processo de reparação pela Samarco/Renova.

Dessas resistências, destaco aqui, ato realizado no 8 de março de 2016, como parte da Jornada Nacional de Lutas do MST e em comemoração ao dia Internacional da Mulher, sob o lema “a luta das mulheres contra a lama que violenta e mata”, mais de 1000 mulheres ocuparam a mina da Vale que pertence ao complexo de Mariana em Catas Altas/MG. A ação teve como

objetivo denunciar o crime do rompimento da barragem de Fundão e o modelo minerário exploratório vigente no país, chamando atenção para a responsabilização da mineradora Vale na tragédia (Coelho, 2017).



**Figura 11) Mulheres ocupando a Vale no 8 de março de 2016**

Fonte: MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/03/08/jornada-nacional-de-lutas-leva-milhares-de-mulheres-as-ruas-de-todo-pais.html>



**Figura 12) Mulheres em Luta contra a lama que violenta e mata**

Fonte: MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/03/08/jornada-nacional-de-lutas-leva-milhares-de-mulheres-as-ruas-de-todo-pais.html>

Destaco também, um importante ato de resistência no âmbito internacional, mesmo não ligado diretamente ao crime da Samarco,

representa a resistência do movimento operário contra a exploração da Vale. A greve dos trabalhadores mineiros de níquel da Inco/Vale no Canadá, durou mais de 12 meses, dada a intransigência da Vale para negociar com os trabalhadores, é considerado um marco internacional na luta contra o corte de direitos trabalhistas e uma vitória para o movimento operário. A greve durou de julho de 2009 até julho de 2010, sob forte pressão, violência e coação por parte da empresa Vale que minera níquel naquele país (Chaves, 2010).

A opção por apresentar essas resistências tornadas públicas, não exclui o fato de que existam cotidianamente muitas outras formas de resistir engendradas pelos atingidos e atingidas em seus espaços locais de confiança, nos encontros realizados nos territórios atingidos e nos embates feitos com as empresas nas muitas reuniões em que são tratadas questões relativas a reparação dos danos, etc...

#### *4.1 As resistências que atingidos e atingidas tecem em Mariana*

Como exposto ao longo do capítulo anterior (3) para as mulheres em Mariana o fato de participar de alguns espaços de discussão e reivindicação de direitos é um ato de resistência, haja vista a sobrecarga física e emocional que ficaram responsáveis desde que a barragem rompeu, bem como sua especial afetação em termos de negação de direitos nas esferas econômicas e do trabalho.

Os processos de resistência engendrados pelas mulheres atingidas pela lama da Samarco, são carregados de dificuldades (familiares, econômicas, de participação, de poder), mas, esta situação não é muito diferente quando analisados outros processos de resistência empreendidos por mulheres que compõem quadros de movimentos sociais organizados. Este é o caso observado por Pinassi (2008) ao fazer uma análise das ações realizadas no 8 de março de 2016 pelas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), discute os entraves e dificuldades vivenciados por elas dentro do próprio movimento para fazer avançar as pautas relacionadas contra a opressão das mulheres “[...] muito embora a supressão da opressão das mulheres seja vital à construção de uma alternativa societária, essa afirmação está muito aquém de constituir

unanimidade no interior do MST” (Pinassi, 2008, p. 8).

Ao que tudo indica, a atuação mais efetiva dos homens está voltada à realização objetiva das questões econômicas, tendendo a arrefecer com a conquista da terra e a formação dos assentamentos. A positividade desta conquista para o movimento como um todo é obviamente incontestável, mas pode também se converter numa regressividade – tendo em vista a retomada das relações hierarquicamente estruturadas – sobretudo para as mulheres que experimentam neste processo o retorno à antiga condição de seres submetidos à dominação patriarcal. É neste momento que as mulheres, ou pelo menos parte substantiva delas, tomam a decisão de não aceitar esse retrocesso e passam a lutar no interior do movimento pelo reconhecimento de seu papel fundamental em todos os momentos de afirmação da luta. Ou seja, são as mulheres que vêm impondo uma necessária autocrítica permanente ao movimento como um todo. Sua luta, portanto, não parece ser contra os homens, mas contra as deformações patriarcais que todos (inclusive mulheres) carregam e reproduzem no movimento (Pinassi, 2008, p. 8-9)

Com isto, é possível visualizar que a resistência das mulheres contra a ordem patriarcal é fundamental, e, é uma luta constante, pois, se em movimentos sociais já constituídos, com uma vasta história de luta política e social a inserção das pautas contra a opressão as mulheres é um ponto de tensão, fato exposto em outros estudos (Gohn, 2007; Delesposte, 2014) para as mulheres de Mariana que em sua maioria não possuíam experiências anteriores de participação ou engajamento em processos de luta por direitos, as dificuldades de construir pautas mais específicas relacionadas as violações sofridas por elas são ainda maiores, não acaso, as resistências empreendidas pelas mulheres, diluem-se em pautas como a defesa dos territórios e memórias das comunidades afetadas, pela saúde e pelo reassentamento comunitário.



Mesmo não havendo pautas direcionadas contra a violência patriarcal e igualdade de gênero na luta realizada pelas mulheres, ele aparece de modo transversal e marcando uma diferença muito significativa sobre as preocupações das mulheres pela reparação (de cunho mais coletivo) em contraposição às preocupações dos homens de caráter mais individual.

E, no meio de todas as arbitrariedades e opressões, elas têm encontrado brechas para resistir ativamente. Diferentes estudos têm evidenciado que as mulheres têm inventado formas de resistência, buscando porosidade e possibilidades outras de ação política, dentre eles, destaco as pesquisas de mestrado e doutorado realizadas no núcleo Conexões de Saberes da UFMG (Pinto, 2018; Isaias, 2017; Castro, 2017; B. V. Santos, 2018; Diniz, 2018; Furiati, 2014; Barreto, 2015; Santos, 2018).

Essa resistência têm se dado, através da ocupação dos territórios devastados, lutando pela memória e para não invisibilizar a tragédia, se dá nas manifestações e atos públicos de denúncia, se dá participando e fazendo matérias para o Jornal A Sirene em que contam suas histórias, se dá na comissão de atingidos, espaço contraditório e difícil, mas no qual as mulheres não deixam de estar.

Não abordarei aqui todos os grupos, atores, instituições que tem desenvolvido ações com os atingidos e atingidas em Mariana e de alguma forma construído movimentos de luta, como por exemplo, grupos universitários de pesquisa engajados em processos de luta e solidariedade aos atingidos e atingidas. Apresentarei alguns espaços e movimentos em que as mulheres se fazem mais presentes, e foram elegidos por mim por considerá-los com maior potencial de organização coletiva, é sobre eles que discorro abaixo.

#### 4.1.1 Ocupando os territórios atingidos

Após o rompimento da barragem de Fundão, moradores de Bento Rodrigues e Paracatu tiveram negado seu direito de visitar as áreas atingidas e, até mesmo, fazer celebrações religiosas naqueles locais, pois, os distritos passaram a ser considerados “áreas de risco” pela defesa civil. No entanto, muitos atingidos e atingidas denunciaram na época, que a proibição da

entrada, especialmente em Bento Rodrigues, estava relacionada com outros interesses das empresas, qual era o de transformar o distrito em uma grande barragem de rejeitos, a chamada “barragem de Mirandinha”. Esta intenção por parte das empresas está presente na denúncia crime do Ministério Público (2016), em que se menciona a intenção da construção de Mirandinha, em trecho das conversas telefônicas gravadas entre os executivos da Samarco, Kleber Terra e Germano Lopes:

Kleber Luiz de Mendonca Terra [12:49]: falo da barragens atuais em cota máxima e os possíveis danos as comunidades... acho que não chega no Bento... Chega?

Germano Silva Lopes [12:52]: Kleber, se considerarmos a ruptura hipotécnica da Barragem de Santarém, a onda chega até o Bento. **Creio que no caso da futura barragem de Mirandinha**, o caso será diferente, pois estamos tratando de uma barragem que tem um grande volume/massa de "areia" antes do reservatório de lama. Portanto, no caso de uma possível ruptura, o fluído não se comportará como um líquido e sim como uma pasta que não deverá ter inércia suficiente para se deslocar até muito longe, mas a comunidade de Bento está muito próxima (em torno de 1,5km em linha reta). (Ministério Publico Federal, 2016,p. 223, grifo meu).

As investidas das empresas para ocupar o território de Bento Rodrigues após a tragédia, ganhou mais um capítulo com a construção do Dique S4. Sob a alegação de que era necessário conter os rejeitos que continuavam descendo de Fundão para o Rio Gualaxo do Norte, a Samarco solicitou e obteve autorização do Estado de Minas Gerais, através da requisição administrativa nº. 500 para construção do Dique (Governo do Estado de Minas Gerais, 2016). As obras iniciaram em setembro de 2016 sob forte discordância e protestos de muitos atingidos e atingidas.

A obra também foi questionada pelo Conselho Municipal do Patrimônio de Mariana (COMPAT) e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG),

que impetrou uma ação criminal contra as empresas e uma ação cível relativa a violação de propriedades. No entanto, a obra, foi concluída em fevereiro de 2017, e alagou as ruínas de cinquenta e cinco propriedades do distrito (Rodrigues, 2016).

A construção do Dique S4 provocou um “apagamento” do cenário da destruição. Passados mais de três anos do rompimento de Fundão, a paisagem de Bento Rodrigues está muito diferente, o grande lago que se estende pela comunidade, confunde, invisibiliza as marcas da tragédia, mas para os moradores, não é suficiente para apagar suas memórias e sua vontade de permanecer nesse lugar que ainda é sua casa, seu lar.



**Figura 13) Lago do dique S4 sobre as ruínas do distrito em Bento Rodrigues/MG**

Fonte: Arquivo da pesquisadora – maio de 2017.



**Figura 14) Área do distrito de Bento Rodrigues antes da construção do Dique S4 em Setembro de 2016**

Fonte: G1. Recuperado em: <https://globoplay.globo.com/v/5322396/>

Por reconhecerem nos distritos, mesmo devastados, como, os lugares

que podem chamar de lar, atingidos e atingidas, desde o rompimento de Fundão reivindicam sua permanência nos territórios, e, conseguiram em agosto de 2016, por meio de ação judicial (Vale, 2016) o direito de visitar as áreas algumas vezes na semana e realizar celebrações religiosas.

Desde então, as comunidades de Bento e Paracatu têm ido constantemente as áreas atingidas, organizado festas, missas e procissões. Em Bento Rodrigues, o grupo “Loucos pelo Bento”, começou a ocupação de Bento antes mesmo da justiça “autorizar” sua presença, vários atingidos e atingidas começaram a frequentar o distrito nos finais de semana, improvisando luz, água e lugar para dormir. Após algum tempo lutaram para realizar celebrações religiosas. Dentro de pouco tempo a presença da comunidade se tornou constante. A comunidade de Paracatu da mesma forma reivindicou sua permanência no território atingido e tem cada vez mais ampliado sua presença no local.



**Figura 15) Queimando o Judas representado pela Samarco em Bento Rodrigues (Semana Santa/2017)**

Fonte: Felix, Daniela – Disponível em: Facebook Jornal A Sirene

Matéria do jornal “A Sirene” de outubro de 2017, em reportagem

intitulada “dias de festas, vidas de fé”, vários atingidos relataram sobre a retomada dos atos festivos e a importância de frequentar as áreas devastadas, (Sales et al., 2017). Reproduzo alguns desses relatos abaixo:

### **Festa de Nossa Senhora das Mercês**

Para o nosso grupo [Loucos pelo Bento], é muito bom ver que está aumentando o número de atingidos que frequentam as festas lá. Muitos não querem ir ao Bento, mas existem aqueles que estão começando a se interessar, até mesmo pra passar o final de semana lá com a gente. No ano passado, na celebração de São Bento, participaram em média 20 pessoas, já neste ano (2017), na celebração de Nossa Senhora das Mercês, o número aumentou bastante. No domingo de manhã, estava limpando a porta de casa enquanto conversava com Dona Doca. Ela me dizia o quanto estava contente de estar lá: “Ah aqui o ar é bom”. Conversei com Maria Barbosa também, ela me contou que levantou cedo pra passear, ouvir os passarinhos e, na volta, pegou lenha pra cozinhar. Esses encontros em celebrações religiosas têm nos dado a oportunidade de voltarmos a ser a família Bento Rodrigues (Andreia Sales – Atingida Bento Rodrigues).

### **Festa do Menino Jesus em Paracatu**

A celebração da Festa do Menino Jesus acontece desde 1984. A Folia de Reis sai de Pedras e, durante duas semanas, recolhe doações nas outras comunidades, como Cuiabá, Engenho Fernandes, Barretos e Campinas. O dinheiro arrecado é guardado para realizarmos a Festa, que acontece no mês de setembro. As festividades se iniciam na sexta, quando nós, da comunidade, nos reunimos para organizarmos a igreja de Santo Antônio de Pedras. Já no sábado, o momento, mais importante é quando levantamos o mastro da bandeira e encerramos a novena com as músicas da Folia de Reis. No domingo, tivemos a passeata de cavaleiros e carros, que saiu do

bar do Lulu, em Águas Claras. Lá, por volta das 14h30, a imagem do Menino Jesus foi colocada na igreja e, logo em seguida, a missa foi celebrada pelo padre Alex. Encerramos a festa com um jantar na escola, reunindo todos aqueles que participaram dessa tradicional celebração (Cristiana Aparecida Gonçalves, Atingida de Paracatu de Baixo).

Ocupar os territórios atingidos além de possibilitar a ressignificação de uma experiência dolorosa, vivida no dia da tragédia e suas consequências, ajuda a recompor memórias e tradições. Têm, também, um outro sentido mais profundo, que é a possibilidade de os sujeitos atingidos sentirem-se mais autônomos em relação às empresas, pois, desde o rompimento da barragem, o atendimento de necessidades básicas em suas vidas como, a moradia e o cartão de auxílio financeiro, passam obrigatoriamente pelas mãos das empresas/Renova.

O que pude observar ao longo do trabalho de campo é que são nestes momentos, de ocupação nos territórios que muitos atingidos recuperam um sentido de pertença e autonomia, é ali onde o controle das empresas mais se dissipa e os atingidos e atingidas a partir de fragmentos de objetos enlameados, em meio as ruínas da comunidade conseguem se sentir em posse de algo, nem que seja das ruínas e isso tem uma importância simbólica muito específica para esses sujeitos na constituição de seus modos de resistir.

A fala do atingido Mauro, abaixo, é um exemplo das estratégias que os atingidos e atingidas têm empreendido autonomamente para resolver problemas nas áreas atingidas, e, que acabam por reforçar o sentimento de união e pertença comunitária:

Desde o rompimento criminoso da barragem, temos que dar satisfação para tudo que vamos fazer no Bento e pedir permissão para diversos órgãos, entre eles, a Renova/Samarco, que se sente dona de Bento. Quando voltamos a frequentar o local, solicitamos a limpeza não só das ruas, mas também que fosse retirado todo o rejeito. Mas, a empresa insiste em fazer

apenas paliativos, como o que foi feito no dia da festa das Mercês. Ao invés de tirarem a poeira, preferiram molhar. Como é um local onde a água não escoar, formou-se uma enorme poça de barro justamente onde a procissão ia passar. O pessoal da Renova\Samarco não deu solução pro problema, mas, como o povo de Bento está acostumado com desafios, Marquinhos de Marinalda, Marquinhos de Nita, Magno e Cristiano, em alguns minutos tiraram cerca de 5 mil litros de água e lama com baldes. Mais uma vez, tivemos que solucionar mais um problema causado pela mineradora (Mauro Marcos da Silva, Atingido Bento Rodrigues)



**Figura 16) Festa Junina em Paracatu de Baixo/2018**

Fonte: Felix, Daniela; Campos, Wandêir – Disponível em: Facebook Jornal A Sirene



**Figura 17) Festa Nossa Senhora Aparecida em Bento Rodrigues – Outubro de 2017**

Fonte: Sednanr, Genival - Disponível em: Facebook Jornal A Sirene



**Figura 18) Comunidade Organizando Festa de Santo Antônio em Paracatu de Baixo - 2017**

Fonte: Helena, Larissa - Disponível em: Facebook Jornal A Sirene





**Figura 19) Missa da Semana Santa a luz de velas na Igreja das Mercês – Bento Rodrigues - 2017**  
 Fonte: Novais, Ana Elisa; Felix, Daniela- Disponível em: Facebook Jornal A Sirene

#### 4.1.2 Lutas – Atos realizados pelos atingidos e atingidas

Ocupar os territórios devastados, para os atingidos e atingidas é como um respiro em meio a uma rotina massiva de reuniões, audiências judiciais, assembleias...São nos espaços das reuniões em que é possível constatar todo o descaso, negligência, violência e controle praticados pelas empresas.

Nas primeiras reuniões que estive presente, os atingidos e atingidas faziam falas de protesto contra a empresa, mas eram falas confinadas ao espaço da reunião, que é em síntese um espaço organizado e pautado pelas empresas, ao longo do tempo, algumas manifestações um pouco menos prescritas começaram a ganhar forma.

É possível destacar, a presença dos atingidos e atingidas ocupando as ruas de Mariana para lutar contra a transferência da ação civil da comarca local para a esfera Federal ainda no mês de fevereiro de 2016, em que os atingidos e atingidas sob gritos de ordem, entoaram: **“se não pisou na lama, não decida por nós”**. Posteriormente seguiram manifestações em frente ao Fórum em praticamente todas as audiências públicas que trataram de temas como o reconhecimento de novos atingidos, reassentamento, cadastro, dique S4, etc....

Se no início, os atingidos e atingidas ficavam do lado de fora do fórum durante as audiências, em silêncio, ao longo do tempo já era possível observar a presença de pequenos movimentos de organização para as manifestações, com a utilização de caixa de som, microfone, cartazes e gritos em coro que serviam para pressionar a juíza que estava no andar superior do Fórum à ouvi-los, e constranger o batalhão de advogados da Samarco, Vale e BHP Billiton que compareciam em todas as audiências.

É importante salientar aqui, que eram as mulheres que sempre tomaram a frente dessas iniciativas. São elas prioritariamente que usavam o microfone, escreviam os cartazes, puxavam rezas e cânticos ao longo do protesto.

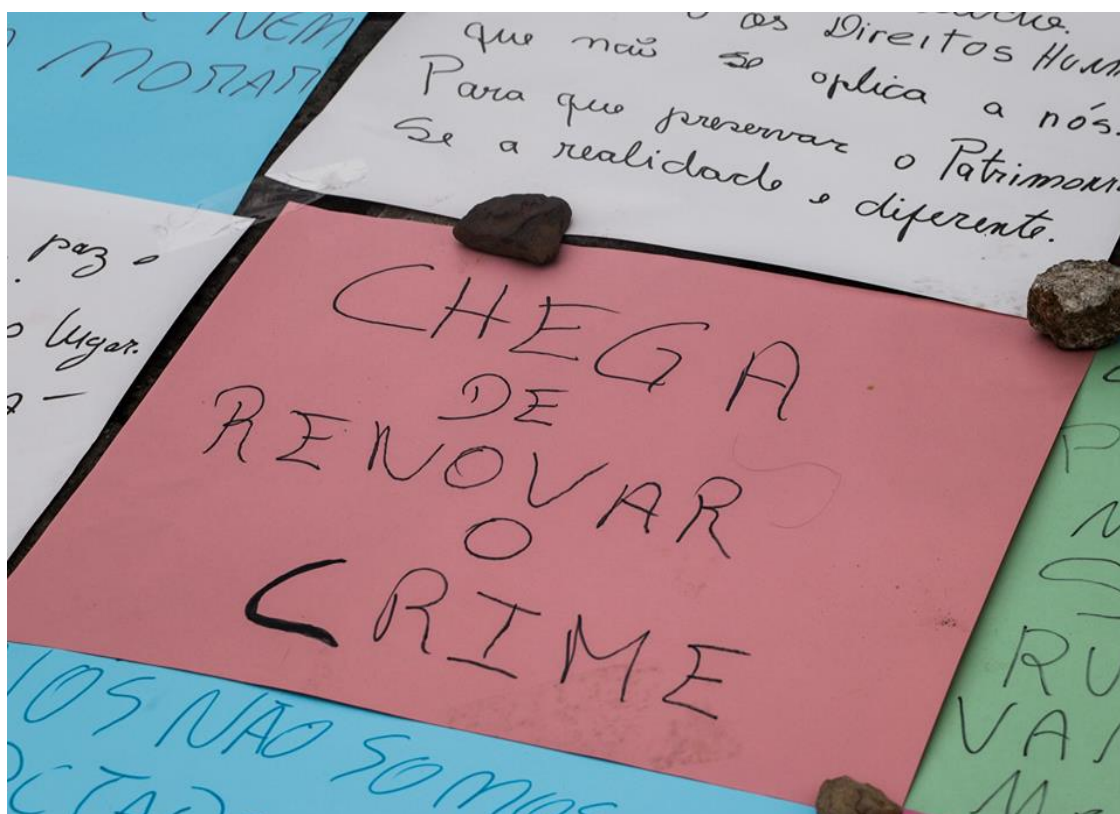


Figura 20) Cartazes escritos pelos atingidos durante manifestação no fórum de Mariana/MG – Outubro 2017  
Fonte: Facebook Jornal A Sirene



Figura 21) Ato em Frente ao Fórum de Mariana  
Fonte: Facebook Jornal A Sirene



Figura 22) Caminhada pelo centro histórico de Mariana para denunciar os 2 anos do rompimento de Fundão – Novembro de 2017  
Fonte: Facebook Jornal A Sirene



**Figura 23) Familiares dos mortos e desaparecidos fazem protesto em frente a Samarco**

Fonte: Vieira, Carol/Jornal O lampião. Disponível em: <https://www.jornalismo.ufop.br/lampiao/tragedia-de-bento-rodrigues-completa-um-mes/>

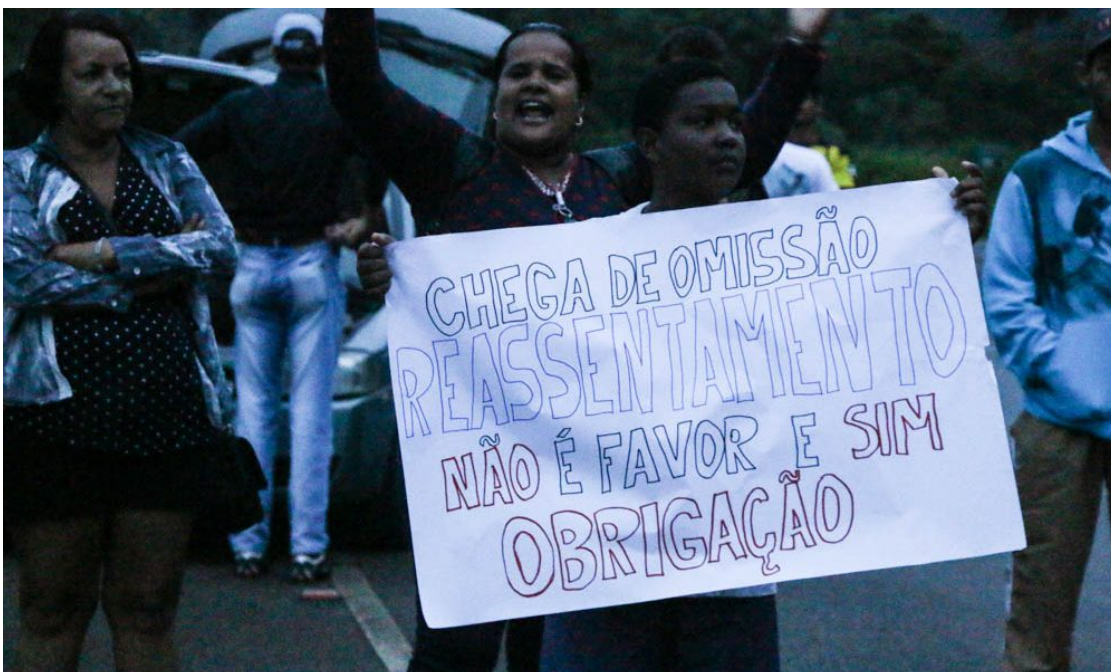


**Figura 24) Atingidos fecham rodovia em protesto contra Samarco**

Fonte: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/14/atingidos-por-rompimento-de-barragem-da-samarco-fecham-rodovia-em-mariana/>



**Figura 25) Atingidos fecham rodovia em Mariana em protesto contra demora no reassentamento. Abril/2017.**  
Fonte: Fonte: Felix, Daniela. Disponível em: <http://jornalasurene.com.br/manifestos/2018/04/05/atingidos-protestam-contra-omissao-no-processo-de-reassentamento>



**Figura 26) Atingidos fecham rodovia em Mariana em protesto contra demora no reassentamento. Abril/2017.**  
Fonte: Felix, Daniela. Disponível em: <http://jornalasurene.com.br/manifestos/2018/04/05/atingidos-protestam-contra-omissao-no-processo-de-reassentamento>

Além dessas, houveram importantes manifestações nas datas relativas ao dia 05 de novembro em lembrança do primeiro, segundo e terceiro ano do rompimento de Fundão. Estes atos se constituíram em momentos de

denúncia e luta. Em 2017, a data de 05 de novembro, contou com atividades religiosas nos territórios atingidos, e também com uma caminhada pelo centro de Mariana, onde foram distribuídos uma carta/manifesto sobre a condição dos atingidos e atingidas passados 2 anos de tragédia (ver anexo 2).



Figura 27) Ato em Bento Rodrigues em Memória dos 2 anos do Rompimento de Fundão – 05/11/2017  
Fonte: Facebook Jornal A Sirene



Figura 28) Ato em memória de 1 ano do rompimento de fundão em Bento Rodrigues 2016  
Fonte: Barichivich, Yuri. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/rio-doce-1-ano-de-lama-e-luta/>

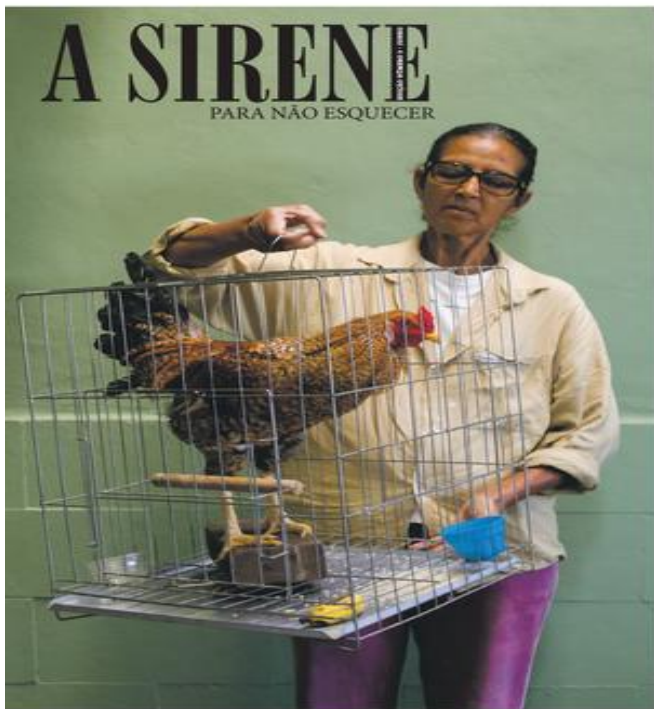
#### 4.1.3 Jornal A Sirene

Realizado por atingidos e atingidas de Mariana e Barra Longa com apoio da Arquidiocese de Mariana, O jornal A Sirene, surgiu como um projeto de Extensão do curso de Jornalismo/ICSA/UFOP, MAB e Coletivo Um Minuto de Sirene.

Posteriormente passou a ser financiado com recursos de doações feitas a arquidiocese de Mariana. Possui uma edição mensal lançada todo dia cinco de cada mês, data que marca o dia do rompimento da barragem. No lançamento do jornal também é realizado um ato na praça central de Mariana onde é lido um manifesto relacionado a pauta do mês do jornal e em seguida ecoa o som de uma sirene, por um minuto, em lembrança das vítimas e em protesto pela falta de uma sirene em Bento Rodrigues, que poderia ter sido tocada e evitado a morte de muitas pessoas. O ato na praça é realizado em parceria com o coletivo “um minuto de sirene”.

Tanto o jornal, quanto o ato simbólico de tocar a sirene lembram todos os meses a violência sofrida pelas comunidades atingidas, contam das histórias, dores e os desgastantes itinerários vividos pelos atingidos para terem direitos mínimos garantidos. A tiragem do jornal é de 2000 exemplares por mês, é distribuído para os atingidos e atingidas de Mariana e Barra Longa. Considerando sua importância como veículo de comunicação que conta as narrativas a partir dos próprios atingidos e atingidas percebemos em sua linha editorial uma priorização das questões relacionadas a memória da vida em comunidade antes do rompimento e as dificuldades presentes na adaptação na nova rotina.

Considero pertinente sua contribuição neste sentido, sobretudo ao entender que uma das maiores batalhas travadas pelos atingidos é também a da construção de discursos não hegemônicos que contem sua versão dos fatos, no entanto, não podemos negar que este caminho editorial também tem consequências políticas ao não conter um viés mais enfático de denúncia contra as empresas mineradoras em suas tramas políticas e institucionais, que avalio poderia contribuir para fomentar processos mais críticos e quiçá organizativos nas comunidades atingidas.



**Figura 29) Foto da capa jornal a sirene – Edição Junho de 2016**  
Fonte: Facebook Jornal A Sirene

O jornal se organiza a partir de reuniões de pauta, nessas reuniões os atingidos e atingidas levantam os assuntos e temas de seus interesses. A partir daí se formam subgrupos de cada pauta, cada grupo se organiza para buscar fontes e escrever a matéria, priorizando a participação dos atingidos. Depois é feita uma reunião de enquadramento e em seguida o fechamento da edição mensal. Desde de a data de 05 de fevereiro de 2016 (edição de nº 0) até janeiro de 2019, haviam sido publicadas 39 edições do jornal, que pode ser acessado *online*<sup>15</sup>.

---

15 Sítio do Jornal A Sirene na internet: <https://issuu.com/jornalasirene> ou ainda em: <http://jornalasirene.com.br/>





Figura 30) Capa da Edição 0 do Jornal A Sirene - Atingidos de Bento Rodrigues visitam o terreno em que desejam a reconstrução da comunidade

Fonte: Página Issu Jornal A Sirene, Recuperado em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene\\_final\\_diogo\\_bx](https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx)

#### 4.1.4 Comissões dos Atingidos e Atingidas

As comissões locais de atingidos de Mariana/MG, formam um dos grupos mais complexos, heterogêneos e contraditórios de participação dos atingidos e atingidas em Mariana. Por vezes é difícil visualizar ali espaço para resistências e enfrentamos em face da presença constante de membros das empresas no local e sua proximidade com alguns membros da comissão. Ali misturam-se interesses políticos locais, interesses da empresa, interesses legítimos da comunidade e interesses do judiciário, etc... É, portanto, necessário entender que as comissões são atravessadas por relações de poder, e, embora sejam o espaço legítimo de deliberação dos atingidos e atingidas nem sempre, de fato, ecoa a voz e a vontade dos demais atingidos da comunidade.

São nas reuniões da comissão, considerada o espaço 'formal' de decisão que se discutem diferentes demandas comunitárias que vão desde o reconhecimento das pessoas que foram atingidas e não estão recebendo

cartão ou aluguel, discussão sobre reassentamento e indenização, além de organização de pautas reivindicatórias, organização de reuniões e assembleias, encaminhamento de demandas para o Ministério Público e para a Samarco.

O processo de escolha dos representantes das comissões está envolto em grande controvérsia, devido a forma como o mesmo foi conduzido, havendo relatos de indicações de representantes por parte da prefeitura e ainda reclamações a respeito do fato da escolha ter acontecido de forma apressada e logo após o crime o que não possibilitou tempo para as pessoas se organizarem. Muitos atingidos e atingidas relataram durante o trabalho de campo, não se sentirem representados pelas comissões, que muitas vezes falham no repasse de informações e no diálogo com as comunidades, convertendo-se, muitas vezes em um espaço burocrático para encaminhamento de demandas isoladas, e, articulando muito deficitariamente processos organizativos e reivindicativos de modo coletivo.

Tendo isso em mente, este ainda é o espaço formal criado para representação dos atingidos e atingidas, e, é necessário ponderar sobre a participação das mulheres nas comissões. Observei uma baixa presença das mulheres enquanto representantes de suas comunidades atuando nas comissões. Da comunidade de Bento Rodrigues, dos 13 membros, somente duas são mulheres. Na comunidade de Paracatu de baixo, dos 15 membros, igualmente apenas duas são mulheres. Na comunidade de Pedras todas as representantes são mulheres, num total de quatro. Em Paracatu de Cima tem uma mulher de um total de três representantes, na comunidade de Ponte do Gama há uma mulher na comissão que é composta por três pessoas, e na comunidade de Campinas não há nenhuma mulher.

Nas comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo a representatividade das mulheres no espaço da comissão é muito pequena, comparada ao número total de representantes. Esse espaço, considerado legítimo em termos de representatividade e também enquanto um lugar de poder e da fala pública em “nome” dos atingidos e atingidas, é um espaço tomado pelo masculino.

Na maioria das reuniões que acompanhei, especialmente na comunidade de Bento Rodrigues são os homens quem conduzem as reuniões

e assembleias e fazem as pautas. A presença das mulheres é colocada em uma posição de invisibilidade, mas, isso não significa seu silenciamento. As poucas mulheres que estão nas comissões têm uma participação muito ativa em todas as reuniões, apresentando demandas e fazendo contestações, com destaque para as representantes das comunidades da zona rural (Pedras, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borbas e Campinas).

Observei que uma maior organização reivindicativa das mulheres das chamadas “comunidades rurais” ocorrem para além do espaço das comissões, essa maior articulação, pode ser reflexo de dois fatores, um deles é que algumas delas não passaram pelo processo de sair de suas casas, muito embora quase a totalidade de suas pequenas propriedades rurais tenham sido destruídas, isso faz com que ainda mantenham um vínculo maior entre elas e entre a comunidade, favorecendo laços de solidariedade, o outro motivo, que considero importante é a menor presença da empresa nesses territórios, em função da distância física entre essas áreas (especialmente, Paracatu de Cima, Borbas, Campinas) e o núcleo central de Mariana, isso abriu espaço para que outros grupos e movimentos se aproximassem e colaborassem no processo de organização social.

Em se tratando do espaço das comissões podemos considerar que mesmo de forma não igualitária, e não reconhecendo ou pautando demandas específicas relacionadas ao gênero, a presença das mulheres ali, tenciona e reivindica voz, mesmo que possamos tecer críticas as finalidades e usos dessas reivindicações no referido espaço.

#### 4.1.5 Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)

Enquanto movimento social, surgiu como frente aos deslocamentos compulsórios ocasionados pela crescente construção de grandes represas. Atualmente o MAB está organizado em dezesseis estados do Brasil (RS, SC, PR, SP, MT, MG, BA, PE, PB, CE, PI, GO, TO, MA, PA e RO). Suas principais bandeiras são a defesa dos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular, e por um projeto popular para o Brasil. Em Mariana, antes do rompimento de Fundão, o MAB atuava há quase 20 anos com a presença de militantes que pautavam questões relacionadas as

barragens hidrelétricas na região (como a hidrelétrica de Fumaça em Diogo de Vasconcelos).

O rompimento da barragem de Fundão, trouxe uma nova demanda para o movimento, incluindo os atingidos pelas barragens de mineração em seu escopo de atuação. Em Mariana/MG, observamos que o MAB tem encontrado dificuldades para organizar os atingidos e atingidas, tanto nos núcleos de base do movimento, como para ter uma participação mais ativa nas comissões dos atingidos e atingidas. Esta dificuldade, em minha análise, se deve em parte aos antagonismos existentes na cidade (ver capítulo 2) entre aqueles que “apoiam a Samarco” e a volta de suas operações e aqueles que supostamente “não permitem que a Samarco volte”, nestes últimos são englobados todos os movimentos que de alguma forma apoiam mais diretamente as comunidades atingidas, considerando a espacialidade da lama.

No entanto, acredito que as dificuldades organizativas do MAB também perpassam pela própria concepção do movimento, que muitas vezes em suas opções políticas e análises de conjuntura tem colaborado na realização de acordos e parcerias com empresas e o Estado que levam ao descrédito de suas bandeiras perante os atingidos e atingidas, um exemplo disto foi o apoio do MAB ao TAP assinado entre empresas e Ministério Público, que gerou grande desconforto entre os próprios atingidos e atingidas em 2017.

Diante destas contradições e desconfianças, o MAB produziu uma cartilha de análise do crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton<sup>16</sup>. E tem realizado atos de denúncia, como o encontro nacional do movimento, ocorrido em Bento Rodrigues em setembro de 2016, a Marcha de Regência a Mariana, que articulou grupos universitários, militantes e diversos coletivos para fazer o caminho inverso da lama e constatar as graves consequências deixadas pelo caminho e culminou no ato de protesto no dia 5 de novembro de 2016 em Bento Rodrigues.

Estes atos, seguiram durante os anos de 2017, com a realização de mobilizações em Minas Gerais e no Espírito Santo. Em 2018, foi realizada, entre outros, a marcha de Mariana a Vitória e o encontro de mulheres e

---

16 Disponível em: <https://issuu.com/mabnacional/docs/combinepdf>

crianças atingidas por barragens, ocorrido de 3 a 5 de novembro de 2018, em Mariana/MG que contou com a presença de cerca de 300 mulheres atingidas do Rio Doce e Espírito Santo.

#### 4.1.6 *Movimento pela Soberania Popular na Mineração*

O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) não tem uma atuação mais orgânica em Mariana/MG, desde o rompimento de Fundão, no entanto, têm debatido a questão e feito denúncias sistemáticas em âmbito nacional e internacional, pautando o tema da mineração, da soberania nacional e os impactos da atividade minerária predatória sobre pessoas e comunidades, o que faz dele um importante espaço de luta.

Surgido em 2012 no estado do Pará no enfrentamento ao projeto Grande Carajás da empresa Vale, em face da expansão da atividade mineradora no Brasil e consequente violação de direitos humanos e conflitos locais aonde a mineração se instala, o MAM organizou-se a partir de dois objetivos: 1) organizar as populações atingidas pelos processos de mineração e, 2) debater na sociedade o modelo mineral primário exportador do Brasil. Está organizado em nove estados (Pará, Maranhão, Goiás, Distrito Federal, Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais e São Paulo).

Em seu documento base, o MAM, estabelece alguns princípios para a atuação do movimento, sendo eles: mobilização da opinião pública contra o modelo de exploração mineral brasileiro; defesa dos direitos dos atingidos; construção de uma proposta alternativa para o setor mineral; e, articulação no âmbito internacional de uma pauta de atuação. Tendo as seguintes bandeiras de luta: contra o saque dos recursos minerais brasileiros por empresas estrangeiras; defesa intransigente dos direitos das populações afetadas por empreendimentos minerários; preservação de territórios livres da atividade mineral; discussão sobre o processo de privatização da empresa Vale; debater mudanças nos critérios, taxas e royalties da mineração; fim da lei Kandir que dispõe sobre isenção de impostos para produtos e serviços destinados à exportação; e a conquista de terras para reassentamento de famílias expropriadas pela instalação de empreendimentos minerários.

O MAM traz para o centro do debate político não apenas uma nova categoria de sujeito político – o atingido pela mineração – considerados todos

aqueles que tiveram suas vidas afetadas direta e indiretamente pela atividade minerária, mas, sobretudo pauta sua atuação na defesa da soberania nacional, indagando e criticando o modelo extrativista em voga que explora as riquezas nacionais para o grande capital estrangeiro. A pergunta estimulada pelo movimento é para que e, para quem este modelo de mineração tem servido.



Figura 31) Faixa do MAM estendida sobre os trilhos de trem da empresa de mineração Vale no Pará  
Fonte: site da internet do MAM

#### 4.1.7 A luta continua...

Diante da complexidade dos danos causados e descaso com que a Samarco, Vale, BHP Billiton e Fundação Renova vêm demonstrando em suas tratativas para com os atingidos e atingidas nos últimos 3 anos, lutar têm sido uma constante em suas vidas, lutar por reconhecimento, lutar por justiça, lutar por reparação. Essas lutas ganharam um novo e importante capítulo, no mês de janeiro de 2018, quando a luta dos atingidos e atingidas passou a ser também contra a perda de direitos e retrocessos. Isso porque, em pleno período de recesso de final de ano, o juiz Mário Franco Júnior, da 12ª Vara Federal de Minas Gerais, atendendo pedido das empresas mineradoras, modificou o entendimento em relação ao Programa

de Indenização Mediada (PIM), sobre o pagamento de trabalhadores e trabalhadoras atingidos pelo crime.

E, decidiu que os valores pagos pela Fundação Renova por meio do PIM podem ser descontados de outro programa de auxílio financeiro emergencial.

A decisão descumpra as deliberações nº 111 e 119 do Comitê Interfederativo (CIF) e tem efeito imediato sobre as indenizações aos pescadores e pescadoras, que poderá ser descontada dos auxílios emergenciais mensais.

No texto de sua decisão o juiz afirma que a controvérsia ente CIF e Renova é: “incidente de divergência de interpretação do cumprimento do TTAC e TAC Governança”. “Este incidente decorre de divergências entre o CIF e a FUNDAÇÃO RENOVA no desenvolvimento dos trabalhos dos programas socioeconômicos e socioambientais para a reparação e compensação dos impactos decorrentes do ACIDENTE” (Tajra, 2019).

Embora, tal decisão refere-se prioritariamente aos pescadores, não podemos deixar de considerá-la como algo grave, uma vez que abre precedentes jurídico importantes para pensar todo o cenário das indenizações dos atingidos e atingidas da bacia do rio doce, de Mariana, Barra Longa e demais cidades do Espírito Santo e Bahia.

Mesmo, neste cenário assimétrico, com forças tão desiguais, as lutas dos atingidos e atingidas continuam sendo travadas. Em protesto contra a decisão judicial, mais de 1000 pescadores da cidade de Baixo Guandu e região, ocuparam a linha férrea da Vale, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo. Os pescadores e pescadoras, conseguiram paralisar a linha de trem por dois dias entre 14 e 15 de janeiro de 2018. Mesmo após a desocupação da linha, em função de uma medida judicial, pescadores e pescadoras seguem mobilizados.

A luta continua...



**Figura 32) Pescadores e Pescadoras ocupam a linha do trem da Vale no Espírito Santo**

Fonte: Heriklis Douglas/TV Gazeta – Recuperado em: [https://portalguandu.com.br/noticia/93134/pescadores-se-reunem-com-renova-no-es-e-decidem-continuar-bloqueando-vitoria-a-minas?fbclid=IwAR2dljFJeEcreryY2K\\_yh5U46L79uaBroXQPQIVA7tggF3aL01\\_QLBT\\_YdQ](https://portalguandu.com.br/noticia/93134/pescadores-se-reunem-com-renova-no-es-e-decidem-continuar-bloqueando-vitoria-a-minas?fbclid=IwAR2dljFJeEcreryY2K_yh5U46L79uaBroXQPQIVA7tggF3aL01_QLBT_YdQ)



**Figura 33) Protesto Pescadores e pescadoras no ES**

Fonte: Heriklis Douglas/TV Gazeta – Recuperado em: [https://portalguandu.com.br/noticia/93134/pescadores-se-reunem-com-renova-no-es-e-decidem-continuar-bloqueando-vitoria-a-minas?fbclid=IwAR2dljFJeEcreryY2K\\_yh5U46L79uaBroXQPQIVA7tggF3aL01\\_QLBT\\_YdQ](https://portalguandu.com.br/noticia/93134/pescadores-se-reunem-com-renova-no-es-e-decidem-continuar-bloqueando-vitoria-a-minas?fbclid=IwAR2dljFJeEcreryY2K_yh5U46L79uaBroXQPQIVA7tggF3aL01_QLBT_YdQ)

Esta seção mostrou, ainda que de maneira descritiva, alguns dos principais grupos e movimentos que têm atuado ao longo do Rio Doce e nas demais áreas atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco, algumas das lutas apresentadas são mais pontuais que outras, variam no seu nível de articulação, representatividade, participação das comunidades atingidas,



pautas e bandeiras.

Estes são espaços tomados por contradições, nos quais as alianças políticas, quando possíveis, devem ser pensadas sempre respeitando um possível projeto que as unifica, nos interessa assim, evidenciar, possíveis aspectos que unem esses grupos e movimentos na conformação de processos coletivos de luta. Neste sentido, no próximo item serão abordados esses aspectos, pensando as resistências articuladas a um projeto de transformação social.

\*\*\*

Mundo grande (Poema da obra Sentimento do mundo)

Carlos Drummond de Andrade

"Não, meu coração não é maior que o mundo.

É muito menor.

Nele não cabem nem as minhas dores.

Por isso gosto tanto de me contar.

Por isso me dispo.

Por isso me grito,

por isso frequento os jornais, me exponho cruamente nas livrarias:  
preciso de todos.

Sim, meu coração é muito pequeno.

Só agora vejo que nele não cabem os homens.

Os homens estão cá fora, estão na rua.

A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava.

Mas também a rua não cabe todos os homens.

A rua é menor que o mundo.

O mundo é grande.

Tu sabes como é grande o mundo.

Conheces os navios que levam petróleo e livros, carne e algodão.

Viste as diferentes cores dos homens.

as diferentes dores dos homens.

sabes como é difícil sofrer tudo isso, amontoar tudo isso  
num só peito de homem... sem que elo estale.

Fecha os olhos e esquece.

Escuta a água nos vidros,  
tão calma. Não anuncia nada.

Entretanto escorre nas mãos,  
tão calma! vai' inundando tudo...

Renascerão as cidades submersas?

Os homens submersos — voltarão?

Meu coração não sabe.

Estúpido, ridículo e frágil é meu coração.

Só agora descubro

como é triste ignorar certas coisas.

(Na solidão de indivíduo

desaprendi a linguagem  
com que homens se comunicam.)

Outrora escutei os anjos,  
as sonatas, os poemas, as confissões patéticas.  
Nunca escutei voz de gente.  
Em verdade sou muito pobre.

Outrora viajei  
países imaginários, fáceis de habitar.  
ilhas sem problemas, não obstante exaustivas e convocando ao suicídio

Meus amigos foram às ilhas.  
Ilhas perdem o homem.  
Entretanto alguns se salvaram e  
trouxeram a notícia  
de que o mundo, o grande mundo está crescendo todos os dias,  
entre o fogo e o amor.

Então, meu coração também pode crescer.  
Entre o amor e o fogo,  
entre a vida e o fogo,  
meu coração cresce dez metros e explode.  
— Ó vida futura! nós te criaremos

#### 4.2 *Resistências, Transformação Social e Psicologia Social*

Evidenciei até aqui, as muitas resistências engendradas pelos atingidos e atingidas contra as empresas Samarco/Vale e BHP Billiton e Renova, no entanto, o compromisso com a luta dos atingidos é também nossa, enquanto pesquisadores/as, comprometidos com um fazer científico que busque transformar as condições de desigualdade e opressão do povo pobre e explorado em nosso país. Nesse sentido, finalizo este capítulo ressaltando que é necessário resistir a este modelo societal, mas é necessário construirmos um outro projeto de sociedade, é nesse sentido que caminha nossa luta e prática psicossocial.

Consonante com tal entendimento Bader Sawaia, afirma que a prática do psicólogo social deve ser:

Um trabalho de tradução das ações coletivas e individuais em potência constituinte, que se inicia desbloqueando o sentimento que transforma cada indivíduo solitário em parte de um todo maior, realizado em qualquer que

seja o espaço de atuação profissional do psicólogo social: políticas públicas, consultórios, comunidade, movimentos sociais, território, instituições (Sawaia, 2014, p. 11).

Desse modo, nossas categorias analíticas devem ser orientadas para o “enfrentamento de uma moral particular neoliberal que dilui desigualdade social na diferença, democracia na permissividade hedonista e a resistência na tolerância” (Sawaia, 2018, p. 20). Ocultando as reais dimensões dos conflitos na sociedade de classes, bem como, dos aspectos gerais que unificam a luta contra as opressões, e, que se relacionam com as lutas contra outros sistemas de opressão.

As lutas sociais, desse modo, estão imersas em uma dialética singular/particular/universal) não são resistências isoladas, mas sim conectadas com contextos maiores de luta de todos aqueles e aquelas que buscam justiça social, combate ao capitalismo, ao racismo, ao patriarcado, etc.. Nesse âmbito, é papel da psicologia social comunitária contribuir com a transformação social. Assim, como é papel do feminismo contribuir para a emancipação das mulheres.

Diante de tais horizontes da luta anticapitalista e antipatriarcal, é válido retomar os postulados de Ignacio Martín Baró discutidos ao longo deste trabalho, sobre a importância do/a psicólogo/a social em contribuir com a libertação dos povos oprimidos e explorados. Do mesmo modo, o feminismo enquanto militância, teoria e prática social pode contribuir sobremaneira para a emancipação das mulheres “chego à conclusão que o desafio é transformarmo-nos como movimento [feminista], ao mesmo tempo em que transformamos o mundo. [...] Nossa ação na esfera pública tem de ser capaz de questionar e ao mesmo tempo rearticular o interesse da sociedade; tem de afirmar nossas propostas e disputá-las na arena política” (Oliveira, 2015, s/p).

Assim, a compreensão dos problemas reais do povo latino-americano oprimido dentro de uma perspectiva histórica, busca a construção do compromisso com a justiça, com a igualdade, com a dignidade. A teoria e prática da psicologia social e do feminismo, orientam-se na busca da autonomia e da emancipação humana.

Segundo Sawaia (2014), temos acompanhando desde as últimas décadas do século passado, um recrudescimento de muitas das pautas ligadas ao marxismo e a luta anticapitalista. Foi mais expressivamente na década de 1990 que o neoliberalismo se interpôs como forte ideologia política e o capitalismo alcançou novos contornos globais de acumulação de riquezas, especialmente após a queda do muro de Berlin em 1989.

O capital continuava seu rumo expansionista, conquistando e absorvendo nele mesmo as esferas da vida social, nacional e internacional. Sua hegemonia tornou-se global em termos territoriais, e totalizante em termos ideológicos, de forma a se afirmar que não havia mais luta de classes, mas sim vulnerabilidade e resiliência, e a não se pensar mais em mudanças, mas em diminuição de riscos. A palavra transformação cede lugar à ideia de salvação do Planeta ou do Eu. No início do século XXI, porém, como se pode constatar empiricamente, o capitalismo, nos países ricos, entrou em mais uma séria crise quase “apocalíptica”, configurando algo inédito no cenário internacional (Sawaia, 2014, p.7).

Diante deste cenário que estamos vivendo de crise financeira em escala mundial, avanço do neoliberalismo e conservadorismo. Esta crise do capitalismo se reveste de fascismo e é preciso reforçar o compromisso com a transformação social, a luta anticapitalista se coloca novamente como uma pauta emergente. Neste sentido, para pensar a transformação social é necessário “ir além da facticidade e olhar as mediações que configuram o particular da desigualdade social brasileira, a fim de não cair na inação, em fundamentalismos teleológicos ou no seu contrário, no pragmatismo adaptador, esquecendo a opressão do Estado e a exploração capitalista” (Sawaia, 2014, p. 7-8).

O exposto acima, ajuda a pensar que não basta uma proposta de transformação social reformista, que busca “incluir” grupos historicamente subalternizados em um regime decadente, dito democrático, que no Brasil atual se encontra em frangalhos. Estar incluído enquanto grupo oprimido em

uma estrutura que legitima o tempo todo o poder das elites econômicas não é o horizonte da transformação social que defendemos.

Deste modo, para Sawaia (2014) apoiado nas contribuições de Lukács (1981) a atividade psicossocial transformadora deve considerar a dialética do universal/ particular/singular. Ou seja, deve extrair o que há de universal (comum) das lutas particulares/singulares feitas pelos diferentes atores sociais. Assim, a luta dos atingidos e atingidas são entendidas não apenas como reação, no sentido Espinosano do termo, contra os desmandos e violações praticadas pelas empresas mineradoras, mas inseridas dentro de um contexto maior, que é ao fim, o contexto da luta de classes contra o capital e contra o patriarcado visando a emancipação humana.

Para Sawaia (2014):

Em várias obras, Marx já salientava essa dialética, como o espaço ontológico onde se encontra o parâmetro da transformação social, que é o da emancipação humana conquistada quando o homem individual se converte em ser genérico em suas relações cotidianas – em outras palavras, quando o ponto de vista do indivíduo singular é o ponto de vista do comum. Em a questão judaica, ele afirma: “Somente quando o homem reconhece e organiza suas forças como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, só então se processa a emancipação humana” (Marx, s.d., p. 52 Citado em Sawaia, 2014, p. 9).

Ao falar sobre resistência a este modelo societal através da construção de práticas e lutas coletivas, vale retomar as contribuições de Espinosa (2009), discutidas no início deste capítulo, cuja ideia reguladora da ação política ativa e objetivo da luta pela transformação social, é o comum. Ou seja, a compreensão profunda de que a potência de vida só é possível por meio das relações que estabelecemos com o outro. São nas trocas e afetos que conseguimos ampliar nossas percepções sobre a amizade, gentileza e a solidariedade. Esta lógica se opõe fortemente ao individualismo da sociedade

capitalista/patriarcal e, aponta um caminho, um norte para nossa prática psicossocial e política. O horizonte da resistência política é ativa e não apenas reativa, e só pode existir na potência do comum.

O desejo de resistência nasce do sentimento de indignação. Mas resistir não é só se indignar. O direito de derrubar a tirania depende da força para fazê-lo. Essa força, em situação de desmesura do poder, depende de uma potência de agir coletiva conquistada pela união de *conatus*, a qual, por sua vez, é favorecida quando a lógica dos afetos permite a percepção da amizade e da generosidade como algo útil (Sawaia, 2011, p.370)

A ética de Espinosa, está voltada para a compreensão do porquê as pessoas se mantêm na servidão quando acreditam lutar pela sua liberdade, na qual identifica na dimensão dos afetos – entendida como a capacidade de ser afetado por algo ou alguém – a possibilidade de promover bons encontros, elevar a capacidade do *conatus*, e superar o afeto do medo, considerado por ele como um afeto negativo que mantém as pessoas em uma posição de servidão/obediência.

É possível reconhecer em sua teoria uma preocupação com a emancipação humana, muito embora, não seja dessa forma nomeada em sua obra, uma vez que propõe a superação ética de relações de servidão por meio da potência do comum que é impulsionado pelos bons encontros.

Diante do exposto até agora, saliento que os aspectos relacionais adquirem um significado especial para o autor, é na dimensão do comum (multidão) que os afetos são transformados em potência e resistência. A potência do comum orienta para uma ação transformadora que deve superar a contradição particular e universal, assim, interessa pensar muito mais no que nos une do que naquilo que nos divide. “A resistência ativa contra a dominação só pode existir na potência do comum e não no individualismo, pois, quando os homens agem em comum, descobrem que sua força para existir e resistir aumenta” (Sawaia, 2014, p. 10).

O sentido Espinosano dado a luta dos atingidos e atingidas conduz a uma ação política engajada, comprometida com a transformação social, com

o combate as práticas de morte do capitalismo, do racismo e do patriarcado, comprometidos com a vida e a esperança. É preciso lembrar “onde a vida está” mesmo quando somos submetidos a guerra, ao fascismo, a morte e a destruição. Esta é a forma de não nos desumanizarmos, não paralisarmos, não deixarmos nossos afetos barrados e petrificados.

As ações revolucionárias são inócuas se não se desbloqueiam as forças reprimidas da subjetividade em direção à alegria de viver, que, por sua vez, é a base da liberdade. Os homens se submetem à servidão porque são tristes, amedrontados e supersticiosos. Enredados na cadeia das paixões tristes, anulam suas potências de vida e ficam vulneráveis à tirania do outro, em quem depositam a esperança de suas felicidades. Por isso, afirma Espinosa, não se destrói uma tirania eliminando o tirano, pois outros o substituirão caso as relações servis não sejam destruídas. É preciso destruir as relações que sustentam a servidão [...] (Sawaia, 2009, p. 366).

Destruir as relações que sustentam a servidão, leva a compreender o sentido histórico de nossas lutas pela transformação social incluída aqui as lutas dos atingidos e atingidas, faz com que não possamos ter uma posição fatalista diante do poder das classes dominantes e naturalizar a condição de injustiça econômica e social.

Assim, a esperança crítica, defendida por Paulo Freire em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, é importante para a experiência histórica, pois sem ela somente haveria o determinismo e a fatalidade.

Só há História onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da história. É preciso ficar claro que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança. Eu não sou primeiro um ser da desesperança a ser convertido ou não pela esperança. Eu sou, pelo contrário, um ser da esperança que, por "n" razões, se tornou desesperançado. Daí que uma das

nossas brigas como seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza. Por tudo isso me parece uma enorme contradição que uma pessoa progressista, que não teme a novidade, que sente mal com as injustiças, que se ofende com as discriminações, que se bate pela decência, que luta contra a impunidade, que recusa o fatalismo cínico e imobilizante, não seja criticamente esperançosa (Freire, 1996, p. 44).

Ser criticamente esperançoso, não significa apagar ou invisibilizar a violência ou tentar “apaziguar” os conflitos, muito pelo contrário, é um chamamento para a luta com propósito e com sentido histórico, contra o conformismo que paralisa, é um sim a construção de outra sociedade onde o capital e o patriarcado não tenham poder sobre a vida e a morte.

"É triste, mas, que fazer? A realidade é mesmo esta." A realidade, porém, não é inexoravelmente esta. Está sendo esta como poderia ser outra e é para que seja outra que precisamos, [...] lutar. Eu me sentiria mais do que triste, desolado e sem achar sentido para minha presença no mundo, se fortes e indestrutíveis razões me convencessem de que a existência humana se dá no domínio da determinação. Domínio em que dificilmente se poderia falar de opções, de decisão, de liberdade, de ética. "Que fazer? A realidade é assim mesmo", seria o discurso universal. Discurso monótono, repetitivo, como a própria existência humana. Numa história assim determinada, as posições rebeldes não têm como tornar-se revolucionárias. Tenho o direito de ter raiva, de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a História como tempo de possibilidade e não de determinação. Se a realidade fosse assim porque estivesse dito que assim teria de ser não haveria sequer



por que ter raiva. Meu direito à raiva pressupõe que, na experiência histórica da qual participo, o amanhã não é algo pré-datado, mas um desafio, um problema. A minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de "ser mais" inscrito na natureza dos seres humanos. Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e "morno", que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir (Freire, 1996, p. 45-46).

A citação acima lembra que não se pode negligenciar/perder a dimensão histórica em nossa prática psicossocial muito menos em nossa prática política, pois a realidade social é dinâmica e dialética, sendo assim a psicologia precisa defender a dimensão humana transformadora em suas análises e intervenções para não cairmos no fatalismo tão criticado por Martín Baró (1998) e reproduzirmos a violência estrutural do capitalismo nas nossas concepções de sujeito e sociedade.

Reafirmo, assim, minha posição teórica, metodológica e política de compreender o mundo e produzir conhecimentos orientados para a transformação social (Montero, 2004), fazendo frente a uma determinada concepção de ser humano e de modos de produzir conhecimentos aliados as classes dominantes.

Ó vida futura, nós te criaremos!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico e que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e insurreições e eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro (Sartre – Prefácio de “Os condenados da Terra” de Frantz Fannon)

Fazer pesquisa é “um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa” (Bosi 1979, p. 38). Isto significou neste trabalho, além de manter um posicionamento ético e de respeito junto aos sujeitos e sujeitas do estudo, também, tomar posição política diante de um dos maiores crimes sociais e ambientais do Brasil, e assumir a defesa de uma psicologia comprometida com os povos oprimidos.

Ao arriscar esse contato com o “outro”, fui também transformada por essa experiência, “o outro é sempre uma viagem sem volta”. Assim, as lutas dos atingidos e atingidas, por justiça e por reparação também se tornaram minhas lutas, em que, a partir da construção do conhecimento científico e na militância, busco contribuir para a construção de outro modelo econômico e outro tipo de sociabilidade, menos violenta, opressora e desigual.

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar os impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vidas das mulheres de Mariana/MG, com o aporte metodológico da pesquisa participante, acompanhei por mais de dois anos e meio o cotidiano das comunidades atingidas nos processos de luta por direitos (reuniões, audiências públicas), realizei entrevistas e análise documental. Compreender tal realidade foi/é uma tarefa árdua e complexa, abarcada em um emaranhado de questões econômicas, jurídicas e históricas, que não se esgotam nos limites desse estudo, mas, espero com essa pesquisa prestar alguma contribuição para a análise da realidade local ao denunciar as condições de violências das mais distintas ordens as quais as mulheres atingidas estão expostas, bem como, suas formas de resistência.

A partir das contribuições da psicologia social e comunitária latino américa e do chamado feminismo marxista, busquei neste trabalho, conceituar o caráter classista, psicossocial e patriarcal que estruturam as

violências na sociedade capitalista desde os seus primórdios, como lembra Marx “o capital vem ao mundo jorrando lama e sangue” até o tempo presente, no qual tomamos como objeto de análise o crime da Samarco e seus efeitos.

Sendo assim, no percurso dessa pesquisa procurei demonstrar que o rompimento da barragem da Samarco, não é um fato isolado na sociedade capitalista, ele é fruto de um modelo econômico histórico, pautado na exploração e no espólio. No Brasil um dos exemplos mais marcantes desse processo é o colonialismo que deixou marcas profundas em nossa sociedade e mesmo após nossa constituição enquanto nação, continuamos semicolônia, mantendo as velhas estruturas do latifúndio, da burguesia atrasada, do espólio, do racismo e do patriarcado.

Neste contexto, o rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP Billiton se mostra emblemática, por objetivar no derramamento da lama toda a violência que este sistema representa. Apresento no início deste texto as distintas nomeações dada a “tragédia” e suas implicações no campo político, pois, também se produz violência na forma como as coisas são nomeadas, evidenciando ou invisibilizando o que convém. Fazendo a opção política de chamá-lo de crime da Samarco, Vale e BHP Billiton, em consonância com a nomeação feita pelos próprios atingidos e atingidas.

A violência do rompimento da barragem é múltipla, complexa e continua presente na vida dos atingidos e atingidas. A lama é novamente derramada nos acordos estabelecidos entre empresas, Estado brasileiro e justiça. Os diferentes acordos (TTAC, TAC-GOV, TAP e aditivo, entre outros) reforçam sumariamente o amplo controle das empresas na condução da chamada “reparação” dos danos, inclusive sobre os processos de assessoramento técnico, na qual as ONGs cumprem um papel no mínimo ambíguo, ao buscar a garantia de direitos ao mesmo tempo em que legitimam e amortecem os impactos causados pelo crime.

Obserso que a violência, em sua forma institucionalizada está presente nas escolhas jurídicas feitas pelo Ministério Público para o caso Samarco, pois integraram ao seu processo formativo e expedientes, conceitos, teorias e métodos propostos pelo Banco Mundial, que acabam por imbuir a justiça de uma ideologia comercial, temas como negociação e acordos passam a fazer cada vez mais parte do mundo jurídico. A priorização destas formas de

“mediação” incentivadas pelo BM, não são sem propósitos, especialmente em países, como o Brasil, com vasto potencial extrativista, elas servem para flexibilizar leis, sobretudo ambientais, e afrouxar a relação entre Estado e empresas privadas, a fim de beneficiar as últimas.

A operacionalização dos acordos feitos entre o poder público e as empresas, ocorre no âmbito territorial por meio de programas da Fundação Renova/Samarco, do total dos 42 programas, divididos entre socioambientais e socioeconômicos, elegi o chamado programa de “Diálogo Social” para analisar neste trabalho, por identificar nesta iniciativa, os modos como a empresa atua localmente a fim “processar as carências” das famílias atingidas com intuito de manter suas lógicas de poder e controle, dirimindo possíveis iniciativas de luta e resistência.

Neste íterim, outra faceta que se soma as violências estruturais e institucionais, é a violência psicossocial, que se manifesta nos corpos dos sujeitos atingidos enquanto adoecimento psíquico e sofrimento ético-político. Localizamos aqui, a importância da contribuição teórica da psicologia social para analisar tais processos como produtos que são de relações concretas e objetivas de um meio social violento e opressor. Desde modo, não se pode analisar o sofrimento mental dos atingidos e atingidas de modo cindido das causas e processos que os sustentam.

De igual modo, a violência patriarcal, também presente no crime da Samarco, foi analisada enquanto um produto das engrenagens políticas das empresas mineradoras, que a partir de suas práticas sexistas e discriminatórias na condução do processo de reparação dos danos intensificam a desigualdade de gênero, a violência doméstica e a dependência econômica das mulheres atingidas. A violência patriarcal se reconfigura no contexto das opressões vividas pela população atingida, se atualizando e intensificando, do mesmo modo que as violências institucionais e psicossociais se reconfiguram diante das lógicas dos acordos políticos e jurídicos para a “gestão” do conflito.

Diante de nossa análise, elenquei três modos prioritários que caracterizam a violência patriarcal presente no rompimento da barragem da Samarco: 1) Negação da condição da mulher atingida como trabalhadora e dos seus direitos, 2) Sobrecarga de cuidados de crianças, idosos e doentes

em função da alteração das dinâmicas familiares e vínculos comunitários após o rompimento de fundão. 3) Intensificação da violência doméstica. Este conjunto de violações, se entrecruzam na vida das atingidas em função de suas condições de classe e raça. As mulheres são especialmente atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco, sendo que o crime se atualiza cotidianamente em suas vidas através das práticas patriarcais das empresas na condução do processo de reparação.

Da condição de negação de direitos das mulheres atingidas, especialmente do reconhecimento de sua condição de trabalhadora, da sobrecarga no cuidado com crianças e familiares diante da perda de redes de solidariedade com vizinhas e parentes, diante da dependência econômica, dificuldades familiares e muitas vezes a violência, e diante das demandas de participação em reuniões e agendas para tratar da reparação, as mulheres atingidas, por meio de um processo doloroso individual e coletivo vão se entendendo enquanto mulheres trabalhadoras, atingidas e sujeitas de direitos.

As ações locais de resistência em Mariana/MG, foram pensadas nesse trabalho de modo amplo, em sua conexão com as lutas de diferentes movimentos, grupos, academia e coletivos que tem denunciado o crime da Samarco, Vale e BHP Billiton, ao mesmo tempo em que lutam pela emancipação e a construção de outro tipo de sociedade.

A resistência ativa, foi entendida como a tônica do tempo presente e daquele que virá, pois muitas vezes, perdidos no imediatismo, perde-se a vinculação com a história, que vem para lembrar que as coisas não são assim, elas estão sendo, e desse modo, é possível muda-las. Neste sentido, sempre que foi possível recorri a história neste trabalho para demonstrar o caráter processual e dinâmico que a realidade possui.

Destaco que este texto está situado em seu tempo histórico, e ao analisar um processo que está em curso, possui limitações, mas espero que minha pequena contribuição teórica, possa colaborar com o campo da psicologia social comunitária, para o avanço de políticas públicas socialmente engajadas com as demandas dos atingidos e atingidas - em que pese a necessidade da maior presença do Estado (com todas as suas contradições) na condução das ações de reparação e não uma fundação privada, como a Renova que defende claramente as empresas - e com a luta por justiça e por

reparação.

Considero importante para o avanço dos temas aqui propostos a continuidade de pesquisas que contemplem os efeitos do rompimento da barragem da Samarco para um escopo maior de mulheres atingidas, como as pescadoras, indígenas, garimpeiras, de comunidades tradicionais e de outras localidades, também considero válida uma análise ampla do perfil laboral das mulheres atingidas, bem como, da violência psicossocial sobre os atingidos e atingidas, e institucional, (como os efeitos dos acordos entre Estado e empresas, e do próprio processo de assessoramento técnico).

Por fim, assim como o crime da Samarco, a luta dos atingidos e atingidas está no pretérito imperfeito, continua, após mais de três anos do crime, constata-se que muito pouco foi feito para reparar os danos. Do mesmo modo, essa pesquisa também não se finda aqui, muitas são as importantes inquietações que este tema mobiliza e espero que ao escrever esta tese desde a perspectiva dos sujeitos oprimidos, dos atingidos e atingidas pela mineração colabore para contar sua história, ajudá-los a se fazerem vistos e ouvidos nos complexos processos de reparação presentes e naqueles que ainda estão por vir.

## EPÍLOGO – O GENOCÍDIO DA VALE EM BRUMADINHO

Já ao final da escrita deste trabalho, com grande tristeza, nos deparamos aterrorizados [mas não com surpresa] com mais um rompimento de barragem, dessa vez foi a barragem da mina do Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale no distrito de Brumadinho/MG que ceifou a vida de **centenas** de pessoas, além de danos ambientais incalculáveis.... As vidas se transformam em números, **157** pessoas mortas, **165** pessoas desaparecidas ainda desaparecidas, e, **138** pessoas desabrigadas. Não há como expressar nesse momento toda a revolta, dor e indignação diante de mais um crime/genocídio da Vale em Minas Gerais. Que esta dor que nos assola agora, possa se transformar em solidariedade, luta e resistência contra este modelo econômico genocida que mata nosso povo pobre e trabalhador (a) todos os dias.

“Nós atingidos de Barra Longa, nos solidarizamos com o povo atingido de Brumadinho, porque infelizmente nós sabemos o que é ser atingido pela Vale, porque hoje inclusive na hora que o crime da Vale aconteceu em Brumadinho, nós estávamos no escritório da Renova reivindicando o cartão emergencial que era para ter sido entregue em 2015, quando a gente estava lá a Renova, que é a representante da Vale em Barra Longa, trancou o escritório e não nos recebeu, nós ficamos o tempo todo do lado de fora, sem água, sem banheiro, tinha muitas mulheres grávidas, tinha muitas crianças e essa é a forma como a Vale nos trata no território, então as famílias que perderam entes queridos, o meu sentimento, o meu abraço e que nós possamos somar nessa luta contra essas mineradoras que invadem os nossos quintais , derrubam nossas casas e tiram tudo o que é nosso, tiram nossos sonhos, as nossas esperanças, nossas histórias e nós sabemos que esse é mais um crime da Vale que ficará na impunidade, infelizmente, porque os nossos representantes são pessoas que prezam as empresas, igual o nosso governador de Minas há poucos dias ele deu entrevista, ele encontrou com representantes das empresas, das criminosas e ele quer acelerar o processo de volta da criminosa da Vale, aqui em Mariana, e nós somos atingidos em Barra Longa e são três anos de luta, são três anos de lama, são três anos de lágrimas, de choro, de sofrimento, então que nós possamos nos

unir nessa luta pra derrubar esse gigante e nos sozinhos não somos ninguém, mas se nós unirmos e dermos as mãos, nós somos Davi e vamos derrubar esse gigante que é a Vale, **ninguém solta a mão de ninguém**” (Simone Silva, atingida de Barra Longa em depoimento de solidariedade aos atingidos de Brumadinho, disponível em facebook do MAB Minas Gerais, 26/01/2019).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, R. J. J. (1997). *Psicologia comunitária : teoria e metodologia. Psicologia Reflexão e Crítica*, 1–7.
- Ávila, M. B. de M. (2010). *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas* (1º ed). Recife: UFPE.
- Bachère, L. B. (2002). Resistir al poder. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, 9. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10503020>
- Banco Mundial. (1996). *O setor judiciário na América Latina e no Caribe*. Washington D.C. Recuperado de <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24400/00003439.pdf>
- Barbosa, J., Geraldo, J., Delfonso, J., Aparecida, M., Conceição, M., Felix, M., ... Felix, D. (2017). *Josés e Marias*. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de <http://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2017/12/28/joses-e-marias>
- Barcellos, G. H. (2013). Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local. *Revista Katálysis*, 16(2), 214–222. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200007>
- Barreto, L. C. (2015). *Somos sujeitas políticas de nossa própria história?: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Curso de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- Barroso, M. F. (2017). Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. *Argumentum*, 9(1), 89. <https://doi.org/10.18315/argum..v9i1.14401>
- Bosi, E. (1979). *Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos* (1º ed). São Paulo.
- Bove, L. (2010). *Espinosa e a psicologia social : ensaios de ontologia política e antropogênese* (Nupsi-USP). São Paulo: Autêntica.
- Brasil. (2009). *II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça*

- mais Acessível, Ágil e Efetivo. Recuperado 9 de janeiro de 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Outros/Ipacto.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Outros/Ipacto.htm)
- Brasil. (2015). Lei n. 13140. Recuperado 9 de janeiro de 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm)
- Brügger, S. M. J. (2007). *Minas patriarcal : família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX*. Annablume.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (1º ed). São Paulo: Civilização Brasileira. Recuperado de <https://www.amazon.com.br/Quadros-guerra-Quando-vida-passível/dp/8520009654>
- Camely, N. (2009). *A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia: um estudo brasileira: um estudo sobre o estado do Acre*. Programa de Pós Graduação em Geografia - Universidade Federal Fluminense.
- Campos, P. H. P. (2012). *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)*. Univesidade Federal Fluminense. Recuperado de <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>
- Caponi, S. (2006). Sobre guerras e fantasmas: o feminino e a distinção entre público e privado. In L. S. Minella & S. B. Funck (Orgs.), *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. (Ed. UFSC, p. 105–116). Florianópolis: Ed. UFSC.
- Cappelletti, M., & Garth, B. (1988). *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Fabris.
- Cassiano, O., & Pinto, R. A. (2017). A Sirene - Ed. 24 (Março/2018) by Jornal A Sirene - issuu. Recuperado 20 de dezembro de 2018, de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/mar\\_o\\_2018\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/mar_o_2018_issuu)
- Castro, R. D. de. (2017). *Nós queremos reitores negros, saca? Trajetórias de universitários negros de classe média na UFMG*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

- CEAF/MPMG. (2010). Resolução PGJ n.28. Recuperado 9 de janeiro de 2019, de [www.iof.mg.gov.br](http://www.iof.mg.gov.br)
- CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. (2017). *Conflitos no campo no Brasil 2016*. Goiânia. Recuperado de <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016?Itemid=0>
- César De Oliveira, G. (2015). Desafios do(s) feminismo(s) na perspectiva da transformação social. Recuperado 4 de janeiro de 2019, de <http://www.articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-1-OLIVEIRA-Guacira-Desafios-do-Feminismo.pdf>
- Césarie, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo* (1º ed). Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Chaves, D. (2010). Vale faz acordo para fim de greve no Canadá. Recuperado 7 de janeiro de 2019, de <https://exame.abril.com.br/negocios/vale-faz-acordo-fim-greve-canada-575692/>
- CIF. (2017). *Ata da 20 Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo*. Brasília. Recuperado de <http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/atas/2017/2017-11-20-cif-ata-20-reuniao.pdf>
- CIF. (2018). *Ata da 32 Reunião Ordinária do CIF*. Recuperado de <http://ibama.gov.br/cif/atas/atas-de-reunioes>
- CNDH. (2016). *Relatório sobre os direitos da população atingida pela implementação da usina hidrelétrica de Belo Monte e da mineradora Belo Sun*. Brasília. Recuperado de <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/relatorio-final-belo-monte-1>,
- Cobrade. (2014). *Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade)*. Brasília. Recuperado de [http://www.integracao.gov.br/documents/3958478/0/Anexo+V+-+Cobrade\\_com+simbologia.pdf/d7d8bb0b-07f3-4572-a6ca-738daa95feb0](http://www.integracao.gov.br/documents/3958478/0/Anexo+V+-+Cobrade_com+simbologia.pdf/d7d8bb0b-07f3-4572-a6ca-738daa95feb0)
- Coelho, P. S. (2017). *Mulheres em luta, pela vida, contra a lama que violenta e mata: reflexões sobre a luta das mulheres do MST na região sudeste em*

- março de 2016. Apresentação de Trabalho Fazendo Gênero.*  
Florianópolis.
- Coelho, T. P. (2012). Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. *Intratextos, Número Especial 03*, 128–146. Recuperado de <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2012-Mineração-e-Dependência-no-Quadrilátero-Ferrífero.pdf>
- Coelho, T. P. (2016). *Noventa por cento de ferro nas calçadas: mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A.* UERJ. Recuperado de <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelhor-2016-Noventa-por-cento-de-ferro-nas-calçadas-Tese-de-Doutorado.pdf>
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. (2010). *Relatório Comissão Especial &quot;Atingidos por Barragens*. Brasília. Recuperado de <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>
- Cotrim, L. C. de A. (1999). *O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281741?mode=full>
- Davies, M., & Martin, T. (2009). *Mining Market cycles and tailing dams incidents* (13th Inter). *Tailings and Mine Waste '09 Edited by*. Banff, AB. Recuperado de <http://www.gbv.de/dms/tib-ub-hannover/634537695.pdf>
- Delesposte, A. G. (2014). *Lugar e relações de gênero: A participação das mulheres no movimento dos atingidos pela barragem de Fumaça, Minas Gerais*. Vitória.
- DIEESE. (2017). *Terceirização e precarização das condições de trabalho*. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>
- Diniz, A. G. R. (2018). *Notas zoneadas sobre política de putas em tempo de golpe - sobre o encontro com prostitutas que trabalham e resistem em BH*. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- DNPM. (2015). Cadastro Nacional de Barragens de Mineração — Agência

Nacional de Mineração. Recuperado 7 de janeiro de 2019, de <http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/cadastro-nacional-de-barragens-de-mineracao>

- DNPM. (2017). *Anuário Mineral Brasileiro*. Brasília. Recuperado de [http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb\\_metalicos2017](http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_metalicos2017)
- Domenici, T. (2017). Processados pela Vale. Recuperado 5 de janeiro de 2019, de <https://apublica.org/2017/11/processados-pela-vale/>
- Engels, F. (2017). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Best Bolso.
- Espinosa, B. (2009). *Tratado Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fals Borda, O. (2009). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá: CLACSO.
- Fanon, F. (1961). *Los condenados de la tierra*. Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Fassin, D. (2012). *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Berkeley: University of California Press.
- Federal, M. P. (2016). *Ação Cível Pública Rio Doce* (Vol. 19). Recuperado de <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>
- Felix, D. C., & Souza, Bonifácio, Miriã Cristina Oliveira, L. H. P. ([s.d.]). (3) 9º *PJJ - Documentário: Atingidas - YouTube*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=uM2CVanQhlo>
- Ferreira, P. (2016). Justiça manda Samarco fornecer moradia e cartão a mulher que vive com marido agressivo. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/22/interna\\_gerais,786220/samarco-tera-que-fornecer-moradia-a-mulher-de-homem-violento.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/22/interna_gerais,786220/samarco-tera-que-fornecer-moradia-a-mulher-de-homem-violento.shtml)
- Fonseca, C. D. (1998). O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In *Termo de Mariana. Livro I* (p. 221). Ouro Preto: UFOP.

Recuperado de

[https://sites.ufop.br/sites/default/files/lph/files/termo\\_de\\_mariana\\_1.pdf?m=1525724445](https://sites.ufop.br/sites/default/files/lph/files/termo_de_mariana_1.pdf?m=1525724445)

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (25º ed). São Paulo: Paz e Terra.

Freyre, G. (2003). *Casa-grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global Editora.

Fundação Estadual de Meio Ambiente. (2014). *Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Recuperado de [http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES\\_AMBIENTAIS/GESTAO\\_DE\\_BARRAGENS/correo\\_inventrio de barragens\\_2014\\_final.pdf](http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES_AMBIENTAIS/GESTAO_DE_BARRAGENS/correo_inventrio_de_barragens_2014_final.pdf)

Furiati, L. (2014). *Sem Lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

G1. (2018). Moody's eleva nota da Vale para grau de investimento após acordo envolvendo a Samarco. Recuperado 8 de janeiro de 2019, de <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/23/moodys-eleva-nota-da-vale-com-perspectiva-estavel.ghtml>

gema. (2018). *Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe nº 2*. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://gema.iesp.uerj.br>

Gohn, M. da G. (2007). Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, 6(11), 41–70. <https://doi.org/10.5007/%X>

Governo do Estado de Minas Gerais. (2016). Requisição Administrativa 500. Recuperado 4 de janeiro de 2019, de [http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/170652/caderno1\\_2016-09-21\\_4.pdf?sequence=1](http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/170652/caderno1_2016-09-21_4.pdf?sequence=1)

Gudynas, E. (2016). Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In A. Zhouri, P. Bolados, & E. Castro (Orgs.), *Mineração*

*na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume.

Guimaraes, A. P. (2011). *Quatro Séculos de Latifúndio no Brasil* (6º ed). São Paulo: Paz e Terra.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 0(5), 7–41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo* (2º ed). São Paulo: Loyola.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609. Recuperado de <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>

Hobsbawm, E. (1998). *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Holanda, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.

Honneth, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. Recuperado de [www.editora34.com.br](http://www.editora34.com.br)

Ianni, O. (1996). A ideia do Brasil moderno. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 1(1), 19–38. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452/12759>

IBAMA. (2015). *Laudo Técnico Preliminar*. Brasília. Recuperado de [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf)

IBGE. (2009). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro. Recuperado de [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)

IBGE. (2018). Produto Interno Bruto dos Municípios. Recuperado 7 de janeiro de 2019, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/pesquisa/38/47001?tipo=ran>

king

- IBRAM. (2018). *Relatório Anual de Atividades*. Recuperado de [http://portaldamineracao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2018/07/Diagramação\\_RelatórioAnual\\_versãoweb.pdf](http://portaldamineracao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2018/07/Diagramação_RelatórioAnual_versãoweb.pdf)
- Integratio. (2018). Integratio Mediação Social e Sustentabilidade. Recuperado 8 de janeiro de 2019, de <http://integratio.com.br/integranews.php>
- Internacional, A. (2018). *Anistia Internacional 2017/2018: o estado dos direitos humanos no mundo*. Londres. Recuperado de <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>
- Isabel Reyes, M., Mayorga, C., de Araújo Menezes, J., Associada, E., & Psicoperspectivas, R. (2017). Editorial Sección Temática Psicología y Feminismo: Cuestiones epistemológicas y metodológicas. *Psicoperspectivas*, 16(2), 1–8. <https://doi.org/10.5027/Psicoperspectivas/vol16-issue2-fulltext-1116>
- Isaias, T. L. S. (2017). *Mulheres em Luta: Feminismos e Direitos nas ocupações da Izidora*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- Júnior, G. F., & Brasil, J. D. de O. (2015). *A resistência das mulheres ao "projeto da morte": análise acerca da possível autonomia feminina na chapada do Apodi/RN*. *Revista Gênero & Direito* (Vol. 4). Ed. Univ. Recuperado de <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/23617>
- Lane, S. ([s.d.]). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (1993). *Psicologia social : o homem em movimento* (11º ed). São Paulo: Brasiliense.
- Lêda, Emerson, Joana, Lindalva, Paranhos, C., Rosa, D., ... Drumond, R. (2017). A Sirene - Ed. 19 (Outubro) by Jornal A Sirene - issuu. Recuperado 20 de dezembro de 2018, de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_e19\\_issuu\\_](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_e19_issuu_)
- Lieber, R. R., & Lieber, N. S. R. (2005). Risco e precaução no desastre tecnológico. *Cadernos Saúde Coletiva*, 13(1), 67–84. Recuperado de



[http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/risco\\_e\\_precaucao\\_no\\_desastre\\_tecnologico.pdf](http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/risco_e_precaucao_no_desastre_tecnologico.pdf)

Losekann, C., & Duarte Bissoli, L. (2017). DIREITO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA INSTITUCIONAL \*. *RBCS*, 32, 329403.

<https://doi.org/10.17666/329403/2017>

Louis Juste, J. A. (2007). *Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e projeto de livre individualidade crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti*. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9571>

Lugones, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*. Recuperado de <https://www.redalyc.org/html/396/39600906/>

Mariátegui, J. C. (2007). *7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana* (3º ed). Caracas: Ayacucho.

Martín-Baró, I. (1988). LA. VIOLENCIA POLITICA y LA. GUERRA COMO CAUSAS DEL TRAUMA. *Revista de Psicología de El Salvador. UCA*, 28, 123–141. Recuperado de [http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-política-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123\\_141.pdf](http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1988-La-violencia-política-y-la-guerra-como-causas-del-trauma-RP1988-7-28-123_141.pdf)

Martín-Baró, I. (1989). La institucionalizacion de la Guerra. *Revista de Psicología de El Salvador*, 33, 223–245. Recuperado de [http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1989-La-institucionalización-de-la-guerra-RP1989-8-33-223\\_245.pdf](http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1989-La-institucionalización-de-la-guerra-RP1989-8-33-223_245.pdf)

Martín-Baró, I. (1990a). Accion e ideologia: Psicología Social desde Centroamérica. *UCA*. Recuperado de <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1983-@-Acción-e-ideología-psicología-social-desde-centroamerica.pdf>

Martín-Baró, I. (1990b). La Violencia en Centroamerica: Una visión psicosocial. *Revista de Psicología de El Salvador*, IX(35), 123–146.

Recuperado de [http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-violencia-en-Centroamérica-una-visión-psicosocial-RP1990-9-35-123\\_146.pdf](http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-violencia-en-Centroamérica-una-visión-psicosocial-RP1990-9-35-123_146.pdf)

Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 7–27.

Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>

Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Trotta.

Marx, K. (2013). *O Capital*. São Paulo: Boitempo.

Maurer Lane, S. (2006). *O que é Psicologia Social* (22º ed). São Paulo: Brasiliense.

Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221–236.

<https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>

Medeiros, I., & Azevedo, A. (2017). Dossiê mulheres na lama e na luta.

Recuperado 27 de dezembro de 2018, de

<https://medium.com/@jornalistaslivres/dossiê-mulheres-na-lama-e-na-luta-6544e21e39ee>

Miguel, L. F. (2017). Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado.

*Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1219–1237.

<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>

Milanez, B., & Santos, R. (2014). Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *37 Encontro Anual da ANPOCS*, p. 1–30.

Recuperado de <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2013-Neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda.pdf>

Ministério Público Federal. (2016). *Denúncia Samarco*. Recuperado de <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>

Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de MG, Ministério Público do Estado do ES, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública de MG, & Defensoria Pública do ES. (2018). *PáRECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 10 de 26 de março de 2018* gina 2 de 27. Belo Horizonte. Recuperado de

- <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>.
- Ministério Público Federal, & Ministério Público do Estado de Minas Gerais. (2018). *Parecer n.279/2018/SPPEA*. Belo Horizonte. Recuperado de <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos* (1º ed). Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2008). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y porcesos* (3a reimpre). Buenos Aires: Paidós.
- MPMG. (2011). MPMG formaliza parcerias inéditas com o Banco Mundial. Recuperado 9 de janeiro de 2019, de [https://issuu.com/asscom/docs/mpmg\\_noticias\\_201\\_internet](https://issuu.com/asscom/docs/mpmg_noticias_201_internet)
- Muniz, M., Frade, R., Martins, M., & Helena, L. (2018). Dos pés de feijão ao rejeito de minério. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de <http://jornalasirene.com.br/patrimonio/2017/12/01/dos-pes-de-feijao-ao-rejeito-de-minerio>
- Muniz, M., Quintão, M., Bento, M., Silva, S., Silva, S., Rangel, A. L., ... Filgueiras, S. (2017). Minha Vila Lá. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_-\\_ed.20](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20)
- Nader, L. (1994). Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. ANPOCS. Recuperado de [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_02.htm)
- Neves, M. de C. lourenço, Roque, M., Freitas, A., & Garcia, F. (2018). *Pesquisa sobre a Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana* (1º ed). Belo Horizonte. Recuperado de <https://site.medicina.ufmg.br/wp-content/uploads/sites/7/2018/04/Relatorio-Prismma-.pdf>
- Núñez, R., Raquel, V., Pinto, G., Fernando, L., & Garzon, N. (2014). *Sumário Executivo Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais*. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://br.boell.org/pt-br>
- OCDE. (2004). *Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa para*

- Empresas de Controle Estatal*. Recuperado de <https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceofstate-ownedenterprises/42524177.pdf>
- Oliveira, J. P. de. (2014). Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, 20(1), 125–161. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000100005>
- Oliveira, W. (2018). Crime Da Samarco Completa Três Anos Com Protestos No Brasil E No Exterior. Recuperado 8 de janeiro de 2019, de <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/01/crime-da-samarco-completa-tres-anos-com-protestos-no-brasil-e-no-exterior/>
- OXFAM. (2017). *A distância que nos une*. São Paulo. Recuperado de [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/publicacoes/relatorio\\_a\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/publicacoes/relatorio_a_distancia_que_nos_une.pdf)
- Parreiras, M., & Paranaíba, G. (2017). Parentes dos mortos na tragédia de Mariana dizem se sentir desamparados - Gerais - Estado de Minas. Recuperado 26 de dezembro de 2018, de [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/03/interna\\_gerais,913791/parentes-dos-mortos-na-tragedia-de-mariana-dizem-se-sentir-desamparad.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/03/interna_gerais,913791/parentes-dos-mortos-na-tragedia-de-mariana-dizem-se-sentir-desamparad.shtml)
- Pascoal, G., D'angelo, M., Lúcio, M., & Ribeiro, F. (2018). TAC Governança: que poder teremos? Recuperado 8 de janeiro de 2019, de <http://jornalasurene.com.br/justica/2018/08/11/tac-governanca-que-poder-teremos>
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra.
- Pateman, C. (1996). Críticas feministas á dicotomia público/privado. *Teoria política feminista: textos centrais*.
- Paulilo, M. I. (1987). O Peso do Trabalho Leve. *Revista Ciência Hoje*, (28). Recuperado de <http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>
- Paulilo, M. I. S. (2013). FAO, fome e mulheres rurais. *Dados*, 56(2), 285–310. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000200002>
- Peixoto, A., Souza, A., Torisu, B., Tavares, E., Tropia, F., MAB, & Menezes, W.

- (2016). Aprender a ser atingido. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de [https://issuu.com/jornalasinere/docs/a\\_sirene\\_ed6\\_setembro\\_issu](https://issuu.com/jornalasinere/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu)
- Peixoto, A., Zezinho, Lima, K., Helena, L., & Drumond, R. (2017). Histórias da Gente. Recuperado 20 de dezembro de 2018, de [https://issuu.com/jornalasinere/docs/a\\_sirene\\_ed.\\_16\\_julho\\_issuu](https://issuu.com/jornalasinere/docs/a_sirene_ed._16_julho_issuu)
- Pereira, J. M. M. (2012). Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60). *Varia Historia*, 28(47), 391–419. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100018>
- Pérez Herrero, P. (1992). *América Latina y el colonialismo europeo (siglos XVI-XVIII)*. Editorial Síntesis.
- Petras, J. (2010). El postmarxismo rampante. Una crítica a los intelectuales y a las ONGs. *Sociología Crítica*. Recuperado de <https://dedona.wordpress.com/2016/10/10/el-postmarxismo-rampante-una-critica-a-los-intelectuales-y-a-las-ons-james-petras/>
- Petras, J. (2014). Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. *Tensões Mundiais*, 18, 301–323. Recuperado de <http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/353/390>
- Petras, J. F. (2004). *Las privatizaciones y la desnacionalización de América Latina*. (H. Veltmeyer, Org.). Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Pimenta, D. J. (1981). *A Vale do Rio Doce e Sua História*. Rio de Janeiro: Editora Vega.
- Pinassi, M. O. (2010). Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. *Revista Pegada*, 9, 1–12. Recuperado de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1675/1613>
- Pinto, G. P. (2018). *Mulheres Negras Evangélicas no Brasil: violências, lutas e resistências*. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Psicologia)- Universidade Federal de Minas Gerais.
- Porto, D. (2008). Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. *Revista Bioética*, 16(2), 287–303. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361533247011>

- Prado Junior, C. (1981). *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. Brasiliense.
- Quijano, A. (2000). *Colonialidad del Poder y Clasificación Social*. Recuperado de <http://sociology.binghamton.edu/INTRODUCCION>
- Rago, M. (2003). Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys Estudos Feministas*, (3). Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000113&pid=S0104-8333201300010000500017&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000113&pid=S0104-8333201300010000500017&lng=pt)
- Ranciere, J. (1996). *El Desacuerdo: política y filosofía* (1º ed). Buenos Aires: Nueva Visión.
- Renova. (2017). *Relatório de Administração*. Recuperado de [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/08/demonstracoes\\_financeiras\\_renova\\_2017\\_port\\_diagramada.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/08/demonstracoes_financeiras_renova_2017_port_diagramada.pdf)
- Renova. (2018). *Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social: relatório trimestral de atividade*. Recuperado de [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/10/relatoriotrimestral\\_pg006\\_3tri2018-1.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/10/relatoriotrimestral_pg006_3tri2018-1.pdf)
- Resende, M. L. C. de, & Sousa, R. J. de. (2016). Por temer o Santo Ofício: As denúncias de Minas Gerais no Tribunal da Inquisição (século XVIII). *Varia Historia*, 32(58), 203–224. <https://doi.org/10.1590/0104-87752016000100009>
- Rezende, D. L. (2015). Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*, 17, 7–27.
- Ribeiro, L. (2008). E emenda constitucional 45 e a questão do acesso a justiça. *Revista de Direito GV*, 4(2), 465–492. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v4n2/a06v4n2.pdf>
- Rocha, D., Geverina, T., Helena, M., & Felix, D. (2017). Mulheres no Garimpo. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de [https://issuu.com/jornalasurene/docs/a\\_sirene\\_-\\_ed.20](https://issuu.com/jornalasurene/docs/a_sirene_-_ed.20)

- Rodrigues, L. (2016). Construção de dique pela Samarco em área tombada causa polêmica com moradores. Recuperado 4 de janeiro de 2019, de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/construcao-de-dique-pela-samarco-em-area-tombada-causa-polemica-com-moradores>
- Rohden, J. (2018). Pescadoras Do ES Sobre Rompimento Da Barragem: "Somos Atingidas De Novo a Cada Maré". Recuperado 27 de dezembro de 2018, de <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/05/pescadoras-do-es-sobre-rompimento-da-barragem-somos-atingidas-de-novo-a-cada-mare/>
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares : a colonização da terra e da moradia na era das finanças*.
- Roque, T. (2002). Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê? *Lugar Comum*, n. 17, 23–32. Recuperado de <http://www.cfch.ufrj.br/lugarcomumEQUIPEEDITORIAL>
- Saavedra, L., & Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.htm>
- Saffioti, H. (1987). *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (Heleieth I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sales, A., Queiroz, L., Golçalves, C. A., Filgueiras, S., Campos, W., & Helena, L. (2017). Dias de Festa, Vidas de Fé. Recuperado 3 de janeiro de 2019, de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_e19\\_issuu\\_](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_e19_issuu_)
- Santos, L. C. dos, Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A., & Mayorga, C. (2016). Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589–603. Recuperado de [https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309347788019\\_5](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309347788019_5)
- Santos, K., Souza, J., Alves, P., Delella, A., Oliveira, L., Scher, T., ... Paranhos, C. (2017). Seguindo em Frente. Recuperado 27 de dezembro

- de 2018, de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_-\\_ed.20](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20)
- Santos, L. C., & Mayorga, C. (2017). Entre as fronteiras do morar e o Direito de Decidir: Uma Etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte. *Revista de Direito da Cidade*, 9(1), 233–275. <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.26790>
- Santos, M. (1991). *Metamorfoses dos Espaço Habitado* (2º ed). São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2005). O retorno do Território. In *Territorio y movimientos sociales*. Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>
- Santos, B. V. (2018). *Ativismo Juvenil e Políticas Públicas: O caso do Centro de Referência da Juventude de BH/MG*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- Sawaia, B. (2001). *As artimanhas da exclusão : análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes.
- Sawaia, B. (2011). Da consciência à potência de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana. *ABRAPSO*, 35–53. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000228&pid=S0102-7182201400060000200034&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000228&pid=S0102-7182201400060000200034&lng=pt)
- Sawaia, B., Albuquerque, R., & Busarello, F. R. (2018). *Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo: Alexia Cultural.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364–372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>
- Sawaia, B. B. (2014). Transformação Social : Um Objeto Pertinente À Psicologia Social ? *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 4–17.
- Scott, J. (1994). A mulher trabalhadora. In G. Fraisse & M. Perrot (Orgs.), *A história das mulheres no Ocidente: o século XIX*. (p. 443–475). São



- Paulo: Ebradil.
- Scott, J. C. (2000). *Los dominados y el arte de la resistencia*. Mexico: Ediciones Era.
- Scott, P. (2002). Duplamente atingidas: violência, mulheres e políticas do estado numa grande barragem no nordeste. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 23(1). Recuperado de <http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/250>
- Seguy, F. (2014). *A catástrofe de janeiro de 2010, a Internacional Comunitária; e a recolonização do Haiti*. UNICAMP. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281247>
- Senado Federal. (2011). *Código de Mineração e legislação Correlata*. Brasília. Recuperado de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496300/000961769.pdf?sequence=1>
- Senra, R. (2015). Manifestantes jogam lama no Congresso e são presos por “crime ambiental”. Recuperado 5 de janeiro de 2019, de [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151125\\_manifestacao\\_samarco\\_crimeambiental\\_rs](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151125_manifestacao_samarco_crimeambiental_rs)
- Siena, M., & Valencio, N. (2009). Gênero e Desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In J. C. Valencio, N.; Siena, M.; Marchezini, V.; Gonçalves (Org.), *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. (p. 58–66). São Carlos: RiMa. Recuperado de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000257&pid=S1414-753X201400040000900039&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000257&pid=S1414-753X201400040000900039&lng=pt)
- Silva, E. C. S. da, & Bomfim, Z. Á. C. (2013). Os caminhos da psicologia comunitária na América Latina. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 251–253. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100027>
- Silva, M. M., Lima, K., Maia, A. C., Nolasco, G., & Filgueiras, S. (2016). Eu a Samarco e o fim da alegria. Recuperado 7 de janeiro de 2019, de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed3\\_junho\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu)

- Silva, S., & Bonifácio, M. (2017). Uma cidade adoecendo com a lama. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed14\\_maio\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed14_maio_issuu)
- Social, M. do T. e P. (2016). *Relatório de Análise de Acidente*. Recuperado de [http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/relatorios/2016/SAMARCOMINERACAOR ELATORIOROMPIMENTOBARRAGEM20160502\\_09\\_05\\_2016.pdf](http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/relatorios/2016/SAMARCOMINERACAOR ELATORIOROMPIMENTOBARRAGEM20160502_09_05_2016.pdf)
- Sodré, N. W. (1961). *A Ideologia do Colonialismo*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura.
- Sodré, N. W. (1963). *Formação Histórica do Brasil*. Brasiliense.
- Sontag, S. (2003). *Diante da dor dos outros*. Companhia das Letras.
- Sorj, B. (2014). Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 6(1), 123–128. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/09.pdf>
- Souza, C. V., & Botelho, T. R. (2001). Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Estudos Feministas*, 2. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8633.pdf>
- Souza, L. de M. e. (2004). *Desclassificados do ouro : a pobreza mineira no século XVIII*. Graal.
- Stern, A. L. S. (2008). *Resistir é obedecer? Resistência e obediência política na filosofia de Baruch Spinoza*. PUC, Rio de Janeiro. Recuperado de [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12934/12934\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12934/12934_1.PDF)
- TAC-GOV. (2018). Termo de Ajustamento de Conduta. Recuperado 8 de janeiro de 2019, de [http://wikiriodoce.org/images/3/33/TAC\\_Governanca.pdf](http://wikiriodoce.org/images/3/33/TAC_Governanca.pdf)
- Tajra, A. (2019). Durante recesso, juiz atende Samarco e prejudica pescadores do Rio Doce. Recuperado 22 de janeiro de 2019, de [https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/01/10/em-meio-ao-recesso-juiz-atende-samarco-e-prejudica-pescadores-do-rio-doce.htm?fbclid=IwAR1R6YXm1DKjaEO\\_pJBaZTnuKe471sLvdLOS766a aEhG8fUCu240dvFIdmk](https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/01/10/em-meio-ao-recesso-juiz-atende-samarco-e-prejudica-pescadores-do-rio-doce.htm?fbclid=IwAR1R6YXm1DKjaEO_pJBaZTnuKe471sLvdLOS766a aEhG8fUCu240dvFIdmk)

- TAP. (2017a). *Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar*. Recuperado de <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/aditivoTAP.pdf>
- TAP. (2017b). *Termo de Ajustamento Preliminar*. Recuperado de <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco>
- TCU. (2014). *Modelo do TCU para avaliação da governança em políticas públicas*. Brasília.
- Teixeira, R. A. (2006). Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 36(3), 539–591. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612006000300005>
- TTAC. (2016). Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Recuperado 8 de janeiro de 2019, de <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>
- Ulloa, A. (2016). Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. *Nómadas*, (45), 123–139. Recuperado de [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-75502016000200009&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-75502016000200009&script=sci_abstract&tlng=es)
- Vale, J. H. (2016). Famílias de Bento Rodrigues vão poder visitar e fazer festa em comunidade atingida por tragédia - Gerais. Recuperado 3 de janeiro de 2019, de [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/08/09/interna\\_gerais,792455/familias-de-bento-rodrigues-vao-poder-visitar-e-fazer-festa-em-comunid.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/08/09/interna_gerais,792455/familias-de-bento-rodrigues-vao-poder-visitar-e-fazer-festa-em-comunid.shtml)
- Valencio, N. (2012). *Para Além do Dia do Desastre*. São Paulo: Appris.
- Valencio, N. F. L. da S., & Valencio, N. F. L. da S. (2014). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9), 3631–3644. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>
- Valor. (2017). Samarco usa acordo com União para tentar absolvição | Valor Econômico. Recuperado 8 de janeiro de 2019, de <https://www.valor.com.br/empresas/5164578/samarco-usa-acordo-com-uniao-para-tentar-absolvicao>

- Viana, M., & Campos, L. (2016). Marcas invisíveis. Recuperado 27 de dezembro de 2018, de <https://social.shorthand.com/JornalLampiao/uCoHUocegT/marcas-invisiveis>
- Villela, S. (2017). Tragédia de Mariana: moradores sofrem com depressão e outros problemas de saúde | Agência Brasil. Recuperado 20 de dezembro de 2018, de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/tragedia-de-mariana-moradores-sofrem-com-depressao-e-outros-problemas-de-saude>
- Wanderley, L. J., Mansur, M. S., & Pinto, R. G. (2016). Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/ Vale/BHP em Mariana (MG). In C. Losekann & B. Milanez (Orgs.), *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição* (1º ed). Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. Recuperado de <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>
- Weil, S. (1940). La Ilíada o el poema de la fuerza. Recuperado 8 de janeiro de 2019, de <https://www.culturamas.es/blog/2016/07/18/simone-weil-la-iliada-o-el-poema-de-la-fuerza/>
- Weil, S. (1996). *Echar raíces*. Trotta.
- World Bank. (2017). *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Recuperado de <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>
- World Group. (2011). *Alternative Dispute Resolution Guidelines*. Washington D.C. Recuperado de [www.copyright.com](http://www.copyright.com).
- Xavier, J. B., & Vieira, L. P. de O. (2016). O trabalho e seus sentidos: a destruição da humana que trabalha. In B. Milanez & C. Losekann (Orgs.), *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição* (1º ed). Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.

Recuperado de <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Milanez-2016-Desastre-no-Vale-do-Rio-Doce-Web.pdf>

Zhour, A., Valencio, N., Oliveira, R., Zucarelli, M., Laschefski, K., & Santos, A. F. (2016). O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, 68(3), 36–40. <https://doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>

## APÊNDICE 1) Resistências contra Samarco/Vale e BHP Billiton

<b>RESISTÊNCIAS CONTRA A SAMARCO/VALE BHP BILLITON</b>			
<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>
10/10/15	Colatina (ES)	Protesto em Colatina (ES) exige medidas para o acesso à água depois de tragédia da Samarco - Movimentos populares, sindicais e moradores de Colatina (ES) fizeram um protesto na manhã desta quinta-feira (10). Os manifestantes denunciam que o Rio Doce, que abastece a cidade, está poluído pela lama das barragens da Samarco que estourou em Minas Gerais há um mês e que a prefeitura continua a entregar nas casas essa água contaminada.	<a href="https://www.brasildefato.com.br/node/33692/">https://www.brasildefato.com.br/node/33692/</a>
10/11/15	Belo Horizonte (MG)	Belo Horizonte- MG, Brasil- Integrantes da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL-MG) fizeram um ato no escritório da Samarco na Savassi, na Região Centro-Sul de BH. Estudantes da UFMG e UFOP e ativistas da ANEL/MG ocuparam a sede administrativa da Samarco em Belo Horizonte.	<a href="http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/manifestantes-fazem-protesto-no-escritorio-da-samarco-em-bh.html">http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/manifestantes-fazem-protesto-no-escritorio-da-samarco-em-bh.html</a>
12/11/15	Mariana (MG)	Samarco, Vale e BHP Billiton: Mariana-MG - Tem muito mais sujeira debaixo do lamaçal de crimes - Na passeata contra o crime deliberado da Samarco/Vale/BHP Billiton, que tomou as ruas de Mariana, Minas Gerais, no último dia 12 de novembro, um cartaz de um jovem manifestante sobressaía: “Até quando seremos uma colônia?”. Nesse protesto, o Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale também denunciava: “Vale e BHP matam, roubam e destroem a soberania do Brasil!”, “Por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios” e “O minério é nosso! Chega de matar o povo brasileiro!”.	<a href="http://anovademocracia.com.br/novo-162/6219-samarco-vale-e-bhp-billiton-mariana-mg-tem-muito-mais-sujeira-debaixo-do-lamacal-de-crimes">http://anovademocracia.com.br/novo-162/6219-samarco-vale-e-bhp-billiton-mariana-mg-tem-muito-mais-sujeira-debaixo-do-lamacal-de-crimes</a>

13/11/15	Baixo Guandu (ES)	Prefeito bloqueia ferrovia com tratores em Baixo Guandu – Usando uma estratégia inusitada para protestar e cobrar providências da Samarco e da Vale, que detém 50% da empresa, o prefeito de Baixo Guandu, Neto Barros, usou cinco tratores e um caminhão basculante da prefeitura para bloquear a Estrada de Ferro Vitória a Minas no início da noite de ontem. O protesto, segundo ele, é contra a falta de respostas das mineradoras para a tragédia da onda de lama.	<a href="http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170220_aj19211_riodoce_desastre.pdf">http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170220_aj19211_riodoce_desastre.pdf</a>
15/11/15	Periquito (MG)	Moradores de povoado no Vale do Rio Doce fecham BR-381 para exigir água potável. Protesto surtiu efeito e serão enviados a Periquito seis caminhões-pipas para abastecer os cerca de 3 mil habitantes.	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/15/interna_gerais,708137/moradores-de-povoado-no-vale-do-rio-doce-fecham-br-381-para-exigir-agu.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/15/interna_gerais,708137/moradores-de-povoado-no-vale-do-rio-doce-fecham-br-381-para-exigir-agu.shtml</a>
15/11/15	Conselheiro Pena (MG)	Índios fecham ferrovia da Vale em MG em protesto contra 'morte de rio sagrado' - Tida como sagrada há gerações, toda a água utilizada por 350 índios para consumo, banho e limpeza vinha dali. Não mais. Sem água há mais de uma semana, sujos e com sede, eles decidiram interromper em protesto a Estrada de Ferro Vitória-Minas, por onde a Vale, controladora da Samarco e da ferrovia, transporta seus minérios para exportação.	<a href="https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151114_mg_protesto_indios_rs_1w_rb">https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151114_mg_protesto_indios_rs_1w_rb</a>

17/11/15	Vitória (ES)	Aos gritos de ‘Vale, assassina’, protesto reúne cerca de 500 pessoas em Vitória - Aos gritos de “Vale, assassina”, cerca de 500 pessoas marcharam na noite dessa segunda-feira (16) entre a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e a portaria da mineradora Vale, no final da Praia de Camburi, em Vitória. O protesto durou mais de duas horas e contou com a participação de estudantes, professores, crianças, famílias, artistas, cicloativistas e militantes de movimentos sociais.	<a href="http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/aos-gritos-de-%E2%80%98vale-assassina%E2%80%99-protesto-reune-cerca-de-500-pessoas-em-vitoria/">http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/aos-gritos-de-%E2%80%98vale-assassina%E2%80%99-protesto-reune-cerca-de-500-pessoas-em-vitoria/</a>
18/11/15	Regência (ES)	Lama: moradores de Regência fazem protesto e realizam abraço simbólico na Foz do Rio Doce - A comunidade lembrou a importância do rio para as 300 famílias locais que dependem da pesca para sobreviver e fizeram um apelo às mineradoras Samarco e Vale e ao poder público para que olhem para Regência e tentem minimizar os impactos da chegada da onda de lama à foz do manancial. Os moradores defendem que seja feito todo esforço possível para conter os rejeitos na Usina de Mascarenhas, em Aimorés (MG), por onde já passou a primeira enxurrada de rejeitos.	<a href="http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/lama-moradores-de-regencia-fazem-protesto-e-realizam-abraco-simbolico-na-foz-do-rio-doce">http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/lama-moradores-de-regencia-fazem-protesto-e-realizam-abraco-simbolico-na-foz-do-rio-doce</a>
18/11/15	Austrália	Greenpeace protesta diante da BHP Billiton na Austrália e pede justiça às vítimas do desastre em Mariana - A voz das vítimas do desastre da barragem da Samarco, mineradora controlada pela brasileira Vale e pela anglo-australiana BHP Billiton, ecoou longe nesta quinta-feira, 19 de novembro. Mais exatamente em Perth, no oeste da Austrália. Ali, manifestantes realizaram um protesto no Encontro Anual dos Acionistas da BHP, surpreendendo os participantes. A mensagem “BHP: lucro e lama #justicaparamariana” foi exposta por cerca de 20 ativistas do Greenpeace e da ONG australiana GetUp.	<a href="http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Greenpeace-protesta-diante-da-BHP-Billiton-na-Australia-e-pede-justica-as-vitimas-do-desastre-em-Mariana/">http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Greenpeace-protesta-diante-da-BHP-Billiton-na-Australia-e-pede-justica-as-vitimas-do-desastre-em-Mariana/</a>



20/11/15	Mariana (MG)	<p>Parentes e amigos das pessoas desaparecidas no rompimento da Barragem Fundão da mineradora Samarco, cujos donos são a Vale e a anglo-australiana BHP, fizeram um protesto em Mariana, na Região Central de Minas Gerais. O grupo carregava cartazes com fotos das vítimas e faixas e caminhavam do Centro Vocacional Técnico (CVT) até o escritório da Samarco. Eles pediam mais agilidade nos trabalhos de buscas pelos desaparecidos e pediam que o Corpo de Bombeiros não se desmobilizasse.</p>	<p><a href="http://www.osul.com.br/parentes-fazem-protesto-em-mariana-para-que-buscas-continuem/">http://www.osul.com.br/parentes-fazem-protesto-em-mariana-para-que-buscas-continuem/</a></p>
21/11/15	Regência (ES)	<p>Lama chega ao litoral do ES e moradores de Regência fazem "velório" em protesto contra Samarco - Pelo menos 100 pessoas se debruçaram sobre a proteção de madeira. Em silêncio, velavam a água do rio, que ainda parecia limpa. Alguns chegaram a tomar aquele que seria o último banho. À tarde, o semblante começou a mudar. A polícia chegou. E os protestos começaram. Revoltados, muitos moradores incriminaram a mineradora Samarco pela morte do Rio Doce.</p>	<p><a href="https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/lama-chega-ao-litoral-do-es-e-moradores-de-regencia-fazem-velorio-em-protesto-contrasamarco-4912354.html">https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/lama-chega-ao-litoral-do-es-e-moradores-de-regencia-fazem-velorio-em-protesto-contrasamarco-4912354.html</a></p>
24/11/15	Colatina (ES)	<p>Moradores de Colatina protestam alegando má distribuição de água - Água tratada e mineral faltam para a população. Houve protesto em dois bairros no município. Pedacos de madeira, pneus, e fogo foram utilizados para fechar ruas.</p>	<p><a href="http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/moradores-de-colatina-protestam-alegando-ma-distribuicao-de-agua.html">http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/moradores-de-colatina-protestam-alegando-ma-distribuicao-de-agua.html</a></p>

25/11/15	Brasília (DF)	<p>Protesto contra Samarco termina em pancadaria na Câmara - Um grupo de cerca de 15 pessoas que representa as vítimas da tragédia ambiental de Mariana (MG) fazia um ato na Câmara, em protesto contra a mineradora. Eles picharam com lama, em uma parede da Casa, a palavra "morte". Quando a polícia interveio, começou a confusão. Policiais legislativos imobilizaram pelo pescoço manifestantes, que acabaram detidos. Um deputado ainda não identificado tentou impedir a detenção, sem sucesso. Os manifestantes foram levados para o Departamento de Polícia Legislativa da Câmara</p>	<p><a href="https://noticias.r7.com/brasil/protesto-contra-samarco-termina-em-pancadaria-na-camara-dos-deputados-25112015">https://noticias.r7.com/brasil/protesto-contra-samarco-termina-em-pancadaria-na-camara-dos-deputados-25112015</a></p>
27/11/15	Linhares (ES) Colatina (ES)	<p>Polícia responde com bala de borracha a protesto contra contaminação de lagoas por lama da Samarco/Vale - Mais de dez pessoas ficaram feridas por balas de borracha em um protesto realizado na manhã desta sexta-feira (27), na altura do quilômetro 35 da rodovia ES 248, que liga o município de Linhares a Colatina. Sem terras fecharam a rodovia para chamar atenção do poder público contra a contaminação de duas lagoas pela lama da Samarco/Vale.</p>	<p><a href="http://seculodiario.com.br/26095/10/policia-responde-com-bala-de-borracha-a-protesto-contra-contaminacao-de-lagoas-por-lama-da-samarcovale">http://seculodiario.com.br/26095/10/policia-responde-com-bala-de-borracha-a-protesto-contra-contaminacao-de-lagoas-por-lama-da-samarcovale</a></p>
03/12/15	Mariana (MG)	<p>Um minuto de sirene vai marcar ato contra o rompimento de barragem em Mariana - O protesto é para marcar luto aos mortos e aos desaparecidos da tragédia na Região Central de Minas Gerais. O protesto é uma crítica à empresa, que não instalou sirenes para avisar os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, os dois distritos mais atingidos pela lama de rejeitos de minério. A estratégia da mobilização pede que as pessoas acionem uma sirene por um minuto, às 16h e sugere que o movimento seja levado para outras cidades.</p>	<p><a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/03/interna_gerais,713987/um-minuto-de-sirene-vai-marcara-ato-contra-o-rompimento-de-barragem-em.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/03/interna_gerais,713987/um-minuto-de-sirene-vai-marcara-ato-contra-o-rompimento-de-barragem-em.shtml</a></p>

30/01/16	Aracruz (ES)	Sem acordo, índios voltam a ocupar trilhos da ferrovia da Vale em Aracruz - Os índios Tupinikim e Guarani voltaram a ocupar os trilhos da ferrovia da Vale em Aracruz, norte do Estado. A nova mobilização ocorre em protesto à negativa da empresa – dona da Samarco Mineração - de compensar as aldeias pelos impactos da lama do rompimento da barragem em Mariana (MG). Desde que os rejeitos atingiram o município, há mais de um mês, os índios estão impedidos de exercer a pesca tradicional, sua principal atividade de subsistência.	<a href="http://seculodiario.com.br/27085/10/sem-acordo-indios-voltam-a-ocupar-trilhos-da-ferrovia-da-vale-em-aracruz">http://seculodiario.com.br/27085/10/sem-acordo-indios-voltam-a-ocupar-trilhos-da-ferrovia-da-vale-em-aracruz</a>
04/02/16	Aracruz (ES)	Índios de Aracruz fecham rodovias em protesto contra a Samarco - Índios das etnias Tupiniquim e Guarani impedem, desde a manhã desta quinta feira, a passagem de caminhões pelas Rodovias ES 247 e ES 010 em Aracruz, nas proximidades da Vila do Riacho. Eles usam tratores para interditar as vias. No início do protesto, que começou por volta das 7h30, só eram impedidos de passar carretas usadas no transporte de madeira e celulose . O protesto é contra os danos ambientais causados pela lama de rejeitos da Samarco, que desceram pelo Rio Doce, após o rompimento da barragem em Mariana-MG.	<a href="http://www.sitearacruz.com.br/noticia/519/cat/13/indios_de_aracruz_fecham_rodovias_em_protesto_contra_a_samarco">http://www.sitearacruz.com.br/noticia/519/cat/13/indios_de_aracruz_fecham_rodovias_em_protesto_contra_a_samarco</a>
08/03/16	Catas Altas (MG)	Mulheres fazem manifestação contra Vale e Samarco em Minas Gerais – Segundo MST, 1,5 mil participaram do protesto na MG-129, em Catas Altas. Ato repudia modelo de mineração e denuncia violência contra mulheres.	<a href="http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/03/mulheres-fazem-manifestacao-contra-vale-e-samarco-em-minas-gerais.html">http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/03/mulheres-fazem-manifestacao-contra-vale-e-samarco-em-minas-gerais.html</a>

14/03/16	Baixo Guandu (ES)	Moradores do distrito de Mascarenhas, em Baixo Guandu, região Noroeste do Estado, bloquearam a Estrada de Ferro Vitória a Minas, da Vale. Este é o quarto protesto no local e durou cerca de 12 horas. A via foi liberada às 8 horas da manhã, deste sábado. Os manifestantes afirmaram que cerca de 120 moradores da comunidade de Mascarenhas, em Baixo Guandu, não receberam o auxílio da Samarco.	<a href="https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/05/moradores-bloqueiam-ferrovia-da-vale-em-baixo-guandu-1013943249.htm">https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2016/05/moradores-bloqueiam-ferrovia-da-vale-em-baixo-guandu-1013943249.htm</a> 1
16/03/16	Barra do Riacho (ES) Aracruz (ES)	Pescadores protestam contra decisão judicial que proíbe atividade no norte do Estado - Pescadores de todo o Estado realizam protesto na manhã desta quinta-feira (17), em Barra do Riacho, Aracruz (norte do Estado), contra a decisão da Justiça Federal que proibiu, por tempo indeterminado, a pesca de qualquer natureza na região da foz do rio Doce, em decorrência do crime da Samarco/Vale-BHP. Eles questionam a abrangência da área interditada, a mesma de ocorrência do camarão sete barbas, cuja pesca foi prejudicada em 90%. Impossibilitados de trabalhar, os pescadores passam por dificuldades financeiras.	<a href="http://seculodiario.com.br/27749/10/pescadores-protestam-contra-decisao-judicial-que-proibe-atividade-no-norte-do-estado">http://seculodiario.com.br/27749/10/pescadores-protestam-contra-decisao-judicial-que-proibe-atividade-no-norte-do-estado</a>

30/03/16	Vitória (ES)	Sociedade civil protesta contra mentiras da Samarco/Vale-BHP - As mentiras da Samarco/Vale-BHP no crime do rompimento da barragem em Mariana (MG), com graves consequências sociais e ambientais para o Espírito Santo e Minas Gerais, serão denunciadas em protesto no Palácio Anchieta, na Capital, às 9 horas desta sexta-feira (1º), Dia da Mentira. No mesmo horário, em Washington (EUA), o Fórum Capixaba de Entidades em Defesa da Bacia do Rio Doce acionará a Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o caso. Quase cinco meses depois, a maior tragédia socioambiental do País permanece impune.	<a href="http://seculodiario.com.br/27978/10/sociedade-civil-protesta-contra-mentiras-da-samarcovale-bhp">http://seculodiario.com.br/27978/10/sociedade-civil-protesta-contra-mentiras-da-samarcovale-bhp</a>
23/04/16	Mariana (MG)	Protesto contra a Samarco em Mariana tem registro de confusão entre PM e manifestantes. Integrantes do MST denunciam ação violenta da Polícia Militar durante o protesto. Objetivo do grupo foi lembrar "impunidade e desrespeito aos atingidos pelo crime cometido pela empresa".	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/04/23/interna_gerais,755891/protesto-contra-a-samarco-em-mariana-tem-registro-confusao-entre-pm-e.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/04/23/interna_gerais,755891/protesto-contra-a-samarco-em-mariana-tem-registro-confusao-entre-pm-e.shtml</a>
18/04/16	Governador Valadares (MG)	Ato em Governador Valadares (MG) denuncia descaso da Samarco com atingidos Encontro da Caravana Territorial do Rio Doce reuniu aproximadamente 150 pessoas. Com cartazes, cantigas, performances e palavras de ordem, cerca de 150 pessoas participaram de um ato que denunciou o descaso com as comunidades impactadas pelo crime cometido pela Samarco em novembro de 2015, no município de Mariana. A caminhada fez parte da programação da Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce.	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2016/04/18/ato-em-governador-valadares-mg-denuncia-descaso-da-samarco-com-atingidos/">https://www.brasildefato.com.br/2016/04/18/ato-em-governador-valadares-mg-denuncia-descaso-da-samarco-com-atingidos/</a>

07/06/16	Vitória (ES)	<p>Protesto no ES lembra rompimento de barragem em Mariana - Um tecido marrom de 500 metros e vários peixes feitos de papel foram usados para representar o Rio Doce - s capixabas foram às ruas de Vitória, na manhã desta quarta-feira, 7, para exigir Justiça no caso do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, que aconteceu no dia 5 de novembro de 2015. A manifestação faz parte do movimento 22º Grito dos Excluídos. Um tecido marrom de 500 metros e vários peixes feitos de papel foram usados para representar o Rio Doce e lembrar a tragédia ambiental provocada pela mineradora Samarco.</p>	<p><a href="https://exame.abril.com.br/brasil/grito-dos-excluidos-em-vitoria-es-relembra-rompimento-de-barragem-em-mariana/">https://exame.abril.com.br/brasil/grito-dos-excluidos-em-vitoria-es-relembra-rompimento-de-barragem-em-mariana/</a></p>
----------	--------------	--	--

12/06/16	Marabá (PA)	<p>Docente de universidade do Pará pode ser preso após ato em solidariedade às vítimas de Mariana. Em 20 de novembro, 15 dias depois do rompimento de uma barragem de mineração em Minas Gerais causar o maior desastre ambiental do país, um grupo de cerca de 30 pessoas realizou um protesto em Marabá, município do Pará onde moradores costumam se mobilizar contra ações de mineração executadas na região. Levaram para o trilho da Estrada de Ferro Carajás cartazes pintados à mão em solidariedade às vítimas do desastre e, segundo os organizadores, depois de cerca de 30 minutos foram embora. Por conta deste ato, Evandro Medeiros, professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, poderá ser preso por até cinco anos. Medeiros, professor da Faculdade de Educação do Campo, foi acusado de incitar o protesto e a ocupação dos trilhos pela Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, alvo da manifestação, que além de ser controladora da Samarco -empresa que geria a barragem que rompeu em Minas Gerais- opera a Estrada de Ferro Carajás, por onde escoava sua produção da região. A empresa apresentou uma queixa crime na delegacia contra ele e, na semana passada, o professor foi indiciado sob suspeita dos crimes de "incitar, publicamente, a prática de crime", com pena prevista de até seis meses, e de "impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro", com pena de até cinco anos.</p>	<p><a href="https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/08/politica/1468007821_923226.html">https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/08/politica/1468007821_923226.html</a></p>
----------	-------------	--	--

20/06/16	Londres	Protestos em Londres na Assembleia geral da BHP (Samarco). Além de Mariana foram denunciadas também os impactos da BHP, ligados à mineração de carvão, na Colômbia e Indonésia. Na Colômbia na região de La Guajira, 15 comunidades foram forçadamente removidas, continua agravar os problemas de saúde das pessoas e a contaminação de água. Na Indonésia no projeto IndoMet, as comunidades estão exigindo que a empresa não lave suas mãos, em relação aos impactos ambientais, provocados por vazamento de barragens, que estão afetando o rio Barito.	<a href="http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/protestos-em-londres-na-assembly-geral-da-bhp-samarco-o-cinismo-corporativo/">http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/protestos-em-londres-na-assembly-geral-da-bhp-samarco-o-cinismo-corporativo/</a>
30/06/16	Mariana (MG)	A penúltima reza em Bento Rodrigues: moradores não vão desistir das memórias Após governo autorizar construção de dique, cerimônia religiosa celebra o dia de Nossa Senhora das Mercês	<a href="https://www.revistaforum.com.br/a-penultima-reza-em-bento-rodrigues-moradores-nao-vao-desistir-das-memorias/">https://www.revistaforum.com.br/a-penultima-reza-em-bento-rodrigues-moradores-nao-vao-desistir-das-memorias/</a>
10/07/16	Mariana (MG)	Povoado festeja 1º dia do padroeiro após destruição de Bento Rodrigues - Distrito de Mariana foi devastado no rompimento da barragem da Samarco. A celebração foi transferida para capela Santa Cruz.	<a href="http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/07/povoado-festeja-1-dia-do-padroeiro-apos-destruicao-de-bento-rodrigues.html">http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/07/povoado-festeja-1-dia-do-padroeiro-apos-destruicao-de-bento-rodrigues.html</a>
29/07/16	Vitória (ES)	Time capixaba lança camisa 'cor de lama' em protesto a desastre Ambiental - O Rio Branco, do Espírito Santos, abdicou dos tradicionais preto e branco em sua camisa para lançar uniformes nas cores marrom e verde. A nova coleção é um protesto do clube pelo desastre ambiental provocado pela chegada de rejeitos.	<a href="https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2016/07/29/time-capixaba-lanca-camisa-cor-de-lama-em-protesto-a-desastre-ambiental.htm">https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2016/07/29/time-capixaba-lanca-camisa-cor-de-lama-em-protesto-a-desastre-ambiental.htm</a>



13/08/16	Acaiaca (MG)	Manifestantes fazem ato em Minas e cobram moradias da Samarco. Protesto bloqueou parcialmente a MG-262, na altura de Acaiaca. integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fizeram um protesto na manhã deste sábado (13) na MG-262, na altura de Acaiaca, na Zona da Mata mineira. O ato cobrava moradias para os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco – cujas donas são a Vale e a BHP.	<a href="http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-ariana/noticia/2016/08/manifetantes-fazem-ato-em-minas-e-cobram-moradias-da-samarco.html">http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-ariana/noticia/2016/08/manifetantes-fazem-ato-em-minas-e-cobram-moradias-da-samarco.html</a>
01/10/16	Belo Oriente (MG), Aimorés (MG) e Mascarenhas (ES)	Vale Processa Atingidos pela barragem de Fundão por protestarem contra a Samarco: A mineradora Vale S.A. deu entrada a processos contra 13 pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Os processados são acusados de organizar manifestações contra a Samarco. Os protestos aconteceram em março e abril deste ano, quando famílias das cidades de Belo Oriente (MG), Aimorés (MG) e Mascarenhas (ES) trancaram a ferrovia de minério da empresa Vale S.A.	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2016/10/21/vale-processa-atingidos/">https://www.brasildefato.com.br/2016/10/21/vale-processa-atingidos/</a>
31/10/16	Regência (ES)	Um ano: atingidos iniciam marcha denunciando impunidade no caso Samarco - Mobilização lembra tragédia ocasionada pela ruptura de barragem em Mariana visitando comunidades ao longo do Rio Doce	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2016/10/31/um-ano-atingidos-iniciam-marcha-denunciando-impunidade-no-caso-samarco/">https://www.brasildefato.com.br/2016/10/31/um-ano-atingidos-iniciam-marcha-denunciando-impunidade-no-caso-samarco/</a>

05/11/16	Mariana (MG)	<p>O povoado destruído de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), recebeu o dobro de pessoas que viviam no local neste sábado, (5), um ano após o rompimento da barragem de Fundão. Cerca de 1.000 pessoas, segundo a Defesa Civil do município, prestaram homenagens às vítimas da lama de rejeitos da Samarco e fizeram protestos contra a mineradora, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton. Ex-moradores ergueram cruzes que representavam os mortos na tragédia e gritaram palavras de ordem contra um dique que é construído no povoado desde setembro e alagará parte da área -a Samarco justifica que esse é um meio de evitar que a lama escorra até o rio Doce.</p>	
29/12/16	Linhares (ES)	<p>Comunidades de Povoação e Pontal do Ipiranga fecham estrada em protesto contra a Samarco. O objetivo foi chamar atenção da Samarco-Vale/BHP e das autoridades e deixar um recado: se até dia 20 as comunidades não forem atendidas, irão aumentar os protestos e até acampar na estrada. Após grande tumulto, o trânsito foi totalmente liberado.</p>	<p><a href="http://seculodiario.com.br/32127/10/povoacao-e-pontal-do-ipuranga-fecham-estrada-em-protesto-contra-a-samarcovalebhp">http://seculodiario.com.br/32127/10/povoacao-e-pontal-do-ipuranga-fecham-estrada-em-protesto-contra-a-samarcovalebhp</a></p>

14/01/17	Aracruz (ES)	<p>Norte da Foz e Orla de Aracruz se unem na luta por direitos como atingidos pela Samarco/Vale/BHP - Chamada de uma espécie de “miniaudiência” pelos participantes, a reunião dos atingidos pelo crime da Samarco-Vale-BHP no Norte da Foz do Rio Doce e Orla de Aracruz lotaram a Associação Comunitária de Barra do Riacho na tarde da última quinta-feira (12). Chamada de uma espécie de “miniaudiência” pelos participantes, a reunião dos atingidos pelo crime da Samarco-Vale-BHP no Norte da Foz do Rio Doce e Orla de Aracruz lotaram a Associação Comunitária de Barra do Riacho na tarde da última quinta-feira (12). Chamada de uma espécie de “miniaudiência” pelos participantes, a reunião dos atingidos pelo crime da Samarco-Vale-BHP no Norte da Foz do Rio Doce e Orla de Aracruz lotaram a Associação Comunitária de Barra do Riacho na tarde da última quinta-feira (12).O objetivo, foi consolidar o sentimento de união entre os atingidos não reconhecidos e traçar estratégias de mobilização e reivindicações junto às empresas, ao governo, à Justiça e ao Ministérios Públicos.</p>	<a href="http://seculodiario.com.br/32359/10/norte-da-foz-e-orla-de-aracruz-se-unem-na-luta-por-direitos-como-atingidos-pela-samarcovalebhp">http://seculodiario.com.br/32359/10/norte-da-foz-e-orla-de-aracruz-se-unem-na-luta-por-direitos-como-atingidos-pela-samarcovalebhp</a>
31/03/17	Belo Horizonte (MG)	<p>Atingidos pedem suspensão do acordo entre TJMG e Samarco - Desde as 13 horas desta sexta-feira (31), atingidos estão no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em Belo Horizonte (MG), para repudiar acordo entre o órgão e as mineradoras - BHP Billiton, Samarco e Vale – que estipula o valor de R\$ 1 mil de indenização por cada membro da família prejudicado pela interrupção do abastecimento da água em Governador Valadares (MG).</p>	<a href="http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pedem-suspensao-do-acordo-entre-tjmg-e-samarco">http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pedem-suspensao-do-acordo-entre-tjmg-e-samarco</a>

02/04/17	Belo Horizonte (MG)	Após protesto do MAB, Comitê Interfederativo reconhece atingidos na foz do Rio Doce - Após 15 meses de luta por direitos, os atingidos pela Samarco organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Espírito Santo conquistaram o reconhecimento de mais de dez comunidades da Foz do Rio Doce. No litoral do ES, os povoados, na maioria pesqueira, foram atingidos dias depois do rompimento da barragem de Fundão, que pertence a Samarco, Vale e BHP Billiton.	<a href="http://www.mabnacional.org.br/noticia/ap-s-protesto-do-mab-comit-interfederativo-reconhece-atingidos-na-foz-do-rio-doce">http://www.mabnacional.org.br/noticia/ap-s-protesto-do-mab-comit-interfederativo-reconhece-atingidos-na-foz-do-rio-doce</a>
22/04/17	Aimorés (MG)	Manifestantes interditam novamente linha férrea da VALE. Na última terça-feira, os pescadores e pedreiros já haviam interditado a linha e saíram com o agendamento de uma reunião para esta sexta-feira com representantes da SAMARCO, que não compareceram à reunião. E como haviam prometido, interditaram a linha novamente. Os manifestantes reivindicam o cartão benefício da empresa. Por meio de nota, a fundação renova informou que a partir do dia 15 os que já encontram-se cadastrados receberam uma ligação para informar sobre o cartão.	<a href="https://www.facebook.com/aimoresonlineoficial/videos/909074245900942/">https://www.facebook.com/aimoresonlineoficial/videos/909074245900942/</a>
01/05/17	Aimorés (MG)	Grupo faz protesto e bloqueia passagem de trem pela Estrada de Ferro Vitória a Minas - Manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens do Espírito Santo (MAB-ES) realizam um piquete na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) no distrito de Barra do Manhuaçu, em Aimorés (MG). A manifestação teve início na manhã desta segunda-feira (1º) e conta com cerca de 100 atingidos e atingidas, que bloquearam a passagem do trem de passageiros que seguia de Vitória em direção à Belo Horizonte. Os atingidos protestam que, desde o rompimento da Barragem de Fundão, os moradores do distrito não receberam auxílio financeiro por	<a href="http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2017/05/grupo-faz-protesto-e-bloqueia-passagem-de-trem-pela-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas.html">http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2017/05/grupo-faz-protesto-e-bloqueia-passagem-de-trem-pela-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas.html</a>

		parte das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton.	
01/05/17	Vitória (ES)	Protesto por benefícios da Samarco bloqueia Estrada de Ferro Vitória a Minas. Bloqueio acontece na altura de Aimorés, em Minas Gerais. Manifestantes reclamam do atendimento da Fundação Renova às vítimas do rompimento de barragem.	<a href="https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/protesto-por-beneficios-da-samarco-bloqueia-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas.ghtml">https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/protesto-por-beneficios-da-samarco-bloqueia-estrada-de-ferro-vitoria-a-minas.ghtml</a>
02/05/17	Candongá (MG)	EM MG, atingidos pela Samarco paralisam obras na barragem de Candonga - Atingidos pela Samarco, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), paralisam na manhã desta terça-feira (2) parte das obras de recuperação na Hidrelétrica Risoleta Neves. Os atingidos cobram reconhecimento dos garimpeiros artesanais, entrega do cartão subsistência, agilidade nas indenizações, a alternativas para geração de emprego e renda comprometida com o fim do turismo de pesca na região.	<a href="http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-mg-atingidos-pela-samarco-paralisam-obras-na-barragem-candongá-0">http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-mg-atingidos-pela-samarco-paralisam-obras-na-barragem-candongá-0</a>
05/06/17	Ipabinha (MG)	Moradores de Ipabinha interditam linha férrea em protesto contra a Samarco - A troca de choque da PM foi acionada para conter os ânimos mais exaltados de manifestantes e “negociar a liberação da via férrea” durante um protesto realizado na tarde dessa terça-feira (05/07) no distrito de Ipabinha, em Santana do Paraíso. Alguns moradores atearam fogo em galhos secos na linha férrea, para impedir a passagem do trem. Os moradores reclamam da falta de uma remuneração mensal combinada com a Samarco, após o desastre de Mariana em 2015.	<a href="https://www.jornaldosvales.com.br/ler_noticia.php?id=587&amp;t=moradores-de-ipabinha-interditam-linha-ferrea-em-protesto-contra-a-samarco">https://www.jornaldosvales.com.br/ler_noticia.php?id=587&amp;t=moradores-de-ipabinha-interditam-linha-ferrea-em-protesto-contra-a-samarco</a>

26/06/17	Linhares (ES)	<p>Protesto de prejudicados por lama da Samarco marca segunda-feira em Linhares - Às 6h50 dois ônibus estavam preparados para saírem lotados de Povoação. Já a estrada, no trevo para Povoação, estava bloqueada e permaneceu por alguns minutos, mas foi liberada ainda no início da manhã. Em Regência a movimentação também começou bem cedo, na verdade com o dia ainda escuro, para no máximo as 7h30 os carros e ônibus saírem rumo à área frontal do escritório da Renova, onde o protesto havia sido agendado para as 9 horas. O grupo de manifestantes é composto por pescadores da bacia do Rio Doce, comerciantes, ribeirinhos e produtores rurais.</p>	<p><a href="https://www.euviemlinhares.net/noticia/9320/cat/245/protesto-de-prejudicados-por-lama-da-samarco-marca-segunda-feira-em-linhares.html">https://www.euviemlinhares.net/noticia/9320/cat/245/protesto-de-prejudicados-por-lama-da-samarco-marca-segunda-feira-em-linhares.html</a></p>
14/07/17	Mariana (MG)	<p>Atingidos por rompimento de barragem da Samarco fecham rodovia em Mariana - Moradores atingidos pela Barragem de Fundão, na região do município de Mariana (MG), ocuparam a rodovia MG 129 na madrugada desta sexta-feira (14), e, por volta das 8h, se dirigiram até a porta da mineradora da Samarco. Eles protestam contra a mineradora Samarco (Vale e BHP), pois estão há um ano e oito meses sem projeto definitivo de reassentamento das casas devastadas pela lama gerada pelo rompimento da barragem na tragédia ocorrida em novembro de 2015.</p>	<p><a href="https://www.brasildefato.com.br/2017/07/14/atingidos-por-rompimento-de-barragem-da-samarco-fecham-rodovia-em-mariana/">https://www.brasildefato.com.br/2017/07/14/atingidos-por-rompimento-de-barragem-da-samarco-fecham-rodovia-em-mariana/</a></p>
25/07/17	João Neiva (ES)	<p>Pescadores interditam linha férrea no Norte do ES em protesto contra a Samarco – cerca de 200 pescadores interditaram a Ferrovia Piraqueçu, em João Neiva, no Norte do Espírito Santo, na manhã desta segunda-feira (25). O ato impediu a passagem de trens carregados com minério de ferro da empresa Vale, durante cerca de 10 horas.</p>	<p><a href="https://g1.globo.com/espírito-santo/noroeste-es/noticia/pescadores-interditam-linha-ferrea-no-norte-do-es-em-protesto-contra-a-samarco.ghtml">https://g1.globo.com/espírito-santo/noroeste-es/noticia/pescadores-interditam-linha-ferrea-no-norte-do-es-em-protesto-contra-a-samarco.ghtml</a></p>

14/08/17	Belo Horizonte (MG)	Atingidos por desastre em Mariana fazem ato em frente à Justiça Federal, em BH. Segundo movimento, protesto questiona atuação da Justiça; processo criminal em que Samarco é ré foi suspenso em julho. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fazem, nesta segunda-feira (14), uma manifestação em frente a um prédio da Justiça Federal, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Os manifestantes carregam cruces, que simbolizam os mortos no rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, em novembro de 2015.	<a href="https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/atingidos-por-desastre-em-mariana-fazem-ato-em-frente-a-justica-federal-em-bh.ghtml">https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/atingidos-por-desastre-em-mariana-fazem-ato-em-frente-a-justica-federal-em-bh.ghtml</a>
14/08/17	Belo Horizonte (MG)	Vítimas do rompimento de barragem em Mariana fazem protesto em BH - Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens fizeram um protesto no início da tarde desta segunda-feira (14), em frente ao prédio da Justiça Federal, no bairro Santo Agostinho, na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Além de faixas, eles carregaram também 19 cruces, que simbolizaram as 19 mortes em 2015, quando a barragem de Fundão da Mineradora Samarco se rompeu, matando pessoas e destruindo casas. Os manifestantes reclamam da demora na tramitação dos processos relacionados aos casos	<a href="http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/v%C3%A9timas-do-rompimento-de-barragem-em-mariana-fazem-protesto-em-bh-1.551498">http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/v%C3%A9timas-do-rompimento-de-barragem-em-mariana-fazem-protesto-em-bh-1.551498</a>
27/08/17	São Mateus (ES)	Em São Mateus (ES), atingidos passam fome esperando o reconhecimento da Samarco. O mesmo ato de repúdio a mineradora vai se realizar neste sábado em São Miguel/São Mateus, e no domingo em Povoação, onde uma grande passeata está programada para começar às 10h da manhã.	<a href="http://crimideia.com.br/miniver/em-sao-mateus-es-atingidos-passam-fome-esperando-o-reconhecimento-da-samarco/">http://crimideia.com.br/miniver/em-sao-mateus-es-atingidos-passam-fome-esperando-o-reconhecimento-da-samarco/</a>

29/09/17	Belo Horizonte (MG)	<p>Atingidos de Mariana reclamam de desrespeito a seus direitos Quase 2 anos depois, empresas não atendem às necessidades dos atingidos, que ainda lutam. Quase 2 anos depois, empresas não atendem às necessidades dos atingidos, que ainda lutam. Quase dois anos depois do rompimento da barragem da Samarco (controlada pelas gigantes Vale e BHP Billinton) em Mariana, a reparação às vítimas do mais grave crime ambiental da história do Brasil está lenta e não atende às necessidades dos atingidos. As empresas não cedem em pontos cruciais e os atingidos não estão dispostos a abrir mão dos seus direitos. A denúncia foi feita na semana passada, em entrevista coletiva na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG), a Casa do Jornalista, em Belo Horizonte.</p>	<p><a href="https://www.cut.org.br/noticias/atingidos-pelo-crime-ambiental-de-mariana-denunciam-morosidade-na-reparacao-e-de-17cc">https://www.cut.org.br/noticias/atingidos-pelo-crime-ambiental-de-mariana-denunciam-morosidade-na-reparacao-e-de-17cc</a></p>
04/10/17	Rio de Janeiro (RJ)	<p>Protesto no Rio marca dois anos da tragédia em Mariana. Ato ocorreu em frente à sede da Vale, no Leblon - Integrantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) fizeram protesto na manhã desta segunda-feira (2) para marcar os dois anos da tragédia ambiental em Mariana, Minas Gerais. Um grupo caminhou pelas ruas do Leblon, zona sul do Rio, até a porta da sede da Vale, na Rua Almirante Guilhem, que fica no bairro.</p>	<p><a href="https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,protesto-contra-vale-marca-dois-anos-da-tragedia-em-mariana,70002023950">https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,protesto-contra-vale-marca-dois-anos-da-tragedia-em-mariana,70002023950</a></p>
03/11/17	Mariana (MG)	<p>'É um arraial fantasma': os moradores que insistem em morar nos vilarejos destruídos pela lama de Mariana - Em Paracatu, a 35 km de Mariana, atingidos voltaram para as casas que ficaram de pé pouco tempo depois do desastre com a barragem de Fundão; em Bento Rodrigues, grupo visita as ruínas aos fins de semana e em datas festivas.</p>	<p><a href="https://www.terra.com.br/noticias/brasil/e-um-arraial-fantasma-os-moradores-que-insistem-em-morar-nos-vilarejos-destruidos-pela-lama-de-mariana,4b9307c68ccb4a3e9b939c9b35ac8bba73z">https://www.terra.com.br/noticias/brasil/e-um-arraial-fantasma-os-moradores-que-insistem-em-morar-nos-vilarejos-destruidos-pela-lama-de-mariana,4b9307c68ccb4a3e9b939c9b35ac8bba73z</a></p>



			5g784.html
04/11/17	Colatina (ES)	<p>Protesto: moradores de Colatina relembram os dois anos do rompimento das barragens da Samarco - Na manhã deste sábado (4) moradores de Colatina, no Noroeste do Estado, realizaram uma manifestação pelas ruas da cidade lembrando os dois anos do rompimento das barragens de minério da Samarco, em Minas Gerais, que ocasionou a maior tragédia ambiental já registrada no país.</p> <p>Com cartazes e cruces os manifestantes lembraram dos 19 mortos no desastre e também os rastros de destruição no Rio Doce. Os moradores cobraram atitudes dos órgãos federais para punir os envolvidos no ocorrido.</p>	<a href="http://www.rsim.com.br/protesto-moradores-de-colatina-relembra-os-dois-anos-do-rompimento-das-barragens-da-samarco/">http://www.rsim.com.br/protesto-moradores-de-colatina-relembra-os-dois-anos-do-rompimento-das-barragens-da-samarco/</a>
04/11/17	Mariana (MG)	<p>'Loucos por Bento' tentam dar vida a vila destruída por lama de barragem - Desde o final do ano passado, eles passaram a retornar ao local destruído todo fim de semana. Fazem comida, bebem, batem papo, relembram a tragédia e, contrariando a vontade da mineradora, dormem no palco da destruição.</p>	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1932790-loucos-por-bento-tentam-dar-vida-a-vila-destruida-por-lama-de-barragem.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1932790-loucos-por-bento-tentam-dar-vida-a-vila-destruida-por-lama-de-barragem.shtml</a>

05/11/17	Mariana (MG)	Moradores de Bento Rodrigues participam de missa campal na comunidade destruída pela lama - Eram 19 cruzeiros brancos, com nomes e sobrenomes escritos em preto, cada uma representando uma vida destruída, há exatos dois anos, pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, na Região Central, a maior tragédia socioambiental da história do Brasil.	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/05/interna_gerais,914239/moradores-de-bento-rodrigues-participam-de-missa-campal.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/05/interna_gerais,914239/moradores-de-bento-rodrigues-participam-de-missa-campal.shtml</a>
06/11/17	Mariana (MG)	Crianças de Bento Rodrigues lançam livros e falam sobre o futuro - Atividades culturais, envolvendo as crianças de Bento Rodrigues que hoje vivem e estudam em Mariana, marcaram os dois anos do rompimento da Barragem do Fundão. No Centro de Convenções, no Centro da cidade distante 115 quilômetros de Belo Horizonte, os 97 meninos e meninas lançaram um livro, apresentaram números de dança, viram documentários com seus depoimentos e curtiram o dia	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/06/interna_gerais,914398/criancas-de-bento-rodrigues-lancam-livros-e-falam-sobre-o-futuro.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/06/interna_gerais,914398/criancas-de-bento-rodrigues-lancam-livros-e-falam-sobre-o-futuro.shtml</a>
06/11/17	Mariana (MG)	Para marcar a luta contra a impunidade do fato, artistas e músicos se reuniram em uma campanha para lembrar o desastre e “lutar pelos direitos e pelo respeito à vida dos mais de 1 milhão de brasileiros que sofrem com as consequências deste desastre diariamente há 2 anos”, como diz a campanha. A ação conta com vídeos e a participação de Lulu Santos, Rael, Jota Quest, Evandro Fióti e Emicida. O pedido é para a assinatura de uma petição para impedir que o fato caia no esquecimento.	<a href="https://bhaz.com.br/2017/11/06/artista-esquecimento-tragedia-mariana/">https://bhaz.com.br/2017/11/06/artista-esquecimento-tragedia-mariana/</a>

17/12/17	Regência (ES)	Surfistas reivindicam reconhecimento como atingidos pelo crime da Samarco/Vale-BHP. O pedido formal de reconhecimento dos surfistas de Regência, em Linhares (norte do Estado), como atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco/Vale-BHP, ocorrido no dia cinco de novembro de 2015, se deu na última sexta-feira (15), durante o Seminário do CIF [Comitê Interferativo] na Foz do Rio Doce, realizado na vila de pescadores	<a href="http://seculodiario.com.br/36963/10/surfistas-de-regencia-reivindicam-reconhecimento-como-atingidos-pela-samarcovale-bhp">http://seculodiario.com.br/36963/10/surfistas-de-regencia-reivindicam-reconhecimento-como-atingidos-pela-samarcovale-bhp</a>
07/02/18	Barra Longa (MG)	Atingidos de Barra Longa entregam pauta de reivindicações para Samarco - Atingidos e Atingidas pelo crime da Samarco (Vale\BHP Billiton) organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na cidade de Barra Longa realizaram na noite da última sexta-feira (2) a primeira Assembleia Geral de 2018 reunindo cerca de 200 pessoas de todas as regiões atingidas no município. O objetivo desta atividade foi entregar para as mineradoras por meio da Fundação Renova a pauta de reivindicações que foi elaborada pelos atingidos.	<a href="https://racismoambiental.net.br/2018/02/07/atingidos-de-barra-longa-entregam-pauta-de-reivindicacoes-para-samarco/">https://racismoambiental.net.br/2018/02/07/atingidos-de-barra-longa-entregam-pauta-de-reivindicacoes-para-samarco/</a>
13/03/18	Vitória (ES)	Protesto de pescadores fecha ferrovia Vitória-Minas em Carapina - Mais de 100 pescadores de camarão da Praia do Suá, em Vitória, que tiveram a atividade prejudicada em decorrência dos dejetos da lama da Samarco no litoral do Estado, interditaram a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), na região de Carapina, na Serra, onde fizeram um protesto na manhã desta terça-feira (13). Eles afirmam não terem sido indenizados depois da tragédia.	<a href="https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/03/protesto-de-pescadores-fecha-ferrovia-vitoria-minas-em-carapina-1014122639.html">https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/03/protesto-de-pescadores-fecha-ferrovia-vitoria-minas-em-carapina-1014122639.html</a>

18/03/18	Brasília (DF)	Fama 2018: a resistência de populações em busca do direito humano à água. Crimes da Samarco, da Norsk Hydro e os avanços da privatização marcam primeiro dia de debates do fórum alternativo realizado pelos movimentos Sociais	<a href="http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2018/03/fama-2018-a-resistencia-de-populacoes-em-busca-do-direito-humano-a-agua">http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2018/03/fama-2018-a-resistencia-de-populacoes-em-busca-do-direito-humano-a-agua</a>
30/03/18	Governador Valadares (MG)	Dono de areal retira lama de rompimento da Barragem do Fundão para enviar a mineradora. Comerciante de Governador Valadares acumula rejeitos tirados do fundo do Rio Doce em tambores para evitar que eles voltem ao rio. Um dos objetivos é protestar contra a não limpeza do curso d'água	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/03/30/interna_gerais,947987/dono-de-areal-retira-lama-do-rio-doce-para-mandar-a-mineradora.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/03/30/interna_gerais,947987/dono-de-areal-retira-lama-do-rio-doce-para-mandar-a-mineradora.shtml</a>
05/04/18	Mariana (MG)	Atingidos protestam contra omissão no processo de reassentamento - s (as) atingidos (as) de Bento Rodrigues realizaram, na madrugada desta quinta-feira (05), uma manifestação na BR MG-129, que dá acesso ao subdistrito e às mineradoras. No dia em que se completam dois anos e cinco meses da tragédia/crime, eles se mostram insatisfeitos com o tratamento da Fundação/empresas e reivindicam uma reunião com o presidente da Renova, o Ministério Público Estadual de Minas Gerais e a Prefeitura de Mariana, diante da longa espera e da falta de informações concretas sobre o processo de reassentamento da comunidade.	<a href="http://jornalasinere.com.br/manifestos/2018/04/05/atingidos-protestam-contrao-omissao-no-processo-de-reassentamento">http://jornalasinere.com.br/manifestos/2018/04/05/atingidos-protestam-contrao-omissao-no-processo-de-reassentamento</a>

08/05/18	Regência (ES)	<p>Moradores de Regência se organizam para regeneração após crime da Samarco/Vale-BHP - Um evento organizado pelos moradores na próxima sexta (11) e sábado (12) busca fortalecer os laços comunitários, valorizar a história local e cuidar o entorno como estratégias para regenerar o tecido social e ambiental afetado pela chegada da lama de rejeitos da barragem da Samarco/Vale/BHP. Durante os dias haverá café da manhã comunitário, piquenique literário, cineclube, rodas de conversa, exposições e atrações musicais locais. “O Rio e Rua unidos pela cultura e pela natureza” é o mote do 1º Encontro Cultural e Ambiental da Rua do Rio Preto. O projeto foi contemplado pelo Fundo Regenera, surgido a partir da realização do Festival Regenera Rio Doce no ano passado, buscando de forma autônoma e colaborativa construir caminhos e alternativas de superar as dificuldades originadas pelas desestruturação dos ciclos naturais e do tecido social a partir do crime socioambiental.</p>	<p><a href="http://seculodiario.com.br/38624/17/moradores-de-regencia-se-organizam-para-regeneracao-apos-lama">http://seculodiario.com.br/38624/17/moradores-de-regencia-se-organizam-para-regeneracao-apos-lama</a></p>
21/05/18	Naque (MG)	<p>Em Naque, pescadores protestam contra critério para indenizações da Fundação Renova. Manifestantes questionam critério de proximidade de propriedade em até 1 mil metros do Rio Doce como regra para receber indenizações. oradores de Naque protestaram na sede da Fundação Renova no município na manhã desta segunda-feira (21). Segundo a organização, cerca de 100 famílias reivindicaram explicações sobre o critério de proximidade de propriedade em até 1 mil metros do Rio Doce para o pagamento de indenizações a pescadores.</p>	<p><a href="https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/em-naque-pescadores-protestam-contra-criterio-para-indenizacoes-da-fundacao-renova.ghtml">https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/em-naque-pescadores-protestam-contra-criterio-para-indenizacoes-da-fundacao-renova.ghtml</a></p>

27/05/18		Criações e pesquisas artísticas mantêm em pauta a tragédia ambiental de Mariana. Apesar de a mineradora ter continuado praticamente impune, passados três anos, a tragédia se mantém em pauta por meio de realizações artísticas de diferentes linguagens.	<a href="http://hojeemdia.com.br/almanaque/cria%C3%A7%C3%B5es-e-pesquisas-art%C3%ADsticas-mant%C3%AAm-em-pauta-a-trag%C3%A9dia-ambiental-de-mariana-1.624716">http://hojeemdia.com.br/almanaque/cria%C3%A7%C3%B5es-e-pesquisas-art%C3%ADsticas-mant%C3%AAm-em-pauta-a-trag%C3%A9dia-ambiental-de-mariana-1.624716</a>

## APÊNDICE 2) Linha do Tempo

Linha do Tempo elaborada por atingidos e atingidas de Mariana sobre suas vidas, antes, durante e após o rompimento de Fundão (Diário de campo, agosto/2017).

### O dia 05 de Novembro de 2015

Dia de terror, foi um dia de terror  
Lembro como se fosse hoje  
perda de animais  
perda das plantações  
não acreditava no que estava vendo  
medo  
cadê meus amigos? E a minha família?  
Minha casa parecia feita de papel  
Foi Deus que salvou a gente  
desespero para sair  
sem acesso  
noite na mata, sem luz, sem comida, sem água  
sair a força

### Antes do Rompimento de Fundão

Samarco fazia reuniões com café e teatro em Bento  
Não tínhamos informações sobre o risco da barragem romper  
Existência da barragem ignorada por algumas comunidades  
Nós de Paracatu nem sabíamos o que era uma barragem  
rachaduras  
sem nenhum alerta  
construção da barragem em 2008  
Empresa dizia que barragem era 100% segura

### Após o rompimento de Fundão

Chegada em Mariana  
Agravamento de doenças  
arena  
imprensa  
hotel  
Casas alugadas  
incertezas  
discriminação  
violações  
mudança na vida  
agora sou atingido/a  
cadastro emergencial  
jornal  
eleição comissão de atingidos/as  
os coronéis da defesa civil falando com a gente, andavam até tortos de tantas medalhas  
levantamento de expectativas  
escolha dos terrenos para reassentamento  
era Samarco agora a é Renova  
Renova/Acordão  
Ação Civil Pública  
Assessoria técnica  
Bahia não foi reconhecida como atingida  
Reuniões  
Assembleias  
Nada resolve  
a empresa só enrola  
e o reassentamento que não sai  
Cansaço  
Queria meus amigos, meus vizinhos, minha horta  
não consigo me sentir bem aqui  
ociosidade

APÊNDICE 3) Principais atos públicos acompanhados na atividade da pesquisa entre 2016 e 2018

<b>Atividade</b>	<b>Data</b>
Acompanhei a manifestação “Se não pisou na lama, não decida por nós” – Protesto em frente ao fórum contra a saída do processo civil de Mariana para a esfera federal	Fevereiro/2016
Participação no Ato Um Minuto de Sirene e distribuição da primeira edição do jornal	Fevereiro/2016
Acompanhei a votação da comunidade de Bento Rodrigues para a escolha do terreno da Lavoura para o reassentamento	Maio/2016
Estive em reunião no centro de eventos referente ao abatimento na diferença do valor da energia elétrica	Agosto/2016
Acompanhei audiência no fórum de Mariana para discutir o acesso dos moradores as ruínas de Bento Rodrigues	Agosto/2016
Estive em audiência que tratou do reconhecimento de atingidos que não estavam recebendo nenhum tipo de auxílio pela empresa.	Setembro/2016
Particpei da Festa de Nossa Senhora das Mercês em Bento Rodrigues	Setembro/2016
Acompanhei audiência no fórum de Mariana para tratar de casos de atingidos não reconhecidos	Outubro/2016
Estive em Bento Rodrigues nas atividades de 1 ano do Rompimento de Fundão	Novembro/2016
Visitas a Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima	Março e Abril/2017
Festa de São Bento em Bento Rodrigues	Maio/2017
Festa Junina de Paracatu de Baixo	Junho/2017
Acompanhei audiência pública para tratar de casos de descumprimento e reassentamento	Julho/2017
Festa do Menino Jesus em Paracatu de Baixo	Outubro/2017
Atividades em memória dos 2 anos do rompimento de fundão em Paracatu de baixo	Novembro/2017
Estive na caminhada pelo centro histórico de Mariana em memória dos 2 anos do rompimento de fundão e ato Um Minuto de Sirene	Novembro/2017
Acompanhei audiência sobre reassentamento das comunidades atingidas no fórum de Mariana	Março/2018



## ANEXO 1) Carta /poema

Este poema/carta foi escrito em 2016 por Carolina de Pinho para o atingido de Bento Rodrigues Preto Monteiro, ela foi incorporada a peça de teatro "territórios" na qual Preto participou, a carta conta da experiência da autora no trabalho de terapeuta ocupacional com os atingidos em Mariana, expressa as angústias e as resistências de alguns profissionais da saúde, e sobretudo, dos atingidos e atingidas.

Carta de Carol de Pinho para Preto Monteiro

Por Carolina de Pinho

(subtexto: depois de tanta coisa...)

Agora a gente é amigo... como terapeuta me ensinaram a não sentir, mas nunca aprendi...e cê sempre soube, e SÓ por isso me deixou entrar...eu sentia em BRIGAS nas salas frias de reunião... onde ecoávamos...sons de VOCÊS.....a sirene que não tocou...eu, Débora e o palhaço....Maria tentava guardar ...e dia desses me disse: "DESCOBRIRAM QUE SOU MULHER-BOMBA!" logo depois explodiu, como aquela barragem, e a Germano que tá pra explodir...por vontade da água-oprimida...por vontade da Samarco de ter a maior represa do mundo. Pra nossas tecnologias descartáveis....Fui contida! Remédios e demissão. Pra Samarco entrar e saber de tudo, que ela não queria nem podia falar.... Pra fazer calar mais alguns!

(respiro) ....eu tinha sempre uma dúvida... se eu queria acalmar a dor de vocês, ou fazer ela gritar! Romper o silêncio! Era Débora, o palhaço e eu....e mais alguns ... POUCOS... uns muitos que nada sentiam....outros que faziam calar. (respiro) Você me disse que tinha guardado atrás do sofá...pra sua mãe não ver...os sapatos de sua sobrinha que morreu com a lama...e que VOCÊ....era a Cinderela, que o sapato não cabia no pé....e a Samarco / o Príncipe que lhe abusava todos os dias..as casas dos cafés em Mariana eram sempre escuras... Mas você se pintava de Sátiro, enquanto os políticos falavam do dinheiro das doações que sumia... o violeiro voltou a tocar.....com a viola emprestada... as plantas cresceram... A folia voltou a benzer, depois de tirar seu filho da CADEIA, onde a lama o jogou...

Tentaram muito....e ainda tentam.....mas NÃO conseguem te apagar....

ANEXO 2) Manifesto Atingidos pela Samarco – 2 anos

***Manifesto dos atingidos pela Samarco: Dois anos de lama, dois anos de luta!***

Dois anos do rompimento da barragem de Fundão. Aniversário das incertezas. Dois anos e tudo que nós, atingidos, temos de concreto são pilhas de documentos redigidos a partir de horas exaustivas de reuniões e assembleias infundáveis. As ações mitigatórias nas áreas de moradia, educação, patrimônio, entre outras, possuem ainda caráter de emergência. Até quando nossas prioridades serão vistas como emergenciais?

É lamentável estarmos como estamos dois anos depois daquilo que alguns classificaram como acidente, outros como tragédia, evento – vejam bem, quiseram atribuir a culpa até a abalos sísmicos, a fenômenos da natureza. Mas, o que todos nós sabemos é que o rompimento de Fundão foi um CRIME. Um CRIME praticado pela mineradora SAMARCO, suas acionistas VALE e BHP Billiton, e pelo poder público que não exerceu devidamente seu papel fiscalizador. Afinal, uma empresa que trabalha com a exploração mineral não funciona sem o licenciamento de órgãos ambientais – em partes, também culpados pelo rompimento de Fundão.

Esse crime nasce da ganância e da irresponsabilidade daqueles que, mesmo conhecendo os riscos da tragédia anunciada, optaram pela negligência com o meio ambiente e com os moradores das áreas de risco. Sem sirenes, sem informações sobre como agir em casos de emergências, sem conhecimento da existência de barragens à montante de nossas vidas... Quantos de nós vivíamos a tranquilidade de nossas rotinas sem calcular o perigo que corríamos?

Por mais previsível que fosse o rompimento, a verdade é que suas consequências só agora estão sendo conhecidas. Estamos falando de um CRIME anunciado que retirou a vida de 20 pessoas – entre elas, uma criança que não teve sequer a oportunidade de nascer para o mundo. Um CRIME que deixou familiares em luto e atingiu o coração de inúmeras comunidades ao longo da Bacia do Rio Doce.

Falamos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, mas também de Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Pedras, Borba, Campinas.

Barretos, Gesteira, Barra Longa. Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Sem Peixe. Governador Valadares, Colatina, Regência. Minas Gerais e Espírito Santo. Comunidades indígenas, povoados rurais, centros urbanos. Trabalhadores da cidade, do garimpo, da pesca, da terra.

Falamos das nascentes e dos rios contaminados, das matas arrancadas, dos animais que perderam e seguem perdendo suas vidas. Um sofrimento que eclodiu em Mariana, mas que corre, pelo leito do rio, de Fundão até os corais de Abrolhos, no sul da Bahia, até as águas do Oceano Atlântico, até sabe-se lá onde essa lama possa virar outra coisa que não dor e morte.

Quando se fala em um crime, espera-se que as investigações aconteçam, que os réus sejam condenados e que as vítimas possam prosseguir vivendo com dignidade. Infelizmente, não é isso que está acontecendo. Após aquele 5 de novembro, vivemos uma maratona que começou com cadastros e mais cadastros, entrevistas, reuniões e assembleias para apresentação e votação dos terrenos onde as comunidades serão reassentadas, levantamento de expectativa, visitas às áreas escolhidas, análise de maquete e projetos urbanísticos, audiências para garantir o reconhecimento das vítimas como atingidos – às vezes, em condições que se assemelham a de um réu que busca provar a própria inocência. De concreto? Estamos sem reassentamento, sem indenizações definitivas, vivendo na provisoriedade de cotidianos nos quais não nos reconhecemos.

Perdemos tanto na lama e seguimos violados em nossos direitos básicos. Ninguém está enfrentando o que cada um de nós tem passado – o constrangimento, a humilhação e a decepção de sair de uma audiência sabendo que nossos direitos estão sendo subtraídos por pessoas que não conhecem, de fato, a vida de cada comunidade. Estamos na mão de terceiros que não sabem o que perdemos, que desconhecem aquilo que nos importa. Querem nos cadastrar, mas não querem nos conhecer. Dizem que querem nos indenizar, mas não se interessam em saber o valor que damos àquilo que nos foi tirado.

O que tem marcado o dia a dia de muitos atingidos que perderam suas casas é viver na cidade, num lugar que não é seu, longe dos vizinhos e parentes. Pessoas estão adoecendo e as incertezas só aumentam. Lidamos com uma Fundação que se diz responsável pela reparação dos danos causados pelas

empresas, mas que não nos passa qualquer segurança –pelos erros, pela troca constante de funcionários, pelo comportamento impositivo e restritivo de direitos, pelo uso das palavras das empresas. Fundação Renova vê atingido como impactado, crime como acidente, direito emergencial como benefício. É por isso que atingido vê Renova como Samarco, como Vale, como BHP.

Para enfrentar esta luta de Davi contra Golias, nos organizamos. Compomos Comissões, participamos de Coletivos, escrevemos e divulgamos jornais, incomodamos os que destruíram nossa paz com audiências, passeatas, marchas, ocupações. Não abrimos mão de nossa autonomia, de acreditar em nós mesmos e não nas promessas feitas em bonitos discursos de funcionários bem pagos. Com toda a nossa luta queremos também dialogar com a sociedade e reafirmar que, de norte a sul deste país, somos todos atingidos. E temos muitos amigos nas universidades, nas Igrejas, no campo da arte e da cultura que são força generosa que nos fortalece nesta caminhada.

Esperamos que um dia tudo isso tenha fim. Que os culpados sejam punidos e que a vida de cada atingido volte ao normal. Sabemos que não será do mesmo jeito, mas que tenhamos fé, sabedoria, saúde e força para recomeçar. O cenário está repleto de difíceis incertezas. Contudo, a luta, desde que nos foi dada, nunca deixou de ser travada. Aprendendo a ser atingidos, seguimos nela.

4 de novembro de 2017